

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL**



**PETRÓPOLIS**  
1943



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL**



**PETRÓPOLIS**  
1943



## SUMÁRIO

- Dom Pedro II e a língua Tupi* – Rodolfo Garcia, **5**  
*Rio Branco* – Levi Cameiro, **17**  
*A Educação de dom Pedro II* – Alberto Rangel, **57**  
*“Rosa Amélia”* – Afrânio Peixoto, **79**  
*Famílias Pernambucanas* – Guilherme Auler, **97**  
*Achegas ao Armorial Brasileiro* – José Heitgen, **155**  
*Louças Imperiais* – Alcindo Sodré, **173**  
*Vidros e Cristais* – Fortunée Levy, **195**  
*Contribuição para o estudo da ourivesaria no Brasil* – Haydée Di  
Tommaso Bastos, **239**  
*Arquivo do Museu Imperial*, **270**  
*Noticiário*, **283**



## **DOM PEDRO II E A LÍNGUA TUPÍ**



## **Dom Pedro II e a língua tupi**

Ao imperador d. Pedro II – manda a justiça que se proclame – é devido o impulso que tiveram logo em começo de seu reinado os estudos das línguas indígenas no Brasil.

A 15 de dezembro de 1849 o imperador presidia pela primeira vez a sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; na seguinte sessão de 16 de fevereiro de 1850 era lida esta proposta, de sua própria letra, que se conserva no arquivo da associação:

“Convindo reunir todas as notícias que existem a respeito da língua indígena, interessante por sua originalidade e poesia, e pelos preciosos dados que poderá subministrar à etnografia do Brasil, lembro ao Instituto que encarregue alguns de seus sócios da investigação do que houver sobre essa matéria em suas respectivas províncias.

“Os trabalhos, que assim tiverem feito, serão remetidos ao Instituto, enviando-os este a uma comissão a quem incumbirá de apresentar a gramática e dicionário geral da língua indígena com as alterações dos diferentes dialetos.

“A fim de animar os que se dedicarem a tão áridas pesquisas, ofereço ao Instituto uma medalha de prêmio para aquele que concorrer com o melhor trabalho”.

A proposta foi acolhida – reza a ata da sessão – com o devido respeito e geral satisfação pelos sócios presentes, escol da intelectualidade brasileira da época.

É certo que, antes dessa proposta, em 1840, Francisco Adolfo de Varnhagen escrevia uma memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil, lida na sessão de 1º

de agosto daquele ano e impressa na *Revista do Instituto*, tomo III, pp. 53-63. Essa memória concluía pelas seguintes propostas:

“1. Que o Instituto peça com toda a instância e urgência ao governo providências para que se cuide no Império do estabelecimento de escolas das diversas línguas dos índios que habitavam neste território e nos circunvizinhos: podendo regular-se o seu número segundo os meios disponíveis em atenção aos conventos de religiosos e aulas de latim que já tenham as ditas províncias.

“2. Que outrossim o Instituto se proponha a imprimir a segunda parte do dicionário português e brasileiro (que é brasiliano-português), a qual está inédita, e existe o Ms. na Biblioteca Pública desta corte: assim como também mais dois Mss. sobre línguas indígenas, que ali existem. O signatário da proposta ousa recomendar toda a brevidade para salvar até de serem roídas pelo bicho estas obras, que foram fruto de tantos anos de estudo e observação. Igualmente lembra a possibilidade de comodamente se encontrar por junto com a Tipografia Nacional de Lisboa os exemplares existentes da dita gramática de Figueira, e os do dicionário português-brasileiro”.

As propostas de Varnhagen tiveram parecer favorável, com algumas restrições da Comissão de História do Instituto, composta do desembargador Pontes, Araújo Viana e P. de Serqueira; mas, por motivos desconhecidos ficaram como letra morta até a apresentação da proposta imperial. A esta é que se deve atribuir o movimento que no sentido indicado então se operou no país. Com resultado imediato da iniciativa do imperador apareceram trabalhos de João Joaquim da Silva Guimarães – *Gramática da Língua Geral dos Índios do Brasil*, “reimpressa pela primeira vez neste continente depois de tão longo tem-po de sua publicação em Lisboa, oferecida a S. M. Imperial, atenta à sua augusta vontade manifestada no Instituto Histórico e Geográfico”, etc. Bahia, 1852 in 8º gr.; *Dicionário da Língua Geral dos Índios do Brasil*, “reimpresso e aumentado com diversos vocabulários e oferecido a S. M. Imperial, Bahia, 1854, in 4º; do padre M. J. S.” (Manuel Justiniano de Seixas) – *Vocabulário da Língua Indígena Geral*

*Para uso do Seminário Episcopal do Pará*, Pará, 1853, in 8º; de A. Gonçalves Dias – *Dicionário da Língua Tupi Chamada Geral dos Indígenas do Brasil*, Lúpsia, 1858, in 8º; de Carl Fried. Phil. von Martius – *Ueber die Pflanzen – Namen in der Tupi-Sprache*, München, 1858, in 4º grande; de F. R. C. de F. (Francisco Raimundo Correia de Faria) – *Compêndio da Língua Brasílica Para uso dos que a ela se Quiserem Dedicar*, etc. Pará, in 8º grande; do dr. Ernesto Ferreira França – *Crestomatia da Língua Brasílica*, Leipzig, 1859, in 8º; ainda von Martius – *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, Erlangen, 1863, in 8º grande, que fazem parte, como segundo tomo, da obra *Beitrag zur Ethnographie*, do mesmo autor, Leipzig, 1867, in 8º grande; e muitos outros trabalhos do mesmo gênero, sem contar as excelentes contribuições que começaram a aparecer na *Revista do Instituto Histórico*, como o *Vocabulário da Língua Bugre* (tomo XV, 1852); o *Vocabulário da Língua Geral Usada Hoje em dia no Alto Amazonas*, em português e tupi, oferecido em 1852 por Gonçalves Dias, mas muito provavelmente composto pelo bispo do Pará, d. José Afonso de Moraes Torres (tomo XVII, 1854); o *Vocabulário dos Índios Caiuás*, Ms. oferecido pelo barão de Antonina (tomo XIX, 1856); para não citar senão os principais e que mais se acercam da data em que o imperador lembrou ao Instituto a conveniência de tal ordem de investigações.

Vê-se que a boa semente não fora lançada em sáfio terreno. A partir desse dia verificar-se-á notável desenvolvimento da cultura nacional, de referência à etnografia indígena, em trabalhos meritoriosos, como os de Varnhagen, von Martius, Charles Fred. Hartt, Freire Alemão, Braz da Costa Rubim, Batista Caetano, Couto de Magalhães, Macedo Soares, Beaurepaire-Rohan, Escragnolle de Taunay e outros, sendo de justiça mencionar também Julius Platzmann, a quem se devem, além de diversas contribuições originais, as preciosas reproduções fac-similares das obras clássicas da literatura lingüística americana, serviço da mais alta benemerência.

Em 1856, ainda sob a influência das idéias do imperador, o Instituto Histórico tomou a iniciativa de constituir uma comissão científica, formada essencialmente de brasileiros, para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Império. A etnografia entrava nas cogitações da comissão, a cargo de Gonçalves Dias, que tinha como ajudante o dr. F. de A. Azevedo Guimarães. A comissão, que a irreverência da imprensa oposicionista

da época apelidou de “Comissão das Borboletas”, somente em janeiro de 1859 partiu da corte com destino à província do Ceará, a que quase exclusivamente se limitaram seus estudos, terminados em 1861, sem resultados satisfatórios por motivos que são sabidos. Gonçalves Dias recolheu, entretanto, os materiais que foram utilizados depois em sua memória *Brasil e Oceania*, publicada primeiro na *Revista do Instituto* (tomo XXX, 1867), e reproduzida posteriormente duas vezes.

Não é de mais assinalar, para mostrar a predileção do imperador por tais estudos, que em sua livraria particular, na Quinta da Boa Vista, a lingüística americana estava representada por quanto de mais procurado e raro existe no gênero. Ali figurava *A Arte da Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, de Joseph de Anchieta, da edição de Coimbra, 1595, tão rara que no Brasil não havia mais de um exemplar (vide *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, nº 11.450); o *Catecismo da Língua Brasileira*, de Antônio de Araújo, Lisboa, 1618; o *Compêndio de Doutrina Cristã*, de João Felipe Bettendorf, Lisboa, 1687; a *Arte da Gramática da Língua Brasileira*, de Luiz Figueira, segunda edição, Lisboa, 1687; o *Vocabulário de la Lengua Guaraní*, edição de Pueblo de Santa Maria la Mayor, 1724, de que se conhecem apenas três exemplares: o do imperador, hoje de posse do Instituto Histórico; o da biblioteca do Museu Britânico, e o que pertenceu ao general Bartolomé Mitre, em Buenos Aires; os *Sermones y Exemplos en Lengua Guaraní*, de Nicolas Yapuguay, Pueblo de S. Francisco Xavier, 1727; o *Araporu Aguiyeiy Baba: Conico, Quatia Probomboe ha Marangatu*, de Joseph Insaurralde, Madri, 1759-60; a *Breve Notícia de la Lengua Guaraní Sacada de el Arte, y Escritos de los P.P. Antonio Ruiz de Montoya y Simon Bandini, Ms. de 1718*; o *Diário do Cerco da Colônia em 1704*, em guarani, também Ms., e muitas obras antigas e todas as modernas nesse ramo de conhecimento. Era no Brasil, talvez na América, a biblioteca melhor aparelhada nesse gênero de estudos, pela abundância e superioridade do material que o alto critério de seu proprietário soube recolher.

O imperador d. Pedro II foi assim o patrono dos que dedicavam sua atividade intelectual a investigações sobre as línguas indígenas do Brasil. Poucas obras, no país, teriam saído do prelo sem que a ele fossem consagradas, ou sem que tivessem seu apoio moral. Para não alongar a lista, apontem-se somente as reimpressões de Silva Guimarães, da Bahia, já referidas; a *Gramática*

*da Língua Brasileira*, de Pedro Luiz Simpson (Pará, 1876); o *Selvagem*, de Couto de Magalhães (Rio, 1876); a tradução da *Conquista Espiritual do Paraguai*, e respectivo vocabulário, de Batista Caetano (Anais da Biblioteca Nacional, tomos VI e VII, 1878-1880); *The Brazilian Language and its Agglutination*, de Amaro Cavalcanti (Rio, 1883); o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, do visconde de Beaurepaire-Rohan (Rio, 1889).

Da autoria do imperador é conhecida a memória sobre *Quelques Notes sur la Langue Tupi*, que publicou E. Levasseur in *Le Brésil* (Paris, 1889), pp. 89-92, acompanhada da tradução do *Padre Nosso* e da lenda da *Moça e o Gavião*, recolhida por Couto de Magalhães. Essa memória – disse o ilustre geógrafo francês – lhe foi enviada do Rio de Janeiro por “um membro do Instituto de França que sabe repartir seu tempo entre as altas preocupações da política e o culto das letras”. Embora publicada sem nome de autor a nota de Levasseur veio torná-lo mais que transparente, não só pelo título ali invocado, que no Brasil apenas competia a d. Pedro II, como ainda porque eram bem conhecidos os pendores do monarca pelo assunto, que explanou proficientemente. Revela, de fato, aquele trabalho estudo acurado da matéria, com informações seguras das fontes bibliográficas, das modalidades dialetais, da morfologia e etimologia dos vocábulos. Sobre a utilidade do ensino da língua tupi escreveu o imperador estas palavras, que deviam ser lidas pelos reformadores do ensino no Brasil:

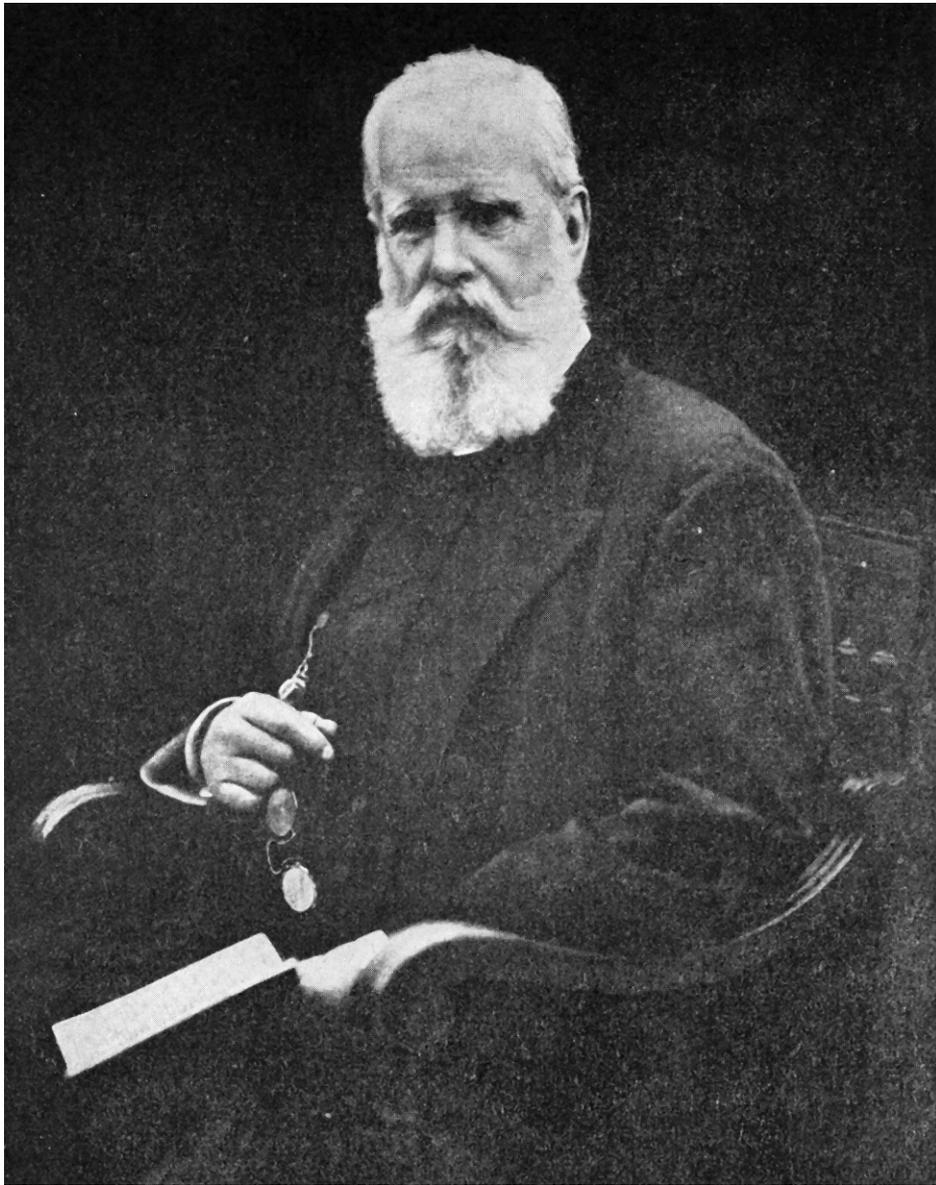
“A língua tupi tem para os brasileiros uma grande importância, primeiro porque ela é ainda hoje falada por grande número de índios selvagens, que seria preciso atrair à civilização, e por índios já civilizados; depois porque os nomes geográficos têm conservado ou recebido dos primitivos colonos, que falavam tupi como o português, sua forma índia; enfim, porque muitas palavras apelativas, sobretudo as da fauna e da flora, têm sido adotadas na língua portuguesa que falam os brasileiros.

“No projeto de criação de uma ou duas universidades para o Brasil, assinala-se a necessidade de juntar às faculdades de letras as cadeiras de tupi. O imperador tem encarecido sempre a vários de seus ministros a necessidade do ensino dessa língua”.

As *Notes sur la Langue Tupi* de d. Pedro II podem ser consultadas com proveito pelos estudiosos, que encontrarão nelas um resumo lúcido das principais regras do idioma “suave e elegante, mas estranho e copioso”, como disse o padre Luiz Figueira.

Nos últimos anos d. Pedro II teve, no Brasil, como professor de línguas orientais, o sábio Cristiano Frederico Seybold, que veio a interessar-se também pelo estudo das línguas americanas. A esse eminente orientalista deve-se o ótimo serviço da reedição do raríssimo *Vocabulário de la Lengua Guaraní*, de Montoya e Restivo (Stuttgart, 1893), começado a imprimir ainda em vida do imperador, e à sua memória dedicado em corretas frases escritas em guarani. De uma carta do dr. Seybold, datada de Walblingen (Wurtemberg), em 21 de dezembro de 1892, precisamente um ano após a morte de d. Pedro II, são estas belas palavras a respeito:

“A edição do *Vocabulário de la Lengua Guaraní*, de 1722, ficará terminada no mês de janeiro próximo, e será consagrada à memória eterna do grande imperador. Ufano-me de ter, graças ao imortal d. Pedro II, salvaguardado da destruição e do esquecimento três grandes monumentos da língua guarani, preciosos para as letras americanas e para o Brasil, que jamais saiu, no exílio, um instante sequer, da lembrança do ilustre monarca, tanto amor, tanta adoração lhe consagrava. E sempre tão meigo para com todos, a desculpar tudo, a mitigar ressentimentos, a impedir juízos acrimoniosos, defendendo até aqueles que sempre se haviam mostrado republicanos. Mal se pode compreender a imensa, inexcedível elevação desse espírito superior. Sem exageração alguma, tinha muito de divino; também não lhe chamava senão “Divus Petrus”. E quando Trajano, Tito, Antonino, Marco-Aurélio e outros imperadores romanos mereceram semelhante título, não é muito que se apelide assim esse brasileiro tão grande, tão justo, tão magnânimo, tão acima das contingências humanas. Só quem o viu, quem o ouviu, quem esteve a seu lado! Chegava a inspirar-me um respeito místico de assombro! Considero-o autor intelectual, por um complexo de circunstâncias, que fora longo demais



Retrato de D. Pedro II, em 1888  
Reprodução do existente no livro da Princesa Teresa da Baviera: "In  
den Brasilianischen Tropen".



narrar, daquelas grandes obras guaranis, levadas a efeito por um dos muitos admiradores do seu gênio, sim, gênio!”.

Ainda no exílio, sabe-se que d. Pedro se dedicava com afinco ao estudo do tupi. Ao visconde de Taunay, notável brasileiro e seu grande amigo, a propósito das *Curiosidades Naturais do Paraná*, publicadas na *Revista do Instituto*, tomo LIII, segunda parte (1890), de que há separata de 200 exemplares, anotou o imperador diversos topônimos tupis, interpretando-os etimologicamente.

Entre os sábios e literatos que nos últimos tempos privaram com o monarca destronado em Cannes e em Paris, figurou Stéphen Liégéard, autor de dois livros apreciados: *Côte d’Azur* e *Grands Coeurs*. Para uma conferência que esse literato proferiu sobre o Brasil, a pedido de d. Pedro, forneceu estes dados sobre a língua dos indígenas brasileiros. Em artigo de *L’Autorité*, de Paris, de 2 de fevereiro de 1892, sob o título: *D. Pedro II d’Alcântara, Patriote et Poète*, Liégéard refere-se mais de uma vez àqueles apontamentos, que o informaram sobre o idioma primitivo das gentes do Brasil.

Com o desaparecimento do imperador, larga solução de continuidade se estabeleceu no Brasil, com relação aos estudos do tupi. O filão opulento foi entregue ao abandono, como se tivesse atingido ao estado de esgotamento absoluto...

***Rodolfo Garcia.***



**RIO BRANCO**



## **Rio Branco**

E “a sempre tão limpa e generosa política  
internacional do Brasil” \*

Vai-se tornando esta casa tradicional de d. Pedro II, sob a direção competente e desvelada do sr. Alcindo Sodré, o verdadeiro Museu do Império. Não um museu deserto e frio, mas um cenário adequado em que ressurge a numerosa teoria dos homens que, com o grande monarca, serviram ao Brasil na segunda metade do século XIX; pode dizer-se – dos homens que formaram a nação brasileira. Presidentes de Conselho, ministros, senadores, deputados, conselheiros de Estado, presidentes de províncias, magistrados, militares, jornalistas, escritores e homens de outras profissões liberais – todos aqui se hão de reunir e povoar estas salas, dando-nos, cada vez mais acentuadamente, através da evocação de suas vidas e de suas obras, a compreensão do milagre de ordem, de legalidade, de expansão cultural, que, em meio da agitação sul-americana, foi o Império brasileiro.

Há, na designação de muitos desses homens, um traço que parece denunciar a obliteração da personalidade privada pelo devotamento ao serviço público. É que, em muitos casos, se esqueceram os apelidos de família, omitiram-se os títulos nobiliárquicos – e o nome de cada um deles passou a ser, apenas, o do lugar a que se ligava esse título. Assim, dizemos – Paraná, Uruguai, Caxias, Mauá, Itaboraí, Cotegipe... No mapa geográfico do Brasil se encontra, assim, a nomenclatura de muitos dos principais estadistas do Império. É a sobrevivência, por eles merecida, implantada no próprio solo da pátria.

Aconteceu o mesmo com José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Esse teve, até, o privilégio afortunado de transmitir o nome e, em categoria menor, o título, a um filho – o barão do Rio Branco, que com ele emparelhou nos serviços ao Brasil e na glória. De tal sorte que, se se pode divergir na escolha de qual foi o maior dos dois, não se vacila em reconhecer que um

---

\*. Conferência preferida no Museu Imperial, aos 4 de março de 1944.

e outro se contam entre os maiores brasileiros de todos os tempos. A um e a outro se ajusta o louvor que Joaquim Nabuco fez do primeiro: o mais capaz diretor da nossa política externa em uma época em que ainda dependia dela a unidade do Brasil.

Não é, porém, do chefe do famoso gabinete de 7 de março, que desejo falar-vos agora. É do ministro da República. Nem receio que se considere descabido o assunto, neste recinto. Não só porque o barão do Rio Branco é o filho e, em certo sentido, o continuador do estadista da monarquia. Também porque, no governo da República, aparece como um egresso do regime monárquico, sem ser um trãnsfuga; um homem formado sob o Império, impregnado das tradições e do espírito do Império – e disso orgulhoso. Um exemplo da persistente e benemérita influência da monarquia e do imperador. Por isso mesmo – tanto mais adequada a sua evocação entre estas paredes, de onde ressaí, acima de quaisquer outros, um ensinamento precioso, que se estava tornando necessário: o Brasil não é criação nossa, dos homens de nossos dias, resulta do esforço de várias gerações sucessivas; tem um passado, de que nos devemos orgulhar.

No entanto, nem só por isso havemos de lembrar aqui o barão do Rio Branco – ou antes, Rio-Branco, como ele mesmo se assinava, e agora o designamos, observando a norma de que há pouco vos falava – se bem que, durante o seu ministério republicano, ele tenha sido para todos, homens do governo e homens da rua, significativamente, *et tout court* – o “barão”.

Outra razão, que justifica esta sua recordação – é o ter ele vivido nesta mesma cidade e aqui, como em toda parte onde viveu, trabalhado intensamente pelo Brasil. Graças a ele, Petrópolis tem seu nome em nossa história diplomática, ligado a um tratado internacional notabilíssimo.

A mais alta das razões para que ainda o evoquemos, é, porém, que, entre brasileiros, nenhuma outra vida de homem público merece mais ser rememorada. Pelo seu devotamento ao Brasil, pela sua normalidade, pela sua continuidade lógica, pela sua coerência, pela sua beleza. Nenhuma improvisação aventureira. Nenhum milagre, ainda que ocorressem algumas circunstâncias felizes. Um esforço continuado, tenacíssimo, de todas as horas, ininterrupto, por longos e longos anos – afinal bem recompensado. Nenhum resquício de filhotismo, de parasitismo doméstico.

Filho de chefe de gabinete, um dos próceres da política no Império, ele mesmo já, a esse tempo, jornalista e deputado geral,

aspira, durante dez anos, a modesto lugar de cônsul na Inglaterra. Recusa-lho o imperador, receoso de que os hábitos de boêmia do moço historiador pudessem comprometer a respeitabilidade de nossa representação internacional. Só consegue a nomeação almejada, quando, ausente o imperador, assumira a regência a princesa d. Isabel e graças à intervenção de Cotegipe. Estais vendo, no episódio dessa nomeação, como as coisas se passavam...

Mas, aquele cônsul, que lidara com o pai no trato de questões internacionais e adquirira o apreço dos estudos históricos, a eles se dedica apaixonadamente em mais de vinte anos de ausência do Brasil. Torna-se, conforme testemunho autorizado, o consultor de muitos funcionários brasileiros, o “colaborador nunca remisso” de inúmeras publicações sobre o Brasil. A sua pena, como observou Domício da Gama, seu colaborador devotado – sempre e sempre, “escreve sobre o Brasil e pelo Brasil”<sup>2</sup>.

Mergulhado no estudo de velhos documentos, continua a ser, porém, um homem de trato primoroso, de apurado bom gosto, um conversador que atrairia sempre os homens mais eminentes e cultos – e as mulheres de espírito. Alia à doçura, aos primores da sensibilidade que por vezes o faziam parecer um tímido, uma energia decidida e destemerosa, que, noutras vezes, lhe dava um aspecto autoritário. Há um traço da sua psicologia no episódio narrado pelo sr. Raul Rio Branco: perguntou-lhe alguém quais eram “os atributos mais nobres do ente humano”, acrescentando que eram a ordem e o amor ao trabalho; ele, que se fizera pelo trabalho estrênuo, respondeu simplesmente: é a paciência que também se chama resignação.

---

1. Antes mesmo do consulado, Paranhos Júnior se empenhara em tornar conhecido o Brasil na Europa. Na famosa “Illustration”, de Paris, em 17 de novembro de 1866, foi publicada uma crônica sobre a tomada de Curuzú, assinada por Alfred de Lostalot, a que acompanhava um largo desenho representativo desse feito de armas, com a anotação: “d’après un croquis de M. Paranhos”.

Haverá vários outros, da mesma procedência. Ainda em 18 de abril de 1868, a mesma revista publicava um artigo assinado “Paranhos”, datado do Rio de Janeiro, no 1º de março, sobre a passagem de Humaitá e tomada de Estabelecimento, com dois *croquis*, muito interessantes, um de cada episódio, e um retrato do visconde de Inhaúma, que fora nomeado ministro da Marinha. O croqui da tomada do Estabelecimento ocupa toda uma página.

No artigo, Paranhos dizia-se de volta ao seu país e que recomençaria a enviar tudo o que pudesse interessar aos seus leitores. Sobre a guerra, destacam-se estes períodos:

“Le passage d’Humaitá est peut être un fait plus remarquable que le hardi fait d’armes de l’Admiral Farragut devant la Nouvelle Orléans”.

“Tout fait croire que la guerre finira dans un mois ou même plus tôt”.

Esta previsão otimista, como se sabe, não se realizou.

Grandes e pequeninas coisas

Sem dúvida, dele se tem falado muito, muito se tem escrito sobre ele. De nenhum outro brasileiro terão feito, desinteressadamente, homens eminentes do Brasil e do estrangeiro, maiores louvores. Nenhum, a não ser o imperador, constituiu, aos olhos do estrangeiro, em tão larga projeção e por tanto tempo, a mais alta expressão de nossa cultura.

Muitos de nossos homens públicos tiveram uma época, uma fase mais ou menos curta de celebridade – ou precoce e efêmera, ou tardia. Quantos e quantos grandes homens de certos momentos de nossa história desapareceram, de todo, da nossa memória! Quantos terão precisado de que, com o decurso do tempo, se esquecessem defeitos e faltas, sabidos dos contemporâneos!

Com Rio-Branco não foi assim. Do seu retiro no estrangeiro, formou aqui um pequeno grupo de admiradores, que crescia continuamente. Foi-se divulgando sua vida de estudo e de trabalho pelo Brasil. Apresentaram-se os resultados do seu esforço nas decisões arbitrais que reconheceram os direitos do Brasil, por ele patrocinados, a algumas centenas de milhares de quilômetros quadrados de território, que a França e a Argentina disputavam. Um belo dia, volve ao Brasil. Aqui, prossegue a mesma obra. Outros merecimentos se revelam na sua personalidade. A estima, a confiança, o carinho do povo atingem, em relação a ele, os mais altos graus.

Seu exemplo é de evocar sem temor, nem restrição. Entre as celebridades da história mundial, há conquistadores violentos e sanguinários, usurpadores maliciosos, negociistas corruptos e corruptores, que lograram muitas vezes beneficiar as suas nações, e é com a reserva dessas falhas que se lhes exaltam os nomes gloriosos. Outros há, cujo culto inspira ameaças ou pretensões arrogantes – e, por vezes, desperta alucinações de mimetismo grotesco. Foi Spengler quem escreveu: os homens de hoje não podem escolher: não se trata de ser feliz, trata-se de ser grande. Por isso, pretensos grandes homens macaqueiam os grandes homens autênticos. Algum chegou – ai de nós! – a renovar a pretensão de conquistar e dominar a Europa. Quase todos, menos alucinados, contentam-se com repetir gestos habituais, ou apenas alguns tiques nervosos dos heróis admirados. Recordai a satisfação com que certos biógrafos assinalavam a coincidência – a maravilhosa



José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco



coincidência! – daquele “frémto rítmico inconsapevole del piéde destro”, que agitava Mussolini – precisamente como acontecia com Napoleão... E o mesmo Mussolini, segundo a observação de Gunther – por certo, não satisfeito com essa simples coincidência auspiciosa, gostava de usar o uniforme de “caporal” – da milícia fascista.

Na vida e na obra de Rio-Branco não há o que se tenha de excluir ou calar. Uma e outra oferecem-se, integralmente, à nossa admiração – e mesmo à nossa imitação. Nem todos podem, de certo, como ele, resolver grandes questões de limites internacionais – até porque ele resolveu todas as que tínhamos. Mas, o que desejo realçar no seu exemplo – é a continuidade do devotamento ao serviço do Brasil. Sua divisa, exarada no *ex-libris* em que aparece a pedra da Itapuca, no meu Niterói, era – UBIQUE PATRIAE MEMOR – a lembrança do Brasil em toda a parte. Mas, não só em toda a parte – também em todas as horas. E o que é mais – nas grandes e nas pequeninas coisas.

Neste sentido considero que todos podemos, e devemos, imitá-lo. O que ele fez, em condições singularíssimas, dispendo de grande e clara inteligência, agindo na mais alta esfera da política internacional – é o que cada brasileiro pode e deve fazer, em certas proporções, no círculo estreito da sua vida e das suas atividades.

Não só ao seu país e à sua gente se aplica a observação exata e corajosa do sociólogo argentino Lucas Ayaragaray:

“Nos documentos oficiais, nas proclamações dos caudilhos, nos manifestos dos congressos, em toda aquela gíria de sintaxe rudimentar, tão abundante em nossos anais políticos, encontrareis sempre, não a incitação ao cumprimento do dever comum, que afinal é o que intervém nos negócios cotidianos da vida pública e privada e o que exercita diariamente o anglo-saxão, mas a invocação épica ao dever extraordinário e ao esforço grandioso e lírico!” (*Anarquia Argentina*, p. 174).

“A concepção megalômana do dever dramatizou a nossa mentalidade cívica, cimentando o prestígio do caudilho e, levando ao seu auge a violência, desqualificou e excluiu os esforços pequenos e comuns e as classes conservadoras e calmas” (op. cit., p. 175 ).

Rio-Branco pôde realizar o “esforço grandioso e lírico” e, ao mesmo tempo, cuidar das pequeninas coisas, dos pequenos deveres, mostrando que todos são necessários e aproveitáveis.

Esse é, a meu ver, um dos melhores ensinamentos, a colher na sua vida. Os que façam – ou imaginem fazer – grandes coisas pelo Brasil, não descurem das pequeninas coisas, nem se dispensem de fazê-las; e os que não podemos fazer as grandes coisas, façamos, com o mesmo ardor, as pequeninas coisas, acessíveis a todos nós.

A evocação dessa nobre vida, sempre oportuna, ainda mais o é nos dias que estamos vivendo, quando cada um de nós deve, também, lembrar-se do Brasil. *Patriae memor...* Em meio das desgraças da guerra internacional, podemos agora apontar em Rio-Branco o precursor da política da boa vizinhança na América; o realizador do pan-americanismo, vencendo temores, que as nações sul-americanas teriam, de aproximar-se dos Estados Unidos; o inexcedível obreiro da arbitragem internacional; o realizador dos acordos internacionais diretos, possibilitados pelo empenho de respeitar os interesses e os direitos de cada nação.

São essas características de sua personalidade que desejo destacar, recordando episódios de sua vida e trechos de sua obra, em que se revelaram.

#### Visões da mocidade

Não quero, todavia, calar desde já que não ouvireis um crítico ou um historiador desapaixonado. Ao contrário, ainda agora, estive a reler memórias e relatórios, em que me apoiarei – ao calor das reminiscências da juventude que ressurgiam. Talvez, o único interesse destas palavras – se algum lhes puder ser atribuído – esteja em revelarem como compreendeu e sentiu Rio-Branco um adolescente do seu tempo, que com ele só teve algum rápido contato pessoal. Por uma coincidência, que me não animo a qualificar de feliz – eu era, então, um adolescente...

Naquele tempo, a cidade começava a despojar-se da sua feição colonial. Todos sentíamos a renovação iniciada. Poucos imaginariam, no entanto, quanto influiriam na feição da vida da cidade, na sua mentalidade, algumas ruas mais largas. Demolia-se o velho casario, rasgavam-se vias de comunicação no centro urbano esburacado e poeirento. Um governo genuinamente republicano, liberal e honrado, realizava a democracia sob a chefia de um estadista formado sob a monarquia, que se não despojara das virtudes do regime político em que fizera largo trecho de sua vida pública.

Os moços, ainda não fazíamos a vida saudável das praias, nem a vida alegre, acaso menos saudável, dos cassinos, e dos cinemas. Não os lamenteis, contudo. Tínhamos uma fortuna: de quando em quando, defrontávamos, inopinadamente, nalguma rua estreita e mal calçada, ou nalguma livraria – os rapazes daqueles tempos freqüentavam livrarias – um homem magro, pálido, encurvado, de olhar plácido coado por lentes cristalinas, sem aros – era Rui Barbosa; um homem atarracado, de basta cabeleira meio grisalha, bigodes eriçados, olhar profundo, sobraçando uma grande pasta – era Osvaldo Cruz; um homem amulatado, de barba grisalha escorrida, *pince-nez* de aro preto, fraque escuro – era Machado de Assis; um homem alto e corpulento, majestoso na sua singeleza, grande calva rosada, grandes bigodes meio requemados pelo cigarro, olhar claro, severo e doce, fraque preto, calças brancas e chapéu Panamá, ou fraque preto, colete branco e calça listrada e cartola – era Rio-Branco.

Esses encontros de todas as horas, em meio da correria para as aulas ou para o trabalho, com alguns dos maiores brasileiros de todos os tempos; essa antevisão da posteridade; essa presença da glória autêntica – davam-nos a sensação de alguma coisa superior às coisas efêmeras com que lidávamos. Cada um de nós parava na rua, para ver passar, ou para deixar passar, o grande concidadão – tal, ainda então, alguns homens se detinham para contemplar a mulher bela, que seguia seu caminho, como a outra, “*distracte et sans entendre ce murmure d’amour*”... O olhar, de admiração e de reconhecimento, em que envolvíamos o transeunte solitário – acaso nem por ele percebido – acendia em nós mesmos uma chama de amor – feito, como o verdadeiro amor, de orgulho e de confiança – amor da pátria, “puro e não movido de prêmio vil”...

#### Ascensão ao ministério

Rio-Branco volve ao Brasil, após 15 anos de ausência, para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores. Como vos disse, os triunfos obtidos nas duas grandes questões de limites, em que fora o advogado do Brasil, lhe haviam granjeado a gratidão nacional. Pouca gente conhecia, lera, pudera apreciar os numerosos e alentados volumes em que se continham os seus arrazoados.

Mas, o pronunciamento dos mais autorizados críticos esclarecera e formara a opinião pública. José Veríssimo dissera que a exposição sobre a questão das Missões fora “um modelo de con-

cisão e de precisão, de condensação de uma vasta matéria em que nada útil ficou esquecido e nada foi posto de mais”. E acrescentava: “a sobriedade domina essa obra de saber e patriotismo”. Joaquim Nabuco acentuou a imensa fortuna de possuir o Brasil, naquele momento, um defensor como a nossa causa não teria encontrado igual em nenhuma outra época. E a fortuna do Brasil não fora apenas possuir esse defensor; fora ter sabido aproveitá-lo. Ainda mais: que a mesma fortuna se renovasse mais de uma vez, com o mesmo homem providencial <sup>2</sup>.

Para realizar essa obra, em que se consome apaixonadamente durante oito anos contínuos, interrompera os seus estudos habituais de história, que para ela mesma tanto lhe valeriam. Um de seus amigos folgava, ao vê-lo “livre da estreita prisão dos prazos arbitrários”, podendo consagrar-se, de novo, àqueles estudos prediletos. No entanto, logo depois, de novo os interromperia para vir ser ministro das Relações Exteriores na presidência Rodrigues Alves. Bem se compreende que houvesse recusado e relutado em aceitar a investidura. Vinha, inevitavelmente, envolver-se no tumulto da politicalha indígena; arriscar o seu renome glorioso. Como ele mesmo disse publicamente – nada tinha a ganhar e muito poderia perder.

Mas, também se compreende que houvesse, por fim, acedido. Sabia as graves e mal encaminhadas questões, que tínhamos pendentes, ameaçando futuramente a nossa situação no continente;

---

2. A questão fundamental, no caso do Amapá, consistia em determinar qual era o rio Japoc ou Vicente Pinson – se o Oiapoque ou o Araguari. Para resolvê-la Rio-Branco fez o estudo minucioso da ocupação da Amazônia e do extremo Nordeste do Brasil.

Nesse caso, como no das Missões, sua obra é de erudição metódica e paciente, escolhendo os documentos aproveitáveis, comentando-os e interpretando-os, baseando neles uma argumentação indestrutível. Seu maior empenho, admiravelmente realizado, é extrair dessa congêrie de velhos documentos uma conclusão simples, clara, irrecusável.

Ele mesmo escreveu, numa das memórias sobre a questão do Amapá: “*L'intérêt de notre cause n'est pas de nous engager dans une dialectique subtile, mais, au contraire, de simplifier le débat*”.

E toda a sua confiança no reconhecimento do direito do Brasil se afirma nesta advertência categórica:

“*Ce n'est pas un accommodement, mais t'ine decision de droit que te Brésil attend...*”.

Nos dois casos, o problema era da mesma espécie: a identificação de certos rios, a comprovação do *uti possidetis*. Os documentos, em que apóia a sua demonstração, não se revelariam, de súbito, a quem os ignorasse. E a vantagem de Rio-Branco, no trato dessas questões, resultava de que já conhecia, e bem, todo o material aproveitável. Ele sabia tudo o que interessava ao Brasil. Eduardo Prado qualificou de – salomônica – a erudição, que conseguira, sobre o Brasil.

e sabia como resolvê-las. Era a melhor, a mais completa, a definitiva aplicação dos seus estudos de tantos e tantos anos. O objetivo, não sabido, imprevisto, a que tenderiam – e que, de súbito, se tornava atingível. Teria de ceder à sedução dessa oportunidade incomparável.

Seus estudos lhe proporcionariam, desde logo, outra vantagem imensa. Pouca gente o conheceria aqui; mas, ele conhecia bem a nossa gente, a nossa formação, a nossa estrutura íntima, tanto que, de pronto, se adaptou ao novo meio e nunca teria dado – como dão tantos patricios nossos depois de alguns meses de permanência na Europa – a impressão de ser um estrangeiro.

Por outro lado, a acolhida, que lhe soube fazer a população do Rio de Janeiro, seria reconfortante e reveladora de reconhecimento, de confiança e de apreço extraordinários. Sem dúvida, qualquer novo ministro de Estado é recebido, ao chegar para investir-se no cargo, por numerosos admiradores. Lembrai-vos, por certo, de que até mesmo o boato infundado da investidura de algum viajante em posto ministerial já valeu uma recepção, abundante de gente e de harmonias musicais...

Quanto a Rio-Branco, porém, pode dizer-se que o nosso povo acolheu-o com uma demonstração esplêndida de verdadeira gratidão e de plena confiança.

#### Volta ao Brasil

Rio-Branco dissera que não tinha vindo ao Brasil depois das decisões de Washington e de Berna, “para evitar recepções barulhentas”. Por fim, teve de submeter-se à mais barulhenta de todas as recepções; mas, ele mesmo sentiria, nas expansões com que o acolhiam, alguma coisa mais que barulhada desagradável.

Era um dia luminoso e cálido, de dezembro. Encheu-se de embarcações empavesadas, atonetadas de gente, o ancoradouro dos navios mercantes. Em meio delas, Rio-Branco desceu do transatlântico para o galeão de D. João VI, que o transportou a terra, ao lento e possante meneio de sessenta remos por marinheiros da Armada Nacional. Estrugiam exclamações e girândolas de foguetes; bandeiras multicores agitavam-se aos ventos. Por um momento, se deteve o galeão, e à popa assomou a figura imponente de Rio-Branco, agitando grande cartola cinzenta. As aclamações redobram. Uma banda de música militar, em outra embarcação que se aproximara, executou o “dobrado” do seu nome, que

se tornaria famoso. Em terra, a manifestação assumiu proporções assombrosas. Ouvi, então, um discurso de agradecimento de Rio-Branco. E a grande impressão, que ele me deu, foi de extrema singeleza. Nenhuma retórica, nenhuma ênfase, nenhuma revelação de contentamento indiscreto.

Logo se divulgava, entre a multidão, a mesma impressão da singeleza daquele autêntico homem célebre – sem a vaidade ou as atitudes solenes de tantos outros, meros candidatos à celebridade... Bem me recordo de duas expressões, que lhe foram então atribuídas. Uma teria sido a propósito da sua cartola cinzenta. Percebeu que era a única em meio de tanta gente, e apressou-se em explicar – que a preferira, porque estava em moda quando havia partido do Brasil e supusera que, com o tempo decorrido, houvesse voltado a prevalecer a mesma moda... Outra, teria sido quando a multidão se encaminhava para a rua do Ouvidor, orientando o percurso da sua carruagem. O próprio prefeito, zeloso das posturas municipais, teria advertido que era proibido o trânsito, por aquele local, e naquela hora, de veículo de tração animal. Houve, então, quem aventasse que se desatrelassem os animais e se puxasse a carruagem – prática já aplicada por vezes e até comentada no estrangeiro. Rio-Branco opôs-se formalmente, exclamando: “Pelo amor de Deus! Tudo, menos isso”... E seguiu a pé, em meio do povo.

#### Primeira reação

Pouco depois, aconteceu – como tem acontecido, e vai acontecer a tanta gente – a minha formatura em Direito. No clássico quadro dos bacharelados, Crispim do Amaral desenhara uma alegoria em homenagem a Rio-Branco. A generosidade de meus colegas fazia-me perpetrar o meu primeiro discurso.

Rio-Branco compareceu à solenidade. O orador exaltou o patriotismo; afirmou que venerar o barão do Rio-Branco era uma expressão e uma imposição do patriotismo. Ele ouviu com interesse, o olhar profundo cravado no jovem, magro e pálido bacharel, que eu era. Quando terminou a cerimônia, acercou-se de mim, com um largo sorriso, apertou-me a mão gelada na sua mão grande e forte, disse-me palavras muito amáveis. Logo, no grupo que se formara, começou a conversar. Falava, enquanto todos – professores, bacharéis nóveis, alunos, o ouvíamos.

Sabeis de que nos falou? De certas fórmulas, adotadas na correspondência oficial, depois de proclamada a República, que acabava de modificar no seu ministério.

Ora, no mesmo dia, publicava o *Jornal do Comércio*, na preciosa seção de polêmicas, que eram os “A pedido”, longo artigo, assinado por *Nemo*, em resposta a críticas àquelas deliberações do novo ministro <sup>3</sup>. Haviam partido as críticas, dentre outros, de Miguel Lemos, chefe do Apostolado Positivista do Brasil, que conquistara, com seu companheiro Teixeira Mendes, grande autoridade moral. As deliberações do ministro envolviam a supressão da expressão – “Saúde e fraternidade”; da designação “cidadão” que se substituíria por “senhor”; da “capital federal” que passava a mencionar-se como “Rio de Janeiro”; do pronome “vós” que cedia lugar a “vossa senhoria”, ou “vossa excelência”. O novo ministro excluía, assim, de um golpe, todas as expressões introduzidas pelo jacobinismo republicano. Suscitava uma questão que se poderia tornar irritante. Poderiam até considerar que o fazia desnecessariamente, já estando consagradas pelo uso de mais de 14 anos as expressões que condenava. Poderia parecer uma provocação, ou manifestação do seu monarquismo.

Até porque, na correspondência particular, Rio-Branco sempre usou o título nobiliárquico. Sempre demonstrara fidelidade ao imperador. Fora seu primeiro biógrafo, através de um obscuro Mossé, a quem proporcionou os elementos para um livro, até hoje muito apreciado. Proclamada a República, a ela não aderiu e pensou em volver ao Brasil para dedicar-se à vida rural e aos trabalhos históricos. Mandou, porém, consultar o imperador e foi este quem o reteve no serviço público, respondendo-lhe: – Continuai a servir ao Brasil; eu passo, o Brasil fica <sup>4</sup>.

Bem vêdes, por esta recomendação, que não é descabida, nesta casa de Sua Majestade, a recordação dos benefícios que ela proporcionou ao Brasil.

Vêdes, também, que o novo ministro, declarando sempre, insistentemente, que se não envolveria na política interna do país,

3. Esse mesmo pseudônimo subscrevera vários artigos em defesa do visconde do Rio Branco, na parte ineditorial de “A Nação”, em 1875.

4. Essa é a frase que o imperador teria proferido a Rio-Branco, para transmitir a Rio-Branco (Raul do Rio Branco, *Reminiscências*, p. 107). Graça Aranha refere que o imperador teria telegrafado a Rio-Branco, de Cannes, em 8 de dezembro de 1889, nestes termos: “Li tudo, quero-lhe muito, digo que fique, peço que fique, é seu dever. Sirva seu país”. (*Joaquim Nabuco e Machado de Assis*, p. 31).

nem por isso transigia com as práticas que reputava errôneas ou simplesmente ridículas. Pela conversa a que me referi, como pelo próprio teor do artigo, Rio-Branco assumia claramente a responsabilidade de sua autoria. Quanto ao “saúde e fraternidade”, *Nemo* reproduzia o ofício que, em 1893, quando chefe da missão especial em Washington relativa à questão das Missões, Rio-Branco enviara ao ministro do Exterior da época, ao receber a circular que tornava obrigatória essa expressão no fecho da correspondência oficial. No mesmo ofício, Rio-Branco ponderava que a obrigatoriedade estabelecida não se devia estender às missões especiais – o que era, evidentemente um subterfúgio; e acrescentava: “se se aplicar, ousou pedir que, não havendo inconveniente, se digne de me dispensar de usar uma fórmula de saudação que na República francesa, onde teve nascimento, só é usada hoje pelos discípulos da religião de Augusto Comte”. Ao mesmo tempo, o articulista mostrava qual era a nossa tradição na matéria. Condenava, por igual, o emprego do vós destacando os erros graves de sintaxe que acarretava. E, revidando às alusões de Miguel Lemos – à “Rocha Tarpeia do Acre depois do Capitólio da Guiana e das Missões” – expendia a mesma declaração, que tantas vezes emitiria: voltara ao Brasil “mui ciente de que, no posto de perigo que lhe foi designado, tinha bastante a perder e nada a ganhar”.

Dava assim, quarenta dias depois da chegada triunfal ao Rio de Janeiro, uma demonstração pública do seu feito, do seu desdém da unanimidade, da firmeza e da coerência das suas atitudes e convicções, do empenho de justificar-se publicamente, cabalmente, assumindo toda a responsabilidade de seus atos. Não se deixava aprisionar pela popularidade que conquistara. Era o jornalista de 1875, o bom democrata, empenhado em formar a opinião pública, em orientá-la, em esclarecê-la sem lhe ceder às exigências mal fundadas <sup>5</sup>.

---

5. “A Nação” foi um jornal de quatro páginas, vespertino, tendo de anúncios uma só página ou pouco mais. O primeiro número apareceu em 3 de julho de 1872, com a declaração de que a folha pertencia ao “bacharel João Juvêncio Ferreira de Aguiar (que mais tarde, no regime republicano, seria deputado federal) – sem mencionar nomes de redatores. Nenhum artigo assinado. Em 73, de março a 6 de setembro, esteve a folha sob a direção do padre João Manuel de Carvalho. Por fim, Gusmão Lobo e Paranhos “reassumem” a direção que deixariam a 13 de novembro de 1875. Parece, portanto, que Rio-Branco dirigiu o jornal, com Gusmão Lobo, de julho de 72 a março de 73 e de setembro de 73 a novembro de 75.

Órgão do partido conservador, defendendo o gabinete conservador do visconde do Rio-Branco então no governo, o jornal ocupava-se, porém, preferencialmente e com

## O caso do Acre

Enquanto assim descia a justificar-se, publicamente, sobre questão que poderia considerar de nonada já se engolfara na mais grave controvérsia internacional que teria de dirimir, e que, sem dúvida, reclamara sua presença no governo. Era a questão do Acre. Sabeis da renúncia reiterada do Brasil àquele vastíssimo e opulento território. No tratado de 1867, celebrado em plena Guerra do Paraguai, acaso com a preocupação de atenuar as prevenções que por esse motivo se formavam contra nós no seio de outras repúblicas do continente, e para evitar novos litígios internacionais, não havíamos exigido a observância do princípio do *uti possidetis* quanto este nos favoreceria. Sobreviera, por fim, a reação armada de brasileiros, ali estabelecidos, contra o governo da Bolívia. Um movimento de independência da região. Até mesmo a tentativa de formação de uma nova republiqueta. A concessão, feita pelo governo boliviano, a uma *chartered corporation* anglo-norte-americana. Em suma: a perda de território precioso, que

extraordinário desenvolvimento, das questões internacionais – sobretudo no período em que Rio-Branco o dirige.

É a política inaugurada pelo visconde do Uruguai e consistente em sustentar a independência do Estado Oriental e do Paraguai – o que ele apóia. Quando Saraiva faz uma declaração nesse sentido, aplaude-o calorosamente. Para ele, a garantia coletiva dos antigos aliados não excluía a que o Brasil, individualmente, quisesse prestar ao Paraguai.

Os tratados de Assunção foram o objeto de muitos artigos. Outros sobre a questão argentina; sobre os limites do Peru; sobre os limites da Bolívia com a Argentina.

O jornalista sustentava já as teses que o ministro, trinta anos depois, viria desenvolver e consagrar.

Ocorre, a esse tempo, irritante questão provocada pela assinatura de um tratado com o Paraguai, pelo ministro argentino Tejedor, que assim obtivera para o seu país a concessão de Vila Ocidental, além da publicação das notas e relatório dos viscondes do Rio Branco e de Caravelas, como representantes do Brasil, muitos artigos explanam a questão. Neles parece encontrar-se já o mesmo Rio Branco II, que viríamos a conhecer – escritor claro, sem eloqüência nem fantasia, argumentando minuciosamente, fundamentadamente. Não é, porém, sem alguma irritação que, por vezes, o jornal comenta certas apreciações da imprensa de Buenos Aires. Num desses artigos (9 de julho de 75), depois de mostrar que fora incomparavelmente maior que outra qualquer, a nossa parte de sacrifícios na guerra com o Paraguai, e o desinteresse com que havíamos dispensado compensações – escrevia alguém, que talvez não fosse o próprio Rio-Branco:

“Não temos criado embaraços em tempo algum ao desenvolvimento e ao progresso dos nossos vizinhos, se desejassemos arrastar a uma guerra a República Argentina, teríamos aproveitado mil ensejos favoráveis, aceitando até a aliança de outros estados limítrofes que não há muito tempo nos foi proposta, e que, ainda hoje estariam prontos para entrar em uma cruzada contra a mais turbulenta, provocadora e ambiciosa potência desta parte da América. Fechamos os olhos a todas as provocações e insultos que nos vêm de Buenos Aires, a todas as fanfarronadas de sua imprensa, porque temos consciência do que valemos. Nada disso poderá trazer a guerra porque o nosso povo habituou-se a rir de tais provocações e quixotadas. Queremos ver a República Argentina

deveríamos ter conservado; hostilidade com uma nação vizinha; a presença ameaçadora do capitalismo estrangeiro em plena bacia amazônica.

Em novembro seguinte – menos de um ano após a chegada ao Brasil – Rio-Branco superara todas essas dificuldades. Pelo Tratado de Petrópolis – assinado naquela velha e singela casa de Westfália, rodeada de velhas árvores, fronteira às águas plácidas do Piabanha, tão tipicamente brasileira – restaurava a observância do princípio do *uti possidetis*, recuperava a imensa área territorial a que já havíamos renunciado, selava com a Bolívia um pacto de boa amizade, afastava a ameaça da *chartered corporation*.

Do espírito com que soube conduzir as negociações, da situação em que as realizou, creio que se pode fazer idéia exata pela carta a José Veríssimo, ainda em fevereiro de 1903:

“O negócio do Acre, como sabe, não está terminado, mas espero em Deus que há de terminar brevemente, por um acordo razoável e satisfatório. Para que cheguemos a esse resultado, sem derramamento

---

grande e próspera, porque só então ela poderá compreender os benefícios da paz”.

De outra vez, ao publicar uma correspondência de Buenos Aires em que se aludia à batalha de Ituzaingó como a uma derrota brasileira, intercala-se uma nota, em que se adverte:

“É bom notar aqui que a lembrança de Ituzaingó, longe de envergonhar, nos é um justo motivo de orgulho para os brasileiros...”.

E no fim:

“Um general que dispõe de 10.000 homens descansados, em terreno previamente escolhido, não tem o direito de vangloriar-se pelo fato de não haver sido derrotado por 5.000 e tantos homens fatigados por uma longa marcha e que afinal se viram privados da munição”.

Ainda de outra feita, retifica o comentário de uma folha argentina sobre o combate de Pozos, aos 11 de junho de 1826, em que se descrevera a esquadra brasileira de 60 navios, vencida pela esquadra do almirante Brown, de 14 navios; não, Norton dispunha apenas de 20 navios e, destes, apenas 6, dos menores, “sustentaram de longe algum fogo contra a esquadra argentina que não se moveu dos seus barcos”. Em dias consecutivos publica documentos oficiais para fixar a verdade histórica.

Seriam de Rio-Branco esses tópicos? Pode escusar-se o que neles haja de veemente pelo calor da retorsão. Sente-se, neles mesmos, o apreço merecido pela grande nação vizinha, o empenho de conquistar-lhe a amizade para o Brasil – através da indignação contra os que comprometiam essa amizade, amesquinhando-nos e falseando os fatos históricos.

Do outro lado estaria Zeballos? Já se disse que, assim, Rio-Branco travava com o exímio publicista argentino, as primeiras escaramuças (Raul do Rio Branco, *op. cit.* p. 59). Mais tarde se encontrariam perante o árbitro da questão das Missões, cada um advogando os direitos do seu país. Vencido, então, sofre Zeballos o dissabor do episódio ocorrido por ocasião da leitura da sentença final. Rio-Branco soubera que esta era favorável ao Brasil – e, para poupar ao seu antagonista o constrangimento de ouvi-la a seu lado, propôs que se fizesse leitura da sentença, separadamente, a cada patrono dos litigantes. Zeballos, recebendo essa proposta, imaginou que, ao contrário, Rio-Branco a

de sangue, é preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo”.

Logo depois dessas declarações ameaçadoras, escrevia, porém, outras palavras, tristes e desenganadas:

“Deus nos livre de uma guerra, desmantelados e empobrecidos como estamos” <sup>6</sup>.

Essa expansão, quase pessimista, faz pensar no episódio, que se narra, ocorrido entre ele, Euclides da Cunha e não sei mais quem. Conta-se que, certa vez, exaltando os recursos do Brasil, Rio-Branco fora contestado por Euclides da Cunha que insistira na extensão das terras áridas ou inaproveitáveis, nos rigores do clima, na deficiência e nos defeitos da gente. Outros, presentes, apoiaram-no. Rio-Branco não se rendeu às objeções, apesar de não ter o conhecimento direto do território, que Euclides da Cunha adquirira. A discussão prolongou-se, até que Rio-Branco, baldo já de argumentos, teria bradado: – Mas, realmente, que prazer terão em procurar convencer-me de coisas que não posso admitir?

O Tratado de Petrópolis foi, assim, novo e completo triunfo, obtido à sua maneira – graças à sua energia firme e serena, ope-

---

formulava por saber que a decisão lhe era contrária – e recusou o alvitre. Calcule-se a sua decepção ao ouvir a sentença – de todo favorável ao Brasil. Conta-se, porém, que o ilustre jurista argentino cumprimentou amavelmente Rio Branco “pelo seu admirável trabalho”, ao que este replicou: “O meu trabalho não valeu nada; minha causa é que era a melhor...”. (Medeiros e Albuquerque, in “Revista da Academia de Letras”, vol., XXXV, p. 382).

Mais tarde, os dois seriam, coincidentemente, ministros das Relações Exteriores – da Argentina e do Brasil.

Era ao próprio Zeballos que ele escrevia, da Suíça, em janeiro de 1901 – menos de dois anos antes de assumir o ministério – a propósito das notícias da visita do presidente Roca ao Brasil:

“... por elas vi, com grande prazer, que, desvanecidos de todo os antigos preconceitos e desconfianças que nos havia legado a época colonial, as relações de boa vizinhança entre a República Argentina e o Brasil são hoje mais estreitas e cordiais do que no tempo das nossas gloriosas alianças de Caseros e do Paraguai. Estou convencido de que o futuro consolidará e fortalecerá essa amizade, como tanto convém ao progresso dos dois países e à importante missão que lhes está destinada na política internacional de nosso continente e, algum dia, na do mundo” (in Aloísio Napoleão, op. cit. pp. 146-7).

E foi Rio Branco quem promoveu a visita ao Brasil do presidente eleito da Argentina, Saenz Peña – que assinalaria o início de uma nova fase das relações das duas grandes nações sul-americanas, de mútua, cada vez mais perfeita e cordial compreensão e estima. A esse mesmo tempo, um observador argentino, de excepcional acuidade, sentia o interesse carinhoso de Rio-Branco pelo seu país e pelos seus homens eminentes – e compreendia a elevação moral de sua obra a serviço do Brasil (Ramón J. Cárcano, *Volando sobre siglos*).

6. Essa carta encontra-se no arquivo da Academia Brasileira de Letras.

rosidade incansável, competência meticulosa, atenta aos menores detalhes assim como aos aspectos mais gerais e às mais remotas conseqüências do caso, aliando-se ao respeito pelo adversário e ao zelo dos seus próprios interesses mais relevantes <sup>7</sup>.

#### Contraste de dois grandes homens

Através do debate sobre o tratado do Acre, duas mentalidades bem diversas se revelam na apreciação das vantagens obtidas pela Bolívia.

A Rui Barbosa parecia que lhe deveriam bastar os esterlinos e a construção da estrada de ferro:

“Juntar-lhe, ainda, a cessão de um porto seria talvez muito. Contudo, até aí se poderia ir, suponho eu. Mas, somar a todas essas verbas 5.973 quilômetros de território brasileiro é o que me parece uma generosidade cuja largueza excederia, a meu ver, o limite de nossos poderes”.

E chegava a esta declaração significativa:

“Não quero dizer que o Brasil perdesse na troca. Isso não. Mas dava mais do que aquilo que vale, para a Bolívia, o que ela nos cede.”

---

7. As dificuldades inerentes ao caso, acresciam as que despertavam. Levantaram-se opositores veementes ao tratado. Na Câmara, impugnou-o uma das mais altas figuras da representação nacional – Barbosa Lima. Rui Barbosa, que, com Assis Brasil e o próprio Rio Branco, formava a comissão incumbida de negociá-lo com os representantes da Bolívia, demite-se, divulgando o que chamou “razões do plenipotenciário vencido”. Não bastou ao excelso parlamentar que os motivos de sua divergência fossem conhecidos do Senado na sessão secreta em que se discutiu o tratado; trouxe-os a público e todos os jornais encheram uma larga página com aquela exposição sensacional.

Merece ser recordado que haviam aproximado os dois grandes brasileiros velhas demonstrações de estima. Em 14 de outubro de 89, Rui Barbosa, no “Diário de Notícias”, consagrara o artigo principal, em quatro longas colunas, ao capítulo sobre o Brasil na “Grande Encyclopédie” e Levasseur. Acompanhava minuciosamente o notável estudo, realçando bem o valor da contribuição de Rio Branco:

“A parte visível do barão do Rio Branco, nesse trabalho coletivo, é, pois, quase igual à do conceituado polígrafo, cuja sombra o apadrinha no frontispício do volume, prestação, porém, não menos considerável do que essa é a com que concorreu o nosso laborioso compatriota na lucubração geral dessa monografia, onde o seu espírito presidiu constantemente à tarefa aquinhoada aos escritores estrangeiros, cuja ciência cooperou nessa brilhante homenagem ao Brasil. Escasso e imperfeitíssimo é, ainda entre especialistas, ainda entre os nossos melhores amigos no outro continente, a erudição européia no tocante ao conhecimento exato das coisas do Império sul-americano; de modo que se a ação amestrada e firme de um investigador habituado a severos estudos práticos em todos os ramos de conhecimentos atinentes a este país não houvesse dirigido, aconselhado, corrigido, passo a passo, a contribuição advena, em vez de uma sólida construção, esmeradamente marcada em todas as suas partes, não teríamos certamente agora diante de nós mais que um agregado de peças defei-

Ao passo que Rui Barbosa se atinha a esse cálculo duvidoso, Rio-Branco assentava noutras bases mais largas a solução do problema e declarava desassombradamente:

“Não foram, porém, vantagens materiais de qualquer ordem o móvel que nos inspirou. Desde muito se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar; entretanto, o governo persistiu sempre em considerar boliviano àquele território e dar à Bolívia as precisas facilidades para o utilizar. Foi preciso que a própria segurança deste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador das *chartered companies* e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos, com a nação boliviana, enquanto existisse sob a sua soberania um território exclusivamente habitado por brasileiros que lhe eram hostis, para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos. E, de fato, as maiores vantagens da aquisição territorial que resulta deste tratado não são as materiais. As de ordem moral e política são infinitamente superiores. Entre estas basta apontar a que se traduz na melhora substancial que experimentam as condições de nosso Império sobre o sistema fluvial amazônico, justamente no

---

tuosamente harmonizadas, eivadas cada uma de erros imperceptíveis a olhos estranhos, mas grosseiros e risíveis aos nossos, além de perniciosos aos interesses nacionais cuja verdadeira conveniência está na divulgação exata da verdade, para honra, ou emenda nossa”.

No entanto, Rui Barbosa não calava algumas divergências ou restrições já acentuando que Rio-Branco impugnava o movimento federalista, já advertindo:

“Epiloga o barão do Rio-Branco esse notável esforço de condensação, dizendo que “em parte nenhuma, na América, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, o progresso tem sido mais rápido e mais seguro que entre nós; síntese a que teríamos de opor mais de uma restrição se nos fosse possível agora discuti-la”.

Rio-Branco, na Europa, reuniu em pequeno volume numa edição de 100 exemplares esse artigo e outros relativos à publicação de seu estudo sobre o Brasil, inserto na “Grande Encyclopédie”, mandou a Rui Barbosa um dos exemplares, que hoje está na sua casa, com a dedicatória seguinte: “Ao ilustre brasileiro Rui Barbosa oferece este exemplar em sinal de reconhecimento pela grande honra que recebeu, o seu compatriota e admirador...”.

A Academia Brasileira elegeu Rio-Branco seu membro efetivo, logo em 1898, na segunda vaga que se abria, por morte do historiador Pereira da Silva, no quadro social. A primeira vaga fora preenchida pela eleição de João Ribeiro.

Rui enviou então ao presidente uma carta em que declarava não poder comparecer e pedia que se apurasse o voto que lhe dava, se fosse permitido votar por essa forma. Não era permitido; mas fez-se constar da ata a carta.

A esse tempo, Rio Branco estava ainda na Europa. Há, nos arquivos da Academia,

ponto em que o direito dos ribeirinhos podia tornar-se molesto”.

No contraste dessas preocupações – as do nosso maior jurista, o incomparável evangelizador constitucional, e as de Rio-Branco, se destaca a profunda inovação que este fazia no meneio da política internacional.

Dessa sua orientação – reiterada, como veremos, em tantos outros atos do maior alcance, com a maior firmeza e a mais perfeita coerência – devemos orgulhar-nos, apresentando-a como exemplo a todas as nações civilizadas.

A divergência manifestada, em torno do Tratado do Acre, entre os dois maiores brasileiros de seu tempo, tem alguma coisa de comovedor.

Rui Barbosa, quase sempre veemente na discordância, nunca terá atenuado o seu dissentimento com expressões de tanto apreço pessoal e de tamanha amizade. Por sua parte, Rio-Branco abstém-se de replicar a qualquer das suas arguições de ordem pessoal; mas, no âmago da questão, enfrenta, desassombradamente, a im-

---

um telegrama seu, de Baden-Baden, dez dias antes da eleição, dirigido a Joaquim Nabuco em que dizia:

“Aceitaria se fosse eleito mas entendo não me devo declarar candidato à Academia. Entretanto, resolva por mim como achar melhor. Escrevo. Saudades”.

No 1º de outubro a Academia elegeu-o por unanimidade dos 21 votos apurados.

A velha estima que, portanto, consagrava a Rui Barbosa influiria ao convite que em princípios de julho de 1903, Rio Branco lhe faz para plenipotenciário do Brasil nas negociações sobre o Acre, Rui aceita – como sempre – depois de alguma relutância; mas em meados de outubro já se exonera.

Na exposição dos motivos de seu desacordo, Rui Barbosa multiplica as referências respeitosas, e até afetuosas, a Rio Branco. “Nunca senti mais vivamente – escreve Rui – quanto custa sopitar um afeto por cumprir um dever”. Noutro trecho: “Basta-me não estar de acordo com a opinião de v. ex.<sup>a</sup> para desconfiar da minha”. Certa banalidade destas expressões fazem, contudo, duvidar da sua inteira sinceridade. Mesmo porque não faltam queixas, contestações miúdas, retaliações – a que Rio-Branco nunca replicou. Rui comenta, com algum ressentimento, a declaração, atribuída a um defensor do tratado, de que Rio-Branco teria recomendado que o não atacassem pessoalmente. Esta deferência parece-lhe ofensiva. E não se poupa a destacar pequeninos episódios destituídos de maior alcance – como o de haver sido convidado pelo barão do Rio-Branco para servir de plenipotenciário sem declarar que Assis Brasil participaria do mesmo encargo. Chega a algum remoque, aludindo à dominação de Rio-Branco sobre todos os ministros.

Quanto às razões da sua divergência, a principal consistia em considerar excessiva a concessão de um pequeno trecho de território, que o Brasil fazia à Bolívia: “não havia razão para não liquidarmos exclusivamente nessa espécie (em dinheiro) o custo do acordo”; como compensação bastavam a construção da estrada de ferro e £ 2.000.000 que o Brasil pagaria. Preferia o arbitramento – para decidir, não sobre o direito do Brasil, mas sobre a extensão do território que o Brasil deveria dar à Bolívia – e “que a Bolívia deveria temer tanto como nós”.

Na exposição ao presidente da República, que este transmitiu ao Congresso, Rio-Branco pôs bem claro o alcance da permuta de territórios: a Bolívia dava ao Brasil, além

pugnação; nem recua ante a ameaça, que Rui Barbosa fizera, de um levante da opinião pública e logo empenha-se em esclarecê-la, divulgando os fundamentos de sua convicção.

Anos depois, em 1907, Rio-Branco convida Rui Barbosa para chefiar a delegação do Brasil na Conferência de Haia. Acaso não recairiam em Rui as suas preferências e Joaquim Nabuco já teria sido consultado sobre a aceitação desse encargo. Mas, o próprio Rui declarou (“*Esfola da Calúnia*”, p. 247) que foi Rio-Branco quem indicou o seu nome para a missão. Rui relutou em aceitar o convite e Rio-Branco teve de ir a casa dele, mais de uma vez, para obter-lhe a aquiescência.

Sabemos o que foi a obra de ambos, na famosa reunião. É um episódio único na história política do Brasil e desses dois homens, com a sua cultura imensa, a sua capacidade de trabalho insuperável, o seu patriotismo esclarecido, empenhados na mesma causa.

Estão na Casa de Rui Barbosa os livros de minutas de telegramas de Rui Barbosa a Rio-Branco, durante a conferência. Todos, um por um, minuciosíssimos, por vezes enumerando, uma a uma, as delegações que haviam participado de alguma votação, escritos de próprio punho do grande embaixador, com a sua letra

---

de 142.900 km<sup>2</sup>, que lhe disputávamos, mais 48.100 km<sup>2</sup> de terra “reconhecidamente sua”, perfazendo o total de 191.000 km<sup>2</sup> ao passo que o Brasil lhe dava em troca, apenas 2.296 km<sup>2</sup> de terras “não habitadas por brasileiros e que o são por bolivianos”. Quanto ao arbitramento, nos termos em que Rui o queria, era fácil prever que a Bolívia não o aceitasse e, se envolvesse decisão sobre o direito do Brasil, poderia ser-nos desfavorável.

Rui formulara esta interrogativa: “quem aliena, a peso de libras esterlinas, 187.837 km<sup>2</sup> de solo, porque não alhearia igualmente, a troco de soberanos, os 3.163 restantes?”. No entanto, é fácil compreender que a cessão pelo Brasil, desse pequeno e desvalioso trecho de seu território – reduzido no cálculo adotado pelo barão do Rio-Branco, a menos que o que figura nas referências de Rui Barbosa dava à operação o caráter de permuta, antes que de venda, e, por isso mesmo, satisfaria a Bolívia nos zelos da sua soberania. Bem se compreende que a nação vizinha se não contentasse com a estrada de ferro e o pagamento em dinheiro, e almejasse a cessão do trecho do nosso território ocupado por cidadãos de sua nacionalidade – tal como era ocupada por brasileiros a larga região do seu território que nos cedia. Havia uma razão de coerência a fortalecer-lhe essa pretensão.

O primeiro motivo, o motivo inicial e, ainda depois, o motivo capital da divergência de Rui Barbosa – era a repugnância que lhe causava a cessão de parte do território brasileiro. Reconhece que, a princípio, e admitira, influenciado pelo próprio Rio-Branco. Pensara em obter da Bolívia todo o Acre mediante cessão do trecho do território brasileiro, que ela pedia, excluída qualquer compensação pecuniária.

“Mas – acrescentava, em carta a Rio-Branco – no estado atual do espírito público e com as influências desorganizadoras que hoje atuam sobre a opinião, não creio que a pudéssemos convencer desta verdade”.

Ainda noutra carta a Rio Branco, advertia:

“Conhecendo, como conheço, a opinião pública entre nós, convencido estou que ela se não conformaria com essa cessão territorial, dado que vantajosamente compensada, e que tal solução exporia o governo a sérias dificuldades”.

clara, mais clara talvez que de costume, devido à preocupação com a fidelidade das transmissões.

Por outro lado, há no Itamarati as minutas dos telegramas de Rio-Branco, talvez ainda mais minuciosos. Num deles (para só citar esse exemplo) se encontra a exposição de certa doutrina, com a indicação de certo livro, e da página deste, em que fora bem desenvolvida, e a informação de que o livro poderia ser obtido com determinado diplomata brasileiro residente em Bruxelas.

Conta-se que, no decurso da conferência, várias vezes, Rui Barbosa chegou a manifestar o seu desânimo, supondo que Rio-Branco não o aprovava, ou não estaria satisfeito com a sua atuação – mas logo se reanimava recebendo uma palavra sua, de apoio ou de aplauso.

Rui Barbosa exaltou o fervor dessa cooperação. Ela foi devotada, completa, eficientíssima. Rio-Branco preocupara-se com os mais mínimos detalhes – desde a expedição de credenciais de embaixador até a missão preliminar de Joaquim Nabuco para informar algumas grandes personalidades européias sobre o nosso delegado e esclarecer este mesmo sobre os demais delegados com que iria encontrar-se.

Talvez pela primeira vez, Rui Barbosa teria tido um colaborador. Rio-Branco soube sê-lo. Aí reponta uma diferença mar-

---

Quando se fixaram, definitivamente, as pretensões bolivianas – dois milhões esternos, a estrada de ferro, um pedaço de território – e verificando que “o presidente e todos aceitam essa solução”, Rui demite-se, declarando desejar que as suas preocupações “falhem de todo e que o país, aplaudindo a solução, coroe, mais uma vez, o nome abençoado e glorioso do ministro que a promove”.

Vê-se bem que em seu espírito pesava o temor da repulsa popular à solução adotada. Mais tarde, ele mesmo recordaria as questões das Missões, da Trindade, dos protocolos italianos – a vibração intensa da opinião que esses casos haviam provocado, as manifestações do que chamava “a melindrabilidade nacional”.

Não sei – talvez ninguém saiba – o que Rio-Branco lhe teria dito sobre esse aspecto da questão – na longa carta, em 13 páginas, de próprio punho, a que Rui aludiu, não se considerando autorizado a revelar-lhe o teor, e que Rio-Branco também não publicou. Pode, contudo, imaginar-se o que Rio-Branco teria escrito considerando os termos em que Rui Barbosa lhe treplicou:

“Foi neste (no país) que tive sempre os olhos, nos seus sentimentos e nos seus interesses, sem me importar jamais que com os benefícios a ele grangeados se abalasse “*de qualquer modo a minha situação política*”.

Estas últimas palavras aparecem, como aí estão, entre aspas e grifadas. Também são do original os grifos, que reproduzo, neste outro trecho logo a seguir:

“Esta (a minha situação política) nunca se achou *firme nem forte*. Nenhum homem público no Brasil a tem mais precária, mais combatida, mais abalada (...) Repugna ao meu temperamento cortejar a popularidade...”.

Mais tarde, ele quase relega ao segundo plano essa preocupação. Declara-se comprometido com o ponto de vista jurídico, sem liberdade “a fim de tratar o assunto no

cante na psicologia desses dois homens excepcionais. Repito-me, dizendo-vos que Rio-Branco tinha como que a faceirice de valer-se da colaboração de todos os homens ilustres de seu tempo. A propósito da Conferência de Haia, Rodrigo Otávio referiu que Rio-Branco lhe contara que, quase todos os dias, ia à Gávea ouvir os ensinamentos e conselhos preciosos do sábio Lafayette. Considerai o próprio caso do Acre. Quando algum dos nossos ministros das Relações Exteriores chamou, para auxiliá-lo na solução de um caso internacional, dois colaboradores da categoria de Rui Barbosa e Assis Brasil? No entanto, nenhum seria tão capaz de levá-la a bom termo, por si só, como Rio-Branco. E sempre foi assim. Das letras, do foro, do Congresso, da imprensa – com ele serviram todos os homens mais eminentes daqueles dias. Como que precisava da co-  
operação de todos. Nunca recebeu que a colaboração de qualquer deles amesquinhasse a parte que lhe caberia. Assim, para a aproximação dos Estados Unidos, elege um colaborador de porte esmagador – Joaquim Nabuco. Todos os brasileiros ilus-

terreno da conferência e da transação para onde até certo ponto as circunstâncias o haviam deslocado”.

Empenha-se, então, em acentuar que os motivos de sua divergência “não se cingiam: ao respeito do sentimento popular”. E manifesta uma surpresa, um desapontamento, uma de suas terríveis revoltas, ao dizer:

“Que a minha primeira impressão fora essa, não contesto. Eu, apesar de tudo, tinha a ingenuidade, até então, de crer na opinião pública e não a tomar como simples imagem convencional. Estava bem longe de calcular o quanto ela se atrofiara e sumira, entre nós, de poucos anos a esta parte”.

E ainda insistia:

“O espetáculo da impassibilidade geral nesta ocasião é o mais triste dos sintomas. Deveria afligir, ainda, os amigos do tratado. Nenhum país, que não houvesse perdido a sensibilidade se deixaria cortar um pedaço de sua fronteira, sem que a opinião pública ao menos se dividisse”.

De tal sorte reconhecia que, contra suas previsões, a opinião pública nem se dividira. Chega a revelar que – “no Senado, tudo o que direta ou indiretamente lhe (me) chegava aos ouvidos, era avesso em absoluto à cessão de território nosso”... E o Senado aprova o tratado, por grande maioria.

Não era só um triunfo pessoal de Rio-Branco, a demonstração da confiança absoluta, que soubera conquistar, no seio do governo e na opinião pública. Era, também, o resultado de um largo debate – talvez o mais largo a que no Brasil se terá submetido um ato internacional, no congresso e nos jornais. As vantagens do tratado ficaram evidenciadas pelo próprio Rio-Branco e por numerosos discursos, pareceres e artigos da imprensa.

Rio-Branco parece sempre inspirado pela advertência de Ernesto Renan:

*“On n'est maître chez soi que quand on n'a aucune prétention à regner hors de chez soi. Tout pays qui arrive à exercer une primauté politique, intellectuelle, religieuse, sur les autres peuples, l'expie par la perte de son existence nationale durant des siècles”.* (*Reforme intellectuelle*, pp. 17-18).

Ele o sabia. Por isso, todo o seu zelo apaixonado pelos interesses do Brasil nunca o levou a qualquer desejo de hegemonia ou de sacrifício implacável dos direitos de outra nação.

tres sabiam que poderiam ser, que seriam, provavelmente, convocados para o desempenho de algum encargo relevante. Seu propósito seria, precisamente, criar esse estado de espírito, difundindo a preocupação pela coisa pública entre os que melhor poderiam servi-la. Aí se acusa o seu temperamento de verdadeiro homem de governo democrático.

No entanto, Rui Barbosa, o grande liberal, não a teria. Ele me parece incapaz de colaboração. Contou sempre, e só, consigo mesmo. Foi Clemenceau quem disse: “*c’est une grande force que de ne compter qu’avec soi même*”. Rui Barbosa tinha essa grande força, em maior grau talvez que qualquer dos nossos homens públicos mais destacados. Ele não desejaria colaboração; não precisava disso, não se sabia valer de colaboradores. O caso de Rio-Branco, na Conferência de Haia, parece-me, por isso mesmo, excepcionalíssimo e mostra como ele sabia colaborar a ponto de vencer o terrível retraimento do nosso embaixador. Na mesma ocasião, o companheiro de delegação de Rui Barbosa na Conferência de Haia, o ministro Rostaing Lisboa, não tinha ensejo de proferir uma só palavra. Conta o nosso inesquecível morto destes dias, Rodrigo Otávio, que Rui Barbosa decidira acompanhar pessoalmente todos os trabalhos das quatro comissões da conferência, e só deixava aos secretários o encargo de decifrar os telegramas. Chegou ao ponto de recusar a assistência de um jovem secretário francês, que Rio-Branco se empenhara em proporcionar-lhe – e que viria a ser o hoje reputado internacionalista Georges Scelle.

Por essa falta de espírito de colaboração, é que Rui Barbosa era pouco advogado, ao contrário do que geralmente se supõe e, como já tentei mostrar noutra oportunidade. O advogado precisa de colaborar com o cliente, com o juiz, até com o patrono adverso. Rui Barbosa era antes o jurista-político, o doutrinador incomparável, o educador cívico por excelência. Sem nada do interesse pessoal, que o advogado sempre tem pelo cliente. Por isso mesmo, patrocinou brilhantemente direitos de adversários, ou desafetos seus e pôde chegar a pedir *habeas-corpus* para a anônima multidão dos vendedores de jornais que publicassem os debates parlamentares. Interessado, mais pelo caso jurídico, pelo direito em causa – que pelo titular desse direito.

Ainda há pouco vos recordava as palavras com que, a propósito do tratado do Acre, se confessava preso ao caso jurídico –

alheio e indiferente a qualquer propósito de conciliação, ou de transação.

Foi, toda a sua vida, o trabalhador solitário. No Congresso, nunca articulou seus esforços com os dos demais membros das comissões de que fazia parte; haja vista o exemplo da revisão do Código Civil; o que fazia era obra sua, exclusiva, personalíssima. Na imprensa, nos jornais que dirigia, só fazia o seu artigo, indiferente ao resto do jornal. E por isso mesmo, os partidos políticos, que tentou fundar e para que traçou alguns programas admiráveis, nunca puderam vingar. Rio-Branco teve o privilégio de saber ser o colaborador que ele prezou, de que se aproveitou largamente, de que sentiria a falta.

#### A emoção de um discurso

Rio-Branco sobrepunha as vantagens decorrentes do Tratado de Petrópolis às dos juízos arbitrais, em que fora advogado triunfante do Brasil <sup>8</sup>. Através dos debates provocados pelo tratado, foi-se generalizando essa convicção.

Aprovado o tratado, houve, certa noite, grande manifestação popular a Rio-Branco. A multidão invadiu os salões do Itamarati e à frente dela, Olavo Bilac saudou Rio-Branco. Olavo Bilac não era somente o poeta admirável, que todos conhecemos. Era, também, orador empolgante, pela beleza da frase, pelo timbre da voz clara e dominadora. Sua oração daquela noite ressoa ainda em meus ouvidos. Todos o ouvimos arrepiados de emoção. Todos sentíamos que ele traduzia o nosso sentimento, o sentimento de todos os nossos concidadãos, quando proclamava solenemente: “Paranhos do Rio-Branco! abençoado seja o teu cérebro, porque a tua inteligência restituiu ao Brasil os brasileiros que estavam sem pátria!...” E prosseguia: “abençoado seja o teu coração... a tua mão... o teu estudo... a nobre coragem com que arriscaste em uma nova campanha...”, justificando cada uma dessas bênçãos. E terminava, sob aplausos delirantes:

---

**8.** Rio-Branco disse-o claramente:

“As decisões dos dois pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram, o patrimônio nacional dentro de limites prestigiados por afirmações seculares de nosso direito. Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para a efetuar não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas que desde já se revelam como verdadeira equivalência e que o futuro se encarregará de traduzir em outros tantos laços de solidariedade internacional”.

“Através dos tempos, perdurando no carinho e na gratidão das gerações, abençoado seja o teu nome, Paranhos do Rio-Branco, pelo bem que fizeste à tua terra e à tua gente, pelo teu amor da paz, pela glória que a inteligência brasileira conquistou, concentrada na tua inteligência vitoriosa!”

A emoção de todo o auditório atingiu o próprio Rio-Branco. Ele estava bem habituado a expansões similares da eloquência e ao carinho afetuoso em que a nossa gente o envolvia. O ministro uruguaio Manuel Bernardez, formulou uma observação, que posso confirmar: freqüentemente, algum orador, em meio de seu discurso, fazia referência vaga, mais ou menos nestes termos: – Há, porém, um brasileiro maior que todos... – ou, então – Mas, o brasileiro que maiores serviços... – e logo todos aclamavam: Rio-Branco! Rio-Branco! Nem só isso. Em toda a parte, onde aparecia, sua presença levantava aplausos calorosos e prolongados. Lembro-me de que, certa vez, por ocasião de uma conferência de Enrico Ferri, no Teatro S. Pedro de Alcântara, estando no saguão, vi chegar Rio-Branco. Quase instintivamente, comecei a bater-lhe palmas. E toda a gente, que ali estava, fez o mesmo, formando-se uma ovação esplêndida...

Habitado a essa constante onda de admiração e de afeto que o envolvia – não pôde, contudo, Rio-Branco, naquela noite, ouvir sem emoção crescente a palavra calorosa de Olavo Bilac. Eu o vi empalidecer e, por fim, deixar-se cair na sua poltrona. Pouco depois, erguia-se para a oração de agradecimento, em que, como sempre, se despojava dos louros do triunfo: “o acontecimento que celebrais hoje com todo o ardor do vosso patriotismo – disse – não foi e não pode ser chamado uma vitória da diplomacia brasileira”. Como sempre, empenha-se em destacar o interesse da outra parte, acrescentando:

“a República irmã – a Bolívia, liberta-se de um ônus e vê o seu futuro comercial assegurado”.

Como sempre, filia o seu ato à tradição de nossa política internacional; realizava-se o que fora “aconselhado em 1865 e 1866, por alguns dos mais notáveis estadistas brasileiros como S. Vicente, Uruguai, Jequitinhonha, Nabuco, Euzébio de Queiroz, Tavares Bastos...” Como sempre, encarece a coerência de atitudes; afirma os direitos do Brasil, considera a felicidade dos brasileiros: o Brasil “resgata os vastíssimos territórios que generosamente cedera em 1867, quando despovoados” e restitui “à pátria

milhares de brasileiros por cujo bem estar todos os sacrifícios que vamos fazer, são justificáveis aos olhos da grande maioria, da quase unanimidade desta nação.”

Sempre seria assim. Esse grande advogado – por isso mesmo que o era – sabia que, no campo internacional, ainda mais que no das relações privadas, encerra verdade inesquecível o velho preceito romano que ressurgiu nas mais avançadas doutrinas jurídicas contemporâneas: *summum jus, summa injuria*.

Nunca ele quis levar às mais extremadas conseqüências e aplicações os direitos do Brasil; ao contrário, defendendo-os apaixonadamente, procura sempre conciliá-los com os das outras nações.

Daí, os 30 tratados de arbitramento que celebra com todas as principais nações. Daí, o Tratado de Petrópolis. E ainda outros.

#### Limites com o Peru

No bojo da questão do Acre, havia, porém, outra questão não menos grave.

Na exposição sobre o Tratado de Petrópolis, Rio-Branco assinalava expressamente:

“O território que pelo presente tratado é atribuído ao Brasil e o que passa à Bolívia entre o Abunã e o Madeira, são também reclamados pelo Peru... As pretensões do Peru vão, entretanto, muito além do que geralmente se pensa; vão até o ponto de considerar peruana uma parte do Estado do Amazonas, muito mais vasta que o território que foi causa principal deste tratado”.

A questão com o Peru apresentava-se, cercada das maiores dificuldades. Envolveria a mais extensa reivindicação territorial formulada contra o Brasil. Resolvendo-a vantajosamente para nós e fortalecendo a nossa amizade com a grande e nobre nação do Pacífico, Rio-Branco obteve um de seus maiores triunfos <sup>9</sup>.

---

9. Assim, no próprio Tratado de Petrópolis ficou estipulado: “a República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javari e o paralelo de 11º, procurando chegar a uma solução amigável do litígio – sem responsabilidade da Bolívia em caso algum”.

Naquele vasto trecho da imensa bacia amazônica, entre as margens de dois dos seus principais rios – o Madeira a Este e o Javari a Oeste – se mantinha, havia mais de século e meio, intrincada questão de limites, interessando a três nações diversas. Por oca-

### Visão derradeira

Por esse motivo, decidiu então o Instituto dos Advogados que a sua mesa fosse cumprimentar Rio-Branco. Para cumprir a deliberação, o presidente Xavier da Silveira, o primeiro secretário Moutinho Dória – que tenho o prazer de divisar na assistência – e eu mesmo, segundo secretário, fomos recebidos em audiência pelo grande ministro. Recebeu-nos em seu próprio gabinete de trabalho, no mesmo salão em que havia a um canto, oculto por um biombo, o seu leito em que viria a falecer menos de dois anos depois.

É o mesmo vasto e agora desatravancado salão em que trabalha o ministro das Relações Exteriores. Naquele tempo, havia ali numerosas mesas – dizem que eram 14 ou 15 – atulhadas de mapas, de documentos, de papéis vários. Ali passava Rio-Branco os dias e as noites, na vertigem do trabalho absorvente, estafando os secretários que se revezavam. Parece que se haviam intensifi-

---

sião das negociações do tratado de 1750, Alexandre de Gusmão teria advertido o seu plenipotenciário de que aquele trecho era “o mais difícil de toda a demarcação de limites” (cit. por Euclides da Cunha).

A zona, que veio a constituir o nosso território do Acre, era, assim, pretendida também pelo Peru. Realizado o acordo com a Bolívia, teríamos de enfrentar as reclamações do Peru.

Peru e Bolívia acordaram, porém, pelo tratado de 30 de dezembro de 1902, submeter sua controvérsia à decisão arbitral do presidente da República Argentina. Essa decisão atingiria os direitos do Brasil, se fosse de todo favorável ao Peru. Rio-Branco, por isso mesmo, patrocina a defesa dos direitos da Bolívia, provocando o magistral estudo de Euclides da Cunha, numa série de artigos publicados no *Jornal do Comércio* e depois reunidos em volume.

O mesmo Euclides da Cunha, que após o conhecimento direto da região, aprofundara o exame dos documentos, escrevia em carta a um amigo:

“Há um embaralhamento tal nas pretensões de nossos vizinhos, incidem nelas tantos vícios históricos e tantas dúvidas geográficas, acumulam-se tantas perfídias nos acordos, que o destrincar tais meadas requer conhecimentos de longo curso dificilmente adquiridos” (cit. por João Lira Filho, “O Barão”, p. 118).

Quanto aos limites com o Brasil, às pretensões do Peru remontavam ao *uti possidetis juris*, e não de fato, segundo o tratado preliminar de San Ildefonso, de 1777, e haviam-se revelado desde 1863. Ao tempo das negociações do Brasil com a Bolívia sobre o Acre, o governo do Peru pretendeu, a princípio, que um seu representante as acompanhasse e, depois, que as questões de limites entre os três países fossem submetidas conjuntamente a um juízo arbitral, Rio-Branco, bem sabendo o que queria, recusou ambos os alvitres, preferindo tratar com cada litigante separadamente.

Conduziu, porém, as negociações com a Bolívia na previsão das que teria de entabular com o Peru. Assim, no Tratado de Petrópolis deixou bem acentuado que o Brasil recuperava os direitos de que abria mão no tratado de 67, não se tornando cessionário dos da Bolívia, mas reavendo, em toda a plenitude, os que já tinha por títulos próprios. Desta sorte, com esse fundamento, pudemos repelir as alegações que o Peru tinha contra a Bolívia, quando pretendeu opô-las ao Brasil.

Entretanto, no território reclamado pelo Peru, agravaram-se as invasões de peruanos e os conflitos armados, que ocorriam desde 96. Em maio de 1904, iniciaram-se negocia-

cado mais que nunca os seus hábitos de trabalho. Já na Europa, Levasseur dissera: quando se trata do Brasil, o barão do Rio-Branco não dorme. Aqui, varava as noites na faina infundável, atendendo a tudo, ocupando-se de tudo. Medeiros e Albuquerque contava que, certa vez, despertado pela campainha do telefone, às 3 horas da madrugada, correu assustado. Era Rio-Branco que o convidava para um almoço no dia seguinte com uma personalidade estrangeira. Um diplomata sul-americano que o procura certa manhã, ouve do porteiro que o ministro se recolhera às 8 horas, supõe que tivesse sido às 8 da noite antecedente, não compreende a explicação – e fica atônito quando o outro lhe explica que fora às 8 daquela mesma manhã, depois de uma noite inteira de trabalho. Daquelas mesas se abeirava ele, sucessivamente, para a tarefa preparada em cada uma, com o seu famoso castiçal, os seus cigarros, os seus lenços. Delas se tiraram, ao que se diz, depois de sua morte, algumas dúzias de lenços e avultada soma de dinheiro.

---

ções entre os governos do Brasil e do Peru, que levaram aos dois ajustes de 12 de julho do mesmo ano. Num desses ajustes se estipulou a discussão de um acordo direto sobre os limites dos dois países a ultimar-se até 21 de dezembro do mesmo ano, ficando desde logo estipulada a mediação de algum governo amigo, ou a decisão arbitral, se o acordo se não efetivasse nesse prazo, ou no das prorrogações que fossem convencionadas.

Comissões técnicas norteadas pelo governo brasileiro – uma das quais, no Alto-Purus, chefiada por Euclides da Cunha – procedera à exploração da região em litígio. Esses estudos prolongaram-se até 1907, mas, por fim, o Brasil decidiu aguardar o laudo argentino. Este veio a ser proferido aos 9 de julho de 1909 em termos bastante favoráveis ao Peru. Ainda assim, provocou em ambos os países – mesmo no Peru – considerável reação e protestos. Menos de dois meses depois, assinava-se no Rio de Janeiro o tratado de limites entre o Brasil e o Peru.

Na exposição com que apresentou o tratado ao presidente da República, Rio-Branco assinala que as pretensões do Peru abrangiam, além do território do Acre, que recuperamos da Bolívia (191.000 km<sup>2</sup>) mais 251.000 km<sup>2</sup> do Estado do Amazonas – somando, pois, 442.000 km<sup>2</sup>. Pelo tratado, o Brasil ficou com 403.000 km<sup>2</sup> e o Peru com cerca de 39.000. O Acre ficou reduzido a 152 km<sup>2</sup>, ainda assim superfície quase igual à do Ceará e ao Paraná e muito maior que a de oito outros estados.

Nesse mesmo tratado ainda reponta o respeito pelo direito das outras nações. Rio Branco dizia expressamente:

“O confronto da enorme vastidão em litígio com a pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruanos – sem levar em conta a parte que poderíamos pretender na bacia do Ucaiale – pode deixar a impressão de que pelo presente tratado, o governo brasileiro se reservou a parte do leão. Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto. Ratificando a solução que este tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito. A grande desigualdade que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes faz, implicitamente, pela demarcação que acabam de concordar, é mais aparente que real, e devida tão-somente ao excessivo exagero da pretensão levantada em 1863 e mantida com afinco pelo governo peruano até há pouco tempo. De fato, a amigável composição a que chegaram os dois governos em 8 de setembro é igualmente vantajosa para ambos os países”.

Não era o trabalho desordenado. Era o trabalho esmagador, múltiplo, insuperável – a ânsia de realizá-lo, de atender a tudo, de resolver tudo, de providenciar sobre tudo. Ele bem sabia, melhor que ninguém, o que havia a fazer. E recearia deixar em meio a tarefa. Recearia não aproveitar bem todo o imenso cabedal que acumulara. Não era só o trabalho intelectual, a que tanto se habituara – só por si mortífero, que entibia os músculos, exaure os nervos, extingue a luz dos olhos. Leis beneméritas limitam as horas do trabalho cotidiano na indústria e no comércio: ao trabalho intelectual nem podem atingir, pois não tolera limites, nem restrições. Uma de suas características é a continuidade. A máquina, que o realiza, só se detém uma vez – para sempre. Como certos fornos, em que o fogo tem de ser entretido sem interrupção por operários que se revezem dia e noite – essa máquina exige a assistência continuada de um único obreiro. Essa é a destinação suprema do homem, aquela que, como disse Maeterlinck, está inscrita nos seus olhos, nas orelhas, na medula, nos lóbulos da cabeça, em todo o sistema nervoso, e pela qual se produz esse fluído estranho, de mil nomes – pensamento, inteligência, entendimento, razão, alma, espírito, bondade, justiça, saber – a que tudo em nós foi sacrificado.

Rio-Branco não tinha somente de realizar o imenso trabalho intelectual, que lhe cabia e para que fora excepcionalmente dotado. Euclides da Cunha pode dizer que o encarava com um assombro, vendo nele um gênio. Mesmo o gênio precisa, porém, de condições propícias para a sua eclosão, para a sua expansão fecunda. E a Rio-Branco, depois de algum tempo, as tricas da politicalha procuravam perturbar.

Na tarde em que Rio-Branco nos recebia em comissão do Instituto dos Advogados, vendo-o, exausto e doente em meio da sua papelada avassaladora, assaltavam-me algumas dessas reflexões. Dominaram-me, quando lhe ouvi dizer-nos: – Eu me tenho demorado aqui demasiado; deveria ter-me retirado há mais tempo... <sup>10</sup>.

---

**10.** Abrira-se a campanha da sucessão presidencial. Rui Barbosa aventara a candidatura de Rio-Branco para dirimir todas as divergências. A sua recusa, tão compreensível e legítima, parecerá apoio à candidatura do marechal Hermes. Chegou-se a dizer que ele a fomentava, levado por tendências militaristas. Em vão, no próprio Clube Militar, vai ao encontro dessa acusação, afirma publicamente que todo o seu continuado interesse pelas forças militares do Brasil, a bem da unidade nacional e do nosso prestígio internacional, o desvelo com que estudara os seus feitos gloriosos – anotando meticulosamente

Parecia que ele sentia concluída sua tarefa, regulados os limites do Brasil, dirimida a última e difícil questão – e que tudo isso não valera o sacrifício de seu prestígio. Repliquei-lhe, porém: “Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> que lhe diga o seu engano. Em verdade, V. Ex.<sup>a</sup> não se tem demorado por muito tempo; apenas, o vulto da obra que conseguiu realizar dá a impressão de que decorreu um largo período...”

Rio-Branco ouviu-me com um doce, triste, desenganado sorriso, abanando ligeiramente a cabeça e envolvendo-me num olhar em que me pareceu transbordar o seu reconhecimento. Ele viveria ainda uns dois anos. Morreria naquela mesma sala, em meio à-

---

a “História da Guerra do Paraguai”, de Schneider, e escrevendo vasta e minuciosa história militar do Brasil – tudo não significava que fosse militarista.

Muito claramente, em carta a Rui Barbosa em maio de 1909, dizia Rio-Branco:

“Logo declarei que em caso algum eu poderia aceitar o elevado e difícil posto em que v. ex.<sup>a</sup> e outros ilustres brasileiros desejavam ver-me colocado, e não o poderia aceitar, ainda mesmo que o presidente e todos os chefes políticos aqui e nos estados, unidos sem discrepância, me pedissem esse sacrifício. Igual linguagem eu tinha tido uns vinte e dois dias antes em conversação com o presidente da República. Meu pai completou a sua carreira neste mundo aos 61 anos de idade. Eu já tenho mais de 64. Estou velho e cansado para entrar agora nas lides da política interna, saindo da vida de retraimento que há tantos anos vou levando, e de que apenas me tenho desviado ocasionalmente, e a contragosto, para cumprir deveres de cortesia internacional no desempenho de cargos que me têm sido confiados”.

(Aloisio Napoleão, op. cit. p. 49, nota 47).

Seria duradouro o ressentimento causado por essa atitude. Na presidência do marechal Hermes, chegariam a imputar-lhe a responsabilidade de erros da política interna do governo, em que declara sempre não se envolver. É sabido o que ocorreu por ocasião do bombardeio da cidade do Salvador, de que teria, pelo menos, procurado evitar as conseqüências, impelido pelos reclamos de vários amigos – e também, como acentuou. Por gratidão ao descendente daquele chefe de gabinete do Império que, mais de trinta anos antes, conseguira a sua tão desejada nomeação para o consulado de Liverpool...

Sua atitude, no famoso caso, ficou, porém, bem esclarecida, notadamente por Alberto de Faria (vide *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. XXXIV, pp. 10-27) e foi a que deveria ter sido.

Bem se compreende, no entanto, que houvesse permanecido por tanto tempo no ministério. Havia quem considerasse que ele só apegava demasiado à Pasta, transigindo com situações indefensáveis, mantendo-se como membro do governo desprestigiado no conceito público.

Nem se compreende que ele transigisse com atos governamentais, lesivos do prestígio do Brasil, quando tanto o preocupavam as menores coisas suscetíveis desse alcance. Não se pode admitir que, atemorizado ante a possibilidade de ser vaiada Sarah Bernhardt, ficasse indiferente ante o bombardeio da grande e histórica cidade do Salvador...

O que o retinha era – a voragem do trabalho, o encadeamento das questões a resolver. Ele sabia, como ninguém, que a vitória do Acre poderia ficar comprometida, e anulada, pela solução do caso do Peru. Ele sabia, melhor, que ninguém, os males da descontinuidade da nossa gestão diplomática, apenas atenuados pela presença permanente do visconde de Cabo Frio como mentor dos ministros transitórios, acarretando, aliás, outros males... A isso aludiu, claramente, na exposição sobre o Tratado da Lagoa Mirim, em trecho adiante transcrito.

Ele não queria deixar em meio a sua tarefa. E valeu o seu sacrifício, porque só assim pôde concluí-la.

quela mesma papelada avassaladora, no posto de que não pudera arredar-se. Morreria de *hard work*, tal como se morre nos Estados Unidos, onde Bourget já observava que essa mesma expressão designa também a penalidade severa imposta a certos criminosos de má espécie.

### O Tratado da Lagoa Mirim

Ainda em 1909, Rio-Branco celebra outro tratado, em que culmina a sua preocupação de respeitar os direitos das demais nações, especialmente das nações vizinhas. É de 30 de outubro desse ano, a outorga, que faz, à República Oriental do Uruguai, do condomínio das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, na fronteira com o Brasil.

Ao Brasil pertencia o domínio pleno e exclusivo dessas águas, até às praias uruguaias. Rio-Branco partilha-as com a República vizinha. Espontaneamente. Sem compensação alguma. No próprio tratado está dito, expressamente, que dele tivera iniciativa o governo brasileiro. Rio-Branco acentuou que recusara certa vantagem para o Brasil, por não querer que a concessão feita pudesse perder a feição de reconhecimento espontâneo de um direito. É um ato sem precedente na história diplomática de todas as nações <sup>11</sup>.

---

11. Posso documentar, em que parece revelar-se a origem desse ato magnífico de solidariedade internacional. É um exemplar da obra de Manuel Inácio Carvalho de Mendonça – “Águas e Rios Correntes” – que pertenceu a Rio-Branco, depois a Gastão da Cunha, mais tarde a meu eminente amigo sr. ministro Hélio Lobo, que dele me fez oferta.

Nesse livro estão assinalados, a traços de tinta, pelo barão do Rio-Branco, alguns trechos, e notadamente o de p. 85, em que se lê:

“A política do Império, além de todas essas resistências que a princípio opôs à liberdade dos nossos rios, produziu uma outra derrogação aos princípios consagrados em Direito Internacional no que diz respeito à navegação da lagoa Mirim”.

Na p. 86 está marcado outro tópico, que assim começa:

“Hoje a livre legislação republicana declara que a cabotagem dos rios interiores é permitida aos povos das nações limítrofes, nos termos das convenções e tratados. A respeito dos lagos, a melhor solução é tratá-los como um domínio indiviso no qual cada navio fique sob a jurisdição da sua bandeira”.

Ao pé da página, ele mesmo copiou, com a sua letra inconfundível, dois artigos de nossa legislação ali citados. Na mensagem do presidente Afonso Pena, de maio de 1909, se anunciava a abertura de negociações com a República Oriental do Uruguai para modificar a linha de fronteiras. O tópico seria, como de boa praxe, do próprio ministro, que era Rio-Branco. E, à sua maneira, justificando a modificação a adotar, justificava, também, à solução estabelecida anteriormente – acentuando que não havia mais razão para as precauções torradas no Tratado de 51:

“A República Oriental do Uruguai é, desde muito tempo, um país próspero, cujo povo se não mostra menos pacífico, ordeiro e progressista que o

### Zelo das minúcias

A par dessa obra gigantesca, é incalculável, e do mais alto valor, o que Rio-Branco faz, dia-a-dia, hora a hora, movido pela mesma preocupação constante de melhorar, em todos os aspectos, a vida social do Brasil, de apresentar bem o Brasil e os brasileiros.

Ele lança a moda do carro descoberto. Promove a redução dos direitos de importação dos automóveis. Examina os cartões de visita dos candidatos a postos da diplomacia. Escolhe os convidados das festas oficiais, investigando os seus conhecimentos de línguas estrangeiras. Arruma os convivas dos banquetes oficiais, fazendo ele mesmo os croquis das mesas. Escreve, emenda, examina a vizinhança de cada um – não se deixando levar apenas pela preocupação da hierarquia, que domina os serviços do cerimonial.

Aquele homem glorioso, esmagado de encargos relevantíssimos, sabia quanto valiam essas pequeninas coisas. Chegava a artifícios deliciosos, recomendações cautelosas.

---

das mais adiantadas porções desta nossa América. As idéias de concórdia, em que nos inspiramos todos, e os sentimentos de justiça e equidade aconselham-nos a, espontaneamente, sem solicitação alguma, que não houve – fazer mais do que se esperava de nós, e isso, desinteressadamente, sem buscar compensações que outros poderiam pretender, dada a perfeita situação jurídica em que nos achamos”.

Pouco depois morre Afonso Pena. Sucede-lhe, na presidência, Nilo Peçanha – mas Rio-Branco permanece como ministro e prossegue nas negociações iniciadas e as leva a bom termo.

Na exposição com que, por fim, apresenta ao chefe da nação, o convênio assinado, está evidente a satisfação com que acentua a continuidade da orientação do governo ao mesmo tempo em que, como sempre, destaca o espírito de justiça e de coerência em que se inspirara.

Observa, antes de tudo, que se tratava de modificar a situação oriunda da guerra de 1801, pela qual ficara “para sempre irrito e nulo o tratado preliminar de limites de 1777, assinado em San Ildefonso e que não tinha tido até então inteira execução”. Essa era a mesura tese que sustentara na discussão do tratado com o Peru.

Recorda que homens “competentes e de incontestável dedicação aos interesses do Brasil” – como o conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e o general Soares de Andréia – haviam aconselhado, no Império, que o Brasil desistisse do domínio sobre parte da lagoa Mirim e do rio Jaguarão; e que, de acordo com o parecer da seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, havíamos cedido à Bolívia, pelo tratado de 27 de março de 1867, metade de várias lagoas fronteiriças.

O governo uruguaio apresentara ao do Brasil, sucessivamente, vários projetos de convenção, tendentes a abrir ao comércio da bandeira oriental a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão – mas nenhum desses projetos tivera andamento.

“O que se deve atribuir – esclarecia Rio-Branco – principalmente ao curto período administrativo dos ministros que os receberam e dos seus sucessores, assim como à resistência que a todas elas constantemente opôs apesar do progresso dos tempos, o espírito pouco inovador de um antigo e venerando funcio-

Disse-me antigo engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil que, certa vez, Rio-Branco requisitou o vagão de grande luxo, que então ali havia, para conduzir ao Rio um estrangeiro ilustre. Quis, porém, entender-se pessoalmente com os funcionários da Central, que acompanhariam o viajante. Fez-lhes, assim, várias recomendações e por fim, advertiu: – Não há necessidade de dizer que esse é o único vagão de luxo, que possuímos; é preferível que suponham que temos outros, até melhores.

Também se conta que, nas vésperas da Conferência Pan-Americana, aqui realizada em 1906, empenhou-se em organizar, às pressas, no Itamarati, grande e valiosa biblioteca de questões internacionais; fez adquirir numerosos livros e construir rapidamente um pavilhão para acolhê-los. Por fim, em vez de mandar colocar a costumada lápide comemorativa em que exaltasse a sua criação, recomendou que se cobrisse o edifício com telhas usadas e velhas. Mais tarde, quando os membros da conferência visitavam a biblioteca e se extasiavam ante as coleções ali existentes, ele se conten-

---

nário, cujas opiniões eram sempre atentamente ouvidas pelos homens políticos de passagem nesta repartição”.

Apenas, Carlos de Carvalho – prosseguia a exposição de Rio-Branco – aventara, no relatório de 96, a livre navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão; mas esse alvitre fora logo impugnado na imprensa.

No entanto, Rio-Branco revelava que, havia já alguns anos, formara a decisão de ir mais longe e invocava o apoio do próprio Carlos de Carvalho:

“Posso acrescentar que, em maio de 1905, quando ao dr. Carlos de Carvalho, então consultor jurídico do ministério a meu cargo, manifestei a opinião de que devíamos, não só conceder a livre navegação, sempre solicitada pela República Oriental, mas também, por ato nosso espontâneo e desinteressado, devíamos modificar a linha de fronteiras na lagoa Mirim e rio Jaguarão, achei-o de pleno acordo com essas idéias, que também encontraram, em dezembro do mesmo ano, o mais favorável acolhimento da parte do presidente Rodrigues Alves”.

Para ele, essa concessão era um dever. No trecho, que acabo de transcrever, a palavra é repetida – devíamos, devíamos... E por isso mesmo, se empenhava em que agíssemos sem provocação nem recompensa. Dessa preocupação há prova insuperável, noutro tópico do mesmo relato:

“No primeiro projeto que formulei, havia uma cláusula para a abertura da navegação à nossa Marinha de guerra, nos rios Taquari e Cebolati, afluentes da lagoa Mirim. Essa concessão nos fora oferecida pelo governo oriental em 1866 e ficara estipulada na convenção de 18 de janeiro de 1867. V. Ex.<sup>a</sup> concordou em que fosse retirada do nosso projeto primitivo porque, se a mantivéssemos, ficaria parecendo uma compensação que se nos dava pela cessão, que desinteressadamente queremos fazer, de parte dos nossos direitos em favor do país vizinho”.

Empolgou a opinião pública a beleza desse gesto. Houve, ainda assim, alguma divergência – mas limitada e sem maior repercussão. O conselheiro Antunes Maciel, deputado pelo Rio Grande do Sul, dizia-o “um convênio de desmembramento do território nacional, o primeiro que após quase cem anos de existência constitucional do Brasil era apresentado

tava com dizer: – Tivemos meio século de paz e de ordem, que nos permitiu cuidar dessas coisas... <sup>12</sup>.

São inumeráveis os episódios desse gênero. Quero deter-me no que ocorreu por ocasião da última visita de Sarah Bernhardt ao Brasil, tão característico me parece <sup>13</sup>.

Aplaudida, apesar da ameaça de vaia, Rio-Branco não ficou tranqüilo. Revela-o carta sua, que se encontra no arquivo da Academia Brasileira. É uma carta sem data, dirigida a – “Meu querido mestre e amigo”. Creio que seria a Machado de Assis, pois, dirigidos a ele, nominalmente, há também três cartões de Rio-

---

nesta Câmara”. Mas, ali mesmo o tratado teve 102 votos e contra apenas 7; no Senado, logrou aprovação unânime.

Na sessão do Instituto Histórico, de 6 de maio de 1909, Barbosa Lima – que havia sido dos mais notáveis opositores ao Tratado de Petrópolis – exaltou a cessão feita ao Uruguai. Agradecendo-lhe, Rio-Branco, depois de acentuar que o governo retardara a sua deliberação por motivos de delicadeza política, preferiu estas magníficas palavras:

“Se desejamos remover a exceção, que não é para o nosso tempo, nem para o nosso continente, não é com a idéia de merecer agradecimentos e de conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento de gratidão, raros homens o possuem, e mais raro ainda, ou menos duradouro, é ele nas coletividades humanas que se chamam nações”. Isso nos ensina eloqüentemente a história da sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, país que, na frase de um ilustre estadista argentino já foi libertador de povos oprimidos. Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque esse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro”.

Nunca se revestiu de mais bela expressão o sentimento da dignidade nacional. E com tanta fortuna que nem nos faltou aquele sentimento de gratidão profundo e duradouro – com que a República Oriental do Uruguai tem sabido honrar a memória do nosso grande ministro.

**12.** Narrou-me o sr. Afrânio Peixoto que por ocasião de um congresso científico internacional realizado no Rio de Janeiro, teve de tratar pessoalmente com Rio-Branco sobre certa cerimônia a realizar-se. Havia uma parte musical e Rio-Branco quis examinar o programa. O primeiro número era de F. Suppé, composição designada em francês. O ministro interpelou o erudito e brilhante homem de letras – se Suppé era francês. Ficaram ambos em dúvida. E não puderam deslindar o caso, de pronto, porque já estava fechada a biblioteca. Ficou marcada nova entrevista para o dia seguinte. E no dia seguinte, verificou se que, realmente, Suppé não era francês – mas, sim, austríaco.

**13.** O sr. Raul Rio Branco referiu (*Reminiscências*, pp. 199-201) que a grande atriz francesa havia sido recebida triunfalmente nos últimos anos do Império, tendo os estudantes chegado, então, a puxar-lhe a carruagem. No entanto, Sarah, de volta a Paris, se referira desfavoravelmente aos brasileiros, devido a duas impressões desagradáveis, que guardara: o roubo de algumas de suas jóias e um conflito em que seu filho fora envolvido. Voltando ao Rio, anos depois, os estudantes planejaram fazer-lhe uma manifestação de desagrado. Logo Rio-Branco promoveu a intervenção de Olavo Bilac e Domício da Gama, para evitarem essa manifestação e compareceu à récita da estréia acompanhado da filha, do filho e daqueles dois amigos. Acolhida friamente, Sarah soube conquistar grandes aplausos, Rio-Branco foi ao camarim felicitá-la e aí Sarah lhe disse: *C'est si bon de vaincre, vaus le savez mieux que personnel!*

Branco, em que este o chama de – “mestre” – e num deles, como na carta – “querido mestre”.

A carta é do teor seguinte:

“Meu caro mestre e amigo,

O nosso Joaquim Nabuco publicou, por ocasião da primeira visita de Sarah Bernhardt no Brasil, um magnífico artigo de que os jornais parisienses deram alguns trechos. Pode dizer-me em que jornal (“O País”?) e em que data apareceu esse artigo? Eu desejaria obter a sua transcrição no “Jornal do Comércio” para dar o último golpe na cabala que se andou fazendo entre moços das escolas, contra a grande artista. Imagine o que se diria do público do Rio e do Brasil inteiro, se Sarah Bernhardt fosse aqui pateada. Tive medo”...

Vede bem a que ponto chegavam as suas preocupações, o desvelo desse homem intrépido!

“Tive medo de que essa notícia fosse publicada hoje ou amanhã no mundo inteiro! Felizmente, o espetáculo de ontem, que começou na maior frieza e com meia sala, desde o segundo ato foi um verdadeiro triunfo para a velha, mas sempre encantadora Sarah”.

E subscrevia-se: “Do admirador e amigo velho”.

A carta não tem data. Verifiquei, porém, que Sarah Bernhardt esteve no Rio, pela última vez, em outubro de 1905, estreando a 13, no antigo teatro Lírico, com um velho dramalhão – “La Sorcière”. A segunda récita foi no dia imediato. E logo no outro dia, 15, aparecia no alto de uma das colunas dos “A pedido”, do *Jornal do Comércio*, um artigo sob o título – Sarah Bernhardt – e o subtítulo – “trechos de um artigo de Joaquim Nabuco no “País” de 27 de maio de 1886”<sup>14</sup>.

---

14. Essa carta, como todas as de Rio-Branco, aliás poucas, que existem na Academia, é escrita de seu próprio punho. Todas as cartas e também os cartões. Ainda os de menor importância, como a em que pedia a José Veríssimo os endereços de vários acadêmicos, indicados nominalmente.

Machado de Assis teria agido com tal solicitude que, logo no dia imediato, o artigo de Nabuco era publicado, de novo, no “Jornal do Comércio”.

Os trechos reproduzidos eram três. Recordarei o primeiro, que basta para mostrar o tom do artigo:

“A artista célebre que desde ontem é hóspede do povo brasileiro, chega ao nosso país envolta em uma fama da qual se pode dizer que é atmosfera de luz do nosso século. De tão longe nós a destacávamos na superfície iriante de Paris, como as grandes erupções vulcânicas na coroa solar. Hoje, porém, ela se acha deste lado do Atlântico, em um hemisfério inteiramente novo, cujas

### Devotamento ao Brasil

Essa é a sua singularidade inconfundível. Voltando ao Brasil com a maior soma de serviços e de triunfos que um brasileiro poderia apresentar – excede-se a si mesmo e realiza nova série de obras que, pelo seu merecimento, pelos seus resultados, pelos dotes que revelam, o fazem o maior dos nossos homens públicos.

É o verdadeiro homem público, o homem público cem por cento. Destituído de qualquer preocupação de ordem pessoal, desinteressado de bens e de dinheiro. Desprendido até dos próprios filhos <sup>15</sup>.

Após os triunfos arbitrários, estava endividado; então, apareceu na Câmara dos Deputados um projeto mandando dar-lhe vultoso prêmio pecuniário – e já se divulgou carta sua, a pessoa de intimidade, em que dizia não contar com isso e que depositava todas as suas esperanças – que considerava bem exíguas – num bilhete de loteria de Natal.

Ministro de Estado da República, o homem de maior prestígio no Brasil, naquele momento, manda sua filha casar-se na Europa – como referiu Rodrigo Otávio – para poupar-se a maiores despesas. Tudo isso para ele era secundário. O que primava sempre era só o interesse do Brasil. O que faz é o devotamento irrestrito de sua vida ao serviço e ao renome do Brasil. Não é um rasgo momentâneo de heroísmo; é o sacrifício de tudo, durante longos e longos anos, para as grandes obras e para as mais ínfimas coisas em que percebesse algum interesse nacional.

---

estrelas vão, pela primeira vez, vê-la voltar de seus triunfos e nos será dado medir a elevação real de seu gênio, não por alturas comparativas, mas pela sua grandeza solitária no campo da nossa imaginação”.

O último trecho transcrito parecia visar especialmente á situação que Rio-Branco receava:

“O que a França tem de grande nas artes e nas letras está com os olhos voltados para a portadora de suas credenciais artísticas. Os nossos aplausos desde hoje dirão ao mundo como foi recebida por nós a emissária da grande nação, de cuja glória fomos sempre um satélite distante”.

15. O sr. Aloísio Napoleão, em seu interessantíssimo livro (*“O segundo Rio Branco”*, p. 102), cita uma carta, de agosto de 1908, a José Carlos Rodrigues, em que Rio-Branco dizia que andava tão assoberbado de trabalho que havia 15 dias não tinha tempo para ver sua filha.

Seu interesse pelo Exército e pela Marinha era o mesmo, e oriundo das mesmas razões, que votava às instituições culturais, como o Instituto Histórico e a Academia de Letras <sup>16</sup>.

Ao contrário de outros tantos e tanto exemplos – o que ele faz é o sacrifício – a obliteração de todos os interesses pessoais, seus e da sua gente, para atender e servir somente a causa pública.

Parece haver, até, alguma coisa de contraditório entre as duas expressões da personalidade de Rio-Branco: de uma parte, o conhecimento minucioso do Brasil e o enlevo carinhoso, o devotamento apaixonado, o entusiasmo fervoroso pela sua grandeza; de outra parte, o sentimento das nossas deficiências e de nossos erros – recalcado, mas latente – o cuidado de suprir, até pela fantasia, essas deficiências. O desencontro dessas atitudes é apenas aparente; elas se conciliam e explicam e provêm do mesmo sentimento profundo e irremediável. Assim também, o seu zelo das tradições, o empenho constante de realçá-las não denuncia um rotineiro. Antes com aqueles restos de espírito de boemia, que sempre conservou, a par da gravidade das suas preocupações <sup>17</sup> – chegava a ser um inovador arrojado, que se despojava da satisfação de aparecer como criador de alguma inovação.

---

**16.** Seu interesse pela eficiência e pelo prestígio das forças armadas decorre, naturalmente, dos estudos de nossa história militar, das impressões diretas da Guerra do Paraguai, do convívio, na casa paterna com Caxias e Osório. Sabia quanto o Exército e a Marinha traduzem o valor de cada nacionalidade. No entanto, como vimos, ele mesmo, em discurso do Clube Militar, sentiu necessidade de repelir a pecha de militarista – que lhe tinham lançado, assim como se empenhou, sempre, em comprovar os seus zelos de pacifista.

Dos auxílios prestados por ele às associações culturais, basta-me destacar, dentre tantos e tantos outros, o episódio ocorrido por ocasião da passagem pelo Rio do famoso poeta indiano, Rabindranath Tagore. Contou-me o sr. Afrânio Peixoto que, então, Rio-Branco convidou vários membros da Academia Brasileira de Letras para uma conferência e incumbiu-os de oferecerem um almoço ao célebre poeta, recebendo-o carinhosamente e acompanhando-o em passeio pela cidade.

É sabido que Rio-Branco promoveu a recepção, pela Academia, de outras personalidades eminentes – como Guilherme Ferrero e Anatole France e que se interessou pelo preenchimento de vagas ocorridas na ilustre companhia, sugerindo ou amparando candidatos como Gastão da Cunha e Euclides da Cunha (vide Alberto de Faria, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. XXXIV, pp. 25-26).

**17.** Ministro de Estado, Rio-Branco freqüentava restaurantes populares, como o Rio Minho, na zona do antigo Mercado, ali satisfazia os seus prazeres de mesa, ao que se dizia até em mangas de camisa.

No entanto, ninguém seria, nas ocasiões adequadas, mais atento às exigências do cerimonial. Do eminente magistrado, sr. desembargador Cesário Pereira, antigo oficial de gabinete do presidente Rodrigues Alves, ouvi que Rio-Branco, apesar de fumante inveterado (tanto que tinha sobre a mesa de trabalho a tão falada vela acesa, a fim de não usar fósforos para os numerosos e sucessivos cigarros), não fumava perante o chefe da nação. O presidente percebera o sacrifício, que assim fazia o seu ministro, quando o despacho

O encadeamento da sua vida com a de seu pai – de quem escreveu uma biografia sóbria, serena, destituída de todo louvor desmedido – o culto amoroso da sua memória, a satisfação íntima de retomar os seus mesmos trabalhos e de realizar as soluções que ele pleiteara – tais a das questões de Missões, como a sustentara em 1857, e a da navegação do rio Paraguai <sup>18</sup>; o aproveitamento, com êxito imprevisível, dos seus longos e obscuros estudos; a estima pública, o carinho do seu povo, como ninguém os tivera – tudo reveste a sua vida pública de uma harmonia, de uma felicidade perfeita, a que faltaram, para mais realçar-lhe o significado, as venturas de ordem puramente doméstica.

Uma vida tão nobremente vivida exauriu-se na missão a que se votara, e com ela findou. Resolvidas todas as nossas questões de limites internacionais; celebrados tratados de arbitramento com todas as nações com que mantínhamos relações mais intensas; obtido para um prelado brasileiro o primeiro barrete cardinalício da América do Sul; orientada para os Estados Unidos nossa política internacional <sup>19</sup>; dado o marcante exemplo – de

---

se prolongava e, então, usava de um artifício, interrompendo-o algumas vezes, sob vários pretextos, para permitir que Rio-Branco fosse ao gabinete dos secretários fumar o seu cigarro.

Há outra versão do mesmo fato, que se pode conciliar com essa, correspondendo, talvez, a época ulterior. Por fim, Rio-Branco teria acedido em fumar perante o presidente; mas impusera-se uma restrição: não o faria diante de outras pessoas e, assim, quando alguém penetrava no salão do despacho ministerial, em que estava com o presidente, logo escondia o seu cigarro.

**19.** Conta-se que, por vezes, em meio da conversa, ele dizia: “Nisso eu penso como pensava meu pai” (Manuel Bernardes, *Le Brésil*, p. 176).

**20.** Nessa referência brevíssima está uma das suas mais importantes e arrojadas inovações – uma das suas restaurações. A aproximação dos Estados Unidos fora sempre dificultada pelo temor do sacrifício da soberania ou do prestígio nacional. Rio-Branco despreza essa preocupação e, em 1905, dá nova orientação à política internacional do Brasil, promovendo a criação da embaixada em Washington.

O presidente Rodrigues Alves, em sua mensagem ao Congresso, emite, então os seguintes conceitos:

“Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. Concorrendo para isso, não tenho mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido”.

Criticada a resolução do governo, Rio-Branco vem aos “A pedido” do *Jornal do Comércio* defendê-la num artigo assinado por J. Penn, mas sem nenhuma preocupação de dissimular a sua autoria, esse artigo veio a ser reproduzido na *Revista Americana*, maio-junho de 1912, pp. 469-90.

É completa a defesa dos conceitos emitidos pelo presidente da República. Remonta ao ato do príncipe regente, referendado por José Bonifácio, dias antes da proclamação da Independência, pelo qual se fez a primeira nomeação diplomática – a de um “encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos da América”. O governo imperial

constante respeito dos direitos e interesses das outras nações e de interesse desvelado até pelas menores coisas que interessassem ao Brasil, de observância das boas tradições e de inovação ponderada das que mereciam modificação – estaria concluída sua obra; poderia, finalmente, descansar. Poderia considerar-se que sua morte viera a ponto. Não só por isso, como também porque, como disse, as intrigas políticas ameaçavam envolvê-lo. Mas, ninguém avalia o que ele ainda saberia fazer pelo Brasil.

Por isso mesmo, sua morte logo lhe restaurou, em toda a plenitude, o prestígio inexcedível. Caímos na realidade, na pasmaceira. Findava o espetáculo deslumbrante daquele devotamento.

Todos sentimos a perda sofrida. Todos nos sentíamos desamparados. Rio-Branco provocou as duas impressões mais grandiosas, que a população do Rio de Janeiro me tem dado: a do entusiasmo jubiloso no dia da sua chegada da Europa; a da tristeza, no dia da sua morte.

De um dos mais altos e claros espíritos do continente, de Enrique Rodó, o idealista magnífico de Ariel, partiu, então, a pa-

---

do Brasil fora assim o primeiro, no continente, a aceitar a chamada doutrina de Monroe. Entre as duas grandes nações, as relações amistosas prosseguiram sempre nos melhores termos.

É uma página vigorosa, muito bem documentada, de nossa história diplomática: estilo simples, claro, direto; argumentação apoiada na transcrição dos documentos invocados; realce das boas tradições brasileiras.

Ao mesmo tempo, Rio-Branco subverte a norma observada até então no Itamarati: os postos da América passam a ser, salvo duas ou três exceções na Europa, os mais importantes da carreira diplomática. Para Washington, para Buenos Aires, para Lima, manda os representantes mais ligados a ele pessoalmente.

E ao encerrar-se, em 1906, a Conferência Pan-Americana, no belo discurso que proferiu, dizia aos delegados de todas as nações do continente:

“Um dos distintos membros desta assembléia, em vossa presença no Ministério das Relações Exteriores, e falando em vosso nome, disse ontem que ides daqui sair mais amigos do que viestes. Tão grande é o nosso anelo de que esse seja o sentimento geral, que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre, corro exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo e de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições da nossa política exterior, trabalharemos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmos os mais cultos e cordatos. O dever do estadista, e de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais”.

No seio dessa mesma conferência, acentuara que as nações americanas se não alheavam da Europa. Mas, só depois de haver firmado o sentido da política do Brasil na América se empenharia em levar à Europa a expressão da nossa cultura jurídica e política, na Conferência de Haia, pelo verbo prodigioso de Rui Barbosa. jurídica e política, na Conferência de Haia, pelo verbo prodigioso de Rui Barbosa.

lavra que nos havia de encorajar e consolar. Referindo-se ao gabinete de trabalho, que se tornara câmara mortuária, Rodó repetiu uma exclamação famosa: ainda está ali! “Ainda está ali!” – dizia – pela segura permanência de uma política internacional de eqüidade, de concórdia, de solidariedade americana.

Cada um de nós há de repetir essa mesma expressão – ele ainda está ali, e em toda parte, onipresente, em todo o território nacional, que demarcou e ampliou, e no espírito e no coração de cada um de nós, para nosso consolo e para nossa esperança.

***Levi Carneiro.***



## **A EDUCAÇÃO DE DOM PEDRO II**



## **A educação de d. Pedro II \***

As Eumênides rondaram o berço do herdeiro do trono do Brasil na Quinta da Boa Vista. A grande vítima do Sete de Abril não foi o árdego passageiro imperial da corveta “Volage”, foi o enjeitado que ficou nos aposentos de S. Cristóvão. Nesse dia, a nação adotou, num lealismo de segunda mão, aquele que ela condenava ao insulamento infecundo para o sujeitar, segundo as regras do Quintiliano, a ter uma ama e a sofrer um magister.

Arriscou-se muito o povo de tendência individualista e anárquica, na sua mescla inferior, o qual destacou à preparação do futuro monarca, a princípio, o rancoroso político paulista acompanhado de cuvilheiras e professores de menor valor, e depois o áulico fluminense, casamenteiro e meão, às rebatinhas entre os préstimos do frei Pedro e as aprovações da Assembléia Geral.

A secura inevitável de atenções mercenárias, a qual poderia ter gerado um monstro, deu-nos, no entretanto, em d. Pedro II um grande tipo a que porventura faltou, para ser melhor, além de um plano de estudos, experimentais e mais sistemáticos, o que a morte e abdicação arrancaram violentamente, em 1826 e em 1831, aos seus naturais sentimentos chocados na surpresa de uma dupla orfandade.

Durante anos foram ensinando a d. Pedro II a sintaxe, o desenho, a música e a dança, até que em 1839 começaram a lhe abrir os olhos à história, à filosofia, à retórica e à física. No intermédio o jogo de cartas, a esgrima e um teatrinho para exercícios de declamação francesa.

O infortúnio da criação do rapaz agravava-se com essa instrução atrasada e desconcertada, a portas fechadas, entre eclesiásticos rapezistas, velhas camareiras assustosas, alguns archeiros anacrônicos, gentis-homens caspentos e balordos e essa récuca de “papeletas” denunciados ao nacionalismo, em 1854, por Borges da Fonseca.

---

\*. Extraído do livro *A Educação do Príncipe* de Alberto Rangel

A ninguém mais que a d. Pedro II deveria a educação privada ser pouco favorável à formação da sua alma brasileira. Na atmosfera um tanto abafada do paço, insensivelmente tudo se faria para tolher não só o vigor do homem vindouro, como o apresto do conhecimento da terra que lhe deveria ser dos mais indispensáveis. Não seria o imperante, quase divino na sua missão de governar o Brasil? Deixar-lhe-iam à parte da adivinhação o cabedal das noções explicativas e demonstrativas do seu ambiente. Premido entre a sentimentalidade enternecida da ama e o rigor do frade guardião, far-lhe-iam um trabalho de apara, todo em desproveito da planta que deveria ter viçado sem arrocho e mais a céu aberto.

O conde Ney, plenipotenciário de França no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1844 assinalava o mau destino cabido ao imperador, rodeado do pessoal que deveria impor-lhe o molde pouco vivido e recreativo à sua personalidade assim comprimida: “L’Empereur ayant été, dès sa plus tendre enfance, entouré de personnes beaucoup plus âgées que lui, affectant toutes en sa présence, des avis de respect et de réserve, accompagnés de genuflexions et de baisemens de main, ne s’est jamais senti entraîné à aucun mouvement d’affection que plus d’abandon et une société mieux choisie pour son âge eussent peut être provoqué. Ses instincts enfantins ne trouvaient pas d’écho, et peu à peu en avançant le temps, et sans connaître les plaisirs ou la liberté de la première jeunesse, il contracta les allures les habitudes, et la terreur des gens qui avaient vécu autour de lui”.

No mesmo ofício, Ney acusava o tutor e mais pessoas que rodeavam o imperador e descuidavam do completamento da sua educação: “Ces manières affligeantes pour les personnes qui portent un véritable intérêt à S. Mté, doivent toutes être à reprocher au tuteur et aux personnes qui approchaient son auguste pupille, pendant son enfance; elles négligeaient en même temps sa santé, et le retard du développement des facultés physiques de S. Mté n’est que le résultat de la vie monacale où on tenait le jeune Prince, eminentement lymphatique, et porté déjà, à cause de cette prédisposition, à ne pas aimer l’exercice”.

Além dos prejuízos morais e físicos intrínsecos à qualidade e influência desse círculo pessoal, d. Pedro II segurava um cetro, ia governar uma pátria, ignorando, por assim dizer, o meio em que se formara, a geração eqüeva com que trabalharia e serviria aos destinos gerais do Brasil.



D. Pedro II, aos 4 anos de idade.

Guache assinado A. Pallière.

Da coleção do MUSEU IMPERIAL



O contato com alguns filhos de familiares da Casa Imperial ou de seus amigos, como dos dois Pedreiras, Francisco Otaviano, os filhos do Palma, do Schüch, do Aureliano e de Araújo Viana, aos quais consentiam participar dos brincos do monarca, não seria suficiente a desenvolver a emulação e a estabelecer a sociabilidade que se exigiria mais lata e desimpedida para ser benéfica.

Nossas academias civis e militares acolhiam a mocidade de seu tempo, de que tantos elementos tinham balbuciado as primeiras sílabas do patriotismo no fogo da Independência. Enquanto ela se penetrava mutuamente e rivalizava de sonhos e esforços por melhor nutrir-se das velhas idéias ou das nascentes, um único contemporâneo, sobre que pesavam os mais altos deveres e responsabilidade, não a conhecia. A ela conservava-se alheio quem viria utilizá-la e dirigi-la, o soberano que a passou em revista e a viu desaparecer ao cabo da longevidade extinguida na pungência do exílio absurdo.

Absurdo é um modo de dizer, porque esse adjetivo não convém às seqüências dolorosas e imprescritíveis da história. É preciso filiar o ato desmandado dos rábulas e sargentolas jacobínicos de 1889, erguidos contra esse governante verdadeiramente majestoso, numa madrugada de rasteiras e transfúgios...

Afora o isolamento da sociedade contemporânea, entre “fisionomias estranhas e autoridades impostas” a que se referiu o jornalista e foram mesmo a um momento reprovadas por Pedro I, ainda por cima alhearam o príncipe da terra.

D. Pedro II, sob a mestria de alienígenas, cochilaria na tradução de Horácio, de Pope ou de Bossuet, no tema de inglês ou de latim, mas nunca por certo o fizeram interessar-se pela incorporação dos índios à civilização, desamparados na rancharia das suas últimas caixas, ou pela questão do elemento servil, quando o tráfico de contrabando negro cessasse ao canhão peremptório do britânico e a voz humanitária do século intimasse a abolição. Estágios passageiros de férias ou para fugir às calmas cariocas, entre semanários e açafatas, na decadente Ilha do Governador ou na fazenda de Santa Cruz, abandonada à malandragem relapsa da escravatura e à rapina ou frouxidão de seus diretores, não lhe podiam ensinar grande coisa, senão conformá-lo muçulmanamente ao entulho dos canais, ao abandono das roças e desprezo dos currais, na triste indigência de energia que não soube ao menos conservar o que por lá houvera...

Que conhecia o imperador, levado na precipitação da maioria ao exercício antecipado do poder, dos aspectos particulares e condições gerais do seu vasto país? Que sabia desses campos, dessas florestas, dessas montanhas a que fora chamado a fazer colonizar e a garantir o trânsito, o estabelecimento da população com a justiça e a ordem, senão a designação fria e pouco certa que lhe repetiria o Boulanger ou o Boiret, ao empanturrar-lhe a memória dos menores acidentes do Delfinado ou do Poitou? Das indústrias da mineração e da lavoura, nas costas e no sertão, o que lhe foi dado observar? Distinguiria no impérvio de nosso interior uma caatinga no Canguaterama de um capão no Paraibuna? Viu d. Pedro funcionar um engenho de mandioca ou um bangüê de açúcar? Deram-lhe como exercício literário a descrição da pororoca ou de algum arranque de boiada? Fizeram-lhe conhecer a criação dos gados no Piauí, os costumes dos boiadeiros mato-grossenses e dos barqueiros do Tocantins? Deram-lhe preleções sobre a utilidade de nossa flora e nossa fauna, falando-lhe da carnaubeira, da poaia, do caucho e de outras essências providenciais e dos animais que seria necessário poupar, sem se contentarem da herborização nas alturas do telégrafo em S. Cristóvão e das imagens de bichos de algum tomo desaparelhado da “Histoire Naturelle” do velho Buffon?

Citaram-lhe o tuco-tuco, o galo da serra, o bicho-de-pau, a cigana, a pirambóia e outras curiosidades da nossa fauna; descreveram-lhe as formações campestres e florestais, característicos do domínio floral brasileiro? Que lhe disseram do diamante, dos carbonatos e outras formações cristalinas da região goiana, baiana e mineira? Instruíram-no na extração do cumaru e do cravo, no corte de madeiras, na preparação do anil e do tabaco, na manufatura do ferro e na colheita da castanha? Puseram-no a par do algodão, das vantagens e trabalhos, de quando é plantado ao pé da serra, até que deva ser levado pelos almocreves ao porto de embarque no litoral? Falaram-lhe da lavoura do café, dos padrões de terra boa para essa rubiácea, da colheita à descascada, de quando é lançado no bica até o tanque de separar e o terreiro de secagem; e das plantações da cana, desde o corte das socas à purgação do açúcar? Referiram-lhe as várias formas de cerca e quais as madeiras empregadas nas diversas partes do carro de boi?

Assistiria, além das procissões, da parada, da folia do Espírito Santo, da ópera e do entrudo, no Rio, às nossas festas populares, do interior, romarias, bumba-meu-boi, argolinhas, congadas e outras;

anotar-lhe-iam o modo de ser e o histórico dessas tradições e costumes de folgança e macumbagem? Fizeram-no observar e distinguir a formação e a influência dos mulatos, mamelucos, negros e curibocas do Brasil, a febre irremittente da sua agitação de má vontade, a sua ação corrosiva na moral pública e privada, os seus atentados contra as grandes bases do trabalho e da ordem, a sua pernosticidade, desmazelo, exaltação, libidinice, indiferença, persuasão e gosto dessa espécie de indolência ruidosa em que a reflexão concentrada e modesta expira na zoada farfalhosa dos discursos no júri, na rua, em casa, no Parlamento e nas academias? Obrigaram-no a compreender a delicadeza e a gravidade desses casos de dissolução, de entrechoques, de desequilíbrio e instabilidade, que a mistura das raças tem trazido ao fio da nossa evolução normal e integral? Procurariam imbui-lo da aversão a esses coeficientes de bulha, de improvisação, de relaxamento e de excitação e refletir nesse fenômeno digno da maior atenção, representado nesses fatores processuais da marcha de nosso organismo, tão sujeito a taras e recalques, tropeçado mais na falha dos nossos próprios recursos morais que nas condições externas e rebeldes do meio físico que temos de vencer? Falaram-lhe do cangaço, da exploração, da política aldeã, em torno da superstição, da ignorância e do fervilho dos ódios e rivalidades locais?

O que lhe teriam ensinado da influência dos estrangeiros e sobretudo dos judeus, da sua infiltração no comércio, condições de inadaptação, açambarcamento e reações do Brasil, desde quando intervieram no monopólio inicial do pau-brasil e na prosperidade econômica desenvolvida no ciclo do pau, do couro, dos metais e pedras preciosas, da cana-de-açúcar e do tabaco, do café e da borracha até os proveitos de certos monopólios, inclusive o da carne verde, a casa de jóias e penhores?

Que lhe disseram dos ditos, da música, da dança, e das cantigas, brotados por este Brasil afora, expressivos de nosso repentismo, sensualidade, melancolia e outros sentimentos de exaltação mais comuns? Fizeram-lhe notar a pobreza de nossas artes plásticas, populares, a falta de gosto e de invenção do nosso oleiro, rendeira de crivo, trançador de palhas e cipós, fabricantes de flores de penas e ornamentista de conchas? Mostraram-lhe o que nessa matéria devíamos ao preto, ao índio e mesmo ao cigano? Explicaram-lhe o caso mucambo, o estabelecimento da roça precedida da derrubada, do aceiro, da coivara e da queima? Desfiaram-lhe o complexo da mandioca, que vai do matumbo à torra da farinha no forno?

Explanaram-lhe os prejuízos, os percalços, as desavenças, os contrastes mentais e sentimentos entre brancos e pretos, pardos e amarelos, encontrados nesse drama diário da fundição constitucional de nosso povo?

Mostraram-lhe os vários exemplares da nossa flora medicinal, os tipos das madeiras de construção civil e naval? Entretiveram-no da necessidade de cultivá-las, para multiplicar e sistematizar os recursos da farmácia e da floresta aproveitável? Citaram-lhe, com resultado da replanta, a fixação das dunas e a chamada da umidade nas regiões desbravadas a fogo, desde os tempos dos aborígenes? Expuseram-lhe os efeitos da mordedura da cascavel, ensinando-lhe a distinguir as cobras venenosas das que não o são? Obrigaram-no a meditar sobre a perigosa extensão da lepra no país? Apresentaram-lhe os aspectos do problema da educação, doméstica ou particular, ao começar a existência do indivíduo, e desenrolada na família e para a família, e a social ou pública ao acentuar-se a razão, no intuito de servir à sociedade em geral; e, em ambos os casos devendo ser consideradas a profissão, a idade e o destino a dar ao educando?

Falaram-lhe das distâncias que sobretudo complicam a alfabetização do Brasil? Da vida pastoril gaúcha, marajoara, mato-grossense, rio-branquense ou nordestina, do seu modo de campear, tão diferente por assim o exigirem a planície, o teso, o pântano e a caatinga? Que noções lhe deram à natural curiosidade? Quais as lições com que lhe ajudaram a distinguir as vantagens do trabalho livre sobre o do escravo? Citaram-lhe o arrojo dos onceiros e zagaieiros, a resistência dos boiadeiros, a ferocidade dos bugreiros, a atividade dos garimpeiros e jangadeiros, a faina dos seringueiros, ervateiros, poaieiros e salineiros? Patenteando as terras de sustentação dos açudes e a maneira de sangrá-los expuseram-lhe o problema das estiagens e cheias do Nordeste, de modo a não acreditar que alguns milheiros de sacos de farinha e a alvenaria de uma colossal barragem lhe bastassem à solução?

Que lhe disseram dos males da “batedeira” e do mal-de-cadeiras, do berne e do carrapato, da muriçoca e da saúva, da “ferrugem” e da lagarta-rosada e de todas essas pestes e mais pragas que pelo sertão e litoral desanimam o criador e o agricultor, roubando-lhes as vantagens no proveito das lavras e da reprodução dos rebanhos? Mostraram-lhe em quadros a nosologia e a nosogenia

# A beneficencia

he sempre feliz e opportuna quando a prudencia a dirige e recommenda.

A modestia doura os talentos, a vaidade os deslustra.

Nobre e illustrada he a ambicão q̃ tem por objecto a sabedoria e a virtude.

Sem as illusões da nossa imaginação, o capital da felicidade humana seria m<sup>to</sup> diminuto e limitado.

(Maximas do M.<sup>o</sup> de Maricá)

D. Pedro 2.<sup>o</sup>

S. Christovão 24 de Janeiro de 1837.



das nossas doenças, do papo goiano à maleita amazonense, da úlcera maléfica chamada depois do Bauru ao fogo-selvagem da Franca, da morféia à opilação, do beribéri à esquinência e ao piã de todo interior?

Pintaram-lhe o dilúvio das cheias no Baixo Amazonas e mostraram-lhe a pororoca, duplo conjunto e portentoso de fenômenos que ele nunca chegou a ver, embora se transladasse até às margens do Potomac e, por duas vezes, aos areais do Egito?!

Ter-lhe-iam descrito a apanha do ouro, do diamante, do cedro e da salsa, a pesca das tartarugas, das baleias, das lagostas, o uso das balsas, montarias, jangadas, barcaças e piráguas? Familiarizaram-no com o aproveitamento do açaí, da bacaba e patauá, do guaraná, do pequi, da carnaúba, e do buriti?

Que lhe sugeriram ou mostraram, traçando o papel estupendo do Solimões, do S. Francisco, do Araguaia, do Tocantins, do Madeira e do Paraná como artérias de penetração e avassalamento nas maiores zonas de nosso deserto?

Levaram-no até o maciço das terras centrais, quando o Brasil espera até hoje, vãmente, pelo maior dos seus estadistas, aquele que polarize a nação nesse eixo definitivo de concentração e defesa assentando no quadrilátero que Luís Cruls viria a demarcar nos Pirineus goianos?

Transportaram-no muito para além, aos pantanais e carandasais de Mato Grosso, onde o indolente guató colhia o arroz bravo, cantam os araucãs aos pares e vão descendo lentamente os camalotes de aguapé?

Que lhe informaram do monjolo, da igaçaba, da bolandeira, da igarité, do puçá e do tipití? Falaram-lhe da tapera, do boitatá, dos taperis e da cobra grande, dos caminhos das boiadas, das veredas dos bugres em direção às Missões e das trilhas precabralinas que ajudaram os sertanistas à penetração das Minas, da picada de Garcia Pais, esgargalada no caminho da Estrela e bifurcada para o rio das Mortes e Ouro Preto?

E das revoluções e masorcas e do seu fermento nativo, que lhe revelaram? Expuseram-lhe as causas, as modalidades e os fins desses momentos de agressão e de síncope? Nativismo, federação, republicanice? Fome, opressão, rivalidades comerciais ou políticas, desejos de melhora ou espírito de novidade dos povos, ambição e turbulência de meia dúzia de cabeças esquentadas? Citaram-lhe Salvador Correia, Bequimão, Assumar, Felipe dos Santos, o Mor-

gado do Cabo, o Leão Coroado, o Caneca e esses padres satanizados como Toucinho Atravessado, Albernaz, Macamboá, Cruz Tesinho, Caldas, Miguelinho, Macedo, Cascavel, Lameira de França, Mororó?

Que ensinamentos lhe deram os estudos desses males, da consignação desses inovadores, desequilibrados, obsessos, inquietos, virulentos, gastadores da ilusão geral em proveito próprio? Como lhe sopesaram as razões, explicaram os desmandos, justificaram processos e intenções? Se para os estudarem os viraram do avesso, lhes examinaram as vísceras, as circunvoluções cerebrais, as manchas do casaco?

Longo vai o rol de interrogações que, atento o imenso acervo de nossos bens e a originalidade e variedade de nossas condições, se poderia desdobrar ao infinito, perante esta questão de educação do príncipe. Pretendeu-se apenas com isso marcar a ausência de particularidades e noções pertinentes com as quais, dada a incompetência dos mestres do imperador no conhecimento da terra estranha a que se tinham acolhido, não se iniciou nem completou desenvolvendo de início o preparo brasileiro do homem brasileiro votado a ser o máximo da influência do poder no seu tempo e no seu meio. Conspícuos quanto fossem esses mestres e raros o foram não teriam podido dar a d. Pedro II uma formação caracteristicamente nacional. Nesses forasteiros não existia o fogo sagrado, que os levasse a transmitir ao discípulo o calor do interesse pelo Brasil, que eles próprios desconheciam.

Desse mal, sem dúvida ressentiram-se as sumas qualidades do imperador. Diz-se que, viajando no exterior, ele mandara inscrever em seus cartões de visita: “D. Pedro de Alcântara – Professor”. Seria toda a condenação do seu preparo educacional. No estofo do soberano entreter-se-ia a figura de recalque que não vinha propriamente ao caso, e a qual se desdobrou na desse venerando ancião, recostado à sua biblioteca na Quinta da Boa Vista, a cartear-se com sábios europeus, a reler a *Ilíada*, a disreter com Gobineau ou a escutar os versos do Paranapiacaba, outro que não o chefe militar e político de sua dinastia, o guia e defensor coroado do que a sua família encarnava por direito divino...

Tavares Bastos, tingido de um certo jacobinismo, que deveria restar-lhe do liberalismo opositivo e idealístico de seu espírito, tinha em má conta d. Pedro II, quando dizia: “não há dúvida que é um homem inferior à importância do cargo e à missão civili-

zadora no Brasil”. Termos inchados para um juízo sucinto, rancido no pensamento e prevenção daquele que colhia perfeições nos seus sonhos de estadista entremetidos nas páginas dos seus bons livros. Se algum o dia o doutor de excelentes projetos tivesse deixado a palavra bem ornada pelas agruras dos atos da governança, haveria de murchar um pouco, à força de decepções que ordinariamente crivam o caminho do imaginário ao real, encolher as suas tenções de realizador progressista, incompreendido por bastante fora do seu tempo. Onde Tavares Bastos teria encontrado melhor, se lhe fosse possível executar o homem e substituí-lo por outro segundo o seu molde? Em França, já havia muito falecera S. Luís, sem deixar substituto...

O certo é que a sentença dos pósteros não confirmaria totalmente o julgamento diminuinte do publicista alagoano sobre d. Pedro II. Tavares Bastos, saturado de suas reações liberais culpava no entretanto “os estadistas de ambos os partidos que o tornaram (a d. Pedro II) tão ruim desde criança”. Sentiria o jovem pensador quanto havia de estranho e restrito nas causas que diminuía o soberano e lhe limitavam os recursos e movimentos. Essencialmente político, Tavares Bastos atribuía à política, desseivada dos seus grandes princípios e excelentes intenções, a incapacidade dos seus meios aplicados na formação moral e intelectual do monarca. E com alguma razão, porque no fundo de todos os problemas públicos vigentes no Império, o da educação do príncipe não seria um dos menos graves e mais menosprezados. O fato de Tavares Bastos reconhecer, que d. Pedro II foi tido por um “bode expiatório” de nossos males, explica e redime, entretanto, o monarca, vítima do que lhe escapou com o ensino reduzido e mal propinado por esses alienígenas e imigrados que foram seus mestres.

Admiremos Tavares Bastos nos seus programas de melhoramentos e concertos, na maneira lúcida de sua exposição clara e serena, na confiança do apóstolo que só vê na sua visão e no conjunto de suas aspirações os benefícios que ditava e nada custasse a realizar. O seu juízo sobre o imperador está sujeito à caução dos seus ímpetos de devaneio, à sua veemência de delineio de seus planos e empreendimentos. Não quis o Brasil, infelizmente, tirar a prova de sua capacidade de execução confiando-lhe as malaguetas do leme do poder. Muitas páginas teria provavelmente deixado nas quais haveria de mostrar empanada a sua fé e diminuído o entusiasmo dos seus intentos de arromba, de proponente de tantos ganhos e melhoras, de tantas reformações e conquistas...

A “Matraca dos Farroupilhas”, uma dessas numerosas folhas volantes da vegetação revolucionária, escandecidas e logo caducas ao extremo calor das idéias sociais de que espontaneamente surgiram, em 1831 aconselhava mandar d. Pedro II educar-se nos Estados Unidos! “Sr. Menino seja mandado para os Estados Unidos a se educar ali e aprender na sábia escola das suas instituições democráticas e federais, como se deve governar um povo”. A mania da imitação americana, de que andamos infelizmente tão infetados, tentava oferecer-nos como modelo a civilização política de um povo tão distante do nosso como pode ser o mongol do fuegiano. Porque não haveriam de mandar d. Pedro II para a Inglaterra, embeber-se das delícias do parlamentarismo ou para a China influir-se das vantagens do pacífico confucionismo dos seus mandarins?

Ora, no Brasil é que ele deveria efetivamente ficar, preparando-se a bem respirar na sua atmosfera, a seguir e meditar a sua história, a contemplar os seus acidentes geográficos, a imbuir-se das suas crenças, a seduzir-se dos seus aspectos étnicos, incorporada dessa forma integral, esclarecida e permanente a alma de soberano ao profundo amor e conhecimento da terra natal, de maneira a não lhe ver outra coisa senão as condições da existência e a mira do esplêndido destino, que se lhe deveria abrir às possibilidades intrínsecas.

Deram-se a d. João III, diz o velho e reputado cronista luso: “pessoas autorizadas para mestres”. Catão ensinou ao filho desde a gramática até a natação. Quanto menos feliz nesse sentido nosso d. Pedro II! E ainda mais, tratando-se desse ponto de vista, pelo qual se lhe imporia como preponderante a mais completa das objetividades, a do meio brasileiro e suas identificações mais conscientes e necessárias.

Assim sendo, Boiret, Tilbury, Boulanger, Taunay, Lucas, Vandelli, Lacombe, Such, Mazzioti, Simplício, dez ádvenas, alguns recém-chegados ao Brasil, e quase todos só conhecendo do Brasil o Rio de Janeiro, não seriam por isso os mais idôneos para impor à receptividade do imperador o vivo interesse pelas questões, pela sorte e possibilidades do país, intrincadas que fossem às diversas disciplinas que lhe ensinassem. O vinho espumante, que subisse à cabeça do jovem brasileiro e chefe da nação imensa e lhe inundasse a alma das grandes e fortes impressões, as quais verdadeiramente o nacionalizassem, deveria vir de outras pipas...

Plus on est puissant  
riche heureux, bien né  
plus on doit se porter  
à pratiquer la justice,  
si l'on veut passer pour  
homme de bien.

123567890

D. Pedro 2<sup>o</sup>



Bernardo de Vasconcelos, em julho de 1837, reclamava do Parlamento: “Não permita Deus que em tempo algum eu faça diferença dos homens por terem nascido neste ou naquele ponto. Mas, entregar a educação da mocidade a estrangeiros, de cuja capacidade o governo não está certificado, é, parece-me, um desleixo de que jamais se poderá justificar a administração”. O estadista deveria ter olhado para o caso particular do chefe da nação!

A púrpura havia feito d. Pedro II generalíssimo. Mas não lhe deram a instrução consentânea a essa investidura. O espírito receoso e frouxo dos seus conselheiros e zeladores pareciam eivados da prevenção nacional contra a farda, que tal era a opinião do homem da cidade e do agricultor em massa, o qual por situados grande parte longe das fronteiras não pensavam necessitar de defesa externa e de outro lado se haviam imbuído da tradição corrente contra as tropas coloniais, que muitas apareceram destinadas a garantir apenas a vexação tributária.

Acentuando esta repugnância, talvez a única ocasião em que fizeram compartilhar ao menino de um ato de espetáculo militar, foi quando a 12 de fevereiro de 1832 o vestiram de Guarda Nacional, a fim de passar a revista a alguns trocos dessa tropa popular. Definiam-se pelo uniforme do monarca a mais simbólica e pública das demonstrações, recordando com saliente inconveniência a supremacia civil do cidadão voluntário sobre as forças de soldo e profissão. Firmando essa antipatia, guarneceram-lhe, em 1841, a cerimônia da Coroação exclusivamente com os corpos da Guarda Nacional do município neutro!

Entretanto, quantas vantagens se d. Pedro II tivesse tido ocasião de servir num regimento do Exército, e para o caso não precisaria se meter numa companhia de Henriques, quando Sua Majestade honraria a bandeira, pondo-se outrossim a par das necessidades da força cujo prestígio seria o de seu trono e aproveitando beber na sua fonte caracteristicamente social a disciplina que ordena, harmoniza e robustece! Nas fileiras do Exército estabelecer-se-ia um foco a mais para a honra e o culto do passado, emitindo brio e inspirando devotamento com a lembrança do príncipe, a ditar no seu seio malsinado, o exemplo à conscrição, perante a ignorância e repulsa injustificável da nação pelos quadros de recrutamento dos seus soldados.

Não juntaram ao menos a d. Pedro II com o Boiret e o Mazziotti um oficial, que além de lhe comentar a Anabase e pôr em

pratos limpos Farsália e Waterloo, especialmente lhe falasse com minúcia da batalha de Catalan e do Passo do Rosário, explicando-lhe os teatros prováveis de nossas guerras e o heroísmo e os erros das campanhas que já nos haviam custado tanto dinheiro e tanto sangue. Em vez disso, julgaram suficiente que o futuro duque de Caxias o adestrasse no jogo das armas brancas.

Assim como para o físico lhe bastaram com uma hipotética jardinagem, a esgrima do Lima e Silva e as voltas nos cavalinhos de pau, de remo no lago da Quinta e na cavalgagem, sob o olhar do Damby, reduzido de vencimentos, assim para o espírito com as lições sobre Camões ou a sorte do bacharel coimbrão Araújo Viana. Vagas humanidades, servidas a um órfão enclausurado pelos métodos escolásticos e mecânicos, repudiados pelo velho Rabelais, logicamente não poderiam ter modelado o homem de Estado que nos salvasse de crises em despenho de produção e de crédito...

Grande cidadão, d. Pedro II o foi, erudita e sobretudo cordato e muito humano, com essa tranqüilidade socrática que desde que quando moço o fez tão admirado.

Visão de futuro, numa ação corajosa do conhecedor perfeito do seu meio, por certo ele não a teve. A educação fora-lhe deficiente, não o podia preparar aos empreendimentos da concorrência na atividade coletiva de um povo de pastores e plantadores, para romper com as travas da política e da inércia com que tentassem peiá-lo e inutilizá-lo. Dedicou-se mais tarde à astronomia e ao sânscrito. Ia-lhe isso ao feitio solitário e mirandolesco e faria-o durar, paradoxalmente, quase cinquenta anos no governo...

Os contatos pessoais, num longo reinado, só lhe fizeram aguçar o ceticismo; ainda se lhe revoltassem as entranhas!... As misérias dos caracteres em cujas feridas chegou a tocar mais com emolientes do que com prontos cautérios, atiraram-no ao sereno refúgio de suas leituras. A meninice deserta na clausura de um chacarão continuou em pleno sólio, no homem que despachando com o ministério e intervindo para que se dissipassem as patotas e se inibisse o acesso aos tratantes e imorais, via-se sempre doido por voltar à imparcialidade do seu Tucídide ou às curiosidades do seu Burnouf. Certo norte-americano, assistindo ao cortejo no paço, surpreendeu certa expressão de indiferença nos olhos do imperador criança. Um psicólogo, o curioso ianque, na manhã do beija-mão...

Outro foi esse viajante Jules Itier, quando, ao comentar a visita que em 1844 fizera ao imperador e na qual este de súbito dera fim à audiência, naturalmente sôfrego por voltar aos seus estudos, dizia com presciência: “Il avait hâte, probablement, de retourner à ses livres au milieu desquels il passe sa vie; les sciences et la littérature sont ses plus douces occupations; avec elles il oublie les soucis du trône et peut-être le trône lui-même; or par le temps qui court, pas plus dans l’une que dans l’autre hemisphere il n’est prudent et sage de négliger son métier d’empereur pour s’adonner à la recherche d’une rime ou à l’examen des tâches qui peuvent exister dans la lune. Les temps des loisirs poétiques ou scientifiques n’est plus; les luttes du conseil d’état, la manœuvre d’un corp d’armée, les intrigues de la diplomatie, voilà les passetemps des empereurs que ne se soucient pas d’affronter les révolutions”.

Essa meia apatia no atraso do Brasil, essa estreiteza de guarda-chaves no desvio revezado dos partidos constitucionais, essa estabilidade no ronceirismo de tantas formas carranças da administração, essa quietude de letrado amarelo, sem ímpetos de descortino ou arrojo de tentador, do que foi acusado d. Pedro II, e há traços na sua fisionomia de soberano, devê-los-ia ao ensino movimento e maçador, que recordamos, e que sob mestres quase todos estrangeiros, lhe foi vertido no arredamento das várias classes nacionais e principalmente no desprezo de toda a realidade prática.

O barão de Paranapiacaba com os seus óculos de Pangloss, em notas ao “Prometeu Acorrentado” bastante inocentemente acreditava que tudo se houvesse passado na infância do imperador da seguinte forma: “Os seus mestres abalizados, entre os quais avultam frei Pedro de Santa Mariana e o marquês de Sapucaí, não se limitaram a instruí-lo; educaram-no”. E referia-se ao “limitado ensino que lhe deram acerca da ciência de governar”.

Dizia o teólogo e moralista de Port-Royal, que o príncipe poderia ser sabido em línguas, matemática ou história, contudo seria mal-educado “parce qu’on lui aura gaté le jugement”. Paranapiacaba, no seu gosto brasileiro do panegírico, fugindo a reflexões que o levassem a diminuições comprometentes, apenas apontou um grave cerceio na instrução, sem nos dar os meios e resultados do que ele entendesse ser a boa educação, conseguida pelos mestres de d. Pedro II.

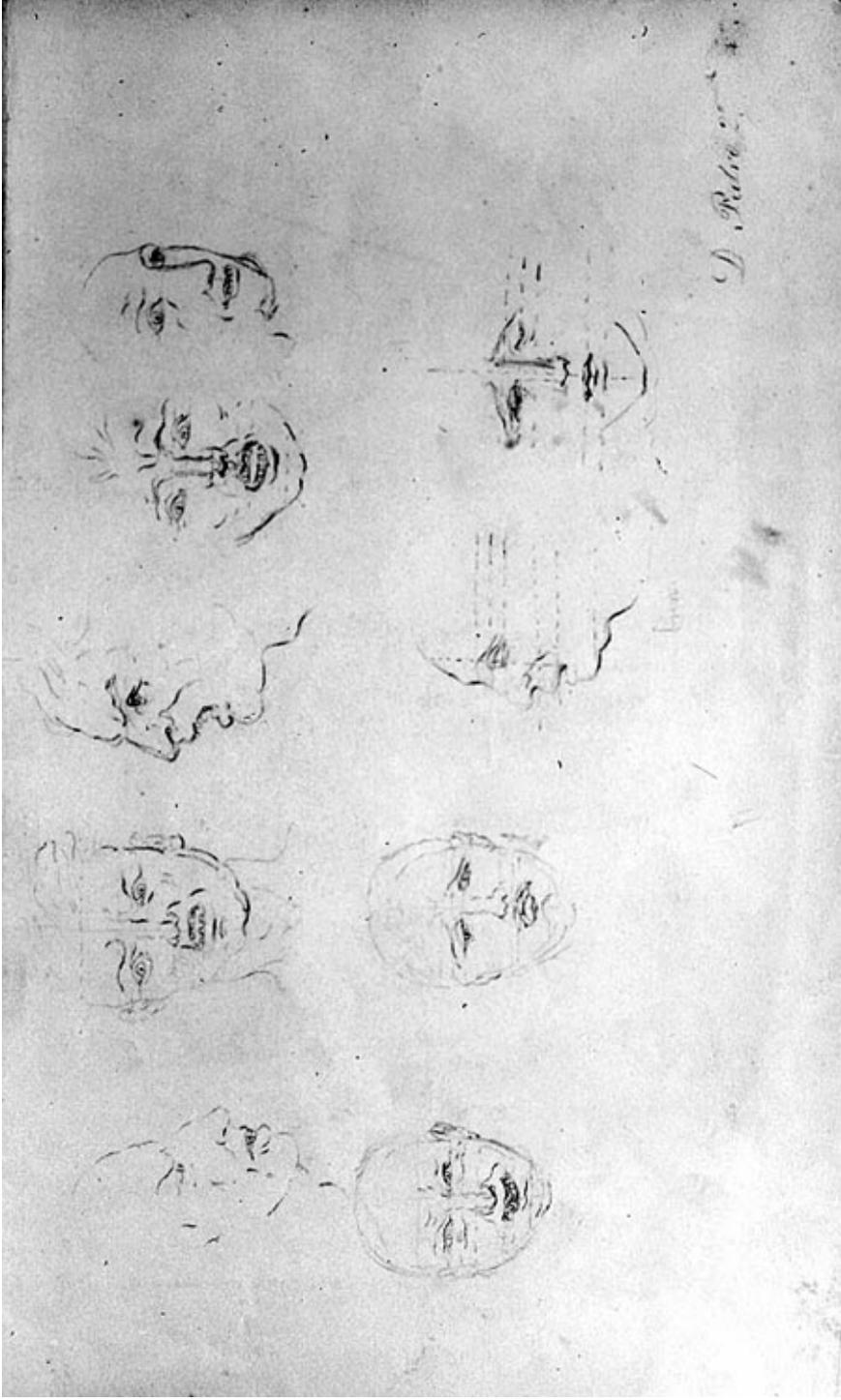
Afirmou-se outrossim, que o caráter do príncipe que seja efetivamente um grande tipo deve estar em parecer homem o menos que puder. Por esse prisma d. Pedro II seria o modelo a preconizar. Mas, justamente por despintar-se de certas manchas e fraquezas da humanidade, e não ter adquirido certos conhecimentos em pequeno, poder-se-á supor que a sua terra não aproveitasse o que devia.

Quantos defeitos de vultos públicos não redundam às vezes, em benefícios para o seu país! A vaidade e mesmo o orgulho de estadistas são por vezes as fontes de certas medidas de concurso ao desenvolvimento geral; a sua corrupção mesmo tem concorrido à melhoria de certas condições materiais e morais da nação! Tantos casos tirados à história política do mundo serviriam a sustentar esta tese!

No Brasil imperial a marcha lenta das coisas retratava a segurança cauta do Estado, assente na moralidade e fiscalização do seu soberano. Nesse sentido, é que radia, no esplendor de uma pura verdade, a afirmativa de Nísia Floresta, que, por detrás dos seus sentimentos de exaltação liberal e quase revolucionária, não pode deixar de reconhecer, em 1853: “D. Pedro a été, pour le Brésil, un homme providentiel” e o pensamento brilhante de Euclides da Cunha que, apesar de todo racimoso da sua velha ideologia republicana, quando o classificou, tratando-o de “epítome vivo do Brasil”, afirmou: “O imperador em que pesa a sua educação imperfeita e as suas sensíveis falhas de estadista, era o grande plenipotenciário de nosso bom senso equilibrado e da nossa seriedade”.

Dir-se-ia, com efeito, em pleno constitucionalismo de dom Pedro II, não termos vivido na América dos Lopez, dos Diaz e dos Rosas. E como o poder não se afinava entre nós pela preocupação de andar aos galões para o futuro, o que havia de sequioso e de febril na sociedade brasileira cevava o seu descontentamento, parecendo-lhe que no Brasil estagnado só o monarca ficava no ápice, espiando os planetas e destrinchando os hieróglifos, dignando-se apenas a baixar o “lápiz fatídico” nalgum escândalo menos suportável...

O progresso não se fazia em sobressaltos de febre, enquanto o monarca aperfeiçoava a alma com a reza do seu Epíteto. Se o príncipe ia galgando as escadarias do panteão, o mais enlanguescia na falta de maiores iniciativas; assim pensaria uma grande parte da nação. Preferir-se-ia mesmo o descrédito e a bancarrota a avançar, pisando o terreno firme, na conquista social ou econômica mais lenta



Estudos de desenho feitos por d. Pedro II, quando menino



e mais segura com o emprego de meios refletidos, probos e sensatos, por apoiados no respeito à palavra dada e na solvência de nossos compromissos anteriores de dívida pública externa ou interna.

Com efeito, as qualidades de prudência e bom aviso do imperador aproveitaram muito à rotação concertada dos partidos e serviu à conservação de um crédito financeiro, que aliás aproveitaria mais à economia pública do que geralmente se pensa. O seu próprio paço aparecia contudo, aos inquietos e mais sedentos, feito a imagem do país que nucleava, cheirando a anacronismo, desmazelo e bafio...

Na verdade, a escravidão viu-se prolongada de maneira a contaminar a nação dos vícios que a infeccionaram talvez para sempre; as calamidades das guerras civis e exteriores foram-nos grandes contratempos; algumas instituições oficiais ou particulares de letras e ciências como ainda hoje, não davam para demolir ou resgatar a ignorância da massa impenetrada... Mas, a bem dizer, disso não teria maior culpa Sua Majestade.

O Brasil na órbita do seu grande prestígio insulou-se, entretanto, na América, da mesma forma que o imperador se isolou de certa forma no Brasil. Ele seria o senhor doutíssimo, o varão exemplar, mas, que no emperro de sua educação insuficiente e imprópria, não podia senão representar um país, anquilosado no emprego público, na eleição, no analfabetismo, ou pior que isso, no bacharelismo pedantesco e meio culto que o vitimou, na indiferença por maior zelo na solução de problemas fundamentais como os da higiene pública e do povoamento da medula sertaneja do país. Não tendo encontrado da parte da generalidade dos seus súditos dirigentes o desejo de reformas reais, no ensino, no elemento servil e na organização de melhores costumes políticos, contentar-se-ia o arrais imperial em deixar ir o barco, aproveitando da estabilidade e coordenação que a função da Coroa historicamente difundia e representava. Equitativamente, e de boa fé, não se lhe poderia exigir mais... “Un prince n’est pas à lui; il est à l’Etat”, assegurava o velho autor francês. D. Pedro II obedeceu inteiramente a essa disposição de natureza realenga; entregou-se de mãos atadas ao Estado do Brasil. A culpa não seria dele se não lhe forneceram a preparação de corpo e alma consentânea ao caso que lhe era particular, no destino do seu poder constitucional e majestático. Quarenta e nove anos de governo efetivo, acusados de apherio na centralização e no déficit, devem-se imputar tanto a outras causas como também à insuficiência da educação do príncipe. Grandes quali-

dades morais tinha-as, na verdade, d. Pedro II, manifestas a extrema modéstia da sua vida particular; na seriedade do feitio raramente entregue a incidentes amorosos, no meio em que eles se lhe ofereciam a três por dois e nos quais por vezes tolhido e embaraçado sempre guardou uma reserva delicada; na superior urbanidade e atenção com que recebia aos mais humildes postulantes em audiência pública, sem espécie alguma de pompa ou protocolo; no desinteresse por assim dizer filosófico do seu coração aparentemente frio e calculado; na sede inestancável de saber, infelizmente predisposto as áridas preocupações do mundo estelar, da exegese e do orientalismo, que tudo isso, digam o que disserem, o popularizou no estrangeiro, com os maiores reflexos e vantagens para o bom nome do Brasil.

No nosso país, onde essas honrosas disposições floriram, só lhes viram, entretanto, a segura e a inutilidade para poderem assentar efetivamente os alicerces da prosperidade nacional, que mais necessitava da providência atilada do homem laborioso e particularmente entendido no progresso material, nas lutas do escambo, produção e consumo, e o qual fosse não só diligente, mas sobretudo arrojado, empreendendo a golpes de inflação monetária a estrada e a navegação, melhorando o porto e a plantação, e desenvolvendo os caminhos de ferro e instituindo os novos mercados, do que o sábio e prudente soberano que tivemos, “sagaz observador geológico” segundo Hartt, capaz de traduzir poesias do hebraico, de decifrar a inscrição do tempo de um dos quatro Amenemat da XII dinastia ou de corrigir a paralaxe da estrela. Para emitir títulos nobiliárquicos, remover magistrados e fazer girar a norma dos partidos no despejo das rendas do Orçamento, de maneira a dosar a voracidade dos apetites, conter a pressa das reformações ou afrouxar os freios do conservantismo, bastariam a caligrafia do Boulanger e o direito administrativo do Sapucaí.

Lavrada a sua alma nos sulcos de uma educação caracteristicamente nacional, ministrada por mestres, filhos legítimos do país, abrir-se-lhe-iam outros horizontes, não o satisfaria à superioridade dessa varonia com que ainda assim se equilibrou a figura estrangeirada no pandemônio das raças, aspirações e dificuldades em que se rematava o Brasil.

Mas, felizmente, que os predicados do imperador, muitas vezes impedido pelas condições limitadas do soberano de um regime representativo, suprimam o que seria de esperar do ensino pouco arejado e

sobretudo pouco brasileiro desses mestres, alheios à formação e ao conhecimento do país, de que tinham sido os hóspedes recentes.

Não será fácil sustentar que, em absoluto, mais vale saber curtir o couro ou bolear a rez, plantar a árvore e segar a seara do que recitar Homero de cor, conhecer a regra das três unidades de Aristóteles ou embeber-se na leitura das biografias do Cornélio Nepos. Mas, tal é a contingência desta complexa e ingrata questão de governo, que talvez nos tivesse sido mais útil um pouco menos de virtude, de doutice e bonomia universitárias e mais paixão de vida e antipatia à rotina, mais interesse burguês pelo que avultasse nos saídos de nossas contas correntes, nos enchesse os paióis agrícolas e corresse em tropas de gado nas malhadas do sertão... A Marco Aurélio, antes nos tivesse andado à proa um Graco qualquer, agreste e economista; ao estudioso e estóico de S. Cristóvão substituísse o vulto rústico de um d. Diniz o Lavrador... “Pouco estudioso, e de letras muito superficiais” foi contudo d. João IV o RESTAURADOR. As suas qualidades governativas inegáveis primaram sobre essa deficiência, aliás tão comum em seu tempo!

As tendências de cultismo de nosso d. Pedro II, filho daquela que trouxe de Viena, com os sábios de sua encomenda, um tão pronunciado gosto por bichos e minérios, não se modificaram na educação que lhe proporcionaram, aliás tão defectivamente.

Gilberto Freire, em *Sobrados e Mucambos*, formulou de passagem a grande e verdadeira crítica à personalidade do segundo imperador. “Porque ninguém foi mais bacharel neste país que dom Pedro II. Nem menos indígena e mais europeu”. Mas, o erro, que a figura exótica do imperante com os seus erros e insuficiências representa, foi um erro essencialmente brasileiro. Adotamos o filho do estrangeiro e o conservamos estranho quanto possível ao meio que o recebeu. Tivemos tudo nas mãos para impedir a formação desviada e insuficiente desse soberano. O nativismo, de que se impregnou a patriada do 7 de abril, esqueceu de abrasileirar o mais possível o chefe dos brasileiros. Como outras tantas revoluções, essa faltou aos seus meios e fins. É o que tem acontecido sempre que o Brasil se inclina a empreender alguma coisa de necessário, de novo e de bem entendido, recusando subordinar os seus sentimentos a suas idéias, submeter-se aos duros imperativos da lógica e não deixar para amanhã o que se poderá decidir hoje mesmo...

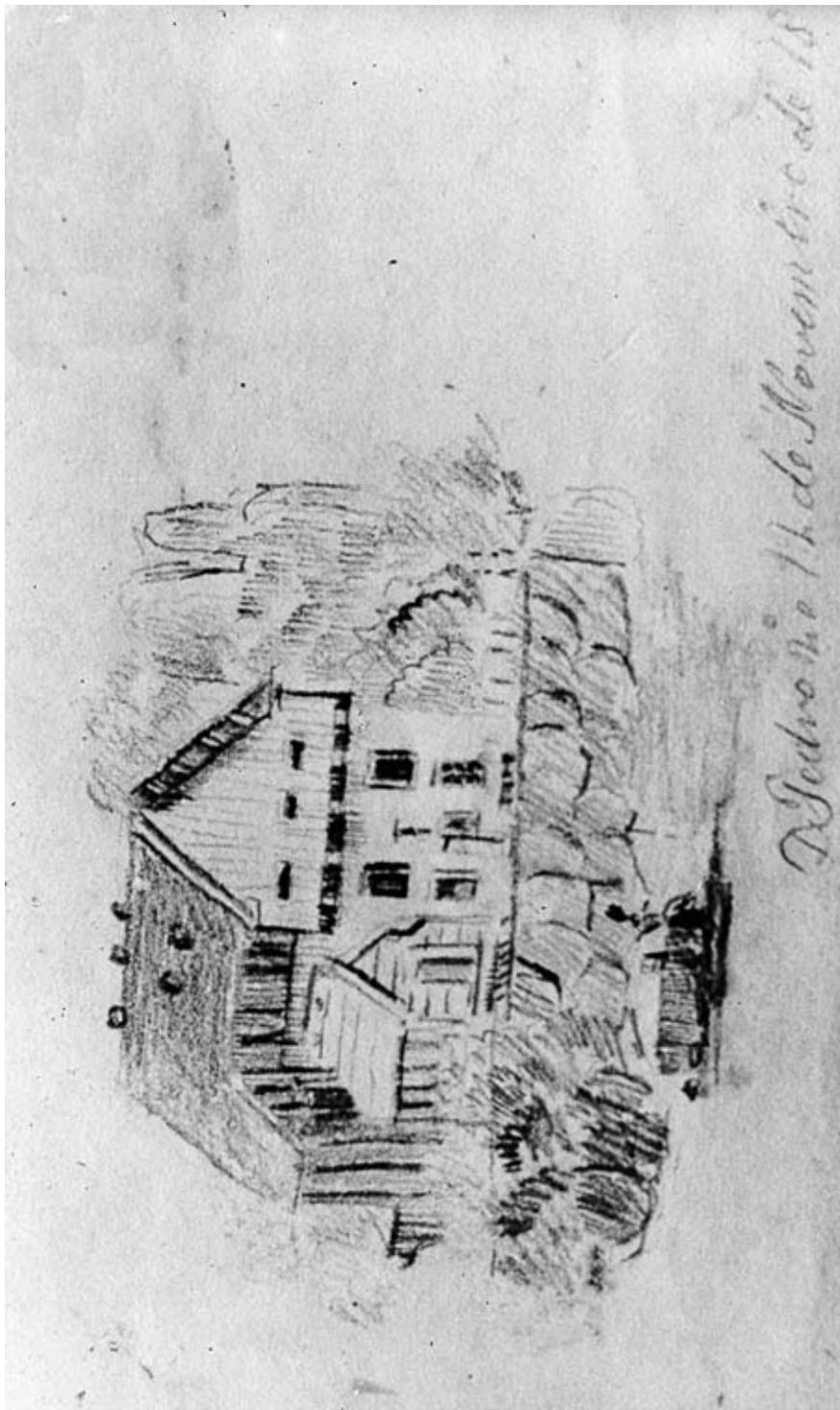
Foi realmente pena que não tivessem quebrado, na primeira e segunda idade do imperador, essas disposições ao humanismo lasso de um acadêmico, de maneira a colocar-se na frente do país e ser por sua educação, tornado pronto e ardente, o feixe de iniciativas, que tão bem cabia à superintendência da extensão e virgindade do território nacional.

Enquanto d. Pedro I por seus caracteres de fixação e transmissão hereditária com a sua sentimentalidade exuberante, era bem Bourbon cruzado de um Bragança, o seu filho não passava, porém, de um arquiduque austríaco, esmorecido de paixões, as mãos pequenas e flácidas, a testa proeminente e o queixo desembutido de prognata, todo envolvido na frouxa louridão dos Habsburgos.

Carnal, estabonado e ignorante, seu pai dera ao Brasil, em dez anos mais desenvolvimento intelectual que esse país pôde obter em três séculos anteriores. É o testemunho insuspeito de Armitage. E com esse desenvolvimento cresceram as populações, o comércio, a marinha e a indústria nos seus múltiplos aspectos. O vigor da personalidade do primeiro imperador, o seu caráter de largado e voluntarioso concorreram a esse milagre. Em grande parte não muito o ajudou nisso a aura popular, pouco inclinada a sustentar o dinamismo do seu soberano.

Não precisou d. Pedro I cursar a Academia Real de Marinha ou Militar, em ter como mentor a própria Minerva disfarçada em sucedâneo de grandes aios portugueses que foram o lealdoso Egas Moniz, Diogo da Silva de Menezes, Nicolau Monteiro, Álvaro da Costa, Aleixo de Menezes, Gonçalves da Câmara e José Moreira, distribuídos de Afonso Henrique a d. José I. Com alguns cavalos agachados, muito sol no cachaço e escandalosas aventuras de amor, nos passou ele a Carta da Independência, procurou levar-nos à raia do Prata, sustentando direitos e vantagens históricas, e doou-nos uma Constituição honesta, simples, liberal, que ainda representaria hoje, decentemente, a garantia suprema dos nossos direitos fundamentais à propriedade, à família, à liberdade e à ordem.

D. Pedro I, porém, foi um temperamento apropriado à temeridade, a vencer embaraços e equívocos. As qualidades da ação estavam nele incluídas potencialmente; não se precisaria instigá-las, calcando-as na cera mole da primeira idade, com o exemplo de Spártaco ou Cipião, na educação esmerada do aio destro ou do pedagogo infuso.



Desenho feito por d. Pedro II, na primeira infância.



Conta-se que Isabel d'Este, comunicando ao marido que o filho mais velho, sob a direção do humanista Vigílio, recitava Apuleio, aquele lhe respondera não concordar com essa educação que tornaria seu filho um débil. Será preciso não exagerar como o duque de Mântua, infenso à idéia de que o estudo das belas letras pudesse nobremente ornar a preparação de um príncipe varonil; longe disso.

Contudo, simples noções de coisas nos teriam dado mais riquezas e mais glória, que não nos puderam oferecer o amadorismo científico, a aplicação literária e a linha comedida e proba dessa planta de estufa, recheada das melhores intenções e disposta aos atributos de puro intelectualismo, que foi d. Pedro II.

O preceptor do cavalheiresco Francisco I quis dar-lhe o gosto das letras e das armas. Oferecer-lhe-ia os sérios recursos para essa aprendizagem. O rei contentara-se em beber a instrução nos livros de cavalaria. Os dons pessoais desse imperante valoroso, artista e grão frascário dispensariam todos o esforço do senhor De Boisy.

Ora, como d. Pedro II não teria a força de caráter natural do Valois, de dispensar os seus mestres ou de rebelar-se contra o seu modo antiquado ou deficiente de ver as coisas e de nutrir-lhe o coração e o espírito, conviria ter-se cuidado em professores de melhor e mais adequado preparo, personalidades brasileiras, bem informadas da sua terra, capazes de desenvolverem ante o imperial discípulo todas as teses e informações atinentes à vida peculiar e progressista do país, de levarem-no à formação do julgamento são e rigoroso, inculcando-lhe o amor da verdade e o horror às palavras inúteis e vazias de sentido, como também integrarem-no na existência ativa e robusta, na marcha decidida, na prática das resoluções mais firmes e mais cabíveis; em vez de desenvolverem-lhe, na companhia de um velho eclesiástico, os pendores à dissimulação maquiavélica, imporem-lhe os dotes criadores da persuasão e do comando...

Já seria uma grande coisa que a seu respeito não se realizassem decisivamente as profecias terríveis de St. Priest, que a 9 de setembro de 1833, não concordando com a educação ministrada ao jovem soberano, se abalançava a atirar a sua opinião a verificações posteriores: “car je doute que Pierre II soit jamais en situation de choisir et de vouloir”, nem tão pouco se efetivassem de maneira completa as predições de Pontois, quando a 31 de janeiro de 1837 ousava avançar em relação ao mesmo monarca: “Si les choses continuent ainsi; (il est difficile qu’il en soit autrement, dans un Pays où les éléments

d’Instruction et de moralité manquent également), on pense dès à present tirer l’horoscope du jeune monarque brésilien: “peut être vaudra-t’il autant, ou même plus, que le reste de ses compatriotes, mais certes, ce ne sera jamais ni un homme ni un Roi”.

O motivo das queixas do governo de d. Pedro II, legítimas talvez em certo sentido, é sem dúvida imputável aos próprios brasileiros. Se das qualidades nativas e adquiridas no sangue do seu soberano eles não se satisfizeram, deveriam tê-lo preparado melhor, dado na educação do príncipe o que lhe faltou, para não virem acusá-lo das culpas que foram principalmente as dos seus compatriotas.

E a verdade é que, bacharéis civis e militares, desorientados por sua vez por uma instrução peca ou infusa, assanhados na propaganda e agitação da ambicione e do discontentamento, de certos ilusionistas e propugnadores de reformas, mudanças de instituição não o mandariam transferir de clima tão facilmente como se desembarçassem do importuno ou despedissem o mau servo, se a ele, grande e nobre rebentão austro-ibérico, não tivessem ensinado mais outra coisa em sua vida que ser um abdicado, por antecipação, da coroa disfarçada sob o pelo arrepiado do rijo e funéreo chapéu alto, com que ele, d. Pedro II se arvorara primeiro funcionário do Estado, honrado e assíduo, culminante e perpétuo cidadão do Império e soberano do povo do Brasil.

*Alberto Rangel.*

**“ROSA AMÉLIA”**



## “Rosa Amélia”

(Brinde à segunda imperatriz do Brasil)

Se o tempo, medíocre e lento, é o pai da nobreza, a glória, pomposa e ágil, lhe pode, muitas vezes ser mãe... Napoleão, que essa glória fizera imperador, dissera, de Corneille – *je l’aurais fait prince*... E fez príncipe, a Talleyrand, sem, entretanto, nenhum êxito militar.

A Eugênio de Beauharnais, o enteado, apenas marquês, fez vice-rei de Itália, título mais civil ou político, do que nobiliárquico. Para ele quisera nobreza pelo... casamento. Escolhera uma princesa bávara e empurrava o enteado, aterrado, para os braços dela... Por sua vez a rapariga chorava a sorte, de ser dada a um soldadão. Quando se viram, foi o *coup de foudre*. Cada qual pensava no de que havia escapado, e descontaram logo, no amor, os lucros recíprocos.

O Eleitor de Baviera feito rei, fazia ao genro duque de Leuchtenberg e príncipe de Eischstoedt. A glória, como as procurações, se substabelece... Eugênio, filho de um general guilhotinado pela Revolução e de uma americana das Antilhas, será um “napoleônida”, portanto – príncipe autêntico.

Tem ele, porém, a sua lenda. Refere-se que, apreendidas, por ordem do governo, todas as armas, ainda menino, aos 14 anos, vem à presença do general Bonaparte reclamar com ternura e entusiasmo a espada de seu pai, que comandara o Exército do Reno... Napoleão sorri ao rapazinho, restitui-lhe o sabre, abraça-o comovido, e tanto, que promete tornar a vê-lo... E vê também Josefina, começando o romance imperial.

Dos napoleônidas, se é dos menos falados, é que a glória é ciumenta do amor, que não é, bem ao contrário, ciumento da glória... Murat pôde introduzir-se no leito de Carolina, a irmã do imperador, mas já era um bravo. A Eugênio a glória fará reticências, porque vem do leito de Josefina, só depois imperatriz.

Entretanto, este Eugênio bate austríacos antes vitoriosos, no Piave, em San Daniele, em Tarvis... e marcha sobre Viena, alcançando reunir-se ao Grande Exército, depois da vitória de Raab, que Napoleão chamaria *petite-fille de Marengo*. Propaganda, diria a glória...

Mas Eugênio colabora no triunfo de Wagram. Comandante de um corpo de exército, contribui, na campanha da Rússia, para os sucessos de Ostrovno, de Mohilow, tomando parte na batalha de la Moskowa. Na retirada, cabe-lhe, em Posen, comandar os destroços do Grande Exército, que conduz a Magdeburgo. Napoleão penitente, dos erros próprios e alheios, exclama, diante de seus marechais: “todos nós cometemos faltas, nesta guerra infeliz: só Eugênio não as cometeu”.

Se não a glória, o juízo. E temendo a defecção da Áustria, incumbe ao enteado guardar a Itália. Aí, Eugênio tem de enfrentar a defecção da Baviera, que franqueia aos inimigos o caminho do Tirol e a defecção do próprio Murat, o cunhado do imperador, que envia um Exército contra o enteado dele... E, assim, o vice-reinado, talvez o desejado reinado de Itália, rui com o Império.

Eugênio acaba príncipe consorte. E com dignidade. Apresentando-se, por ocasião da morte da mãe, em Paris, a Luís XVIII, faz-se anunciar: “o marquês de Beauharnais”. Mas o rei de França é nobre e dá ordem ao camarista: “*Faites entrer le prince Eugène...*”

Esse Eugênio tinha juízo para, junto da glória, apreciar-lhe a inanidade... “As humilhações que pesam sobre nações inteiras trarão, cedo ou tarde, a inevitável vingança”... disse ele. “Admito a guerra para que traga a paz, continuava, mas assim, não vejo paz durável para o mundo”... Não era possível, pensava ainda, “o domínio de uma nação sobre todas, domínio em suma, de um só homem”... Estava assim, antecipadamente, prescrito o destino de Napoleão, com a guerra precária, a impossível paz, a derrota final...

Só a mãe, Letícia Bonaparte, resmungando, em pleno fausto: “*Porvou que ça doure...*” e o enteado Eugênio de Beauharnais, na sua convicção, tiveram juízo. O príncipe Eugênio tem juízo até hoje, quando o Napoleão do século XIX é repetido pelo sub Napoleão do século XX...

Mas juízo, entre os homens, só tem razão – depois... Esse Eugênio de Beauharnais foi pai de Amélia Augusta Eugênia Napoleona, a segunda imperatriz do Brasil e de Augusto de Leuchten-

berg, um instante primeiro marido de dona Maria da Glória, a princesa nascida no Rio de Janeiro, que viria a ser d. Maria II, rainha de Portugal.

Dom Pedro, o príncipe português que fez a independência do Brasil, era amorosamente lusitano. Podemos também dizer: amorosamente brasileiro. Os romances de seus amores, como os de Marcel Proust, têm numerosos volumes, se não é deselegância comparar deliciosas criaturas com belos livros.

Comparemo-las com as estrelas... Sainte-Beuve disse, de Chateaubriand, que as suas namoradas eram como um céu estrelado... Quanto mais se olha para o céu, mais as estrelas aparecem. Assim também as amadas de dom Pedro. Não será sempre culpa de quem olha o céu, senão das estrelas, que se apresentam ou se oferecem... Em todo caso, por português e brasileiro, gostaria bem, d. Pedro, de... olhar o céu. Seria talvez astrônomo de vocação...

Enfim, é certo, já aos 14 anos se gabava de “homem”. Está numa carta de 1812. Apressaram-se em casá-lo, aos 19. Mas, antes disso, fazia das suas. Vários escândalos contou a tradição. Um deles, sério. A tradição guardou o nome de Noemi. Seria o da dançarina, que habitou a rua do Ouvidor?

Esta bela moça entra na história do Brasil por mãos de Maria Graham, e do circunspeto dr. Rodolfo Garcia, que lhe publica inéditos nos “Anais da Biblioteca” (tomo LX, relativo a 38, saído em 1940). Diz Maria Graham, no seu *Escorço Biográfico de Dom Pedro I*: “A beleza de uma graciosa dançarina de teatro, filha de artista francês, impressionou o jovem príncipe, desde que a viu pela primeira vez”... Foi-lhe apresentado e com o *coup de foudre* vem a paixão. Diz a bisbilhoteira contemporânea que pessoas da corte protegeram o namoro: “foram ao ponto de dar uma vultosa quantia à mãe da dançarina, para que ele pudesse gozar do privilégio de visitá-la. Mas a honra e os escrúpulos que esta tinha não puderam ser vencidos, continua a informante. Dom Pedro, incapaz de dominar sua paixão, desposou-a, secretamente. Ela era extremamente educada e empreendeu a educação de seu real apaixonado”, assegura Maria Graham.

O projeto de casamento dinástico prosseguia na Europa e Marialva conseguira um triunfo... político. Para um Bragança da América, *là-bas*, obtinha, ao tempo do prestígio da Santa Aliança, uma arquiduquesa da Áustria, irmã de Maria Luísa, que Napoleão conseguira, ao tempo do seu triunfo...

Quando a notícia chegou ao Rio, foi um Deus-nos-acuda. Maria Graham continua: “Nada poderia igualar ao desespero do jovem príncipe, quando veio a saber que a arquiduquesa já estava embarcada, em caminho para o Rio. Recusou desfazer-se de *sua mulher* (vem a expressão, grifada, no texto...), como teimava em chamá-la. Recusava despedi-la, apesar das ameaças de ser deserdado, feitas pelo seu tolo pai, sua imperiosa mãe (são expressões da memorialista), e por toda a corte e ministério. A rainha ainda condescendeu em confiar na dançarina, achando que as ameaças não davam resultado sobre ele e só exasperavam o príncipe. Tentou suborná-la com riquezas superiores a seus desejos e com as mais preciosas jóias, impondo a única condição de ir gozar delas na Europa. Prontificou-se, além disto a obter-lhe casamento com um homem de condição elevada, cujo caráter e conduta seriam uma segurança para sua futura felicidade. Mas tudo foi recusado, pois a dançarina era moça e estava muito apaixonada. Afinal estava tão próxima a chegada da arquiduquesa, que a rainha se viu obrigada a fazer mais um esforço e desta vez foi bem sucedida”... (dona Carlota Joaquina esqueceu que era a rainha intransigente, para lembrar-se que era a também intransigente amorosa... Perdoem-me os srs. Tobias Monteiro e Cardoso de Miranda, os últimos namorados de S. Majestade, esta nota irreverente) “... tendo falado à moça na vantagem e felicidade do próprio príncipe e não no próprio interesse, acenando com a possibilidade de ser ele deserdado, se ela continuasse a teimar”...

Entrou por uma porta, saiu por outra, o rei, meu senhor, que me conte outra, história de fadas, a que também os príncipes têm direito... Não; Maria Graham continua: “Consentiu, pois, ela, em abandoná-lo, com a condição de lhe ser permitida a ida para alguma região do Brasil, não estando longe o seu parto, antes de atender a quaisquer outras propostas. Não lhe deram tempo de tornar atrás. Foi imediatamente posta a bordo de um navio e enviada a Luís do Rego, então governador (de Pernambuco), e sua bondosa esposa. Foi tratada com grande carinho e teve, talvez prematuramente, uma criança sem vida. Estando rompido qualquer laço com dom Pedro, consentiu em casar com um oficial francês, que a levou a Paris, onde viveu muitos anos e talvez ainda viva, modesta e respeitosa” (p. 76-7, loc. cit.). Maria Graham foi hóspede de Luís do Rego e sua mulher, filha dos viscondes do

Rio Seco, em Pernambuco. Saberá tudo por aí, dessa aventura, do seu biografado...

E cito o caso, delongadamente, por desconhecido até agora, e para defender dom Pedro, como amoroso... Muito suposto dom Juan vem de um primeiro amor, contrariado pelo destino... E se é príncipe, é história pública... Frederico II troçava a Voltaire o harém, escandaloso, dos reis de França, Luiz XV e Luiz XIV pondo nomes facetos nessas “rainhas” interinas Cotillon I, Cotillon II, Cotillon III... Senão evitam Maria Mancini, a um, e não impõem Maria Lezinska, ao outro, teriam sido assim?... Dom Pedro não teria sido um... “um homem como os outros”, se os príncipes pudessem ter sua liberdade, a essencial liberdade de amar?

Mas a “legítima” chegou; não era bela, mas dom Pedro foi decente. Parece que havia receios, desde a Europa, que não o fosse, porque dona Leopoldina, indiscretamente, escreve ao imperador da Áustria, seu pai, em “Viener-platt-deutsche”, o dialeto popular de Viena, confidência, até pouco inédita, que colheu nos arquivos, e traduziu, o nosso Caio de Melo Franco. A filha tranqüiliza ao pai sobre a recepção que lhe fez o marido, numerando as demonstrações de amor que lhe dera... inequívocas. (Por sinal que uma conta, que dizem de mentiroso. Mas quem diz é ela...). Na ignorância de jovens chegaram mesmo a pensar lá para a madrugada, que o trono já teria herdeiro, desde aí...

Dona Leopoldina, apesar de suas excelsas qualidades, não seria feliz, embora as iterativas maternidades, que lhe promovia o amor do esposo. Entretanto, pesar disso, ou por isso, a marquesa de Santos aparece. Ou avulta, entre outras. Pedro Calmon chega a dizer “entre 1818 e 1821 o herdeiro da Coroa de Portugal não pensou em outra coisa”... E depois de 21, até 29, podemos acrescentar, sem injustiça...

Apenas a marquesa de Santos, retardada Montespan ou Dubarry, continuaria. Desta, guardou a memória do coração do amante, a data precisa. Foi a 29 de agosto de 22 “em que começaram as nossas desgraças e desgostos, em consequência de nos ajuntarmos pela primeira vez”. Domitila de Castro Canto e Melo era divorciada de um oficial, tinha 25 anos, mas, pelo corpo alentado, aparentava os quarenta. Em todo o caso, entre os dois números, era *la femme de frente ans*, e era a mais mulher das mulheres...

O pecado, de ambos os parceiros, parece que une mais, porque mais os iguala, e o amor é paixão sem hierarquia, ou não é amor. A intervenção dele na política é que foi o desastre. Os paulistas desdenhavam a concubina, que os intrigava com o imperial amante. Os Andradas perderam o poder... Viram a chamar ao soberano “imperador de Mata-Porcos” (hoje Estácio de Sá), onde situara a comorça, e que lhes respondia agraciando-a com o título de marquesa de... Santos, nada menos que titular da terra dos Andradas.

Desses amores, duas filhas, uma logo feita duquesa de Goiás, imposta à companhia dos filhos legítimos, os príncipezinhos de São Cristóvão; a outra que não teria tempo, à legitimação, pois nasceria após o rompimento e viria a ser, pelo casamento condessa de Iguazu: Isabel e Maria Isabel.

Com isso, as partidas dobradas – e múltiplas – do amor... Dona Leopoldina ao lado da marquesa de Santos, até em viagens, como na da Bahia, na corte e fora da corte, exibido o pecado. Morava uma em São Cristóvão, grades a dentro da quinta e outra em São Cristóvão, logo portas a fora da quinta, no começo da atual avenida Pedro II.

Dissemos partidas múltiplas... E foram. Por exemplo, Clemência Saisset, a lojista da rua do Ouvidor, casada com um oficial da Grande Armée, de quem houve um filho, Pedro de Alcântara Brasileiro, a quem viria a legar a sexta parte da terça, futuramente... Também a Bompland, esquecida do marido, o naturalista, prisioneiro no Paraguai. Bem quisera também, a Maria Graham, que conseguiu escapar ao rol, embora o tentasse o padre Boiret, alcoveta imperial. Também Letícia Lacy, casada com um violinista espanhol, da qual houve um dom Luiz Pablo Rosquellas, magistrado na Bolívia. E madame Saturville e Carmen Garcia. E outras, que esqueceu ou não soube a crônica...

Lembremos a Sainte Beuve sobre Chateaubriand e as estrelas que aparecem, mais e mais, quando olhado o céu... Perdão, uma olhadela mais e aparece uma irmã da marquesa, que casaram com guarda-roupa da Câmara Imperial e foram barão e baronesa de Sorocaba...

Mas a Domitila imperava, tanto que o imperador, mandando-lhe versos chamava “Domitila minha imperatriz de coração”, assinando-se em carta, “teu fogo, foguinho”.

A imperatriz dona Leopoldina tinha de desaparecer depois de dar à luz a d. Maria da Glória, d. Miguel, d. João, d. Januária, d. Paula, d. Francisca, d. Pedro II e o último imaturo que a matou... Isto de 1819 a 26, um por ano... dom Pedro a chorou, sinceramente.

Talvez, apesar de tudo, porque era bom, se arrependesse. Mas, continuava. É vezeiro dessas paixões do amor, essa luta entre a isenção, dos outros, – a que chamam razão – e o gosto, próprio – que se chama... coração... isto é, – indiferença e necessidade... São os nomes crus.

Por fim, num desses acessos de arrependimento, que intervalam os transportes do amor ilícito, o imperador desejou segundas núpcias, ou a paz com o amor. Mas não sem condições: as condições dadas ao negociador dos esponsais, o marquês de Barbacena, inimigo de Domitila, exigiam: mulher moça, bonita, virtuosa, embora não fosse do “primeiro sangue”. (Esta meia restrição é influência da América: a Europa prefere, às outras prendas o sangue “inteiro”... *Nous sommes, encore, quelques uns, pour lesquels les merites personnels ne comptent pas*, diria a dizer o marquês de Charlus, na obra de Proust...).

Ao ex-sogro, o imperador da Áustria, confiou d. Pedro a proteção do caso. Fazia, do ladrão, guardião. O ministro, o príncipe de Metternich, providenciaria... A lembrança dos sofrimentos da imperatriz Leopoldina não facilitariam a missão – embora o pai reconhecesse, à filha, “timidez e negligência”... Depois, havia o caso dos filhos de um segundo leito, que poderiam contrariar os direitos dos “austríacos”, do primeiro. Mal parado, pois, de começo, o projeto.

Metternich, diplomata à antiga, dissimulado, fingiu aceitar a incumbência, mas a de seu mau êxito... Sucessivos pedidos, para sucessivas humilhações de recusa. É tão ridículo isto, que o povo, em toda parte, tem vocábulo de calão, para expressá-lo: é “tampa” em Portugal; no Rio é “tábua”; na Bahia “taboca”... Princesas velhas, feias, aleijadas, de Sardenha, de Suécia, de Nápoles, de Baviera, de Dinamarca... oferecidas e contramarchadas, tiveram a gloriola de desdenhar o Bragança da América, à invocação propalada da Domitila, no *là-bas* da América tropical: o “não” humilhante aparecia sempre, finalmente; apareceu oito vezes, até desesperar os embaixadores...

Por fim, subrepticamente, as portas travessas, um tenente-coronel Brak inculcou a boa pista, secretamente: seria uma napoleônida, nas condições imperiais: moça, bela, virtuosa, embora meio sangue. Aliás, d. Pedro I sempre fora entusiasticamente amoroso da glória napoleônica...

Secretamente tudo se teceu, combinou, dispôs, Metternich enganado, até que se anunciou, oficialmente. A segunda imperatriz do Brasil seria dona Amélia Augusta de Leuchtenberg, de 17 anos, formosíssima, de casa principesca sem escândalos, que ostentava no nome seu meio sangue e sua meia glória, napoleona de Baviera... Entre os negociadores do casamento estava o barão depois visconde da Pedra Branca, cuja filha devia ser condessa de Barral, nobreza de França, parente dos Beauharnais.

O marquês de Resende, ministro do Brasil, descrevia-a: “Um ar de corpo como o que o pintor Corrêgio deu nos seus quadros à rainha de Sabá e uma afabilidade que aí há de fazer derreter a todos, fez com que eu exclamasse, na volta para casa: valham-me as cinco chagas de N. S. Jesus Cristo, já que pelos meus enormes pecados não sou o imperador do Brasil”. Desrespeitoso ou senil. E continuava o velho, indiscreto: “Que fará o nosso amo, na primeira, na segunda, e em mil e uma noites? Que sofreguidão! Os dedos hão de parecer-lhe hóspedes... Basta, quando não, onde me levará a minha descrição?” Antes, indiscrição. Foi bom parar, ainda a tempo, de mais inconveniências. O retrato mandado para Barbacena depunha, porém, no mesmo sentido. O Chalaça testemunhava, em carta para a Europa: “Nosso amo, depois da chegada do pacote (com o retrato), mudou de vida; não dorme fora de casa, faz suas visitas sempre acompanhado de camarista e nada de novo...”

Houvera algo de novo, mesmo nas vésperas de ajustado o casamento. A 21 de junho de 29 mandara flores à marquesa, “em sinal de paz esses lírios brancos que são produzidos nesta minha chácara... Peço-te que pelo menos um dos lírios goze do teu calor no teatro...”. A Barbacena escrevia que parasse tudo. Mas, a 30 de junho chega o retrato. Tudo mudou. Começa o amor novo. E a 29 de julho já escreve ao marquês: “se fosse possível pintar-lhe nesta carta meu contentamento, para que chegando a tempo de lá a achar (que Deus não permita) a mostrasse à minha salvadora, à salvadora do Brasil, a minha adorada Amélia, que felicidade a minha!” Domitila, o pecado, já era a ignomínia, a que torna a



*A imperatriz d. Amélia*

Reprodução de uma litografia de Villain, sob desenho de Grevedon,  
executado em 1830.

(Da coleção do MUSEU IMPERIAL)



fraqueza, tanto que o novo amor, decente e sagrado, já é a salvação... E não só do homem senão da nação... A 27 de agosto viu-se livre dela. Uff!

A 16 de outubro, chega, ao Rio, a fragata *Imperatriz*, com a noiva e mais a filha d. Maria da Glória, e o imperador vai ao encontro delas, fora da barra. Barbacena descreve a Palmela esse encontro: “Tamanho foi o seu prazer abraçando a rainha (a filha) que perdeu quase os sentidos. A imperatriz, que estava muito tímida e sem atrever-se a dizer palavra, tomou coragem ao ver aquele transporte de ternura paternal e ajudou-me a prestar algum socorro ao imperador. Desde aquele momento eu vi os noivos tão ocupados um do outro, como se fossem namorados de muitos anos e o recíproco entusiasmo tem subido a tal ponto que neste momento eu considero aqueles dois entes os mais felizes do mundo”. Amém.

Alcindo Sodré, no *Anuário* deste museu, descreveu, documentadamente, a emoção brasileira à graça da imperatriz: todos a viram com o imperador. Tal como da obra de Corneille se disse: “*Tout Paris pour le Cid a les yeux de Chimène...*”.

Assim foi. Acabou o romance de dom Pedro, como num conto de fadas: “entrou por uma porta, saiu por outra...” como nas belas histórias que acabam num bom casamento...

Dona Amélia foi o amor, mas também a sua dignidade. Sossegado por este lado, o imperador deu-se à política nacional e à outra, a de Portugal, pensando no outro amor, a filha... Isto talvez explique a série de imprudências que cometeu dom Pedro I, em 30-31, e que terminam na Abdicação, de 7 de abril. Parece até que procurava, deliberadamente, a impopularidade. Pôr termo, decente, à sua missão na América... O dr. Casanova, que viera na companhia do imperial cunhado, o príncipe Augusto, – aqui feito duque de Santa Cruz... – fez o diagnóstico do imperador, diante de José Bonifácio: – O imperador do Brasil é um louco... Insistindo: “O estado atual do imperador, afianço-o, resente-se de uma alienação mental muito pronunciada”.

Essas loucuras visavam criar, talvez, a situação de uma abdicação digna. Por isso, a atitude do príncipe, nesta época, é, realmente, de causar apreensão. Depois dos múltiplos serviços e favo-

res do marquês de Barbacena, pessoais e ao Estado, fá-lo, naturalmente, primeiro ministro para a paz política, a geral conciliação. Muito bem. Mas, indelicadamente, dá a Amélia as jóias de Leopoldina, tomando-as de empréstimo à legítima dos filhos. Muito mal. Põe-se a economizar e fazer contas, o que não é comum a chefes de Estado. Muitíssimo bem. Mas, muitíssimo mal, suspeita do ministro e apura que Barbacena se excedera nas despesas do casamento e na viagem de d. Maria da Glória e demite-o, com escândalo e imprudência, acintosamente. O bom é não permitir o roubo, para não ter de apitar, pois, com o ladrão, vai-se a confiança na honra da República. Barbacena logicamente confirma o diagnóstico de Casanova: “V. M. Imperial poderá acabar os seus dias em alguma prisão de Minas, a título de doido...”.

Um jornalista republicano teve por prêmio de suas verrinas a morte por um tiro: a morte de Líbero Badaró foi atribuída a mandado do imperador. Se aos brasileiros afugentava, procurava conselho e freqüência dos portugueses, exasperando o nosso puriginoso nativismo. Vai a Minas, para ser mal recebido, em Ouro Preto, a dobre de finados. Fora fazer a propaganda de um ministro de segunda ordem, Silva Maia, na recondução a deputado, e o ministro é derrotado nas urnas...

Tornado ao Rio festejam-no os lusitanos com luminárias e vivório, à chegada, e os conflitos resultantes fazem a “noite das garrafadas”, 13 de março de 31. Quando os inimigos temem, alguns dias depois, as represálias e aprontam as malas para a fuga a Minas, o imperador por seu lado, inesperadamente, abdica e recolhe-se à nau inglesa *Warspite*, para deixar o Brasil...

É do diplomata austríaco barão de Daiser o depoimento, dessa dupla fuga, em sentidos opostos. E não será a única, como não foi a primeira, em nossa história...

É que dom Pedro I não pensava mais no Brasil, senão em Portugal. Deixaria aqui d. Pedro II e iria pôr no trono, em Portugal, a d. Maria II. Não era loucura pessoal, como acreditaram os míopes, era a loucura dinástica, a loucura política, as duas “Cartas” contra o absolutismo, a paixão do momento no mundo que no seu subconsciente lhe moviam os atos, aparentemente sem nexos.

Para si, generoso e abnegado, não queria nada. Bastava-lhe, depois dos filhos instalados, de suas duas pátrias pacificadas, seu “bocado de rei”, dona Amélia...

A segunda imperatriz, se foi exemplar esposa, foi por igual, mãe amantíssima. Esposa, pacificou seu amoroso marido, dando-lhe segurança e repouso doméstico, para cuidar, enfim, de outra coisa além das desordens afetivas. Prudente, não o largou mais. Aqui a Petrópolis, a sua fazenda do Córrego Seco, onde quisera edificar o Palácio de Concórdia – a impossível concórdia dos ânimos portugueses e brasileiros que digladiavam cá fora e que só no seu coração ainda se reuniam. A Correias e até a Minas o acompanhou dona Amélia.

Não só, porém, esposa dedicada, mãe amantíssima; mais que isso, amantíssima mãe adotiva. Além dos filhos da outra imperatriz, a Goiás, a filha da Domitila, sem distinção, sem ciúmes. Dona Amélia foi uma super-mulher...

Quando chegou a hora de provação, ela soube amparar o esposo, sem esquecer a sua família adotiva. Sentiu menos perder o trono do Brasil, do que ter de deixar os enteados, sobretudo a dom Pedro II. Em carta que lhe deixou, à criança ainda adormecida, diz-lhe: “Meu filho do coração e meu imperador. Adeus, menino querido, delícia de minha alma, alegria de meus olhos, filho que meu coração tinha adotado... Prostrada aos pés daqueles que abandonaram meu esposo, eu lhes diria, entre lágrimas: Não sou mais imperatriz e sim a mãe amantíssima. Permiti que vigie o nosso tesouro, esta criança que é meu filho e vosso imperador...” E vai por aí, esvaziando o coração, até o fim: “Adeus... toma um beijo, ainda outro... mais um último... Adeus, para sempre adeus... Amélia”.

Dom Pedro I repetia, a todos esses transe: “Ou partir ou comprometer a honra”. E partiu. E partiram...

Na Europa, é ainda a luta. Luta até a morte. A morte, na vitória. Dera-lhes o amor uma filhinha, em troca dos que deixaram no Brasil. Chamou-lhe, ela, Maria Amélia: Maria, como a avó, Josefina, que era Maria José e Amélia, como a mãe, que era Augusta Amélia.

O esposo nem pôde cuidar do lar, porque, para defender o trono da filha mais velha, tem de lutar, armas na mão, luta entre irmãos, representando dois credos, duas fés, duas épocas da história, o passado e o futuro, um mundo reacionário que queria conti-

nuar, passada a sua hora e o mundo revolucionário que vai sobrevivendo, no seu momento. Simbolicamente vem dom Pedro, da América, para a Europa... Esses dois irmãos são apenas chefes de dois partidos, que lutam neles... Dos Açores para Portugal, o cerco do Porto, a vitória, Évora Monte, dona Maria II...

E a morte, por fim. Dom Pedro vitorioso, mas angustiado, morre, nesse mesmo Palácio de Queluz, onde nascera, repartido por dois mundos, duas eras, duas famílias, que quisera reunir, e só no seu generoso coração se uniriam... para se separarem definitivamente. Cento e tal anos passariam para reunir-se de novo a família. Os tronos ruíram. Só os sentimentos de alguns, de um e do outro lado do Atlântico permanecem fiéis, a esse Pedro I ou Pedro IV, que foi o mesmo generoso dom Pedro, de aquém e além mar. Dona Amélia que lhe cerrou as pálpebras, as mãos nas mãos que, à morte, apertava, e esfriavam, escreve para o Rio à princesa Januária: “Escrevo-te com o coração retalhado de dor, não sabendo verdadeiramente como te anuncie o terrível acontecimento que me torna desgraçada para todo o resto de minha vida...” “Ele expirou em meus braços, no Palácio de Queluz, a 24 de outubro, pelas 2:30 horas da tarde, depois de longos e cruéis sofrimentos que suportou com uma resignação e piedade edificantes. Não se iludiu nunca a respeito de seu estado, preparou-se para a morte e fez suas disposições alguns dias antes do fatal momento, em que roubado à sua esposa aflita e a seus pobres filhos, passou para uma vida melhor. Morreu como um santo mártir e filósofo cristão e jamais houve morte tão tranqüila. Está no céu presentemente, meus caros filhos, junto de vossa excelente mãe e de vossa boa irmã, Paula e rogam por nós. Ele prometeu e disse também para vos escrever que no seu leito de morte, ainda vos abençoava. Está agora no céu e Deus o terá indenizado multiplicadamente de todos os sofrimentos que teve na Terra...”

Citei, compridamente trechos desta carta, para vos dizer uma só coisa. E é esta: neste museu vereis mais de um retrato de dona Amélia, que atestam que bela mulher ela foi... O de Pallière vos mostrará a graça reticente de uma beleza que pede escusas de ser tanta... O de Senefelder-Julien uma afirmação de beleza feminina tal que nos faz, a homens e monarquistas, bem criados e bem convencidos, a... a dizer, beatamente: dom Pedro devia ter sido

muito feliz amando-a, e sendo amado por ela... Pois bem esta carta retrata-nos dona Amélia ainda mais bela, moralmente e afetivamente, do que foi objetivamente.

Vindo ao Brasil, segunda esposa de um soberano, faz-se a mãe amantíssima dos filhos da que a precedera e até da inocente filha bastarda da amante imperial, sem ciúmes, com uma dignidade heróica, que só a bondade natural e irredutível explicaria... Agora morre-lhe o esposo, que ela amara, como dele fora amada completamente, fielmente, e imagina-o no céu, ao lado da excelente dona Leopoldina, a rezarem pela felicidade dos que ficaram... Mulheres, mães e esposas que me ouvis, ponde em vós estes sentimentos e dizei-me se dona Amélia, pela sua beleza moral e afetiva não nos faz, a todas e todos, inveja e admiração... Que linda flor humana que foi e que perfume sublime tinha aquela alma... Bendita sejas, minha imperatriz!

Ei-la viúva. Dona Amélia resiste a estas privações e provações todas. Imperatriz, rainha, duquesa de Bragança ficava-lhe além dos filhos adotivos uma órfã, sobre a qual pesava a certeza inexorável da herança. O esposo deixava-lhe ainda o cuidado dos filhos bastardos, que ignoravam a própria origem. Viveria entre Lisboa e Munique, das Janelas Verdes, o paço outrora de Pombal ao Palácio Leuchtenberg... Visitando a velha mãe e a duquesa de Goiás, depois condessa de Treuberg, bem casada e feliz. Depois cuidaria da outra enteada torta que não teve tempo de ser reconhecida, Maria Isabel, que desposou o filho de Barbacena, inimigo mortal da marquesa de Santos e inimigo final de dom Pedro I, o conde de Iguazu, que em publicação se intitula genro de S. M. Imperial. Esta se desencaminhará alanceando o coração da mãe adotiva de um instante, envergonhando os irmãos.

D. Maria II no trono casa com o príncipe Augusto irmão de dona Amélia: é efêmero rei de Portugal. Depois sobrevêm dom Fernando e prole numerosa. Esquece a amizade da mãe adotiva e chegam a se esquecerem. Esta princesa é dúplice: na família, esposa e mãe é exemplar, como fora dona Leopoldina dedicada à casa, ao marido, a educação dos filhos; soberana é versátil, contraditória entre acessos de absolutismo e crises de liberalismo, como dom Pedro, sem coerência nem sistema: talvez por isso atravessando um difícil período da história, em que o passado não queria morrer e as novidades liberais – ainda não admitidas confiadamente. Numa correspondência que está na Bi-

biblioteca Nacional, dona Amélia se ocupa, com a condessa de Itapagipe, continuamente, desses quadrantes do seu coração, a bela família da América e da Europa e o centro do seu amor restante, a mãe e a filha...

O Brasil cumpriu o seu dever. Deu-lhe ou manteve-lhe o título de imperatriz e deu-lhe casa e pensão, regulados desde 19 de junho de 1839, com 50 contos de subsídio anual. Consegue noivar Maria Amélia com o arquiduque Maximiliano, irmão do imperador da Áustria. Mas a morte está à espreita. A tuberculose, que matara o pai, mata a filha em 53, no clima ameno da Madeira, que tão pouco valera ao tio dom Augusto.

De 54 é o testemunho pessoal de Maciel Monteiro que diz em carta a Cotegipe, carta publicada por Wanderley Pinho: “Nada há no mundo capaz de abalar a simpatia e comandar o respeito que a associação que nela se nota de tanta majestade, tanta virtude, tanto heroísmo e tanto infortúnio!” A tradição que em 67 quando Maximiliano morre fuzilado no México, manda-lhe lembrança da noiva que conservara, embora casado com aquela Carlota da Bélgica que vai enlouquecer de dor. Em 72 vê finalmente o seu “menino do coração”, que deixara adormecido na manhã de 7 de abril, com cinco anos de idade. D. Pedro II em viagem à Europa, procura-a, a primeira visão da família. Devia ser patético este encontro, diz-me Leão Teixeira: Não tinha ainda cinquenta anos e a Guerra do Paraguai lhe alvejara a cabeça e a barba... era um velho... A mãe que dificilmente extrai daquela fisionomia de ancião precoce o seu menino... O soberano ajoelha-se para lhe beijar as mãos... Até na cenografia da vida é tudo tragédia para essa criatura fadada ao martírio...

Em 73 é a morte... Descansou... Passou fazendo o bem, bela, generosa, amante, sempre ferida e maltratada e mutilada pelo destino injusto. Fora bela como boa. Toda dada aos seus amores, o Brasil, Portugal, a Baviera, e seus filhos que lhe morriam, enchendo-lhe o coração de cruces, a que se juntaram a do esposo, a do irmão, o genro prometido, finalmente a da mãe... Princesa, imperatriz, rainha, duquesa, de novo imperatriz... foi apenas mulher, só mulher, filha, irmã, esposa, mãe, madrasta amantíssimas, crucificadas pela vida ao luto... Sempre errante e a morte lhe seguindo os passos. Continuamente até o fim, pobre velha aflita como também vereis, de um retrato deste Museu. Tudo passa...

Josefina, a avó, era Marie-Joseph Rose Tascher de la Pagerie. De “Joseph” fizeram Josefina. De “Rose” ficara-lhe a paixão por essas flores. Tinha-as em Malmaison, que lhe sobreviveram, das mais belas, mais garridas, mais variadas... Uma lhe lembraria a terra natal, o ribeiro da Martinica: *Roxelane*; outra, admiração de estudiosa: *Bayard triomphant*; outras ainda, a sua glória, se refeririam a “Ele”: *L’Empereur, Grand Napoléon, Manteau pourpre, Achille, L’aigie brun, Couronne impériale, Majestueuse, Hector, Monarque, Grandeur royale*... Seu próprio retrato, algumas: *Grand et belle, Noire couronnée, rose du rol, La bien-aimée, Le feu amoureux, Beauté touchante, Cuisse de Nymphé émue, Unique rose*... e outras, e outras, finalmente à mais bela: *Souvenir de Malmaison*, que é como se dissesse “lembrança de Josefina”...

As rosas têm nome, de sua proveniência, às vezes: a mais vulgar e querida para nós, vem ou veio de Alexandria, para o Ocidente: é a rosa centifólia, a rosa de cem pétalas, rosa rosa, a mais rosa das rosas, porque bela e perfumada. A trova popular o atesta:

*A rosa para ser rosa  
Deve ser de Alexandria  
A mulher para ser mulher  
Deve chamar-se Maria...*

Pois bem, no Brasil, essa rosa tem outro nome, chama-se “rosa-Amélia”... Por que?

À chegada da imperatriz ao Rio, criava o imperador uma ordem honorífica a “Ordem da Rosa”, cuja insígnia era: “Amor e Fidelidade”, certeza expressa e promessa aspirada, tomando inspiração nas miúdas rosas que ornavam com uma chuva de pétalas, o vestido de dona Amélia... E a rosa das rosas, a rosa rosa, a que fora de Alexandria na Europa, passou no Brasil, a chamar-se “rosa Amélia”...

A ordem honorífica passou... Josefina tem uma estátua na Martinica e as rosas de Malmaison. A neta herdou esse prestígio de seu nome “Rosa” e essa colaboração, de um imperador amoroso e de um povo reconhecido, que não a esquecerá jamais, nem na história, nem nos jardins... “Rosa Amélia”...

***Afrânio Peixoto.***



## **FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS**



## **Famílias pernambucanas**

Os Sousa Leão (nos séculos XVII, XVIII e XIX)

- I** - Os estudos genealógicos no Brasil.
- II** - Genealogia da família Sousa Leão.
- III** - Os Sousa Leão e a visita do imperador a Pernambuco.
- IV** - Os Sousa Leão e a aristocracia do Império.
- V** - Os Sousa Leão e a política no Império.
- VI** - Os Sousa Leão administradores públicos.
- VII** - Os Sousa Leão “legítimos e inteiros cristãos-velhos, sem judeu, mouro ou mulato, ou de outra infecta nação”.
- VIII** - Os Sousa Leão e o conde d’Eu.
- IX** - Os Sousa Leão e a heráldica.
- X** - Engenhos dos Sousa Leão.
- XI** - O bolo Sousa Leão.
- XII** - Os Sousa Leão na faculdade de direito do Recife.
- XIII** - Os Sousa Leão e as erratas ao “Arquivo Nobiliárquico”.
- XIV** - Bibliografia.

### **I**

#### **Os estudos genealógicos no Brasil**

Infelizmente, não houve no Brasil uma continuidade nos estudos genealógicos. Durante a colônia, tivemos a atividade de Borges da Fonseca, Loreto Couto, frei Jaboatão e Pedro Taques. Depois o ritmo da pesquisa desaparece. Há um grande hiato, inclusive no período do Primeiro e do Segundo Reinados, tão fértil na criação de títulos nobiliárquicos, com os seus quatro duques, 45 marqueses, 38 condes, 176 viscondes e 730 barões. De certo modo, o paradoxo escandaliza, pois a única publicação especializada que existe é o “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, ed. em 1918, escrevendo até os seus autores, no prefácio: “Este trabalho representa a primeira tentativa de um estudo heráldico-genealógico nacional. Nada se havia feito até o presente, não aceitando o nosso meio, como não aceita ainda hoje, qualquer ensaio nesse sentido”.

As dificuldades a vencer na elaboração desse “Arquivo Nobiliárquico” foram incalculáveis, pois “havia desaparecido todos os registros de armas e brasões concedidos desde 1822”.

Os estudos genealógicos no Brasil têm na pessoa do 6º conde dos Arcos, dom Marcos de Noronha, o seu propulsor. Graças à sua intervenção, quando governava Pernambuco, Borges da Fonseca escreve a “Nobiliarquia Pernambucana”, quatro volumes manuscritos, legados ao mosteiro de São Bento, donde passaram para o Instituto Arqueológico Pernambucano. Na “Revista” desta instituição apenas é publicada pequena parte, pois o manuscrito desapareceu. Felizmente, no Ceará, o barão de Studart possuía uma cópia o que tornou possível à Biblioteca Nacional divulgar tão importante obra nos seus “Anais”.

Deixando Pernambuco, o 6º conde dos Arcos vai para Mato Grosso, onde é seu subalterno Pedro Taques de Almeida Pais Leme, sargento-mor do regimento da nobreza, e o autor da “Nobiliarquia Paulistana”. O manuscrito pertenceu ao visconde de São Leopoldo, cujo filho José Feliciano Fernandes Pinheiro ofertou-o ao Instituto Histórico Brasileiro, que o divulgou na sua “Revista”, vols. 32 a 35.

Na esteira de Pedro Taques, Luís Gonzaga da Silva Leme trabalhou doze anos, ampliando e atualizando, trazendo ao público, em 1903, a sua “Genealogia Paulistana”, 9 grandes volumes de 500 páginas e mais. Pernambuco não teve, entretanto, o seu Silva Leme: Loreto Couto e frei Jaboatão referem-se ao período da colônia. A obra de Borges da Fonseca não foi continuada ou atualizada.

Há, entretanto, um outro genealogista pernambucano: o autor da “Genealogia da Família Sousa Leão”, que Sacramento Blake e Sebastião Galvão apontam – Manuel do Rego Barros de Sousa Leão, nascido a 07/06/1840 e falecido a 31/07/1882, primogênito de um ramo Sousa Leão-Rego Barros, sobrinho do conde da Boa Vista e do barão de Ipojuca, deputado, bacharel pela faculdade de Recife, doutor pela universidade de Iena, presidente das províncias do Piauí e Santa Catarina, e também autor de outra obra “Elementos de Geografia” (2 volumes, 1858).

A “Genealogia da Família Sousa Leão”, um volume de 54 páginas, impresso no Recife a 1881, na Tipografia Mercantil (Rua das Trincheiras nº 50), está anônima. Apenas, indica que a matéria já foi publicada em artigos no *Jornal do Recife* e *Diário de Pernambuco*, edições de 23/03/1881 e 31/03/1881.

A técnica genealógica é, nesse volume, muito confusa e pouco científica. Procuramos dar-lhe uma orientação segura e bastante clara, dividindo as “casas” e os seus “ramos”.

## II

### Genealogia da família Sousa Leão

O tronco da família Sousa Leão, no Brasil, é Domingos de Sousa Leão que chegou a Pernambuco no século XVII, oriundo da Casa do Moreno, freguesia de São Miguel de Rãs, na Arrifana de Sousa, comarca de Penafiel, bispado do Porto (Portugal). Instalou-se na freguesia de Santo Amaro de Jaboaão, onde se casou com Isabel de Sousa Ferreira, filha do tenente Inácio Pereira de Sousa e Emerenciana da Rocha Ferreira, neta paterna de Antônio Pereira de Sousa e Isabel Pereira, neta materna do sargento-mor João Batista Ferreira e Antônia Rocha. Tiveram 1 filho: o capitão-mor Domingos de Sousa Leão, que se casou com a olindense Isabel da Silva Ribeiro, filha de Manuel Correia Ribeiro e Feliciano da Silva. Deste consórcio houve 7 filhos:

1. Padre Francisco Alves Barbosa,
2. Capitão-mor Manuel de Sousa Leão, fundador da casa do Maranhão,
3. Padre dr. Antônio de Sousa Leão,
4. Padre dr. Felipe de Sousa Leão,
5. Capitão João de Sousa Leão, fundador da casa de Gurjaú de Baixo, que mais tarde se subdivide nos ramos Tapera, Timbó, Caraúna, Novo da Conceição e Matas,
6. Isabel Ferreira da Silva Ribeiro,
7. Ana Ribeiro da Silva.

#### A “Casa do Maranhão”

O capitão-mor Manuel de Sousa Leão, senhor do engenho Maranhão (Ipojuca), casou-se com Francisca Ferreira, filha do capitão Manuel Mendes da Silva e Isabel Ferreira de Azevedo, senhores do Engenho São João (Cabo). Teve 4 filhos:

**F1.** Capitão-mor de Ipojuca, Domingos de Sousa Leão, casado com sua prima Isabel Rita Caetana da Silveira, filha do capitão João de Sousa Leão e Ana Rita da Silveira. 4 filhos:

N1. Capitão João de Sousa Leão, senhor dos engenhos Maranhão, Amazonas, e Supitanga (Ipojuca). Casado com sua prima Isabel Efigênia de Sousa Leão, filha do capitão Manuel Tomaz de Sousa Leão e Rosa Maria Barbosa Cavalcanti. Tiveram 7 filhos:

Bn1. Isabel Rita de Sousa Leão, casada com seu primo tenente-coronel Manuel de Sousa Leão, filho de Manuel de Sousa Leão e Francisca Severina Cavalcanti de Sousa Leão.

Bn2. Manuel Tomaz de Sousa Leão.

Bn3. Francisca Severina Cavalcanti de Sousa Leão, casada com seu primo tenente-coronel Jerônimo de Sousa Leão, filho de Manuel de Sousa Leão e Francisca Severina Cavalcanti de Sousa Leão. Tiveram 4 filhos:

Tn1. João Manuel de Sousa Leão.

Tn2. Maria da Conceição.

Tn3. Amélia.

Tn4. Jerônimo de Sousa Leão Filho.

Bn4. Maria de Santana Bezerra Cavalcanti, casada com seu primo tenente-coronel João Carlos Bezerra Cavalcanti, filho de João Carlos Bezerra Cavalcanti e Francisca da Felicidade Perpétua de Sousa Leão.

Bn5. Antônio de Sousa Leão, casado com Maria Rita, filha de Vicente das Chagas e Bárbara do Rego Barreto.

Bn6. Rosa Alexandrina.

Bn7. João de Sousa Leão.

N2. Major Manuel de Sousa Leão, senhor do engenho Novo da Conceição (Jaboatão), casado com sua prima Francisca Severina Cavalcanti de Sousa Leão, filha de Manuel Tomaz de Sousa Leão e Rosa Maria Barbosa Cavalcanti. Tiveram 5 filhos:

Bn8. Tenente-coronel Manuel de Sousa Leão, senhor do Engenho Gurjaú de Cima. Casado com sua prima Isabel Rita de Sousa Leão. Sem descendência.

Bn9. Bacharel Francisco Severino Cavalcanti de Sousa Leão, falecido solteiro.

Bn10. José de Sousa Leão, barão de Gurjaú. Senhor do engenho Novo da Conceição. Nascido em 1838 e falecido a 06/08/1908. Casado com sua prima Lília Ermelinda de Sousa Leão, filha de Antônio Francisco dos Santos Braga e Ana Isabel de Sousa Leão. Sem descendência.

Bn11. Francisca Severina Cavalcanti de Sousa Leão, casada com seu primo major Antônio dos Santos de Sousa Leão, filho do tenente-coronel Domingos de Sousa Leão e Teresa de Jesus Coelho. Tiveram 8 filhos. Vide a descendência no “ramo Caraúna”: F3.

Bn12. Tenente-coronel Jerônimo de Sousa Leão, senhor do engenho Cumarú (Jaboatão), casado com sua prima Francisca Severina de Sousa Leão.

N3. Ana Rita da Silveira, casada com o coronel João Carlos Bezerra Cavalcanti, senhor do engenho Tapera (Ipojuca), filho do sargento-mor José Bezerra de Abreu e Ana da Conceição Campelo.

N4. Francisca da Felicidade Perpétua de Sousa Leão, casada em primeiras núpcias com o referido coronel João Carlos Bezerra Cavalcanti. Tiveram 4 filhos:

Bn13. Tenente-coronel João Carlos Bezerra Cavalcanti, senhor do engenho Tapera (Ipojuca), casado com sua prima Maria Santana Bezerra Cavalcanti.

Bn14. Capitão Francisco Manuel de Sousa Leão, senhor do engenho Saco. Faleceu solteiro.

Bn15. Tenente José Cavalcanti de Sousa Leão.

Bn16. Capitão Domingos Cavalcanti de Sousa Leão, casado com Leonor Clotilde de Sousa Leão, filha do major Antônio Gonçalves da Silva e Antônia Francelina de Miranda e Silva. 3 filhos:

Tn13. Regina Pautila.

Tn14. Domingos Júnior.

Tn15. Inez Elisa.

F2. Manuel de Sousa Leão, falecido solteiro no engenho Maranhão.

F3. Felipe de Sousa Leão, falecido solteiro no engenho Maranhão.

F4. Isabel Maria Francisca da Silva, falecida solteira no engenho Maranhão.

#### A “Casa de Gurjaú de Baixo”

O capitão João de Sousa Leão, senhor dos engenhos Gurjaú de Baixo, Caraúna (Jaboatão) e Matas (Cabo), casou-se com Ana Rita da Silveira, filha do 5º morgado de São Bento de Caiará e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista do Recife, o capitão-mor João Marinho Falcão e Isabel Rita Caetana da Silveira, Tiveram 9 filhos:

1. João de Sousa Leão, falecido solteiro.

2. Tenente-coronel Felipe de Sousa Leão, fundador do “ramo de Tapera”.

3. Coronel Francisco Antônio de Sousa Leão, fundador do “ramo Timbó”.

4. Tenente-coronel Domingos de Sousa Leão, fundador do “ramo Caraúna”.

5. Capitão Manuel Tomaz de Sousa Leão, fundador do “ramo Novo da Conceição”.

6. Inácio Joaquim de Sousa Leão, falecido solteiro.

7. Antônio de Paula de Sousa Leão, fundador do ramo Matas.

8. Paula Maria do Espírito Santo, casada com seu primo coronel Francisco de Paula Marinho Wanderley, senhor do engenho Penedo de Baixo (São Lourenço). Sem descendência.

9. Isabel Rita Caetana da Silveira, casada com seu primo o capitão-mor de Ipojuca, Domingos de Sousa Leão, primogênito do fundador da casa do Maranhão.

O “Ramo Tapera”

O tenente-coronel Felipe de Sousa Leão, senhor do engenho Tapera (Jaboatão), casou-se com Rita de Cássia Pessoa de Melo, filha do coronel Joaquim Pereira Viana e Inês Escolástica Pessoa de Melo. Tiveram 14 filhos:

F1. Antônio de Sousa Leão, barão de Morenos, senhor dos engenhos Morenos, Catende, Chichaim, Viagens, Petimbu, Carnijó, Bom Dia, Brejo (Jaboatão). Casou-se a 1ª vez, com sua prima Maria Leopoldina, filha do coronel Francisco Antônio de Sousa Leão e Maria da Penha Pereira da Silva; sem descendência. Casou-se 2ª vez, com Maria Amélia, filha do capitão Francisco de Pinho Borges e Tomásia Firmina de Pinho Borges, barão e baronesa de Pinho Borges. A baronesa de Morenos faleceu a 28/03/1900, com 62 anos. Tiveram 7 filhos:

N1. Coronel Antônio de Sousa Leão, casado.

N2. Rita Clara Sousa Leão Martins.

N3. Maria Cândida, casada com Tomaz Coelho de Almeida.

N4. Inez Amélia.

N5. Dr. Joaquim de Sousa Leão, casado.

N6. André.

N7. Luísa, casada com o dr. Antônio de Sampaio Pires Ferreira.

F2. Tenente-coronel João Felipe de Sousa Leão, casado com Isabel Maria de Melo, filha de João Marinho Falcão e Bernarda Maurício Wanderley da Silveira. Tiveram 2 filhas:

N8. Inês Escolástica, casada com o tenente-coronel Lourenço Bezerra Alves da Silva, *barão de Caxangá*, filho do coronel José Moreira Alves da Silva e Maria Bezerra de Andrade. A baronesa de Caxangá faleceu a 04/02/1900, com 56 anos. Tiveram 8 filhos:

Bn1. Maria da Conceição.

Bn2. João Felipe.

Bn3. José.

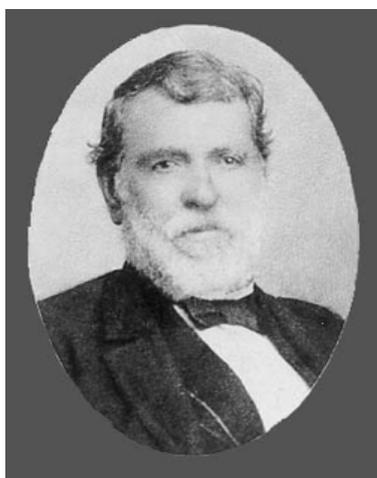
Bn4. Inês Maria.

Bn5. Maria Amélia.

Bn6. Rita de Cássia.

Bn7. Felipe.

Bn8. Frutuoso.



Barão de Pinho Borges, Tomas  
de Pinho Borges.  
(Fotografia, cedida ao autor  
pela sra. D. Maria de Lourdes  
Sousa Leão Castro.)



Barão de Sousa Leão,  
dr. Inácio Joaquim de  
Sousa Leão.  
(Fotografia cedida ao  
autor pela sra. d.  
Teresita da Soledade  
Piereck).



Barão de Morenos, Antônio de  
Sousa Leão.



Baronesa de Morenos, Maria  
Amélia Pinho Borges de Sousa Leão.

(Fotografias cedidas ao autor pela sra. d. Rita de Sousa Leão Martins).



N9. Flávia Augusta, casada com Francisco Carneiro de Albuquerque, filho de Manuel Xavier Carneiro da Cunha e Maria Xavier Carneiro da Cunha. Tiveram 5 filhos:

- Bn9. Luís Augusto.
- Bn10. Francisco Filho.
- Bn11. Manuel Santino.
- Bn12. José.
- Bn13. Maria Amélia.

F3. Bacharel João Felipe de Sousa Leão. Magistrado. Senhor do engenho Sapucaia (Jaboatão). Sem descendência.

F4. Major Joaquim de Sousa Leão, visconde de Campo Alegre, senhor dos engenhos Boa Vista, Ilha das Cobras, Jurissaca, Serraria, Algoduais, Tiriri, Santa Fé (Cabo). Faleceu a 15/03/1900, com 82 anos. Casou-se com sua prima Francisca, filha de Antônio de Paula Sousa Leão e Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti. Tiveram 3 filhos:

N10. Dr. Felipe de Sousa Leão Sobrinho.

N11. Dr. Antônio de Sousa Leão, falecido a 09/03/1913, com 65 anos. Casado com Matilde, filha de Tomé Joaquim do Rego Barros e Teresa do Rego Barros. Tiveram 1 filho:

Bn14. Joaquim.

N12. Francisca, casada com Teodoro Christiansen, natural de Hamburgo, filho de João e Dorotéia Christiansen, ele falecido a 15/05/1892, com 58 anos. Casou-se, 2ª vez, com o dr. Ulisses Machado Pereira Viana, conde de Ulisses Viana.

F5. Bacharel Miguel Felipe de Sousa Leão, senhor dos engenhos de Tapera, e Várzea de Una (Jaboatão). Casado com sua prima Isabel Augusta, filha do tenente-coronel Domingos de Sousa Leão e Teresa de Jesus Coelho. 13 filhos:

N13. Capitão Felipe Domingos de Sousa Leão, casado com Isabel, filha de Antônio de Paula e Isabel Joaquina de Sousa Leão. 2 filhos:

- Bn15. Felipe Domingos.
- Bn16. Maria Isabel.

N14. Teresa Augusta, casada com o bacharel José Antônio Pinho Borges, filho do barão de Pinho Borges, capitão Francisco de Pinho Borges e Tomázia Pinho Borges. 4 filhos:

- Bn17. Maria Emília.
- Bn18. Maria Amélia.
- Bn19. Virgílio.
- Bn20. Francisco Neto.

N15. Major Miguel Felipe de Sousa Leão Júnior, casado com Teresa, filha de Antônio de Paula e Isabel Joaquina de Sousa Leão. 2 filhos:

Bn21. Silvino Miguel.

Bn22. Maria Severina.

N16. Idalina Augusta, casada com o tenente-coronel Cícero Braga de Sousa Leão, filho de Antônio Francisco dos Santos Braga e Ana Isabel de Sousa Leão. Tiveram 4 filhos. Vide descendência no “ramo Timbó” (N20).

N17. Maria da Conceição, casada com Manuel Felipe de Sousa Leão Júnior, filho do capitão Manuel Felipe e Joana Carolina de Sousa Leão.

N18. Rita, casada com o magistrado dr. José Gomes Coimbra, filho de José Gomes Coimbra e Maria Josefa de Almeida Coimbra. 1 filho:

Bn27. José Gomes Coimbra Júnior.

N19. João Felipe.

N20. Domingos Felipe.

N21. Carlota Augusta.

N22. Inez Escolástica.

N23. Manuel Felipe.

N24. Augusto Felipe.

N25. Maria da Glória.

F6. Capitão Manuel Felipe de Sousa Leão, senhor do engenho Arendepe (Ipojuca), casado com sua prima Joana Carolina, filha de Isidro Francisco de Paula Mesquita e Silva e Isabel Fausta Pereira Mesquita. 5 filhos:

N26. Manuel Felipe de Sousa Leão Júnior, casado com sua prima Maria da Conceição, filha do bacharel Miguel Felipe e Isabel Augusta de Sousa Leão.

N27. Felipe Manuel.

N28. Maria, casada com Norberto Fernandes Viana.

N29. Inês, casada com Nicanor Bandeira de Melo, filho de Francisco Antônio Bandeira de Melo e Maria Barbosa da Silva Bandeira. 1 filho:

Bn28. Francisco Antônio.

N30. Ana Marcelina, casada com Augusto Caldas de Sá Barreto, senhor do engenho Pacoval (Jaboatão), filho de José Joaquim de Sá Barreto e Leopoldina Marcelina de Sá Barreto.

F7. Bacharel Felipe de Sousa Leão, senhor dos engenhos Timbó e Serraria (Jabotão) e Imbúra (Afogados), casado com Ermelinda, filha de Diniz Antônio de Moraes e Silva e Maria Freire de Moraes. 5 filhos:

N31. Diniz de Sousa Leão.

N32. João Felipe de Sousa Leão, casado com Maria Amélia, filha do coronel João de Sá Cavalcanti de Albuquerque e Maria da Conceição Cavalcanti de Albuquerque.

N33. Maria Rita, casada com o bacharel João Cabral de Melo, filho do major Francisco Antônio Cabral de Melo e Ângela de Faria Lins de Albuquerque.

N34. Maria de Jesus.

N35. Maria das Mercês.

F8. Bacharel Luís Felipe de Sousa Leão, *senador do Império*, senhor do engenho Santo Inácio, nascido a 20/07/1832 e falecido a 30/08/1898. Casou-se primeira vez com Maria Anunciada, filha de Herculano Alves da Silva e Anunciada Camila Alves da Silva. 1 filha:

N36. Maria das Dores, casada com o dr. Sigismundo Gonçalves (nascido a 29/09/1845 e falecido a 25/01/1915), filho do coronel Domingos José Gonçalves e Torquata da Cunha e Silva, falecida em 1888. 6 filhos:

Bn29. Dr. Domingos José Gonçalves.

Bn30. Maria Anunciada.

Bn31. Maria Luísa.

Bn32. Luís.

Bn33.

Bn34.

F8. Bacharel Luís Felipe, *senador do Império* – casou-se 2ª vez com Maria, filha de José Antônio de Figueiredo Júnior e Joaquina Carlota Pena de Figueiredo, irmã do conde de Figueiredo, Francisco de Figueiredo. Tiveram 3 filhos:

N37. Luís Felipe de Sousa Leão Júnior, casado com sua prima Celina de Figueiredo, nascida a 02/06/1872, filha dos *condes de Figueiredo*. Tiveram 6 filhos:

Bn35. Higínia, nascida a 21/06/1892.

Bn36. Evelina, nascida a 21/10/1893.

Bn37. Luísa, nascida a 11/11/1894.

Bn38. Celina, nascida a 27/06/1896.

Bn39. Maria, casada com Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Bn40. Luís Felipe.

N38. Maria Luísa, casada com o coronel Samuel Gracie.

N39. Maria Carolina, casada com o engenheiro Joaquim de Sousa Leão.

F9. Maria de Jesus, casada com seu tio materno capitão José Maximino Pereira Viana, senhor do engenho Pereiras (Jaboatão), filho do coronel Joaquim Pereira Viana e Joana Inácia Pereira dos Santos. 1 filho:

N40. Tenente-coronel Joaquim Maximino Pereira Viana, senhor dos engenhos Pereiras e Floresta (Jaboatão), casado com Maria da Conceição, filha do tenente-coronel Isidro Francisco Paula de Mesquita e Isabel Fausta Pereira de Mesquita. 1 filho:

Bn41. José Maximino.

F10. Inês Escolástica, *viscondessa de Tabatinga*, casada com seu primo Domingos Francisco de Sousa Leão, *visconde de Tabatinga*. Sem descendência.

F11. Inácia, casada com seu primo capitão João Cavalcanti de Sousa Leão, filho de Antônio de Paula de Sousa Leão e Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti. 5 filhos. Vide descendência no ramo Matas: (F2).

F12. Francisca de Paula, casada com seu primo capitão Manuel Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Várzea de Una, filho do capitão Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque e Francisca Cavalcanti Maurício Wanderley. 5 filhos:

N46. Francisca, casada com Joaquim Gusmão Coelho, filho do *barão da Vitória*. 8 filhos:

Bn59. Alfredo.

Bn60. José Joaquim.

Bn61. Joaquim Júnior.

Bn62. Maria Francisca.

Bn63. Oscar.

Bn64. Alice.

Bn65. Maria Amélia.

Bn66. Manuel.

N47. Rita, casada com Serviliano da Rocha Ferraz, filho de Manuel da Rocha Ferraz e Maria da Rocha Ferraz.

N48. Maria, casada com Joaquim Sóstenes de Araújo Cavalcanti, filho de João Antônio de Araújo Cavalcanti e Maria Araújo Cavalcanti.

N49. Joaquina Ermelinda, casada com João Moreira da Costa, filho de Francisco José Moreira da Costa e Elisa Leopoldina Clara de Siqueira.

N50. Manuel.

F13. Ana Marcelina, casada com seu primo José Cavalcanti de Albuquerque Wanderley, senhor do engenho Pombal (Santo Antão), irmão do *barão de Tracunhãem*, filho do capitão Manuel Cavalcanti de Albuquerque Wanderley e Rita de Cássia Marinho Falcão. Sem descendência.

F14. Maria da Conceição, casada com seu primo capitão Francisco Cavalcanti de Sousa Leão, filho do tenente-coronel Domingos de Sousa Leão e Teresa de Jesus Coelho.

O “Ramo Timbó”

O coronel Francisco Antônio de Sousa Leão, senhor do engenho Timbó (Maranguape), casou-se com sua prima Maria da Penha, filha do tenente-coronel Francisco Antônio Pereira da Silva e Isabel Pereira Viana. Tiveram 12 filhos:

F1. Coronel Francisco de Paula Sousa Leão, casado com sua prima Teresa Sofia, filha do capitão-mor Francisco Xavier Pais de Melo Barreto e Ana Vitória Coelho dos Santos. 4 filhos:

N1. Capitão Francisco de Paula Sousa Leão, casado com Isabel Francisca, filha do capitão José Francisco Pereira da Silva e Ana Isabel da Silva. 4 filhos:

Bn1. Francisca, casada com José Ferreira da Silva Lima.

Bn2. Francisco Antônio.

Bn3. Ana Isabel.

Bn4. Maria dos Anjos.

N2. Minervino Augusto, falecido solteiro.

N3. Isabel Emília, casada com Henrique Soares de Andrade Brederodes, filho de Antônio Soares de Andrade Brederodes e Carlota Leopoldina Pais de Andrade. 4 filhos:

Bn5. Carlota Leopoldina.

Bn6. Antônio.

Bn7. Maria Teresa.

Bn8. Isabel.

N4. Alfredo Milton de Sousa Leão, casado com Joana Teresa, filha de Antônio Baima Pimentel e Maria Pimentel. 4 filhos:

Bn9. Teresa.

Bn10. Minervino.

Bn11. Almerinda.

Bn12. Alfredo Milton Júnior.

F2. Capitão João Marinho de Sousa Leão, casado com sua prima Maria Guilhermina, filha do capitão-mor Francisco Xavier Pais de Melo Barreto e Ana Vitória Coelho dos Santos. 2 filhos:

N5. João.

N6. Eulália.

F3. Capitão Antônio Francisco de Sousa Leão, falecido solteiro.

F4. Major José Francisco de Sousa Leão, casado com sua prima Rita Cândida, filha do tenente-coronel Domingos de Sousa Leão e Teresa de Jesus Coelho, 6 filhos:

- N7. Ermelinda Cândida.
- N8. Francisco Antônio.
- N9. Idalina da Conceição.
- N10. José Francisco.
- N11. Teresa de Jesus.
- N12. Maria da Conceição.

F5. Domingos Francisco de Sousa Leão, *visconde de Tabatinga*, senhor do engenho Tabatinga. Casou-se, pela 1ª vez, com sua prima Inês Escolástica, filha do tenente-coronel Luís Felipe de Sousa Leão e Rita de Cássia Pessoa de Melo. Sem descendência. Casou-se 2ª vez com Francisca de Albuquerque, filha do capitão Miguel Lúcio de Albuquerque Melo, falecida a 12/10/1897, com a idade de 42 anos. O visconde faleceu a 02/01/1893, com a idade de 76 anos, pois nasceu a 28/07/1816. Sem descendência.

F6. Coronel Manuel Francisco de Sousa Leão, casado com sua prima Adelina, filha de Antônio de Paula Sousa Leão e Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti, 3 filhos:

- N13. Francisco.
- N14. Agripino.
- N15. Eulália Adelina.

F7. Major Joaquim Francisco de Sousa Leão, casado com sua prima Teresa, filha de Antônio de Paula Sousa Leão e Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti. 2 filhos:

N16. Joaquim Francisco de Sousa Leão Júnior, casado com Ana Isabel, filha do capitão Manuel Olímpio Carneiro Leão e Henriqueta Arcângela C. Leão, neta paterna do *barão de São Braz*.

N17. Antônio de Paula de Sousa Leão, casado com Maria Arcângela, filha do capitão Manuel Olímpio Carneiro Leão e Henriqueta Arcângela C. Leão, neta paterna do *barão de São Braz*. 4 filhos:

- Bn13. Antônio de Paula Júnior.
- Bn14. Manuel.
- Bn15. Teresa Henriqueta.
- Bn16. Ana Teresa.

F8. Maria Leopoldina, 1ª *baronesa de Morenos*, casada com seu primo Antônio, *barão de Morenos*, filho do tenente-coronel Felipe de Sousa Leão e Rita de Cássia Pessoa de Melo. Sem sucessão.

F9. Rita de Cássia, casada com João Carvalho Raposo, filho de José Carvalho Raposo e Helena Joaquina Carvalho. Sem sucessão.

F10. Ana Isabel, casada com Antônio Francisco dos Santos Braga, 3 filhos:

N18. Horácio, falecido solteiro.

N19. Lília Ermelinda, *baronesa de Gurjaú*, casada com José de Sousa Leão, *barão de Gurjaú*, filho de Manuel de Sousa Leão e Francisca Severina Cavalcanti. Sem descendência.

N20. Tenente-coronel Cícero Braga de Sousa Leão, alferes dos Voluntários da Pátria. Combateu no Paraguai, tendo participado nas batalhas de 17 de abril e 2 de maio de 1866. Casou-se com sua prima Idalina Augusta, filha do bacharel Miguel Felipe de Sousa Leão e Isabel Augusta de Sousa Leão. 4 filhos:

Bn17. Emílio.

Bn18. Maria Augusta.

Bn19. Elviro.

Bn20. Elíseo.

F11. Francisca de Paula, *baronesa de Jaboação*, casada com seu primo Umbelino, *barão de Jaboação*, filho de Antônio de Paula de Sousa Leão e Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti. Sem filhos.

F12. Isabel Augusta, casada com o tenente-coronel Nereu de Sá e Albuquerque, irmão do *visconde de Guararapes*, filho de Lourenço de Sá e Albuquerque, senhor do engenho Guararapes, e Mariana de Sá e Albuquerque. Tiveram 2 filhos:

N21. Ernesto.

N22. Maria Isabel.

#### O “ramo Caraúna”

O tenente-coronel Domingos de Sousa Leão, senhor dos engenhos Caraúna, Gurjaú de Baixo, Canzanza, Javunda e Floresta (Jaboação), casou-se com Teresa de Jesus Coelho, filha do capitão-mor Antônio dos Santos Coelho da Silva e Teresa de Jesus Leite; neta paterna de Manuel dos Santos Coelho e Maria da Conceição Silva; neta materna de Antônio Alves Passos e Inácia Maria de Jesus Leite; tataraneta de Lourenço Neves Caldeira e Josefa Torres Galindo, primeiros fundadores da Matriz de Cimbres. Tiveram 13 filhos:

F1. Capitão Francisco Cavalcanti de Sousa Leão, casado 1ª vez com sua prima Maria da Conceição, filha do tenente-coronel Felipe de Sousa Leão e Rita de Cássia Pessoa de Melo. Sem descendência. Casou-se 2ª vez com Maria Ana, filha de Inácio de Barros Barreto e Ana Maria Francisca Cavalcanti de Albuquerque. 1 filha:

N1. Maria Teresa.

F2. Bacharel Domingos de Sousa Leão, 2º *barão de Vila Bela*, nascido a 16/12/1819 e falecido a 18/10/1879, senhor do engenho Caraúna (Jaboação). Casou-se 1ª vez com sua prima Francisca Guilhermina, filha do capitão-mor Francisco Xavier Pais de Melo Barreto e Ana Vitória Coelho dos Santos, 1 filho:

N2. Domingos, falecido solteiro.

O 2º barão de Vila Bela casou-se 2ª vez com Maria dos Anjos, filha do ministro plenipotenciário do Uruguai, d. Francisco de Borja Magarinos e de Maria de los Angeles Cervantes Magarinos. 2 filhos:

N3. Dr. Francisco Magarinos de Sousa Leão, falecido a 19/01/1894, com a idade de 41 anos. Casado com Erotides de Castro, filha do *barão de Benfica*. 4 filhos:

Bn1. Dr. Domingos Magarinos de Sousa Leão, nascido a 25/09/1874. Foi oficial de gabinete do presidente da República marechal Hermes da Fonseca.

Bn2. Francisco Júnior.

Bn3. João Augusto.

Bn4. Hermínia.

N4. Maria dos Anjos, casada com o bacharel Antônio Manuel de Siqueira Cavalcanti, filho do bacharel Manuel de Siqueira Cavalcanti. Tiveram 2 filhos:

Bn5. Manuel.

Bn6. Maria dos Anjos.

F3. Major Antônio dos Santos de Sousa Leão, casado com sua prima Francisca Severina, filha de Manuel de Sousa Leão e Francisca Severina Cavalcanti. Tiveram 8 filhos:

N5. Manuel.

N6. Maria Adelaide.

N7. Carlos Augusto.

N8. João Antônio.

N9. Antônio dos Santos.

N10. Ernesto.

N11. Maria dos Anjos.

N12. Domingos.

F4. Bacharel João Augusto de Sousa Leão, casado com Ana Magarinos, filha do ministro dom Francisco de Borja Magarinos e Maria de los Angeles Cervantes Magarinos. Sem sucessão.

F5. Bacharel Augusto de Sousa Leão, *barão de Caiará*, nascido a 13/12/1830 e falecido a 04/09/1898, senhor do engenho Capibaribe, casado com sua sobrinha Idalina Carlota, filha de Luís Francisco de Barros Rego e Carlota Guilhermina de Sousa Leão. 3 filhas:

N13. Idalina, casada com o magistrado bacharel Gonçalo Pais de Azevedo Faro, filho de Felipe de Azevedo Faro e Luísa Mota Faro.

N14. Teresa Idalina.

N15. Augusta, casada com o dr. Cícero César.

F6. Teresa Frederica, casada com seu primo Antônio dos Santos Siqueira, filha do capitão-mor Manuel José Siqueira e Clara Leite Coelho dos Santos. 2 filhos:



Barão de Caiará, dr. Augusto  
de Sousa Leão.



Baronesa de Caiará, Idalina  
Carlota de Sousa Leão.

(Fotografias cedidas ao autor pela sra. Laura de Sousa Leão Faro Climaco).



Barão da Soledade, dr. José  
Pereira Viana.



Baronesa da Soledade, Teresa  
de Sousa Leão Pereira Viana.

(Fotografias cedidas ao autor pela sra. d. Teresita da Soledad Piereck).



N16. Bacharel Antônio dos Santos Siqueira Júnior, casado com Paulina Augusta Siqueira, filha de Manuel Caetano Soares Carneiro Monteiro e Francisca Adelaide Carneiro Monteiro. 4 filhos:

Bn7. Manuel Caetano.

Bn8. Teresa.

Bn9. Paulina.

Bn10. Maria.

N17. Teresa, casada com o bacharel Cipriano Fenelon Guedes Alcoforado, filho de José Afonso Guedes Alcoforado e Cândida Felipa Alcoforado. 1 filho:

Bn11. Cipriano Júnior.

F7. Ana Frederica, casada com seu primo capitão Manuel do Rego Barros, irmão do *barão de Ipojuca* e do *conde da Boa Vista*, filho do coronel Francisco do Rego Barros e Maria Ana de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Tiveram 9 filhos:

N18. Bacharel Manuel do Rego Barros Sousa Leão, nascido a 07/06/1840 e falecido a 31/07/1882. Presidiu as províncias do Piauí e Santa Catarina. Apontado autor da “Genealogia da Família Sousa Leão”.

N19. Domingos de Sousa Leão Rego Barros, major honorário do Exército. Fez toda Guerra do Paraguai. Tomou parte nas batalhas de Tuiuti, Curupati, onde foi gravemente ferido, e Angustura. Condecorado com as medalhas de Mérito Militar e Campanha do Paraguai.

N20. Capitão Sebastião Manuel do Rego Barros.

N21. Bacharel João Augusto do Rego Barros, casado com Benemérita Lins, filha de Marcionilo da Silveira Lins, irmão do *barão de Escada* e filho do *visconde de Utinga*. 2 filhos:

Bn12. Maria das Dores.

Bn13. José Manuel.

N22. Cadete Frederico do Rego Barros.

N24. Amélia Frederica.

N25. Teresa de Jesus.

N26. Maria Ana.

N27. Evelina Augusta.

F8. Maria Cilinéia, casada 1ª vez com seu primo capitão Manuel José de Siqueira, senhor do engenho Conceição (Ipojuca), filho do capitão-mor Manuel José Siqueira e Clara Leite Coelho. 2 filhos:

N28. Manuel Júnior, falecido solteiro.

N29. Maria Cilinéia, falecida solteira.

Maria Cilinéia casou-se 2ª vez com seu cunhado e primo tenente-coronel Francisco Manuel de Siqueira. Sem sucessão.

F9. Rita Cândida, casada com seu primo major José Francisco de Sousa Leão, filho do coronel Francisco Antônio de Sousa Leão e Maria da Penha Pereira da Silva. Tiveram 6 filhos. Vide descendência no “ramo Timbó” (F4).

F10. Carlota Guilhermina, casada com seu primo tenente-coronel Luís Francisco de Barros Rego, filho do 7º morgado de São Bento de Caiará e de Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista do Recife, o capitão-mor Cristóvão de Barros Rego Falcão e Ana Joaquina Maurício Wanderley, senhor do engenho Caiará (São Lourenço). 2 filhas:

N34. Idalina Carlota, *baronesa de Caiará*, casada com seu tio materno bacharel Augusto de Sousa Leão, *barão de Caiará*. 3 filhas.

N35. Carlota Guilhermina.

F11. Idalina Ermelinda, casada com seu primo major José Francisco de Barros Rego, filho do 7º morgado de São Bento de Caiará, senhor do engenho Quizanga (São Lourenço). 7 filhos:

N36. Bacharel José Francisco de Barros Rego Júnior.

N37. Capitão Cristóvão de Barros Rego, casado com sua prima Clara Guilhermina, filha do tenente-coronel Francisco Manuel de Siqueira e Clara Guilhermina de Siqueira. 2 filhas:

Bn14. Maria Teresa.

Bn15. Clara Guilhermina.

N38. Maria Teresa, casada com o tenente Isidro Camelo Pessoa de Siqueira Cavalcanti Júnior, filho do tenente-coronel Isidro Pessoa de Siqueira Cavalcanti e Rita Clara de Siqueira. 6 filhos:

Bn16. Isidro.

Bn17. José Francisco Neto.

Bn18. Sebastião.

Bn19. Marciano.

Bn20. Lourenço.

Bn21. Maria Cilinéia.

N39. Maria da Conceição.

N40. Domingos.

N41. Idalina Ermelinda.

N42. Maria Cilinéia.

F12. Isabel Augusta, casada com seu primo bacharel Miguel Felipe de Sousa Leão, filho do tenente-coronel Felipe de Sousa Leão e Rita Cássia Pessoa de Melo, 13 filhos. Vide descendência do “ramo Tapera” (F5).

F13. Ermelinda Augusta, casada com seu primo tenente-coronel João Francisco Xavier Pais Barreto, senhor do engenho Mamucaia (São Lourenço),

filho do capitão-mor Francisco Xavier Pais de Melo Barreto e Ana Vitória Coelho dos Santos. 3 filhos:

N43. Maria Ermelinda, casada com o bacharel Marciano Gonçalves da Rocha.

N44. Bacharel Francisco Xavier Pais Barreto, magistrado.

N45. Teresa Rita Pais Barreto.

O “ramo Novo da Conceição”

O capitão Manuel Tomaz de Sousa Leão, senhor do engenho Novo da Conceição (Jaboatão), casou-se com Rosa Maria Barbosa Cavalcanti, filha de Simão Barbosa Cordeiro e Felipa Vieira Cavalcanti de Lacerda. Tiveram 2 filhas:

F1. Francisca Severina Cavalcanti, casada com seu primo Manuel de Sousa Leão, filho do capitão-mor de Ipojuca Domingos de Sousa Leão e Rita Caetana da Silveira. 5 filhos. Vide descendência na “casa do Maranhão” (N2).

F2. Isabel Ifigênia, casa da com seu primo capitão João de Sousa Leão, filho do capitão-mor de Ipojuca, Domingos de Sousa Leão e Isabel Rita Caetana da Silveira. 7 filhos. Vide descendência na “casa do Maranhão” (N1).

O “ramo Matas”

Antônio de Paula de Sousa Leão, senhor dos engenhos Matas e Tobé (Cabo), casou-se com Teresa Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti, filha do capitão Antônio Luís Bezerra da Silva e Rita Francisca Xavier Cavalcanti. 9 filhos:

F1. Antônio de Paula de Sousa Leão, senhor do engenho Tobé (Cabo), casado com sua prima Isabel Joaquina, filha de Joaquim José Lopes de Moraes Falcão e Ana Bezerra Cavalcanti. 2 filhas:

N1. Isabel, casada com seu primo capitão Felipe de Sousa Leão.

N2. Teresa, casada com seu primo major Miguel Felipe de Sousa Leão.

F2. Capitão João Cavalcanti de Sousa Leão, senhor dos engenhos Cidade Paris e Santa Rita (Cabo). Casou-se 1ª vez com sua prima Inácia, filha do tenente-coronel Felipe de Sousa Leão e Rita Cássia Pessoa de Melo. 5 filhos:

N3. Rita de Cássia, casada com o capitão Francisco de Paula de Albuquerque Lima, filho do capitão Silvestre Dantas Lima e Maria Arcângela de Albuquerque Lima. 8 filhos:

- Bn1. Maria Amélia.
- Bn2. Inácia de Jesus.
- Bn3. Inês.
- Bn4. Silvestre.
- Bn5. Francisca de Paula.
- Bn6. Elvira.
- Bn7. Adelina.
- Bn8. Joaquim Francisco.

N4. Teresa Vitorina, casada com Antônio Carneiro Rodrigues Campelo.

N5. João Antônio de Sousa Leão, cadete dos Voluntários da Pátria, falecido no campo de honra na Guerra do Paraguai após o combate de 24/05/1866.

N6. Maria, casada com o bacharel Cícero Odon Peregrino da Silva (nascido a 15/06/1838 e falecido a 28/09/1896), filho de Manuel Peregrino da Silva e Josefa da Conceição Martins. 2 filhos:

Bn9. Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva nascido a 07/09/1866.

Bn10. Maria da Glória.

N7. Inácia, casada com Francisco Xavier Carneiro da Cunha, filho de Francisco Xavier Carneiro da Cunha Campelo e Inácia Xavier Carneiro da Cunha. 7 filhos:

- Bn11. Inácia Alvina.
- Bn12. Francisco Xavier Júnior.
- Bn13. Maria.
- Bn14. Teresa.
- Bn15. Felipe.
- Bn16. Antônio.
- Bn17. Uldarico.

F2. Casou-se 2ª vez com Luísa, filha do capitão Silvestre Dantas Lima e Maria Arcângela Lima. 2 filhas:

N8. Maria Luísa.

N9. Inês.

F3. Bacharel Inácio Joaquim de Sousa Leão, *barão de Sousa Leão*, falecido a 30/05/1904, com 78 anos de idade, senhor do engenho Pimentel (Cabo), casado com Joaquina, filha de Joaquim Machado Portela e Joana Joaquina Pires Ferreira, 1 filha:

N10. Teresa, *baronesa da Soledade*, falecida a 25/06/1914, casada com José Pereira Viana, *barão da Soledade*, nascido em 18/03/1841 e falecido a 27/12/1910, filho de José Pereira Viana e Rita de Cássia Pereira Viana. 3 filhos:



Visconde de Campo Alegre,  
Joaquim de Sousa Leão.



Viscondessa de Campo Alegre  
Francisca de Sousa Leão.

(Fotografias cedidas pela sra. d. Laura de Sousa Leão Salgado).



Condessa de Ulisses Viana, Francisca de Sousa Leão, filha do visconde de Campo Alegre.  
(Fotografia cedida pela sra. d. Laura de Sousa Leão Salgado.)



- Bn18. Teresa.  
Bn19. Maria Teresa, casada com o dr. José Sabóia.  
Bn20. José de Sousa Leão Pereira Viana.
- F4. Major Umbelino de Paula de Sousa Leão, *barão de Jaboaão*, senhor dos engenhos Matas e Bom Jardim (Cabo), casado com sua prima Francisca de Paula, filha do cel. Francisco Antônio de Sousa Leão e Maria da Penha Pereira da Silva. Sem descendência.
- F5. Rita Francisca, casada com seu tio materno cel. Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti. 5 filhos:  
N11. bacharel Agostinho Augusto Bezerra Cavalcanti, falecido.  
N12. Agostinho Bezerra S. C. Júnior, casado com sua prima Umbelina Francisca, filha do capitão João Cavalcanti de Albuquerque Uchoa e Luísa Francisca de Sousa Leão.  
N13. Rita, casada com Antônio Xavier Carneiro Rodrigues Campelo, filho de João X. Rodrigues Campelo e Angélica Carneiro da Cunha.  
N14. Antônia, casada com o magistrado bacharel Liberato Vilar Barreto Coutinho, filho do major Francisco de Paula Barreto Coutinho e Belina Amábíla Vilar. 1 filha:  
Bn21. Liberalina.  
N15. Maria Francisca.
- F6. Francisca, *viscondessa de Campo Alegre*, casada com seu primo Joaquim de Sousa Leão, *visconde de Campo Alegre*. 3 filhos. Vide descendência no “ramo Tapera” (F4).
- F7. Teresa, casada com seu primo major Joaquim Francisco de Sousa Leão, filho do cel. Francisco Antônio de Sousa Leão e Maria da Penha Pereira da Silva. 2 filhos. Vide descendência no “ramo Timbó” (F7).
- F8. Luísa Francisca, casada com o capitão João Cavalcanti de Albuquerque Uchoa, filho de José Cavalcanti de Albuquerque Uchoa e Francisca de Assis Uchoa. 9 filhos:  
N16. Gonçalo.  
N17. Manuel.  
N18. José.  
N19. Teresa, casada com Guilherme Tell Cavalcanti de Albuquerque, filho do tenente-coronel João Florentino e Ana Florentina Cavalcanti de Albuquerque.  
N20. Umbelina, casada com seu primo Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti Júnior, filho de Agostinho B. da S. Cavalcanti e Teresa Vitorina Cavalcanti.  
N21. Rita.  
N22. Francisca.  
N23. Antônia.  
N24. Ana.
- F9. Adelina, casada com seu primo cel. Manuel Francisco de Sousa Leão, filho do cel. Francisco Antônio de Sousa Leão e Maria da Penha Pereira da Silva. 3 filhos. Vide descendência no “ramo Timbó” (F6).

### III

#### Os Sousa Leão e a visita do imperador a Pernambuco

A 22 de novembro de 1859, no vapor “Apa”, chegaram ao Recife dom Pedro II, a imperatriz, as princesas dona Isabel e dona Leopoldina, e sua comitiva. Governava Pernambuco, então, o baiano Luís Barbalho Muniz Fiúza, mais tarde barão de Bom Jardim, que nomeou uma comissão de 5 pessoas para preparar o palácio onde os imperiais visitantes ficariam hospedados. Eram eles: Henrique Marques Lins, futuro visconde de Utinga, José Antônio de Araújo mais tarde visconde do Livramento, Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque depois barão de Muribeca, João Joaquim da Cunha Rego Barros, o 3º barão de Goiana de 11 anos mais tarde e Antônio de Sousa Leão que a 1870 foi agraciado com o título de barão de Morenos.

Nesse mesmo dia da chegada dos soberanos, houve um jantar íntimo no palácio, ao qual compareceram Antônio de Sousa Leão e sua esposa.

O imperador visitou os Guararapes, Cabo, Iguaraçu, Goiana, Tejucupapo, Itamaracá, Serinhaem, Rio Formoso, Tamandaré, Vitória e Escada. Quanto aos engenhos pernambucanos, tão louvados em todas as épocas, dom Pedro conheceu os seguintes: Guararapes, Monjope (onde pernitoiu a 4 de dezembro), Itapirema (onde também pernitoiu a 5 de dezembro), Mercês (pernitoiu a 10 de dezembro), Morenos e Catende.

A estada no engenho Morenos foi a 18 de dezembro, na sua passagem para a cidade de Vitória. dom Pedro seguia a cavalo e a imperatriz de carro. Às 9 horas, atravessaram as porteiras da casa grande. Segundo a reportagem sóbria do autor das *Memórias da Viagem de SS. MM. II.*, “no engenho foram SS. MM. extremosamente acolhidos por muitas senhoras, à frente das quais se achava a senhora dona Maria Leopoldina de Sousa Leão, digna esposa do referido comendador Antônio de Sousa Leão; e ali passaram SS. MM. algumas horas, rodeadas das mais desveladas atenções. O almoço e o jantar foram alegres e suntuosos”. Neste mesmo dia, prosseguiram viagem, às 17 horas, chegando à cidade de Vitória pelas 19 horas e meia.

Recentemente, o dr. Novais Filho, figura das mais representativas da nossa aristocracia rural, senhor do engenho Giqui e

prefeito do Recife, recordou um pormenor interessante desta visita ao engenho Morenos: “Sabendo que as cadeiras mais baixas melhor acomodavam Sua Majestade a Imperatriz Teresa Cristina, o barão de Morenos mandou fazer duas poltronas de jacarandá, absolutamente iguais ao mobiliário do salão, porém com menor altura, e as colocou especialmente para uso dos imperadores. Claro está que, sem se aperceber de que foram adredemente preparadas, a imperatriz há de ter se sentido muito bem instalada. Isso reflete o bom tom e o acolhimento nos velhos solares dos engenhos pernambucanos”.

No dia 22 de dezembro, teve lugar o grande baile de gala oferecido pela Associação Comercial. Tanto o imperador como a imperatriz, apenas cinco quadrilhas dançaram. Serviram de par a dom Pedro: na 1ª a viscondessa da Boa Vista; na 2ª Maria dos Anjos Magarinos de Sousa Leão, a futura baronesa de Vila Bela; na 3ª Joaquina Lemos, esposa de João Pinto de Lemos Júnior; na 4ª Cândida Vitória de Sá e Albuquerque, esposa de Lourenço de Sá e Albuquerque, o futuro visconde de Guararapes; na 5ª Genoveva de Amorim, esposa de Antônio Marques de Amorim, o presidente de então da Associação Comercial.

À imperatriz, serviram de par: na 1ª José de Almeida Pereira; na 2ª o presidente da província Luís Barbalho de Muniz Fiúza, futuro barão de Bom Jardim; na 3ª o visconde da Boa Vista; na 4ª Domingos de Sousa Leão, mais tarde 2º barão de Vila Bela; na 5ª o barão de Camaragibe.

No dia seguinte, realizou-se a instalação do “Imperial Instituto Pernambucano da Agricultura”, criado por decreto imperial, de cuja diretoria faziam parte, por nomeação: Domingos de Sousa Leão, Antônio de Sousa Leão e João Marinho de Sousa Leão. Eram sócios inscritos: Domingos Francisco de Sousa Leão, Joaquim de Sousa Leão, Antônio de Paula Sousa Leão, Antônio dos Santos Sousa Leão, Manuel de Sousa Leão, Augusto de Sousa Leão o futuro barão de Caiará, Luís Felipe de Sousa Leão, Miguel Francisco de Sousa Leão.

Passado mais de um mês em terra pernambucana, o imperador continua a viagem a 24 de dezembro. Na despedida, dona Teresa Cristina oferece como lembrança jóias às seguintes senhoras de Pernambuco, que mais privaram da sua intimidade: a esposa do

presidente da província Luís Barbalho de Muniz Fiúza; a esposa de Antônio de Sousa Leão, futura baronesa de Morenos; a esposa de José Antônio de Araújo, futura viscondessa do Livramento; a esposa de João Xavier Carneiro da Cunha.

Por decreto de 14 de março de 1860, dom Pedro distribuiu mercês e títulos como lembrança da sua passagem por Pernambuco. Na família Sousa Leão, foram contemplados os seguintes: comendadores da Ordem da Rosa; Antônio de Sousa Leão, Domingos de Sousa Leão, Manuel de Sousa Leão; oficiais da Ordem da Rosa; Manuel Francisco de Sousa Leão, Antônio de Paula Sousa Leão, Antônio dos Santos Sousa Leão, Domingos Francisco de Sousa Leão, Joaquim de Sousa Leão, José Felipe de Sousa Leão; cavaleiros da Ordem da Rosa: Manuel do Rego Barros de Sousa Leão e Manuel de Sousa Leão Júnior; cavaleiros da Ordem de Cristo: Augusto de Sousa Leão, João Marinho de Sousa Leão e Miguel Felipe de Sousa Leão.

#### IV

##### Os Sousa Leão e a aristocracia do Império

Novacentos e noventa e três foram, segundo os autores do “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, os possuidores de títulos nobiliárquicos, dos quais, parece-nos, noventa pernambucanos: 2 marqueses (Recife e Olinda), 2 condes (Boa Vista e Irajá), 12 viscondes (Albuquerque, Suassuna, Camaragibe, Bom-Conselho, Campo-Alegre, Goiana, Guararapes, Livramento, Maranguape, Tabatinga, Utinga e Rio Formoso) e 74 barões.

Os Sousa Leão, pela linha varonil, formam um grupo de 8: os viscondes de Campo-Alegre e Tabatinga, e os barões de Vila Bela, Morenos, Jaboatão, Gurjaú, Caiará e Sousa Leão. Pela linha feminina, são também 8: baronesa de Caxangá, viscondessa de Campo-Alegre, viscondessa de Tabatinga, baronesa de Jaboatão, baronesa de Caiará, baronesa da Soledade, baronesa de Gurjaú, baronesa de Morenos.

*2º barão de Vila Bela*: bacharel Domingos de Sousa Leão, da Casa de Gurjaú de Baixo. Ramo Caraúna. Nasceu na fazenda Genipapo (Cimbres) a 16 de dezembro de 1819 e faleceu a 18 de outubro de 1879 (Rio de Janeiro). Barão por decreto de 6 de setembro de 1866. Brasão de armas passado a 30 de agosto



Barão de Gurjaú, José de  
Sousa Leão.



Baronesa de Gurjaú, Lilia Er-  
melinda de Sousa Leão.

(Fotografias cedidas ao autor pelo cel. Euclides de Sousa Leão.)



Casa-grande do engenho Novo da Conceição, residência do barão de Gurjaú.  
(Fotografia cedida ao autor pelo cel. Euclides de Sousa Leão, atual proprietário do prédio.)



de 1867, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 68. Deixou descendência.

*Visconde de Tabatinga*: Domingos Francisco de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Timbó. Falecido a 2 de janeiro de 1893, com a idade de 76 anos. Barão por decreto de 3 de abril de 1867. Visconde por decreto de 5 de maio de 1883. Brasão de armas igual ao do 2º barão de Vila Bela. Coroa: a de visconde. Sem sucessão.

*Visconde de Campo Alegre*: Joaquim de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Tapera. Falecido a 15 de março de 1900, aos 82 anos de idade. Barão por decreto de 12 de abril de 1867. Visconde por decreto de 9 de agosto de 1884. Brasão de armas igual ao do 2º barão de Vila Bela. Coroa: a de visconde. Deixou descendência.

*Barão de Morenos*: Antônio de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Tapera. Falecido em 1882. Barão por decreto de 24 de agosto de 1870. Brasão de armas passado a 18 de março de 1871, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 112. Deixou descendência.

*Barão de Jaboaão*: Umbelino de Paula Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Matas. Barão por decreto de 29 de março de 1873. Brasão de armas igual ao do 2º barão de Vila Bela. Sem descendência.

*Barão de Gurjaú*: José de Sousa Leão, da “Casa do Maranhão”, falecido a 6 de agosto de 1908, com 70 anos de idade. Barão por decreto de 5 de maio de 1883. Brasão de armas igual ao do 2º barão de Vila Bela. Sem descendência.

*Barão de Caiará*: bacharel Augusto de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Caraúna. Nascido a 13 de dezembro de 1830 e falecido a 4 de setembro de 1898. Barão por decreto de 25 de julho de 1885. Brasão de armas igual ao 2º barão de Vila Bela. Deixou descendência.

*Barão de Sousa Leão*: bacharel Inácio Joaquim de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Matas. Falecido a 30 de maio de 1904, com 78 anos. Barão por decreto de 18 de maio de 1889. Brasão de armas igual ao do 2º barão de Vila Bela. Deixou descendência.

*Baronesa de Tabatinga:* Inês Escolástica de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Tapera. Irmã do barão de Morenos e do visconde de Campo-Alegre. Foi a 1ª esposa de Domingos Francisco de Sousa Leão, barão de Tabatinga, que em 1883 foi elevado a visconde. Sem descendência.

*Viscondessa de Campo-Alegre:* Francisca de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Matas. Irmã dos barões de Jaboaão e de Sousa Leão. Teve 3 filhos.

*Baronesa de Morenos:* Maria Leopoldina de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Timbó. Irmã do visconde de Tabatinga e da baronesa de Jaboaão. Faleceu sem deixar descendência. O barão de Morenos casou-se, 2ª vez, com Maria Amélia, filha do barão de Pinho Borges.

*Baronesa de Jaboaão:* Francisca de Paula de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Timbó. Irmã do visconde de Tabatinga e da 1ª baronesa de Morenos. Sem descendência.

*Baronesa de Gurjaú:* Lília Ermelinda Sousa Leão dos Santos Braga, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Timbó. Sobrinha do visconde de Tabatinga, e das baronesas de Morenos e de Jaboaão. Sem descendência.

*Baronesa de Caiará:* Idalina Carlota Sousa Leão de Barros Rego, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Caraúna. Sobrinha do 2º barão de Vila Bela e do barão de Caiará. Teve 3 filhas.

*Baronesa de Caxangá:* Inês Escolástica de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Tapera. Sobrinha do barão de Morenos, do visconde de Campo-Alegre e da baronesa de Tabatinga. Casada com o coronel Lourenço Bezerra Alves da Silva, barão do Caxangá por decreto de 20 de agosto de 1889. A baronesa de Caxangá faleceu a 4 de fevereiro de 1900, no engenho Bonfim (Ipojuca), com 56 anos de idade, sendo sepultada no Cemitério de Santo Amaro (Recife). Teve 8 filhos. A sua descendência já foi organizada por Orlando Cavalcanti, sendo publicada na Revista “Tradição”, outubro de 1942, e em separata do Instituto Genealógico, Pernambuco, nº 4.

*Baronesa da Soledade:* Teresa Portela de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Matas. Única filha do barão de Sousa Leão. Falecida, aos 62 anos de idade, no dia 25

de junho de 1914. Casada com José Pereira Viana (nascido a 18 de março de 1841 e falecido a 27 de dezembro de 1910), no dia 18 de abril de 1870, 2º barão da Soledade por decreto de 10 de abril de 1867. Teve 3 filhos.

Vejam os, agora, o parentesco direto dos Sousa Leão com membros da nossa aristocracia: barão de Pinho Borges, conde de Figueiredo, barão da Vitória, barão de Tracunhãem, visconde de Guararapes, barão de Benfica, conde da Boa Vista, barão de Ipojuca, barão de Escada, visconde de Utinga, 2º barão de Utinga, barão de São Braz:

*Com o barão de Pinho Borges:* Francisco Pinho Borges, casado com Tomásia Firmina Pinho Borges, barão de Pinho Borges por decreto de 20 de julho de 1889. Sua filha Maria Amélia (falecida a 28/03/1900, com 62 anos), casou-se com o barão de Morenos. Seu filho, dr. José Antônio de Pinho Borges, casou-se com Teresa Augusta de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Tapera, sobrinha do barão de Morenos e do visconde de Campo-Alegre.

*Com o conde de Figueiredo:* o senador Luís Felipe de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”. Ramo Tapera, irmão do barão de Morenos e do visconde de Campo-Alegre, casou-se em segundas núpcias com Maria, irmã do conde de Figueiredo. Deste consórcio teve 3 filhos.

*Com o barão da Vitória:* o brigadeiro José Joaquim Coelho, nascido em 25 de setembro de 1797 e falecido a 19 de junho de 1860, brasileiro pela Constituição do Império, era casado com Maria Bernardina de Gusmão. Barão da Vitória por decreto de 14 de março de 1860, com grandeza. Seu filho Joaquim Gusmão Coelho casou-se com Francisca de Sousa Leão Cavalcanti, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Tapera. Houve 8 filhos.

*Com o barão de Tracunhãem:* João Cavalcanti Maurício Wanderley, barão de Tracunhãem por decreto de 22 de fevereiro de 1873. Seu irmão José Cavalcanti de Albuquerque Wanderley casou-se com Ana Marcelina de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Tapera. Irmã do barão de Morenos e do visconde de Campo-Alegre.

*Com o barão de São Braz:* Braz Carneiro Leão, falecido a 3 de fevereiro de 1876, barão de São Braz, por decreto de 17 de maio de 1871. Casado com Henriqueta Arcângela Carneiro Leão. Duas netas do barão de São Braz, filhas do capitão Manuel Olímpio Carneiro Leão, casaram-se com 2 irmãos: Ana Isabel, com Joaquim Francisco de Sousa Leão Júnior da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Timbó; e Maria Arcângela, com Antônio de Paula Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Timbó.

*Com o visconde de Guararapes:* Lourenço de Sá e Albuquerque, barão de Guararapes por decreto de 14 de março de 1860, e visconde de Guararapes por decreto de 8 de março de 1880. Seu irmão Nereu de Sá e Albuquerque casou-se com Isabel Augusta de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Timbó. Irmã do visconde de Tabatinga e da baronesa de Jaboatão. A descendência do visconde de Guararapes já foi organizada por Orlando Cavalcanti e publicada na Revista “*Tradição*”, abril de 1943.

*Com o barão de Benfica:* o bacharel Francisco Magarinos de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Caraúna, falecido a 19 de janeiro de 1894, com 41 anos de idade, filho do 2º barão de Vila Bela, era casado com Erotides de Castro, filha de Antônio José de Castro, barão de Benfica por decreto de 27 de abril de 1867. Deixou uma descendência de 7 filhos.

*Com o conde da Boa Vista e o barão de Ipojuca:* Manuel do Rego Barros, irmão do conde da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, (barão da Boa Vista por decreto de 18/06/1841, visconde da Boa Vista por decreto de 12/12/1858, conde da Boa Vista por decreto de 29/08/1860; nascido a 04/02/1802 e falecido a 04/10/1870), e do barão de Ipojuca (João do Rego Barros, barão de Ipojuca por decreto de 14 de março de 1899), casou-se com Ana Frederica de Sousa Leão, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Caraúna, irmã do barão de Caiará e do 2º barão de Vila Bela.

*Com o visconde de Utinga, barão de Escada e 2º barão de Utinga:* Henrique Marques Lins, falecido a 10 de novembro de 1877, 1º barão de Utinga por decreto de 14 de março de 1860, e visconde de Utinga por decreto de 17/11/1876. Entre seus filhos contam-se: Belmiro da Silveira Lins, barão de Escada por decreto de 09/09/1874, falecido a 27/06/1880; Florismundo Marques Lins, 2º barão de Utinga por decreto de 30/05/1888; Marcionilo

da Silveira Lins, pai de Benemérita Lins, casada com João Augusto de Sousa Leão Rego Barros, da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Caraúna.

## V

### Os Sousa Leão e a política no Império

Pertenciam os Sousa Leão ao Partido Liberal, do qual foram chefes em Pernambuco. Primeiro, Domingos de Sousa Leão, o 2º barão de Vila Bela, até o seu falecimento em 1879, como deputado à Assembléia Geral. Sucedeu-lhe, na chefia, seu primo Luís Felipe de Sousa Leão, no ano seguinte elevado a senador do Império.

Esquemmatizando, vejamos o papel representado pelos Sousa Leão na política do Segundo Reinado.

*Deputados à Assembléia Legislativa de Pernambuco:* Domingos de Sousa Leão, 2º barão de Vila Bela – nas 4ª e 9ª legislaturas; José Felipe de Sousa Leão – nas 4ª, 6ª, 8ª e 9ª legislaturas; Joaquim Inácio de Sousa Leão – na 8ª legislatura; Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão – nas 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 18ª e 21ª legislaturas; Augusto de Sousa Leão, barão de Caiará – nas 10ª, 11ª, 12ª, 14ª, 16ª, 17ª, 18ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª legislaturas; Luís Felipe de Sousa Leão – nas 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª legislaturas; Antônio de Sousa Leão – na 13ª legislatura; Domingos Francisco de Sousa Leão, visconde de Tabatinga – nas 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª legislaturas; Manuel do Rego Barros de Sousa Leão – na 21ª legislatura; Francisco Magarinos de Sousa Leão – nas 22ª e 23ª legislaturas.

Foi presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco o barão de Caiará, Augusto de Sousa Leão, nos anos de 1868, 1869, 1878 e 1879.

*Deputados à Assembléia Geral:* na 8ª legislatura (1850-1852). Domingos de Sousa Leão, 2º barão de Vila Bela; na 9ª legislatura (1853-1856): Domingos de Sousa Leão, 2º barão de Vila Bela; na 10ª legislatura (1857-1860): Luís Felipe de Sousa Leão e Domingos de Sousa Leão, 2º barão de Vila Bela; na 12ª legislatura (1864 a 1866): Luís Felipe de Sousa Leão; na 13ª legislatura (1867 a 1870): Luís Felipe de Sousa Leão; na 14ª legislatura (1869 a 1872): Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; na 15ª legislatura (1872 a 1875): Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; na 16ª legislatura

(1876 a 1878): Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; na 17<sup>a</sup> legislatura (1878 a 1881): Domingos de Sousa Leão, 2<sup>o</sup> barão de Vila Bela, e Luís Felipe de Sousa Leão; na 18<sup>a</sup> legislatura (1882 a 1884): Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão.

*No Senado do Império:* a 14 de agosto de 1880, Luís Felipe de Sousa Leão foi nomeado senador, cargo que ocupou até o 15 de novembro de 1889.

*Ministros do Império:* Domingos de Sousa Leão, 2<sup>o</sup> barão de Vila Real, ocupou a pasta de ministro dos Estrangeiros, no 27<sup>o</sup> Ministério Liberal, de 5 de janeiro de 1878; Luís Felipe de Sousa Leão foi ministro da Marinha, no 33<sup>o</sup> Gabinete Liberal de 6 de maio de 1885.

*Governadores de Pernambuco:* a 13 de janeiro de 1864, Domingos de Sousa Leão, 2<sup>o</sup> barão de Vila Bela, foi nomeado presidente da província de Pernambuco. Novamente, assumiu a presidência em 10 de maio de 1867, num período bastante difícil que atravessávamos, com a Guerra do Paraguai.

Em caráter interino, como vice-presidentes da província, assumiram o governo na ausência do presidente os seguintes: a 26 de janeiro de 1885, Augusto de Sousa Leão, barão de Caiará; a 30 de março de 1886, Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; a 27 de outubro de 1887, Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; a 4 de fevereiro de 1888, Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; a 4 de abril de 1889, Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão; em 20 de junho de 1889, Augusto de Sousa Leão, barão de Caiará.

## VI

### Os Sousa Leão administradores públicos

Domingos de Sousa Leão, 2<sup>o</sup> barão de Vila Bela, marcou o seu governo em Pernambuco com um cunho de grande administrador, como acentua Pereira da Costa que lhe escreveu uma curta biografia. A 25 de julho de 1864, ele inaugurou a Escola Normal, destinada à formação de professores primários, a *primeira* instituída em todo o Brasil, como realça Sebastião de Vasconcelos Galvão.

Da segunda vez que governou a sua província, em plena guerra com o Paraguai, dedicou a maior parte da sua atenção com os “Vo-

luntários da Pátria”. Criou a *Sociedade Protetora das Famílias dos Voluntários da Pátria*, da qual era presidente, numa espécie de antecipação e exemplo para a atual “Legião Brasileira de Assistência”.

Este ritmo de progresso administrativo, o 2º barão de Vila Bela aprendeu com o seu genitor, o tenente-coronel Domingos de Sousa Leão, quarto filho da “Casa de Gurjaú de Baixo” e tronco do ramo Caraúna, a quem pertenceu a *primeira máquina a vapor* fabricada na América do Sul, saída em 1836 da fundição “Aurora” da firma Harrington & Starr, que funcionou no Recife de 1829 a 1874, na rua da Aurora junto da igreja dos Ingleses até 1847, como noticia Pereira da Costa.

## VII

Os Sousa Leão “legítimos e inteiros  
cristãos-velhos, sem raça de judeu, mouro ou mulato,  
ou de outra infecta nação”

Transcrevemos a seguir um documento de 1742, referente à ordenação sacerdotal dos padres Antônio de Sousa Leão e Francisco Alves Barbosa, filhos do capitão-mor Domingos de Sousa Leão e netos de Domingos de Sousa Leão, o primeiro da família estabelecido em Pernambuco, em meados de século XVII.

“Vistos estes autos de habilitação de *genere* dos habilitados Francisco Alves Barbosa e Antônio de Sousa Leão, naturais de Santo Amaro de Jaboaão, deste bispado de Pernambuco, petição por onde foram admitidos, comissões e requisitórias que se passaram para o reino, sentença de confraternidade, autos de *genere* apensos do padre Antônio Ribeiro da Silva, coadjutor que foi desta Sé de Olinda, diligências que se mandaram fazer, inquirições de testemunhas, pelas quais se mostra serem os habilitados filhos legítimos do *capitão-mayor* Domingos de Sousa Leão, natural da freguesia de Santo Amaro de Jaboaão, e de sua mulher Isabel da Silva Ribeiro, natural da freguesia da Sé, desta Olinda, netos pela parte paterna de Domingos de Sousa Leão, natural da freguesia de São Miguel de Rans, bispado do Porto, e de sua mulher Isabel de Sousa Ferreira, natural da dita freguesia de Santo Amaro de Jaboaão, e pela parte materna de Manuel Correia Ribeiro, natural do arcebispado de Braga, e sua mulher Feliciano da Silva, natural de Olinda, freguesia da Sé, mostra-se pelas mesmas inquirições, sen-

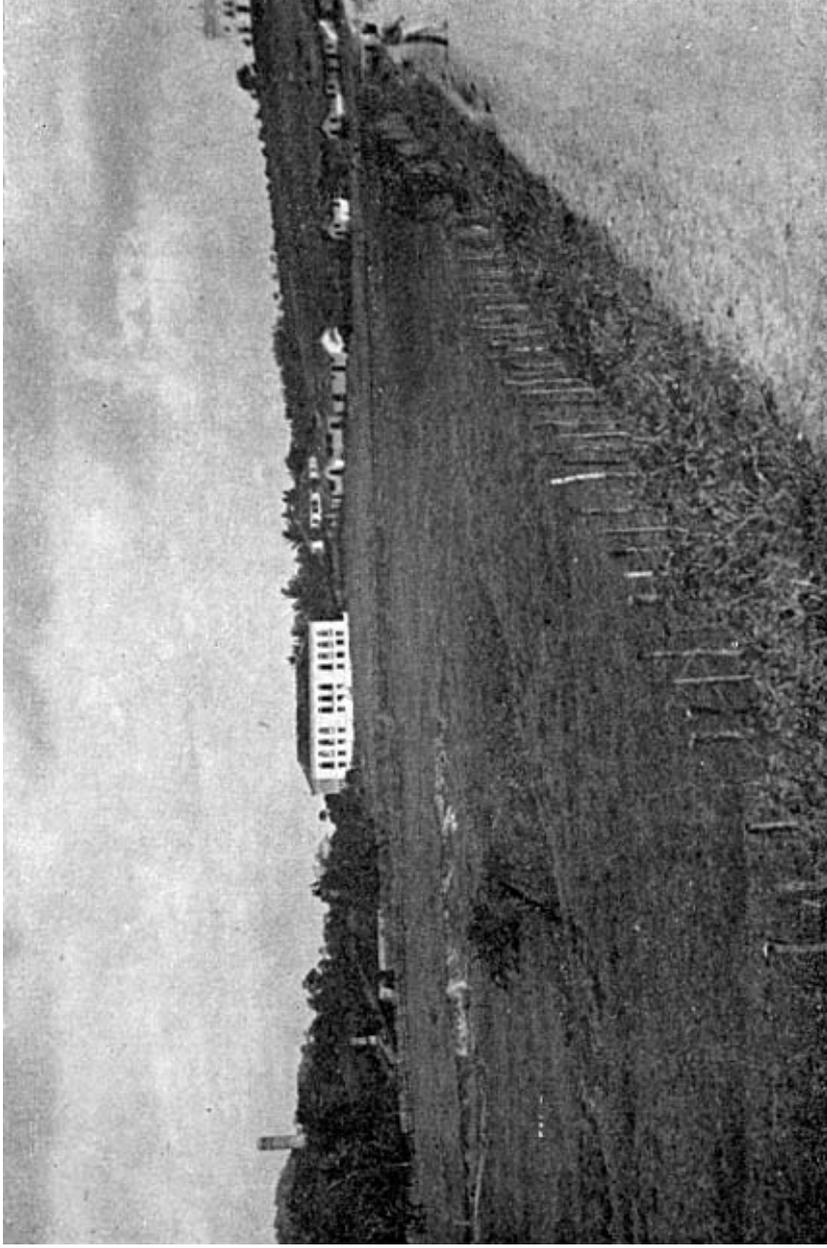
tença, autos de *genere* apensos do padre Antônio Ribeiro da Silva, serem os habilitados, por si, seus pais e avós, assim paternos, como maternos, legítimos e inteiros cristãos-velhos, sem raça de judeu, mouro ou mulato, ou de outra infecta nação das reprovadas em direito contra a nossa Santa Fé, nem incorreram em infâmia de fato ou de direito, nem foram penitenciados pelo Santo Ofício; portanto os julgo por legítimos e inteiros cristãos-velhos e de limpo sangue e geração, e por tais os habilito para as ordens que pretendem, e mando se lhes passe suas sentenças na forma do estilo, e paguem as custas. Olinda, 3 de maio de 1742. – (a) *Frei Francisco de São João Marcos*”.

Este documento encontrava-se no Arquivo da Câmara Episcopal de Olinda. Uma cópia autenticada foi fornecida a 24 de janeiro de 1881, devidamente rubricada, selada e reconhecida, pelo escrivão da Câmara Episcopal de então, o padre Valeriano de Aleluia Correia.

## VIII

### Os Sousa Leão e o conde d’Eu

Em 1864, o príncipe Gastão de Orleans, conde d’Eu, viajou no “Paraná” para o Brasil. Deixando Lisboa a 13 de agosto, no dia 27 estava no Recife. Era o presidente da província Domingos de Sousa Leão, ainda não contemplado com o título nobiliárquico, e a quem competia fazer as honras ao viajante ilustre. Acolheram o príncipe, em terra, Domingos de Sousa Leão e o diretor do Arsenal de Marinha, enquanto uma banda de música tocava o Hino da Independência. No palácio do governo, houve uma recepção oferecida pela esposa do presidente, a senhora Maria de los Angeles Magarinos, com quem o conde d’Eu pretendeu falar “em português”. O incidente é curioso e assim está descrito pelo próprio príncipe: “Je hasardai une phrase em portugais; mais elle me repondit qu’elle savait le français avec un air de *self contentement* si marqué qu’il fallut bien rempocher mon erudition. Elle le parle en effet sans faute. Il parait que c’est une hispano-americaïne, fille du diplomate que représente la Banda Oriental à la cour de Rio”...



Vista Geral do Engenho de Morencis.  
Fotografia do S. P. H. A. N.



## IX

### Os Sousa Leão e a heráldica

Segundo o *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, são das poucas famílias que, entre nós, usavam o brasão de armas, passado a 30 de agosto de 1867 e registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 90.

A descrição do brasão de armas é a seguinte: escudo esquartelado: no primeiro e quarto – em campo de prata, as quinas de Portugal, postas em aspa; no segundo e terceiro – em campo de ouro, um leão de goles rompante. Timbre: o leão das armas.

Os oito Sousa Leão que possuíram títulos nobiliárquicos – viscondes de Campo Alegre e Tabatinga, e barões de Morenos, Caiará, Vila Bela, Gurjaú, Jaboaão e Sousa Leão – tinham este mesmo brasão, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 68 e 112.

Entretanto, o timbre do barão de Morenos tinha uma pequena variante: o leão das armas com uma grinalda de prata florida sobre a cabeça, e por diferença uma brica de sinople com a inicial A, de ouro.

## X

### Engenhos dos Sousa Leão

Quase setenta engenhos dos municípios de Jaboaão, Cabo, Ipojuca e São Lourenço, pertenciam a membros da família Sousa Leão.

Em *Jaboaão*: Gurjaú de Baixo, Caraúna, Tapera, Morenos, Catende, Chichaim, Viagens, Petimbú, Carnijó, Bom Dia, Brejo, Várzea de Una, Pacoval, Serraria, Pereiras, Velho, Canzanza, Javunda, Novo da Conceição, Gurjaú de Cima, Cumarú, Camassarí, Gurjaú de Cima, Macujé; em *Água Preta*: Laranjeiras, Almeceja; em *Muribeca*: Capelinha e Salgadinho; no *Cabo*: Boa Vista, Boto, Caramurú, Gaibú, Juriçaca, Matás, Ilha das Cobras, Bom Jardim, Santa Fé, Tirirí, Sapucaia, Serraria, Algodoads, Santo Inácio, Cidade Paris, Santa Rita, Pimentel, Tombé, Pimentel, Palmeira; em *Ipojuca*: Arendepe, Maranhão, Pirajá, Supitanga, Todos os Santos, Amazonas, Tapera, Saco; em *São Lourenço*: Caiará, Penedo de Baixo, Quizanza, Capibaribe; noutros municípios: Timbó, Pombal, Floresta, Tabatinga, Mamucaia, Imbura.

## XI

### O bolo Sousa Leão

Família do canavial, da casa grande aristocrática, com as suas festas regionais, seus lautos banquetes de centenas de convidados (certa vez, até os próprios soberanos do Brasil, o imperador e a imperatriz), na culinária também os Sousa Leão criaram alguma coisa, o seu bolo servido em pratos de porcelana e garfos de prata. Este bolo só as Sousa Leão sabiam preparar, ocultando a receita que era transmitida de mãe a filha, como um patrimônio da família, um segredo para estranhos. Terá o imperador dom Pedro II comido o bolo Sousa Leão, como sobremesa, no almoço ou no jantar do dia 18 de dezembro de 1859, no engenho Morenos? É matemático afirmar que sim.

Num caderno manuscrito do século passado, onde a senhora José Vicente Meira de Vasconcelos (nascida Maria Madalena de Albuquerque Melo) anotava as suas receitas de bolos para as festas do seu solar em Beberibe, a casa do Pavão, encontramos 2 receitas do bolo Sousa Leão, um pouco diferentes entre si:

“Em 3 garrafas de calda rala como garapa temperada com sal, deitam-se 2 libras de massa de mandioca um pouco úmida, 1 garrafa de leite de coco sem água, meia libra de castanhas alvas bem pisadas, 30 gemas de ovos, canela e erva doce. Depois de tudo misturado peneira-se e se bota uma quarta de manteiga derretida”.

“Uma e meia tigela de mandioca fresca, 2 xícaras de mel em ponto fraco, 2 colheres bem cheias de manteiga derretida, 10 ovos sendo 1 com clara, leite de 2 cocos. Misturam-se a mandioca, o mel e o leite de coco. Passa-se em uma urupema fina. Depois, ajuntam-se os ovos e a manteiga. O bolo deve ficar bem mole para ir ao fogo”.

Qual das duas é a verdadeira?

## XII

### Os Sousa Leão na faculdade de direito de Recife

Na faculdade de Direito, a família Sousa Leão brilhou em cerca de vinte turmas, que se diplomaram desde a sua fundação até o ano de 1900. Saíram bacharéis os seguintes:

Em 1839: Domingos de Sousa Leão Jr.; em 1840: José Felipe de Sousa Leão; em 1844: João Augusto de Sousa Leão; em 1845: Antônio Benício de Sousa Leão Castelo Branco; em 1847: Miguel Felipe de Sousa Leão; em 1849: Inácio Joaquim de Sousa Leão; em 1850: Felipe de Sousa Leão; em 1851: Augusto de Sousa Leão e Luís Felipe de Sousa Leão; em 1860: Francisco Severino Cavalcanti de Sousa Leão; em 1863: Manuel do Rego Barros de Sousa Leão; em 1876: Francisco Magarinos de Sousa Leão; em 1885: Domingos Felipe de Sousa Leão e Miguel Felipe de Sousa Leão Jr.; em 1888: Manuel Felipe de Sousa Leão; em 1889: Carlos Augusto de Sousa Leão; em 1890: Luís Freire de Sousa Leão Jr.; em 1892: Domingos de Sousa Leão Barros Rego; em 1893: Domingos Cavalcanti de Sousa Leão Jr..

No arquivo da faculdade, encontram-se as certidões de batismo dos bacharéis Sousa Leão, documentos de grande valor genealógico. Orlando Cavalcanti, nosso companheiro da Revista “*Tradição*” e do Instituto Genealógico de Pernambuco, forneceu-nos dados importantes a este respeito.

### XIII

Os Sousa Leão e as erratas ao  
“Arquivo Nobiliárquico”

O único barão da “Casa do Maranhão”, José de Sousa Leão, foi agraciado por decreto de 5 de maio de 1883, com o título de barão de Gurjaú. Infelizmente, no “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, organizado pelos barões de Vasconcelos e Smith de Vasconcelos, à página 175, está escrita a palavra barão de *Gurjabá*. Erro de revisão? Engano dos autores? Preferimos a primeira hipótese, pois a obra foi impressa em 1918, na cidade de Lausanne, Suíça.

Relativamente, à aristocracia pernambucana, ainda encontramos duas erratas no referido “Arquivo”. Um possível erro de revisão: Epaminondas Vieira da Cunha era barão de Itapiçuma, e não de *Itapiçuna* como se lê à página 218. Agora, um grave erro dos autores: dr. Sebastião Antônio de Acioli Lins era barão de Goicana, e não 4º barão de *Goiana* como está escrito à p. 163.

***Guilherme Auler.***

## Bibliografia

- Genealogia da Família Sousa Leão*, por Tipografia Mercantil, Recife, 1881.
- Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, pelo barão de Vasconcelos e o barão Smith de Vasconcelos. Imprimerie la Concorde. Lausanne (Suíça), 1918.
- Memórias da Viagem de SS. MM. II.*, por... Tomo II (Pernambuco), Tipografia Pinto de Sousa. Rio de Janeiro, 1862.
- Casa-Grande de Engenho*, por Novais Filho, em Folha da Manhã (Recife), 24/06/1943.
- Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, por Sebastião de Vasconcelos Galvão. Volumes: I (1908), II (1910), III (1921) e IV (1927). Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, por Pereira da Costa, Recife, 1882.
- História da Faculdade de Direito do Recife*, por Clóvis Beviláqua, Rio, 1927.
- Gastão de Orleans*, por Alberto Rangel, Editora Nacional, 1935.
- Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, por Sacramento Blake, 7 volumes, Imprensa Nacional.
- Almanaque de Pernambuco*, organizado por Júlio Pires, 1899 a 1926. 28 volumes.
- Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco*, organizado por F. P. do Amaral. 1868 a 1886. 9 volumes.
- Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola do Estado de Pernambuco*, organizado por Veríssimo de Toledo, 1893 a 1895. 3 volumes.
- História Parlamentar de Pernambuco*, por Neto Campelo, Recife, 1923.
- O Senado do Império*, por Afonso de Taunay, Livraria Martins Editora, 1942.
- Estudo Histórico-Retrospectivo Sobre as Artes em Pernambuco*, por Pereira da Costa, na "Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano", nº 54, 1901.
- Nobiliarquia Pernambucana*, por Borges da Fonseca, 2 volumes, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1935.
- Catálogo Genealógico das Principais Famílias Procedentes de Albuquerque e Cavalcantis em Pernambuco, e Caramurús na Bahia*, por frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, na "Revista do Instituto Histórico", Rio de Janeiro, volume 52, parte I, ano 1889.
- Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, por dom Domingos de Loreto Couto, nos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", volume XXIV, 1904.
- Genealogia Paulistana*, por Silva Leme, São Paulo, 9 volumes, 1903 a 1905:
- Nobiliarquia Paulistana*, por Pedro Taques de Almeida Pais Leme, na "Revista do Instituto Histórico", Rio de Janeiro, tomos 32 a 35, 1869 a 1872.
- Coleções do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife*.  
*Revista Tradição* (Recife).

## Adenda

### Descendência do visconde de Campo Alegre

Joaquim de Sousa Leão, barão de Campo Alegre por decreto de 12 de abril de 1867, elevado a visconde de Campo Alegre por decreto de 9 de agosto de 1884. Da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Tapera. Filho do tenente-coronel Felipe de Sousa Leão. Senhor do engenho Tapera (Jaboatão) e de Rita de Cássia Pessoa de Melo; neto paterno do cap. João de Sousa Leão, senhor dos engenhos Gurjaú de Baixo, Caraíma e Matas, tronco da “Casa de Gurjaú de Baixo”, e de Ana Rita da Silveira, filha do 5º morgado de São Bento de Caiará e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista do Recife, cap. João Marinho Falcão e de Isabel Rita Caetana da Silveira. Avós maternos: cel. Joaquim Pereira Viana e Inez Escolástica Pessoa de Melo.

Irmão do barão de Morenos, do senador Luís Felipe de Sousa Leão, e da baronesa de Tabatinga.

Senhor dos engenhos Boa Vista, Ilha das Cobras, Jurissaca, Algodoais, Serraria, Tiriri, Santa Fé, Caramuru, Gaibu, Todos os Santos.

Comendador da Ordem da Rosa, da Ordem do Cruzeiro e da de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (Portugal).

Brasão de armas: escudo esquartelado – no 1º, de prata, as quinas de Portugal, postas em aspa; no 2º, de ouro, um leão de goles rompante, e assim os contrários. Timbre: o leão das armas. Coroa: a de visconde. Brasão passado a 18/03/1871, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 112 (“Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, p. 103).

O visconde de Campo Alegre nasceu a 2 de novembro de 1818 e faleceu a 15 de março de 1900. A viscondessa de Campo Alegre nasceu a 13 de setembro de 1827 e faleceu a 17 de dezembro de 1899.

Joaquim de Sousa Leão era casado com sua prima Francisca de Sousa Leão, filha de Antônio de Paula Sousa Leão e Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti, irmã do barão de Sousa Leão e do barão de Jaboatão.

Descendência:

F1. Dr. Felipe de Sousa Leão Sobrinho, falecido, sem descendência, solteiro.

F2. Dr. Antônio de Sousa Leão, nascido a 26 de maio de 1847 e falecido a 9 de março de 1913. Casado com Matilde do Rego Barros, filha de Tomé Joaquim do Rego Barros e Teresa Martins de Almeida, nascida a 17 de outubro de 1866 e falecida a 23 de fevereiro de 1937. Dois filhos:

N1. Joaquim de Sousa Leão Neto, solteiro.

N2. Laura, casada com o dr. Paulo Cavalcanti de Amorim Salgado. Dois filhos:

Bn1. Dr. João de Sousa Leão Cavalcanti, solteiro.

Bn2. Violeta, solteira.

F3. Francisca, casada em 1<sup>as</sup> núpcias com Teodoro Christiansen, falecido a 15 de maio de 1892, com 58 anos. Sem filhos.

Casou-se, 2<sup>a</sup> vez, com o dr. Ulisses Viana, conde de Ulisses Viana pela Santa Sé, ele também viúvo com 5 filhos do seu primeiro matrimônio.

Não houve descendência, também, deste segundo casamento.

#### Descendência do barão de Morenos

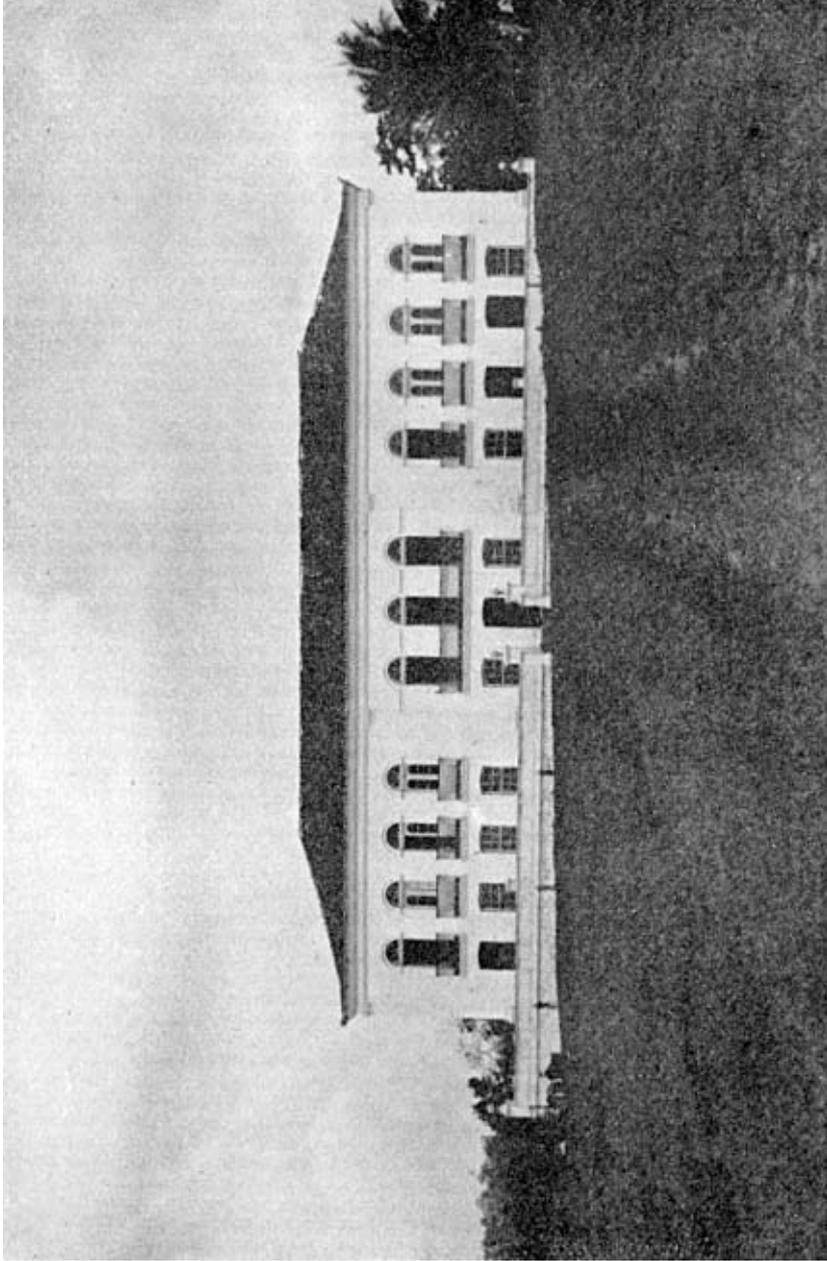
Antônio de Sousa Leão, barão de Morenos por decreto de 24 de agosto de 1870. Da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Tapera. Filho do tenente-coronel Felipe de Sousa Leão, senhor do engenho Tapera (Jaboatão) e de Rita de Cássia Pessoa de Melo. Avós paternos: cap. João de Sousa Leão, senhor dos engenhos Gurjaú de Baixo, Caraúna e Matas, tronco da “Casa de Gurjaú de Baixo”, e Ana Rita da Silveira, filha do 5<sup>o</sup> morgado de São Bento de Caiará e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista do Recife, cap. João Marinho Falcão e Isabel Rita Caetana da Silveira. Avós maternos: cel. Joaquim Pereira Viana e Inez Escolástica Pessoa de Melo.

Nasceu a 11 de junho de 1808 e faleceu a 18 de outubro de 1882.

Irmão do visconde de Campo Alegre, do senador Luís Felipe de Sousa Leão e da baronesa de Tabatinga.

Senhor dos engenhos Morenos, Catende, Chichaim, Viagens, Petimbú, Carnijó, Bom Dia e Brejo (Jaboatão).

No dia 18 de dezembro de 1859, hospedou no engenho Morenos o imperador dom Pedro II e sua comitiva, que se dirigiam para a cidade de Vitória.



Casa-Grande do Engenho de Morenos.  
Fotografia do arquivo do S. P. H. A. N.



Casou-se, em primeiras núpcias, com sua prima Maria Leopoldina, filha do cel. Francisco Antônio de Sousa Leão e Maria da Penha Pereira da Silva. Não teve descendência. Em segundas núpcias, casou-se com Maria Amélia, filha do barão e da baronesa de Pinho Borges, Francisco Pinho Borges e Tomásia Firmina Pinho Borges, nascida a 29 de julho de 1839 e falecida a 28 de março de 1900.

Comendador da Imperial Ordem de Cristo e dignitário da Imperial Ordem da Rosa.

Brasão de armas: escudo esquartelado: no 1º, de prata, as quinas de Portugal, postas em aspa; no 2º, de ouro, um leão de goles rompante, e assim os contrários. Timbre: o leão das armas com uma grinalda de prata florida sobre a cabeça, e por diferença uma brica de sinople com a inicial A, de ouro. Coroa: a de barão. Brasão de armas passado em 18/03/1871, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 112. (“Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, pp. 298 e 299).

Descendência:

F1. Antônio de Sousa Leão Filho, casado com Leopoldina Mesquita. 7 filhos:

N1. Antônio de Sousa Leão, casado com sua prima Maria Cristina Coelho de Almeida. N9. Sete filhos:

Bn1. Maria Cândida.

Bn2. Lúcia, casada com João Dourado. 3 filhos:

Tn1. Rita.

Tn2. Maria Cristina.

Tn3. João.

Bn3. Antônio.

Bn4. Maria Luisa.

Bn5. Helena.

Bn6. Leopoldina.

Bn7. Maria da Glória.

N2. Adalgisa, casada com Euclides de Sousa Leão, senhor do engenho Novo da Conceição, filho do tenente-coronel Cícero Braga de Sousa Leão e de Idalina Augusta de Sousa Leão, sobrinho da baronesa de Gurjaú. Três filhos:

Bn8. José, falecido.

Bn9. Antônio.

Bn10. Paulo.

N3. Maria dos Anjos, casada com seu primo Jaime Coelho de Almeida – N12, com 4 filhos. Vide a descendência em N12.

N4. Hermínio de Sousa Leão, casado com Maria Alice Pontual. Nove filhos.

Bn11. Manuel.

Bn12. Carlos.

Bn13. Maria Alice.

Bn14. Luís.

Bn15. Alberto.

Bn16. Guilherme.

Bn17. Fernando.

Bn18. Jorge.

Bn19. Maria Helena.

N5. Leopoldina, casada com o dr. Armínio Fraga. Três filhos:

Bn20. Luís.

Bn21. Sílvio.

Bn22. Márcio.

N6. Luís de Sousa Leão, casado com Almerinda Ramos. Três filhos.

Bn23. Luís.

Bn24. Leopoldo.

Bn25. Guilherme.

N7. Maria de Lourdes, casada com Anísio de Castro, falecido. Três filhos.

Bn26. Anísio.

Bn27. Marlene.

Bn28. Maria da Graça.

F2. Rita Clara de Sousa Leão Martins, casada com Alfredo Alves Martins, falecido. Sem descendência.

F3. Maria Cândida, casada com Tomás Coelho de Almeida. Seis filhos.

N8. Maria Isabel, falecida.

N9. Maria Cristina, casada com seu primo Antônio de Sousa Leão – N1, com sete filhos. Vide descendência em N1.

N10. Beatriz, casada com Sigismundo Rocha. 4 filhos:

Bn29. Dr. Fernando Rocha casado com Helena Pinheiro. Um filho.

Tn4. José Fernando.

Bn30. Beatriz, casada com o dr. Frederico Carvalheira. Dois filhos:

Tn5. Silvia.

Tn6. Gilberto.

- Bn31. Maria, casada com Jorge Cardoso Aires.  
Bn32. Sigismundo Rocha Filho.
- N11. Inez, casada com o dr. Odilon de Sousa Leão. Oito filhos:  
Bn33. Rita, casada com o dr. Nelson Barreto Coutinho. Uma filha:  
Tn7. Maria Letícia.  
Bn34. Roberto.  
Bn35. Tomás.  
Bn36. Odilon Filho.  
Bn37. Manuel Felipe.  
Bn38. Isabel Maria.  
Bn39. Maria Teresa.  
Bn40. Maria da Salete.
- N12. Jaime Coelho de Almeida, casado com sua prima Maria dos Anjos de Sousa Leão – N3. Quatro filhos:  
Bn41. Leopoldina, casada com Viriato Reis. 1 filho:  
Tn8. Fernando.  
Bn42. Rute, casada com o dr. José de Paula Lopes Pontes.  
Bn43. Jaime.  
Bn44. Tomás.
- N13. Tomás, falecido.
- F4. Inês Amélia, falecida solteira, a 30 de abril de 1892, com 22 anos.
- F5. Dr. Joaquim de Sousa Leão, engenheiro, casado com sua prima Maria Carolina, filha do senador Luís Felipe de Sousa Leão. Três filhos:  
N14. Dr. Joaquim de Sousa Leão, solteiro. Diplomata.  
N15. Dr. Luís Antônio de Sousa Leão, engenheiro.  
N16. Maria Amélia, casada com Carlos de Figueiredo Braga. 4 filhos:  
Bn45. Maria Amélia.  
Bn46. Ana Maria.  
Bn47. Antônio Carlos.  
Bn48. Carlos Eduardo.
- F6. André de Sousa Leão, falecido solteiro.
- F7. Luísa, casada com Antônio de Sampaio Pires Ferreira. Uma filha:  
N17.: Helena, casada com Francisco de Sá Filho.

Descendência do barão de Caiará

Dr. Augusto de Sousa Leão, barão de Caiará por decreto de 25 de julho de 1885. Da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Caraúna. Filho do tenente-coronel Domingos de Sousa Leão. Senhor dos engenhos Caraúna, Gurjaú de Baixo, Canzanza, Javunda e Floresta (Jaboatão), e de Teresa de Jesus Coelho. Avós paternos: capitão João de Sousa Leão, tronco da “Casa de Gurjaú de Baixo”, senhor dos engenhos Gurjaú de Baixo e Caraúna, e Ana Rita da Silveira, filha do 5º morgado de São Bento do Caiará e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista do Recife, capitão-mor João Marinho Falcão e de Isabel Rita Caetana da Silveira. Avós maternos: capitão-mor Antônio dos Santos Coelho da Silva e Teresa de Jesus Leite.

Nasceu no engenho Caraúna (Jaboatão) a 13 de dezembro de 1830. Bacharel pela faculdade de direito do Recife em 1857. Faleceu a 4 de setembro de 1898, na cidade de Olinda, onde residia.

Figura destacada do Partido Liberal de Pernambuco. Deputado à Assembléia Legislativa de Pernambuco em inúmeras legislaturas. Presidente várias vezes da referida Assembléia. Governou Pernambuco, interinamente, em 1885 e 1889. Cavaleiro da Ordem da Rosa. Senhor do engenho Capibaribe (São Lourenço).

Brasão de armas: escudo esquartelado; no primeiro e quarto, em campo de prata, as quinas de Portugal, postas em aspa; no segundo e terceiro, em campo de ouro um leão de goles rompante. Timbre: o leão das armas. Coroa: a de barão. Brasão passado em 30/08/1867, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 68 (“Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, pp. 93 e 94).

Irmão do 2º barão de Vila Bela.

Casou-se com sua sobrinha Idalina Carlota, filha de Luís Francisco de Barros Rego e Carlota Guilhermina de Sousa Leão.

Descendência:

F1. Idalina, casada com o dr. Gonçalo Pais de Azevedo Faro, falecido a 10/03/1900, filho de Felipe de Azevedo Faro e Luisa Mota Faro. Cinco filhos:

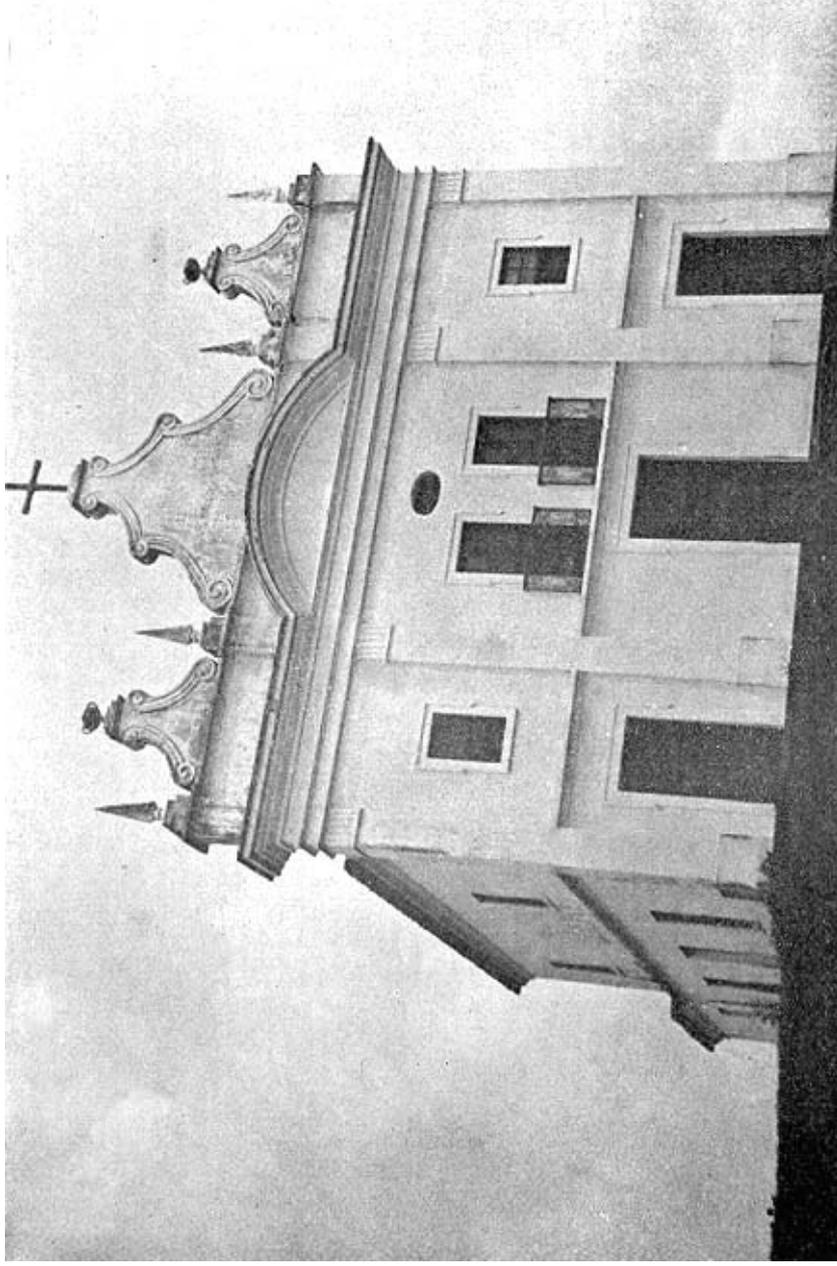
N1. Padre Bento de Sousa Leão Faro.

N2. Adolfo de Sousa Leão Faro, casado com Maria Cândida Pais Barreto. Três filhos:

Bn1. Maria Cândida, falecida.

Bn2. Idalina, falecida.

Bn3. Adolfo.



Igreja do Engenho Morenos.  
Fotografia do arquivo do S. P. H. A. N.



N3. Laura de Sousa Leão Faro, casada com o dr. Artur Clímaco, falecido. 3 filhos:

Bn4. Maria do Carmo.

Bn5. José, falecido.

Bn6. Idalina.

N4. Alfredo de Sousa Leão Faro, falecido solteiro.

N5. Abelardo de Sousa Leão Faro, solteiro.

F2. Augusta, casada com o dr. Cícero de Vasconcelos César. Oito filhos:

N6. Augusto César, casado com Hilda Freire. Duas filhas:

Bn7. Arlete, casada com o dr. Luís Oliveira. Um filho:

Tn1. Luís.

Bn8. Aleide.

N7. Luís César.

N8. Semíramis César, casada com Lupércio Moura. Dois filhos:

Bn9. Augusta.

N9. Lucionéia, casada com Manuel Marques de Freitas Guimarães, falecido. Sem descendência.

N10. Zilda, casada com o dr. Gerson Loreto. Uma filha:

Bn11. Maria Lúcia.

N11. Augusta César, solteira.

N12. Aníbal César, solteiro.

N13. Carlota César, solteira.

F3. Teresa de Sousa Leão, falecida solteira.

Descendência do barão de Sousa Leão

Dr. Inácio Joaquim de Sousa Leão, barão de Sousa Leão, por decreto imperial de 18 de maio de 1889. Da “Casa de Gurjaú de Baixo”, ramo Matas. Filho de Antônio de Paula de Sousa Leão, senhor dos engenhos Matas e Tobé (Cabo), e de Teresa

Vitorina Bezerra da Silva Cavalcanti. Avós paternos: capitão João de Sousa Leão, senhor dos engenhos Gurjaú de Baixo e Caraúna. Tronco da “Casa de Gurjaú de Baixo”, e Ana Rita da Silveira, filha do capitão-mor João Marinho Falcão, 5º morgado de São Bento de Caiará e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista do Recife, e de Isabel Rita Caetana da Silveira. Avós maternos: capitão Antônio Luís Bezerra da Silva e Rita Francisca Xavier Cavalcanti.

Nascido a 25 de novembro de 1826 e falecido a 30 de maio de 1904.

Bacharel pela faculdade de Direito do Recife, em 1843.

Vice-presidente da província de Pernambuco, tendo assumido a Presidência em 1866, 1888 e 1889. Deputado à Assembléia Geral, várias legislaturas.

Senhor do engenho Pimentel. Fidalgo-cavaleiro da Casa Imperial e cavaleiro da Ordem da Rosa.

Brasão de armas: escudo esquartelado; no 1º e 4º quartéis, em campo de prata, as quinas de Portugal postas em aspa; no 2º e 3º quartéis, em campo de ouro um leão de goles rompante. Brasão passado em 30/08/1867, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 68. Timbre: o leão das armas. Coroa: a de barão (Vide “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, p. 487).

Irmão do barão de Jaboatão e da viscondessa de Campo Alegre.

Casado com Joaquina, filha de Joaquim Machado Portela e Joana Joaquina Pires Ferreira. Ela nascida a 19 de setembro de 1832 e falecida a 19 de julho de 1920.

Descendência:

**F1.** Teresa Portela de Sousa Leão, casada com José Pereira Viana, barão da Soledade.

#### Descendência do barão da Soledade

José Pereira Viana, 2º barão da Soledade, por decreto de 10 de abril de 1867. Filho do comendador José Pereira Viana e Rita de Cássia Pereira Viana.

Nascido a 19 de março de 1841 e falecido a 27 de fevereiro de 1910.

Oficial da Ordem da Rosa; comendador da Ordem de Cristo de Portugal; cavaleiro da Real Ordem da Coroa da Itália.

Brasão de armas: escudo partido em pala, de goles e ouro, na primeira uma cruz de prata florida e vasta do campo; no segundo, de ouro com uma águia de sable. Timbre: uma cruz vermelha florida e vasta, entre dois cotos de asas de anjo. Coroa: a de barão. Brasão de armas passado a 18/06/1867, registrado no Cartório da Nobreza, Livro VI, folhas 79 (“Arquivo Nobiliárquico”, p. 483).

Casou-se a 18 de abril de 1870 com Teresa Portela de Sousa Leão, filha única do barão de Sousa Leão, nascida a 20 de agosto de 1852 e falecida a 25 de junho de 1914.

Descendência:

F1. Teresa, casada com Fernando Piereck Júnior, falecido a 06/10/1942. Sem filhos.

F2. Maria Teresa, casada com o dr. José Sabóia, nascido a 30/04/1868 e falecido a 18/06/1934. 2 filhos:

N1. Cecília Sabóia, casada com o dr. Floriano Amaral Melo. 5 filhos:

Bn1. Vicente.

Bn2. José.

Bn3. Maria Teresa.

Bn4. Maria Cecília.

Bn5. Maria Helena.

N2. Inácio Sabóia, solteiro.

F3. Dr. José Pereira Viana, casado com Maria Eugênia Osório da Cerqueira, falecido. 2 filhos:

N3. Maria de Lourdes, casada com o dr. Antônio Ribeiro de Castro, falecido. Dois filhos:

Bn6. Maurício.

Bn7. Carlos.

N4. Manuel Pereira Viana, casado com Carmelita Viana. Sem descendência.



Testamento do barão de Jaboaão

“Em nome de Deus, amém. Eu barão de Jaboaão, estando em meu perfeito juízo e no uso de minhas faculdades e livre de qualquer constrangimento, tenho resolvido fazer minhas disposições testa-

mentárias na forma por que vão adiante declaradas, as quais quero que sejam fiel e restritamente cumpridas, como verdadeiras expressões de minha última vontade. Constituo minha universal herdeira minha mulher para usufruir durante sua vida a metade dos bens do nosso casal, que por direito me pertencerem e só depois de sua morte será essa minha metade dividida pelo seguinte modo. Deixo à minha sobrinha e afilhada Umbelina de Sousa Leão Cavalcanti, filha legítima de João Cavalcanti de Albuquerque Uchoa e de minha irmã dona Luísa Francisca de Sousa Leão, já falecidos, casada com o tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti, metade deste engenho denominado “Santo Antônio das Matas”, onde resido e metade de tudo quanto nele possuo como sejam, safras existentes ao tempo do falecimento de minha mulher, jóias, móveis de casa, utensílios do engenho, animais existentes neste engenho, metade de tudo enfim, que nele possuo, ou possuir e que não for especificadamente designado para outro fim; não podendo porém ela dispor da dita metade do engenho e do mais nem por venda, permuta, ou outro qualquer meio aleatório, nem mesmo hipotecá-la, ou sujeitá-la a dívida de qualquer natureza, porque a minha vontade é que a goze e usufrua durante a sua vida, livre e desembaraçada de ônus. Subsistirá em favor de seu marido o usufruto em dita metade do engenho e falecendo ela, pertencerá a dita metade do engenho a seus filhos, e, se falecer sem descendentes passará para seu marido tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti e deste por sua morte a seus herdeiros. Com a referida herança, imponho o encargo de conservar e zelar a capela do dito engenho, fazendo nela celebrar-se todos os anos ao menos quatro missas, sendo uma a treze de junho, dia de Santo Antônio, seu orago, outra a oito de dezembro, dedicada à excelsa Mãe de Deus, outra no primeiro de abril em tenção da alma de meu pai e outra finalmente a dezoito de dezembro em tenção da alma de minha mãe. Ficará igualmente obrigada a sustentar, manter e conservar em sua companhia seus irmãos e irmãs que se não casarem, dando um conto de réis à sua irmã de nome Ana quando ela se casar. Deixo a todos os meus sobrinhos e sobrinhas filhos de meu finado sobrinho Antônio de Paula Sousa Leão, metade do engenho “Bom-Jardim” com todos os seus utensílios. Deixo à minha afilhada e sobrinha Teresa, filha do mesmo meu finado sobrinho Antônio de Paula Sousa Leão, metade do sítio denominado Forte, assim como metade do outro sítio que lhe fica contíguo, comprado à viúva de Manuel Gregório,

sitos no lugar denominado Venda Grande, freguesia de Muribeca. Deixo à minha sobrinha e afilhada Maria Umbelina, filha de minha dita sobrinha Umbelina de Sousa Leão Cavalcanti, casada com o tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti, metade da casa número vinte e quatro, sita à rua Imperial, da cidade do Recife, com a sua mobília. Declaro que as despesas de enterro, sufrágios por minha alma e mais três capelas de missas, sendo duas por minha alma e uma por alma de meus pais, pagamentos de dívidas, se houverem, serão feitas e satisfeitas pela minha dita sobrinha e afilhada Umbelina, casada com o tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti. Declaro mais que havendo dinheiro pertencerá à minha referida sobrinha e afilhada Umbelina. Declaro que a restrição de minha sobrinha e afilhada Umbelina de Sousa Leão Cavalcanti não poder vender, alienar, hipotecar ou permutar, só se entende com a metade do engenho Matas, que para ela deixo. Declaro finalmente que o número da casa sita à rua Imperial, é número digo, é duzentos e quarenta e não vinte e quatro, como acima se declara. Nomeio meus testamenteiros para dar inteira e fiel execução às minhas últimas vontades a meu irmão barão de Sousa Leão, a meu sobrinho tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti e barão da Soledade, na ordem porque são inscritos. E por serem estas as minhas últimas disposições, mandei escrever o presente testamento para revogar o que havia feito em três de dezembro de mil oitocentos e oitenta e um; e depois de o ler e achar conforme assino de meu próprio punho. – Engenho Matas, 19 de outubro de 1889. – *Barão de Jaboatão*”.

Testamento da baronesa de Jaboatão

“Em nome de Deus, amém. Eu Francisca de Sousa Leão, baronesa de Jaboatão, viúva do barão do mesmo título, achando-me em idade bastante avançada e receando a morte, cujo dia é incerto, mas em meu perfeito juízo e na plena integridade de minhas faculdades mentais tenho resolvido de minha livre e espontânea vontade, fazer o meu testamento, pela forma e maneira seguinte: declaro que sou natural deste Estado; sou católica, apostólica, romana, religião essa em que nasci, me batizei, em cuja crença sempre vivo e espero morrer, fui casada com Umbelino de Paula Sousa Leão, barão de Jaboatão, sem descendente do nosso casal. De todos os bens

que atualmente possuo e dos que por ventura venha ainda a adquirir por qualquer título, uma vez que me é livre destes dispor, na falta de descendente e ascendente, instituo minha única e universal herdeira, incondicionalmente, minha sobrinha, afillhada e filha de criação, Umbelina de Sousa Leão Cavalcanti, filha legítima do finado João Cavalcanti de Albuquerque Uchoa e de minha finada irmã e sua mulher dona Luísa Francisca de Sousa Leão Uchoa Cavalcanti e casada com o tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti, atualmente residente no povoado da Torre, freguesia dos Afogados, desta capital. Nomeio meus testamenteiros, em primeiro lugar ao mesmo meu sobrinho tenente-coronel Agostinho Bezerra da Silva Cavalcanti e em segundo lugar ao doutor Salustiano José de Oliveira e em terceiro ao doutor José Francisco Ribeiro Pessoa, aos quais peço e rogo de aceitarem o encargo e darem execução às minhas disposições testamentárias. Quanto ao meu enterro e sufrágios, por minh'alma, deixo à discrição dos sentimentos de piedade e religião dos meus testamenteiros, desejando porém que o meu enterro seja muito modesto e sem ostentação. São estas as disposições de minha última vontade, para depois de minha morte, e por este meu testamento que a meu pedido vai escrito e assinado por José Carlos de Sá, tabelião interino como pessoa particular, por não saber eu ler nem escrever, tenho revogado qualquer outro anteriormente feito. Eu José Carlos de Sá o escrevi e assinei a rogo da testadora, a excelentíssima baronesa de Jaboatão, tão fielmente quanto ela me ditou, a fim de ser devidamente aprovado, como é de lei e de direito. – Torre, município do Recife, em dezesseis – 16 – de agosto de mil novecentos e onze – 1911. – Como escritor do presente e a rogo da excelentíssima baronesa de Jaboatão, dona Francisca de Sousa Leão, por não saber ler e escrever, *José Carlos de Sá*”.

\* \* \*

Testamento da baronesa de Tabatinga

“Eu Inês Escolástica Pessoa de Melo, filha de Felipe de Sousa Leão e dona Rita de Cássia Pessoa de Melo, casada por carta de ametade e segundo o costume do reino, com Domingos Francisco de Sousa Leão, querendo dispor de minha última vontade para o caso de minha morte, o faço do modo seguinte: – Não tendo tido filhos e não existindo meus pais e não tendo portanto herdeiros forçados, passo a dispor de toda a minha fazenda sem distinção de

terça que a não faço. Constituo herdeira de meus bens a minha sobrinha e afilhada Inês, filha de meu falecido irmão João e de sua mulher dona Isabel Maria de Melo, excetuando os legados que passo a mencionar: se no tempo em que esta minha disposição se dever cumprir não existir a dita minha sobrinha, passarão os meus bens aos meus sobrinhos filhos de meu irmão Manuel. Deixo à minha sobrinha Inês, filha de meu irmão Manuel, a quantia de oitocentos mil réis. Deixo ao meu sobrinho Felipe, filho do dito meu irmão a quantia de quatrocentos mil réis. Deixo à minha sobrinha Francisca, filha de meu irmão Joaquim, a quantia de trezentos mil réis e de minhas jóias de brilhantes. Deixo a meu irmão Luís Felipe de Sousa Leão a escrava Pastora e o meu gado de criar e o dinheiro que na ocasião de minha morte possuir, e que lhe seja entregue logo depois de minha morte. Deixo a meu marido o usufruto de meus bens e só depois de sua morte poderão ser exigidos o cumprimento das presentes disposições. Quero que se mande dizer as seguintes capelas de missas: uma pela minha alma, outra pela de meus pais, outra pela de meus irmãos e meia pela de meus escravos e dos de meu irmão José Felipe. Nomeio meus testamenteiros, em primeiro lugar meu marido Domingos Francisco de Sousa Leão, em segundo lugar meu mano Manoel Felipe de Sousa Leão e em terceiro lugar a meu mano Felipe de Sousa Leão. E por ser esta a minha última vontade, faço o presente testamento que vai pelo tabelião público Inácio Tolentino de Figueiredo Lima escrito e por mim assinado o qual estando revestido de todas as formalidades legais peço a justiça de Sua Majestade o Imperador que o executem e façam executar como nele se contém. – *Inês Escolástica Pessoa de Melo*. – Como escritor. – *Inácio Tolentino de Figueiredo Lima*”.

\* \* \*

Testamento do barão de Caxangá

“Jesus, Maria, José. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo em que eu, Lourenço Bezerra Alves da Silva, barão da Caxangá, firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer. Este é o meu testamento e disposição de última vontade. Declaro que sou católico, apostólico, romano, viúvo, casado que fui em face da Igreja, filho legítimo de José Moreira Alves da Silva e Maria Bezerra de Andrade, falecido o primeiro e viva a segunda, natural do município antiga comarca do Brejo

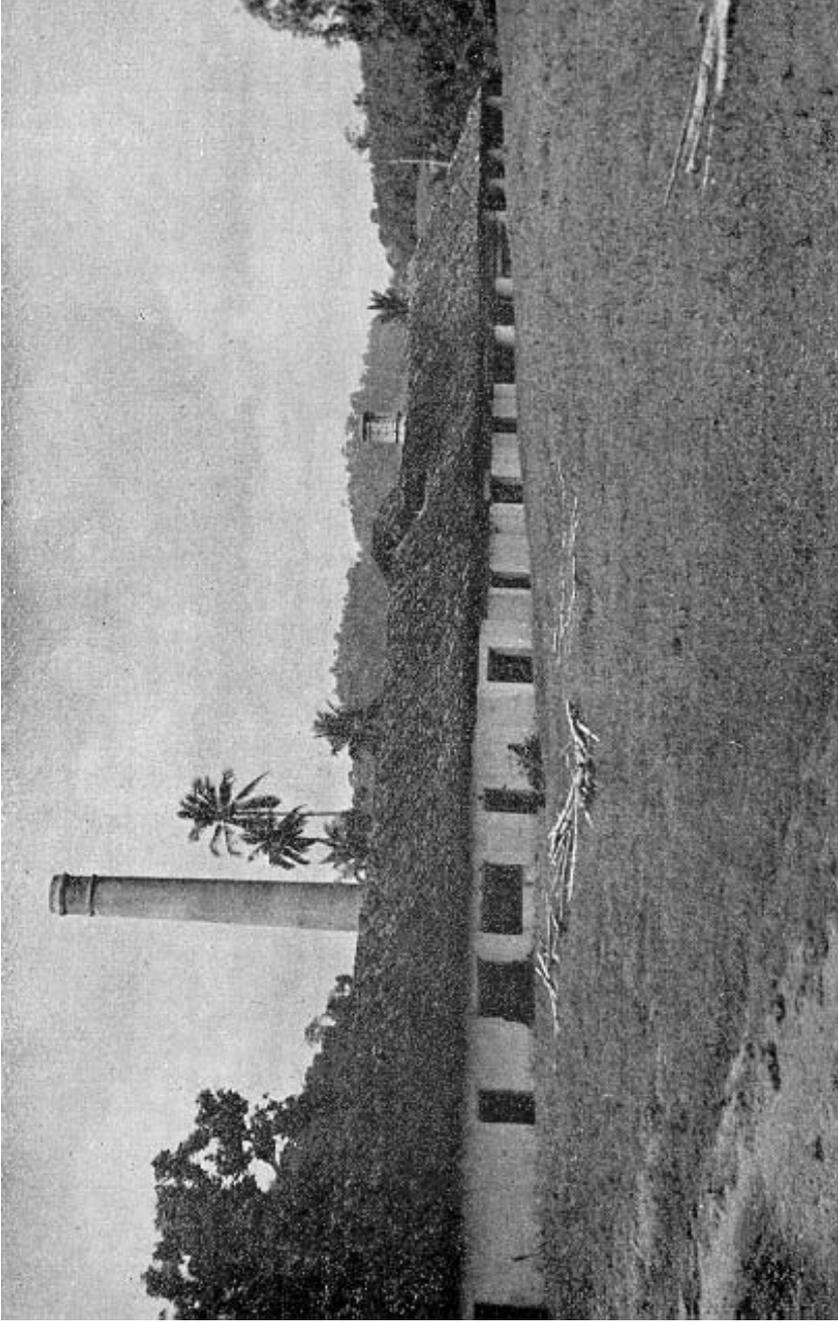
da Madre de Deus, deste Estado, então província de Pernambuco, morador no engenho Tabatinga, do vizinho município do Cabo.

Declaro que por satisfeito me dou do modo porque meus filhos e outros parentes entendam dever proceder com relação a meus despojos e sufrágios por minha alma, pois só bem devo esperar do zelo e amor com que me vão tratando em vida. Achando-me em meu perfeito juízo e em plena e sã consciência dos atos que pratico, e sem coação de espécie alguma, resolvi de minha espontânea vontade fazer estas minhas disposições em forma legal de testamento como permite a lei.

Declaro que por minha morte, serão meus filhos e seus descendentes meus herdeiros universais de todos os meus bens, inclusive a terça parte dos mesmos, de que como é de direito posso dispor livremente mesmo em desproveito de minha sucessão legítima; desencravando-se apenas da mesma terça parte a quantia de vinte contos de réis, em favor de meu filho João Felipe de Sousa Leão, importância que eu lhe lego além do quinhão cota parte igualada a outras dos ditos meus filhos, conforme promessa que ao mesmo meu filho João Felipe de Sousa Leão fiz de minha espontânea vontade sem que ele concorresse para este seu proveito.

Declaro mais que fica ao dito meu filho pleno direito conforme a lei me autoriza instituir, de escolher com regalias preferenciais, aquele de meus bens sobre que deva recair o ônus do presente legado.

Declaro finalmente que é meu desejo e disposição de última vontade que sejam meus testamenteiros, na ordem em que vão escritos, meu irmão o comendador Frutuoso Dias Alves da Silva e João Luís Gonçalves Ferreira, titulado barão de Araribá e meu genro Manuel Cisneiro da Costa Reis; e como tais pelo presente os instituo rogando-lhes que não me recusem esta última prova de confiança e amizade. E assim pedi ao sr. Porfírio Alves da Silva, tabelião público do município de Ipojuca, que em caráter particular, escrevesse este meu testamento, o qual me sendo lido e achado conforme com o que eu lhe ditei de viva voz, e o assino do próprio punho. – Cidade de Ipojuca, 11 de dezembro de 1901. – *Lourenço Bezerra Alves da Silva* titulado barão de Caxangá. – Como escrevi a rogo. – *Porfírio Alves da Silva*”.



Engenho banguê de Morenos.  
Fotografia do arquivo do S. P. H. A. N.



Testamento do visconde de Tabatinga

“Eu abaixo assinado visconde de Tabatinga, comendador da Ordem da Rosa, por Sua Majestade o Imperador senhor dom Pedro Segundo etcetera etcetera. Estando em meu perfeito juízo, escrevo com meu próprio punho o presente testamento em que me assino. Sou filho do coronel Francisco Antônio de Sousa Leão e sua mulher dona Maria da Penha Pereira da Silva, ambos já falecidos; sou casado em segundas núpcias com dona Francisca Alexandrina d’Albuquerque Melo, hoje viscondessa de Tabatinga; até ao fazer deste testamento não tenho tido filhos nem do primeiro matrimônio, nem deste segundo; casei-me nestas segundas núpcias fazendo dotação à minha mulher da quantia de vinte contos de réis, como consta da escritura lavrada nesta cidade do Recife, no cartório do tabelião Porto Carreiro; e por não ter herdeiros forçados, e querendo estar preparado em minha morte, faço este testamento, ficando sem efeito ou validade outra qualquer disposição testamenteira por mim feita e a segunda anterior a esta. Instituo a meus, digo instituo meus únicos herdeiros de todos os meus bens a meus parentes filhos da minha parenta e afilhada de batismo dona Maria das Dores Gonçalves, filha do meu primo conselheiro senador do Império, doutor Luís Felipe de Sousa Leão, sendo a dita minha afilhada mãe de meus herdeiros instituídos por mim, casada com o doutor Sigismundo Antônio Gonçalves. Declaro se no tempo do meu falecimento eu não tenha comprado os vinte contos de réis da dotação de minha mulher como sou obrigado em títulos da dívida pública, serão tirados os ditos vinte contos de réis do monte da minha fazenda. Deixo usufruto de todos os meus bens à minha mulher, enquanto ela se conservar viúva e tiver procedimento honesto perante a sociedade. Não poderão meus herdeiros instituídos entrarem na posse da herança que lhes deixo senão por morte de minha mulher, salvo se não estiverem em pé as duas condições por mim estipuladas. Quero que se mande celebrar três capelas de missas, tirando a importância dos bens por mim deixados, sendo uma capela por alma de meu pai e mãe, uma outra capela por alma de minha primeira mulher baronesa de Tabatinga, outra capela em intenção da minha alma. Peço aos meus testamenteiros que o meu enterro seja simples. Deixo livres, sem ônus algum por minha morte os meus escravos seguintes: Antônio, filho de Catarina; Vitorina, filha de Macela, já falecida, casada com Joaquim; Rufino, filho de minha escrava Sabina; Francisco, filho de Francisca, estas

já falecidas, digo, estas já libertas, todos matriculados na matrícula geral do município da comarca do Cabo. Nomeio meus testamenteiros, em primeiro lugar ao meu compadre, o doutor Sigismundo Antônio Gonçalves, em segundo lugar ao compadre coronel Lourenço Bezerra Alves da Silva, em terceiro lugar ao meu primo e compadre doutor Miguel Felipe de Sousa Leão. Por ser esta a minha livre vontade depois de todas as formalidades de estilo: peço a justiça de Sua Majestade o Imperador que executem e façam executar, determino e me assino. – Recife, onze de abril de mil oitocentos e oitenta e sete. – *Visconde de Tabatinga*”.

\* \* \*

Contrato antenupcial da filha do  
visconde de Campo Alegre

“Em nome de Deus, amém. Saibam quantos este público instrumento de escritura antenupcial de dote virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e sete, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do dito ano, nesta cidade do Recife de Pernambuco, sendo no bairro da Boa Vista, na entrada da Passagem da Madalena, no lugar do Chora Menino, em casa de moradia do doutor Joaquim José da Fonseca, onde a rogo eu tabelião vim, e ele se achava presente, e aí de estada se achavam o comendador Joaquim de Sousa Leão, sua mulher a excelentíssima dona Francisca Arcelina de Sousa Leão e sua filha dona Francisca de Sousa Leão, moradores no seu engenho denominado Boa Vista, da comarca do Cabo, e de presente nesta cidade; e presente aí também Carlos Frederico Teodoro Christiansen, morador nesta cidade, no bairro do Recife, súdito alemão, todos de mim tabelião reconhecidos pelos próprios de que se trata e das testemunhas presentes abaixo nomeadas e assinadas. Dou fé: e por eles outorgantes o comendador Joaquim de Sousa Leão, foi dito em minha presença e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, digo, Leão e sua mulher a excelentíssima dona Francisca Arcelina de Sousa Leão, foi dito em minha presença e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, que por esta escritura prometem e se obrigam, efetuando-se o casamento ajustado de sua filha a excelentíssima dona Francisca de Sousa Leão, com o senhor Carlos Frederico Teodoro Christiansen, a dotá-la dando-lhe trinta e três apólices da dívida pública, sendo cada apólice do valor

de um conto de réis, tendo-lhes porém custado todas elas vinte e nove contos e setecentos mil réis; quatro escravos, a saber: Teresa, de trinta e cinco anos, crioula, do serviço doméstico, no valor de novecentos mil réis; Maria, parda, de dezessete anos, costureira, por um conto e duzentos mil réis, em valor: Filomena, crioula, de vinte anos, lavadeira e engomadeira, também por um conto e duzentos mil réis, e Matias, preto, de catorze anos, crioulo, no valor de um conto de réis, sendo todos estes escravos naturais desta província, e em jóias seis contos de réis, o que tudo perfaz a quantia de quarenta contos de réis. E pelos referidos dotados foi dito perante as testemunhas que aceitavam a bem do seu direito esta promessa e obrigação de dote, e outrossim, que o casamento seria regulado quanto aos bens pelos pactos seguintes, o que foi dito igualmente pelos dotadores, primeiro: que não haverá comunicação dos bens dotados, ou dos herdados ou doados a cada um dos noivos. Segundo: que ainda que haja filho ou filhos, e estes sejam herdeiros do cônjuge pré-defunto, por morte de qualquer destes filhos que morrer intestado, não sucederá na sua herança o cônjuge sobrevivente, mas devolver-se-á a sucessão ou aos irmãos do defunto, ou aos parentes pela banda donde provieram os bens do mesmo defunto. Terceira: que no caso a dotada não tenha filhos, ou morra sem descendência, nunca poderá testar a favor do seu futuro marido, senão da sua terça. Quarta: que os bens adquiridos por compra, ou outro qualquer título oneroso, durante o matrimônio, partir-se-ão a meio entre co-herdeiros do cônjuge pré-defunto e o sobrevivente. E pelo mesmo Carlos Frederico Teodoro Christiansen, em presença das referidas testemunhas foi dito que de sua livre e espontânea vontade dava à sua futura consorte a casa e sítio que possuía na Rua de Benfica na Passagem da Madalena, freguesia dos Afogados, número vinte e quatro no valor de vinte contos de réis, cuja doação teria a natureza dotal na conformidade acima estipulada. E por esta forma achando-se justos e contratados obrigaram-se ao fiel cumprimento da presente escritura em juízo e fora dele, por sua pessoa e bens. Teor da minuta do selo deste contrato. O comendador Joaquim de Sousa Leão e sua excelentíssima mulher, pagam o selo proporcional relativo à quantia de quarenta contos de réis, com quanto dotam sua filha a excelentíssima dona Francisca de Sousa Leão, para se receber em matrimônio com Carlos Frederico Teodoro Christiansen, e de mais vinte contos de réis com que este corresponde ao dote de sua futura

esposa, no valor de um prédio suburbano, nesta cidade, ao tudo sessenta contos de réis. – Recife, vinte e seis de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e sete. O tabelião público, João Batista de Sá (verba do selo). Número vinte e seis. (Réis sessenta mil). Pagou sessenta mil réis. – Recife, vinte e seis de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e sete. Alcântara-Almeida. Em testemunho de verdade de como assim contrataram, obrigaram-se, aceitaram e outorgaram, sendo-lhes esta que me foi distribuída, lida aos outorgantes perante as testemunhas presentes, o doutor Joaquim José da Fonseca e doutor José Joaquim de Oliveira Fonseca, e assinaram comigo João Batista de Sá, tabelião público, que a escrevi e dei cópia. Joaquim de Sousa Leão, Francisca Arcelina de Sousa Leão, Francisca de Sousa Leão, Carlos Frederico Teodoro Christiansen, Joaquim José da Fonseca, José Joaquim de Oliveira Fonseca. Está conforme com a própria escritura original exarada a folhas trinta e três verso do meu respectivo livro de notas, ao qual me reporto. – Cidade do Recife de Pernambuco dia *ut retro*. Eu tabelião o fiz copiar, subscrevi e assino. Em testemunho de verdade (sinal público). – Tabelião público, *João Batista de Sá*”.

\* \* \*

Contrato antenupcial do 2º casamento  
do visconde de Tabatinga

“Em vinte de julho de mil oitocentos e oitenta. Escritura de contrato antenupcial que fazem o barão de Tabatinga, Domingos Francisco de Sousa Leão e dona Francisca Alexandrina d’Albuquerque Melo, maior, com assistência de seu pai Miguel Lúcio d’Albuquerque Melo. Saibam quantos este público instrumento virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta, aos vinte de julho nesta cidade do Recife e casa de morada de Miguel Lúcio d’Albuquerque Melo, na rua d’Aurora, da freguesia da Boa Vista, onde eu tabelião abaixo assinado vim, perante mim compareceram como contratantes, duma parte o barão de Tabatinga, Domingos Francisco de Sousa Leão e doutra parte dona Francisca Alexandrina d’Albuquerque Melo, maior, filha legítima do dito Miguel Lúcio d’Albuquerque Melo, com assistência do mesmo; o primeiro domiciliado no seu engenho Tabatinga, da comarca do Cabo; a segunda nesta cidade, pessoas conhecidas de mim: dou fé. E perante as testemunhas abaixo as-

sinadas disseram os contratantes que estando justos e contratados para se receberem por marido e mulher na forma do Sagrado Concílio Tridentino, tinham também contratado que o seu consórcio não seja regulado por carta de ametade conforme o costume deste Império e sim pelas cláusulas seguintes: Primeira. Que não haverá comunhão de bens entre os cônjuges, quer dos que atualmente possuem, quer dos que vierem a possuir a qualquer título na constância do matrimônio. Segundo. Que o esposo constitui em favor da esposa o dote da quantia de vinte contos de réis em moeda corrente, obrigando-se a convertê-lo em vinte apólices da dívida pública geral do juro de seis por cento ao ano e transferidas à mesma esposa. Terceira. Que ao esposo em sua qualidade de cabeça do casal fica competindo a administração de todos os bens da esposa, quer dotais, quer adquiridos, gozando estes igualmente da natureza e privilégio de dotais e sendo aplicados os seus rendimentos à satisfação dos encargos do matrimônio. Quarta. Que falecendo o esposo com prole, passarão à esposa precípua e integralmente o seu dote e mais bens, assim como as suas jóias, que também terão a natureza de dotais; quando porém não deixe prole e não institua herdeiros por testamento, irá a sua herança a quem por lei for mandada devolver. Quinta. Que falecendo a esposa com prole a esta pertencerá o dote, assim como todos os bens e jóias por ela adquiridos na constância do matrimônio a qualquer título que seja; no caso contrário, isto é, falecendo sem prole, o dote e todos os mais bens irão a quem legitimamente lhe deva suceder. Sexta. Que o esposo tendo em consideração a necessidade de assegurar à esposa recursos precisos para no estado de viuvez manter-se com a dignidade que lhe deve ser própria, declara que no caso de a mesma esposa lhe sobreviver, a constitui, pelo presente contrato, herdeira de sua terça ainda quando morra absintestado ou mesmo com testamento sem tal constituição. Sétima. Que no caso previsto na cláusula antecedente, digo cláusula anterior, a terça será colocada em um imóvel só podendo ser alienado pela esposa por testamento, e passando aos herdeiros do esposo, uma vez que ela passe a segundas núpcias. E por esta forma disseram os contratantes que estando de perfeito acordo nas cláusulas do presente contrato, obrigam-se mutuamente a cumpri-lo e mutuamente o aceitavam e eu tabelião o aceito em razão do meu ofício. Por distribuição desta data que fica arquivada em meu cartório, faço a presente escritura nesta nota e lida por mim aos contratantes, em presença das testemunhas e do pai da contratante, assi-

nam todos. Foram as testemunhas minhas presentes: Francisco Campelo Pires Ferreira e Joaquim Jorge de Melo, desta cidade, conhecidos de mim: dou fé. (Teor do conhecimento do imposto sobre o valor do dote). Número vinte e um. Carvalho Júnior. Recebedoria de Pernambuco. Imposto de transmissão de propriedade. Exercício de mil oitocentos e oitenta e um. Número vinte. Réis vinte mil réis. À folha quatro do respectivo livro de receita fica debitado o atual tesoureiro pela quantia de vinte mil réis, recebida do senhor barão de Tabatinga, correspondente de vinte contos de réis por quanto dota por escritura antenupcial à dona Francisca Alexandrina d'Albuquerque Melo para recebê-la em matrimônio. Guia do tabelião público Porto Carreiro. Recebedoria dezoito de julho de mil oitocentos e oitenta. O lançador Manoel José Soares d'Avelar. O tesoureiro Camilo Luiz Chaves. Conforme com o original que fica arquivado em meu cartório: dou fé. Eu o tabelião Luiz da Costa Porto Carreiro, escrevi. Barão de Tabatinga. Francisca Alexandrina d'Albuquerque Melo. Miguel Lúcio d'Albuquerque Melo. Francisco C. Pires Ferreira. Joaquim Jorge de Melo. Certifico que neste ato e perante as testemunhas do mesmo notifiquei o esposo para fazer a inscrição desta escritura de conformidade com o artigo cento e oitenta e oito e cento e oitenta e nove do regulamento de vinte e seis de abril de mil oitocentos e cinquenta e cinco: dou fé. Data supra. – O tabelião público, *Luiz da Costa Porto Carreiro*”.

\* \* \*

Testamento do visconde de Campo Alegre

“Eu abaixo assinado, visconde de Campo Alegre, achando-me em bom estado de saúde e em meu perfeito juízo, resolvi fazer o meu testamento, que é o presente. Declaro que sou casado com a viscondessa de Campo Alegre, de cujo consórcio temos três filhos, Felipe de Sousa Leão Sobrinho, Antônio de Sousa Leão e Francisca de Sousa Leão Christiansen, casada com Teodoro Christiansen. Declaro que sou residente no engenho Boa Vista, freguesia do Cabo. Disponho de parte de minha terça da seguinte forma: deixo a meu filho Felipe de Sousa Leão Sobrinho o meu sobrado número sessenta e sete, sito na Rua Barão da Vitória, com a condição de por morte dele meu filho, ficar pertencendo dito sobrado à minha sobrinha e afilhada Maria dos Anjos, filha do doutor Segismundo Antônio Gonçalves. O rendimento da loja do dito

sobrado ficará desde o meu falecimento pertencendo à dita minha afilhada Maria dos Anjos para a sua educação. Deixo à minha filha Francisca de Sousa Leão Christiansen o meu sobrado sito na rua Formosa, com a condição de por morte da mesma passar a pertencer dito sobrado ao meu afilhado Ulrico de Sousa Leão Christiansen. Deixo à minha neta Laura, filha do meu filho Antônio de Sousa Leão o meu sobrado da rua das Laranjeiras. Nomeio meus testamenteiros: em primeiro lugar meu filho Felipe de Sousa Leão Sobrinho, em segundo meu filho Antônio de Sousa Leão e em terceiro Teodoro Christiansen. – Recife, dezessete de maio de mil oitocentos e noventa. – *Visconde de Campo Alegre*”.



## **ACHEGAS AO ARMORIAL BRASILEIRO**



## **Achegas ao armorial brasileiro do período imperial**

Diversas vezes teve o conselheiro Paulo Barbosa da Silva de empreender viagens ao velho continente, em missão do governo imperial.

Documentos preciosos que atestam tais viagens são os passaportes que s. ex.<sup>a</sup> requereu aos respectivos enviados diplomáticos do Império do Brasil em Paris, Bruxelas e Londres. Dos documentos que conhecemos escolhemos oito para apreciação. Datam eles de várias épocas e foram confeccionados entre os anos de 1826 a 1853, sendo cada passaporte assinado por um encarregado diferente.

Apesar de não ser nossa intenção fazer relato completo daqueles passaportes, mas sim de certos detalhes heráldicos, ou melhor, armorialísticos neles contidos, cremos não ser de todo desinteressante citar datas de expedição e o nome de cada enviado diplomático.

Durante o reinado de d. Pedro I, foram expedidos a Paulo Barbosa cinco passaportes: o primeiro passado em Paris a 1<sup>o</sup> de julho de 1826, assinado *Barão da Pedra branca* (sic), Domingos Borges de Barros; o segundo em Bruxelas a 18 de junho de 1827, assinado pelo comendador Luís de Sousa Dias; o terceiro em Paris a 26 de março de 1829, assinado *Le Chevalier da Cunha*. É de Londres o quarto passaporte e data de 6 de junho de 1829, assinado *Itabayana*; o quinto, feito em Paris, data de 3 de outubro de 1829, assinado *Le Marquis de Rezende*, Antônio Teles da Silva Menezes Caminha.

Os três passaportes requeridos durante o reinado de d. Pedro II foram todos expedidos em Paris. São suas datas e signatários: 28 de setembro de 1846 – Araújo Ribeiro; 11 de junho de 1851 – João Alves Loureiro; 6 de maio de 1853 – Marques Lisboa.

As peças armorialísticas contidas nesses documentos, com exceção do brasão de José Marques Lisboa, ainda não foram, assim

nos parece, devidamente registradas em obras nobiliárquicas e armorialísticas nacionais.

Encontramos no “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro” da autoria dos barão de Vasconcelos e barão Smith de Vasconcelos, obra básica para os estudiosos do brasonário nacional, à p. 589, o brasão de José Marques Lisboa, havendo aí apenas omissão da brica que consta no do passaporte já citado.

Queremos em seguida, numa breve apreciação, relatar cada brasão dos titulares acima mencionados, fazendo-o em ordem cronológica, que nos parece a mais indicada, pois os passaportes foram expedidos durante os reinados dos nossos dois imperadores e, ainda mais, indicam datas e lugares que autenticam as viagens do conselheiro Paulo Barbosa da Silva e os nomes dos respectivos enviados diplomáticos do Império.

No passaporte assinado pelo *Barão da Pedra branca* (sic), datado, Paris 1º de julho de 1826 vê-se, na arte inferior esquerda do documento, pequeno escudo esquartelado, encimado por coroa de barão, tendo esta por cimeira um leão passante (fig. 1).

O brasão é uma dessas peças armorialísticas pouco precisas e impossíveis de interpretação lógica e plausível. Mostra o primeiro quartel em campo de ouro, um leão rampante, sem indicação do esmalte, incluso em orla floronada, também sem indicação do esmalte. Bordadura de prata, assim pelo menos parece, pois é apresentada inteiramente lisa.

O segundo quartel mostra três bandas acompanhadas de oito quadrifólios, postos 1, 3, 3 e 1. Não há indicação de esmaltes.

No terceiro quartel vê-se: em campo de ouro, cinco machados postos em santor, sem o respectivo esmalte.

O quarto quartel, que é esquartelado, mostra nos 1º e 4º uma ave e nos 2º e 3º um quadrifólio incluso em orla floronada. Aí também não se percebe indicação de esmaltes.

Podem as aves, vistas nesse último quartel, representar águias. Não a águia heráldica, mas a águia napoleônica, pormenor que nos leva a crer ter sido o documento gravado em Paris, onde ainda estava fresca a memória de Napoleão I.

Por que a ausência da série de esmaltes? Incompetência do gravador em conhecimentos de heráldica? Desconhecia o barão

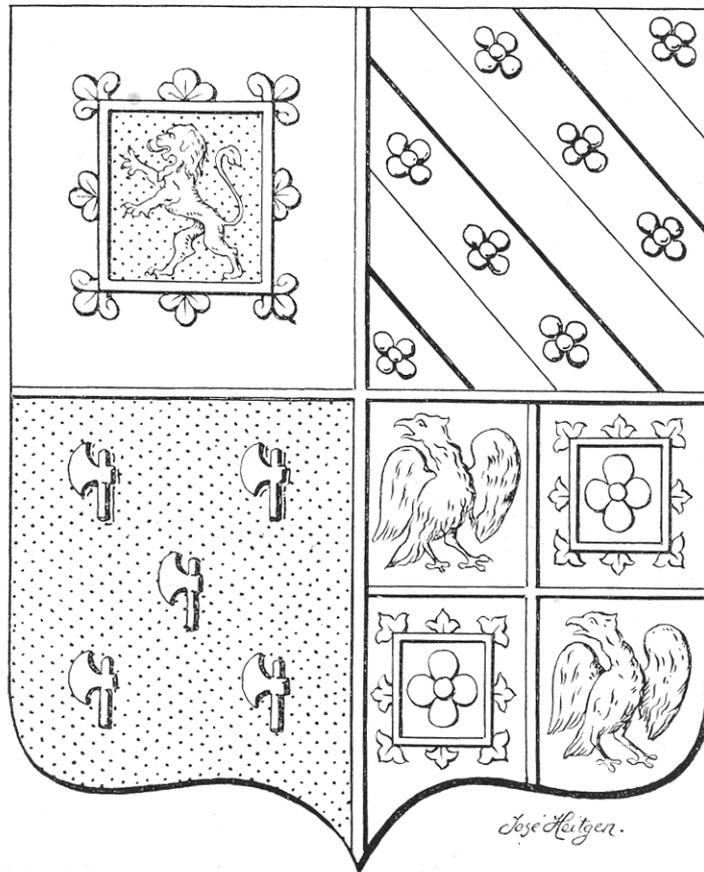
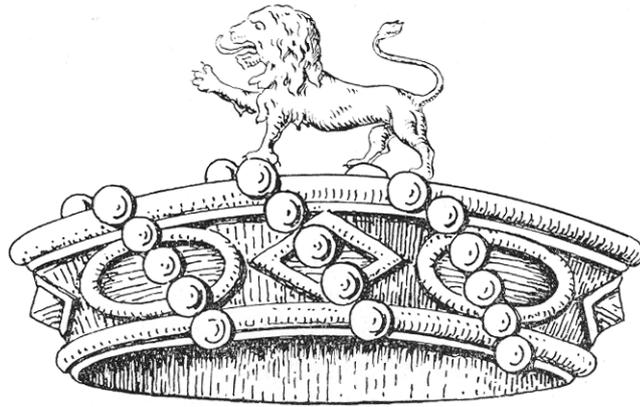


Fig. 1



da Pedra Branca as armas dos seus ancestrais? Nada disso podemos afirmar. A que apelido pertencem os quartéis desse enigmático escudo?

Eram pais de Domingos Borges de Barros, barão da Pedra Branca, o capitão-mor Francisco Borges de Barros e d. Luísa Clara de Santa Rita.

Têm-se dois apelidos: *Borges* e *Barros*. Pertencerá o primeiro quartel a algum deles? As armas dos Borges, de acordo com os armorialistas lusos, são: de vermelho com um leão de ouro, armado de negro e bordadura cozida de azul, semeada de flores-de-lis de ouro. Timbre: um leopardo sainte de ouro, carregado de uma flor-de-lis de vermelho na testa.

Olhemos agora o primeiro quartel: aí se tem o leão rampante, tal como nas armas dos Borges. Existe também a bordadura. As flores-de-lis porém, em vez de estarem semeadas sobre esta, formam o ornato externo da orla que pode ter sido posta pelo gravador (caso este tivesse conhecimentos de heráldica) entre o campo e a bordadura, para desfazer o efeito de “arma falsa”.

Creemos que o gravador, ao executar o trabalho, teve ante si a descrição falha e insuficiente do brasão, o que se pode verificar observando o segundo quartel, que é evidentemente *Barros*.

As armas deste apelido são: de vermelho com três bandas de prata, acompanhadas de nove estrelas de ouro de seis pontas 1, 3, 3 e 2. Timbre: um bastão de vermelho e outro de azul, passados em aspa, carregados de cinco estrelas do escudo.

No desenho há três bandas e estas acompanhadas em vez de estrelas por oito quadrifólios.

Estes dois quartéis correspondem aos nomes *Borges* e *Barros* do barão e futuro visconde da Pedra Branca. Inexplicáveis, porém, são os terceiro e quarto quartéis já descritos.

Faltam-nos dados esclarecedores sobre antepassados para elucidação daqueles dois quartéis que julgamos, salvo erro, serem interpretações deficientes das armas dos apelidos Machado, Azevedo, Carregueiro ou Cerqueira, que encontramos nos armoriais lusos.

Interessante, mas não heráldica, é a colocação do timbre sobre a coroa de barão. O timbre pertence ao elmo e é a ele ligado inseparavelmente. Também a posição da coroa não é recomendável; esta deve assentar sobre o escudo e não voar no espaço.

É o brasão do barão da Pedra Branca uma peça interessante para ser estudada por biógrafos e afeiçoados à genealogia, a quem a recomendamos.

\* \* \*

Em Bruxelas, a 18 de junho de 1827, foi expedido o passaporte assinado pelo comendador Luís de Sousa Dias.

O pequeno brasão existente ao lado esquerdo da assinatura “de Sousa Dias”, é um belo trabalho gravado em cobre. Os respectivos quartéis são legíveis, facilitando sobremaneira sua leitura (fig. 2).

Interessante é o feitio do paquife, que se estende horizontalmente acima da peça ladeando o elmo que está bem assentado sobre o brasão. A forma desse último é um tanto infeliz e melhor ficaria se seus contornos fossem menos bizarros. Uma condecoração imprecisa pende do escudo, parecendo-nos ser a comenda da Ordem de Cristo. Considerando porém o tamanho minúsculo dessa gravura, fica-se admirando a habilidade com que a mão do mestre gravador a executou.

O escudo é esquartelado, tendo nos 1º e 4º quartéis em campo de ouro, quatro palas de vermelho e nos 2º e 3º, uma quaderna de crescentes de prata em campo azul.

Têm os 1º e 4º quartéis cores e peças dos apelidos *Aragão* e *Nóbrega*, que são: em campo de ouro, quatro palas de vermelho.

Menos claros são os 2º e 3º quartéis, que mostram: em campo azul uma quaderna de crescentes de prata. Os crescentes são figuras vistas nas armas antigas dos Sousa, mas estes têm o campo vermelho. É evidente que tais quartéis representem esse apelido, também usado pelo dignitário comendador Luís de Sousa Dias.

Desconhecemos o motivo que originou a mudança do esmalte vermelho para o azul. Pode ser que tenha sido lapso do gravador, mas pode, também, ser que o comendador tenha adotado esse último esmalte como “diferença” ou usado como modelo um brasão que vimos em obra do início do século XVIII, sob o nome de Sosas de Afonso Dias, no qual os quartéis Sousa têm o campo azul. Nada podemos afirmar, visto não conhecermos a carta de brasão que autorizou o comendador Luís de Sousa Dias a usar as armas descritas.

O elmo é rematado por uma torre que constitui a cimeira ou timbre. Este ornato externo não mereceria atenção especial se

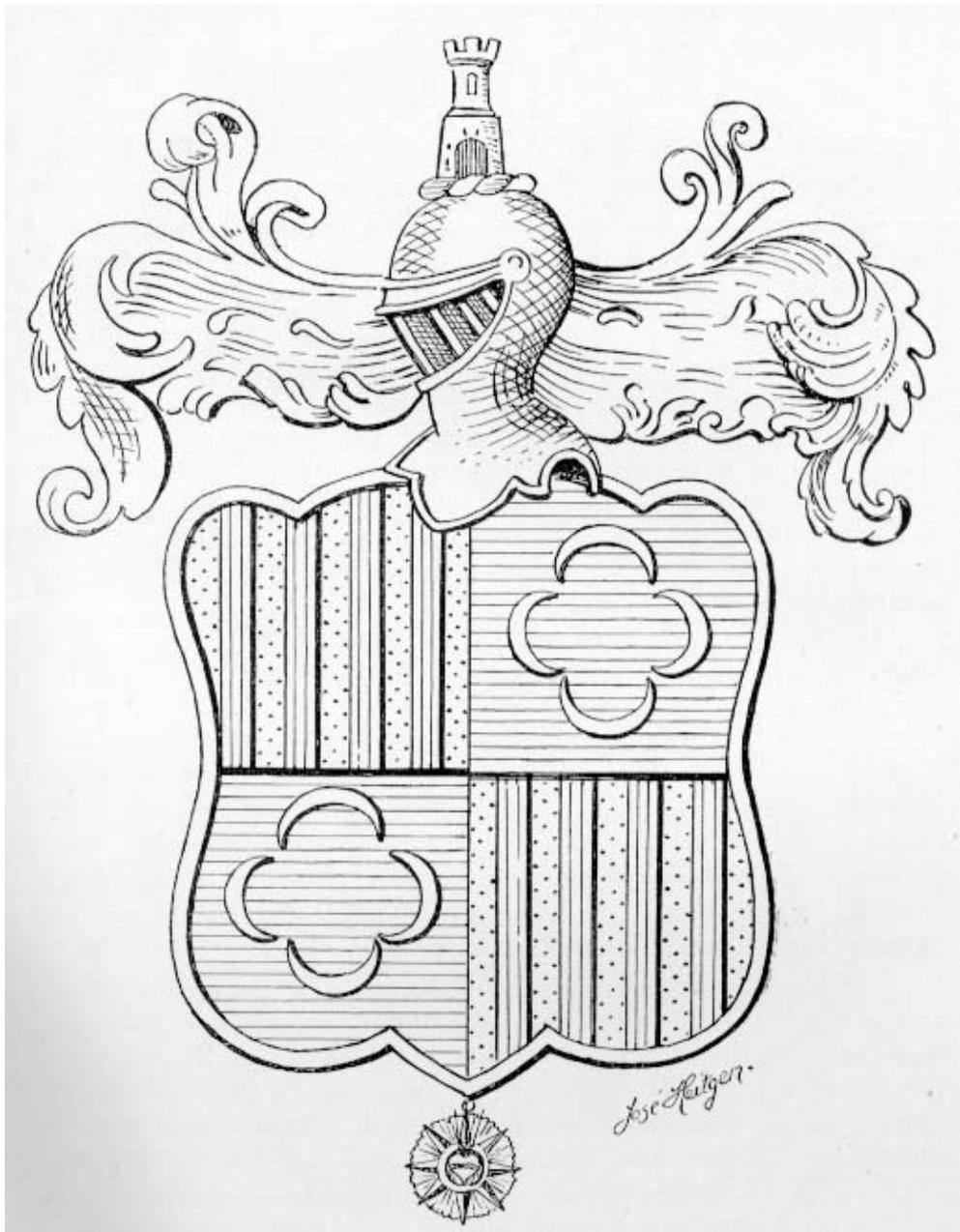


Fig. 2



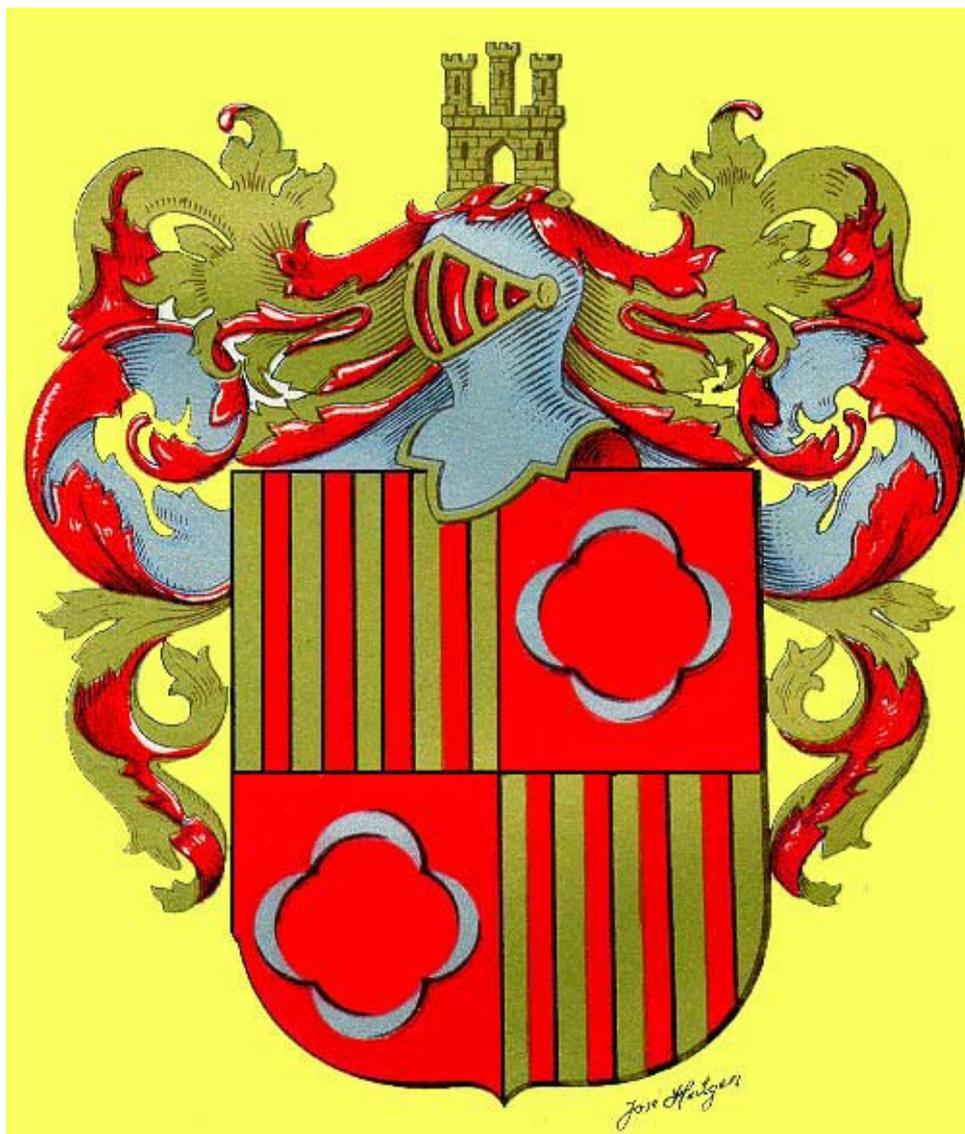


Fig. 3



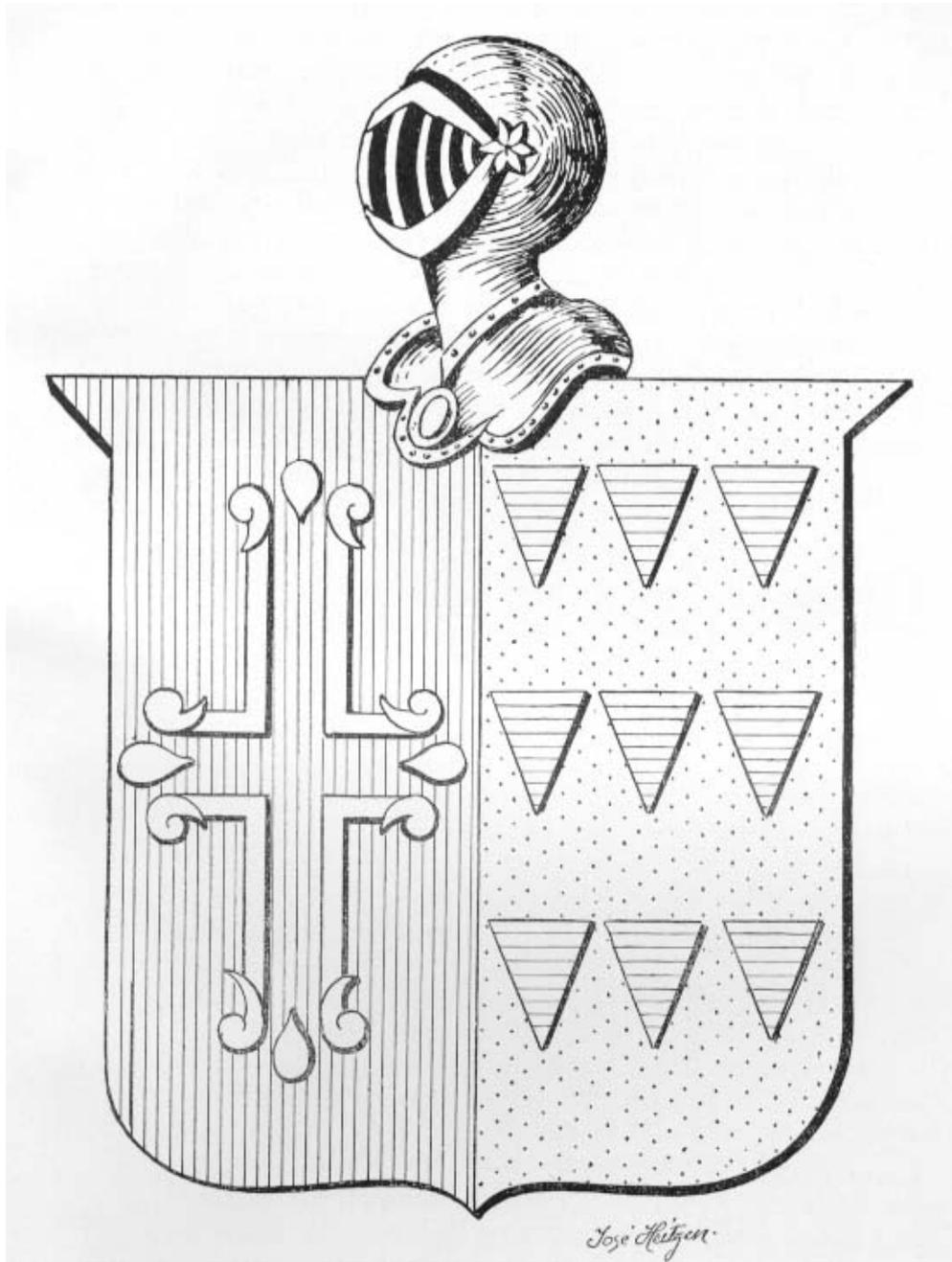


Fig. 4



pertencesse a um dos três apelidos mencionados acima. As várias armas dos Aragão, têm um touro sainte como timbre. Os Nóbrega usam um leopardo aleonado, ou seja, rampante, de ouro, com um bastão de vermelho nas mãos. Entre os vários brasões dos Sousa encontramos no dos Sousa de Arronches um castelo. Estamos inclinados a crer que a torre, que constitui o timbre do brasão do comendador Luís de Sousa Dias, represente o castelo das armas dos Sousa de Arronches, visto que os brasões do apelido Dias não ostentam tal timbre.

As ilustrações coloridas que acompanham este trabalho, mostram no nº 3 o timbre desse último apelido, que julgamos acertado. Estas ilustrações mostram as armas do comendador Luís de Sousa Dias, tal como o gravador as convencionou (fig. 2) e como, segundo nosso parecer, deviam ser executados em seus esmaltes e metais (fig. 3).

\* \* \*

O terceiro passaporte data de 26 de março de 1829. É feito em Paris e assinado pelo “Chevalier de Cunha” – José Antônio Pereira da Cunha.

Simple é o brasão que esse dignitário mandou gravar para adorno dos documentos a ele afetos. Consta apenas de um escudo encimado por elmo, sem paquifes e sem cimeira.

Sua forma é a chamada “escudo inglês” por certos tratadistas e sob este nome vulgarizado em obras enciclopédicas (fig. 4).

Compõe-se o campo das armas de dois apelidos, dos quais um consta da assinatura do dignitário *Cunha*. O outro tem as cores dos *Pereira* e ostenta uma cruz que, embora um tanto diferente, consta nas armas desse apelido.

O brasão do “Chevalier de Cunha” é partido, tendo no 1º, em campo de vermelho, uma cruz de prata formada por duas gêmeas retorcidas nas extremidades, entre as quais se encontram pequenas amêndoas apontadas, isto é, com as pontas voltadas para o centro da cruz. No 2º do partido vê-se: em campo de ouro nove triângulos de azul, invertidos, em três palas.

As armas dos *Pereira* ostentam: em campo vermelho, uma cruz florenciada e vazia. A cruz, encontrada na primeira partição das armas do “Chevalier de Cunha”, é, a nosso ver, uma cruz florenciada que o gravador executou a seu talante, daí a diferença entre esta e a cruz vista nas armas dos *Pereira*.

A segunda partição representa as armas dos *Cunha* em ótima forma heráldica. Em nada afeta a forma triangular das nove cunhas, que já vimos representadas como trapézios e até com as bordas sinuosas. Os esmaltes e a disposição das peças obedecem às armas dos *Cunha*, e isto basta.

Oferece o brasão do “Chevalier de Cunha” ainda um pormenor aparentemente insignificante e pouco observado por muitos afeiçoados à arte heráldica. Consiste este na colocação do elmo que assenta com todo o peso sobre o escudo, não estando suspenso como os anteriores. O elmo deve assentar sobre o escudo, pois se apóia nele.

A gravura do passaporte não ostenta timbre, no entanto ambos os apelidos do “Chevalier de Cunha” possuem este ornato externo. Por tal motivo, colocamos na ilustração em cores (fig. 5) esta peça, que tiramos das armas dos *Pereira*, por a principal no caso presente.

José Antônio Pereira da Cunha deve ser parente do marquês de Inhambupe, Antônio Luís Pereira da Cunha, que, como ele, era filho da Bahia.

\* \* \*

*Itabayana* (sic) é a assinatura que se lê no passaporte expedido em Londres a 6 de junho de 1829. Seu signatário era Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, naquele tempo *barão de Itabaiana*, conforme reza o documento.

A peça é constituída por um escudo de formato idêntico ao do “Chevalier de Cunha”. Do bordo inferior pendem duas condecorações que devem ser a Cruz de Cristo e a Ordem do Cruzeiro.

Suspensa sobre o escudo existe a coroa de visconde, colocação má, porém, generalizada (fig. 6).

Dos três apelidos que constituem o nome do visconde de Itabaiana constam, no seu brasão, dois deles: o primeiro e o terceiro. Seu escudo é partido, de *Rodrigues* e *Pessoa*.

O 1º de ouro, com cinco flores-de-lis de vermelho, chefe do mesmo, com uma cruz de prata recruzetada; o 2º de azul com seis crescentes de ouro 2, 2 e 2, bordadura de negro carregada nos flancos de oito estrelas de prata, brica de ouro com uma estrela de vermelho.

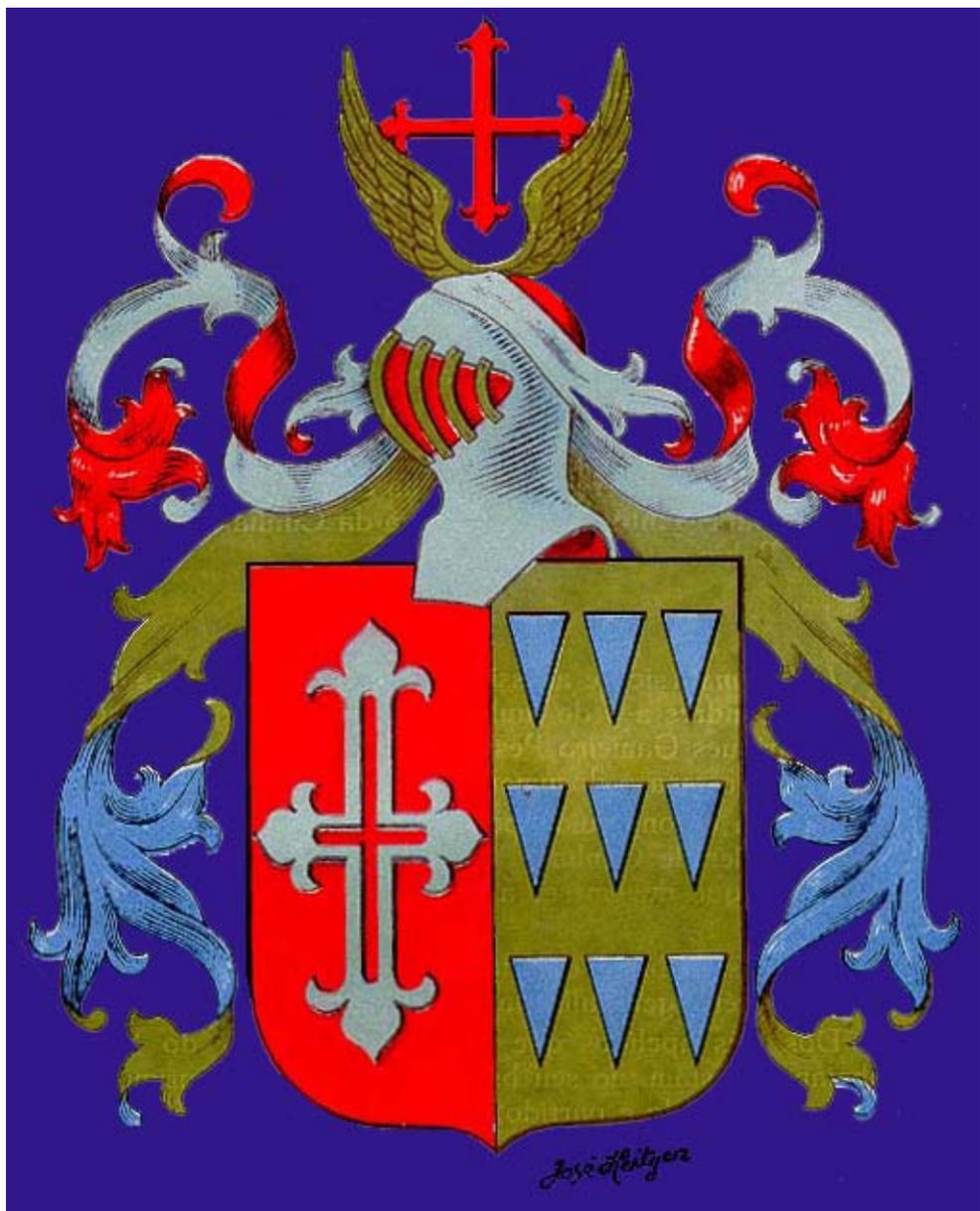


Fig. 5



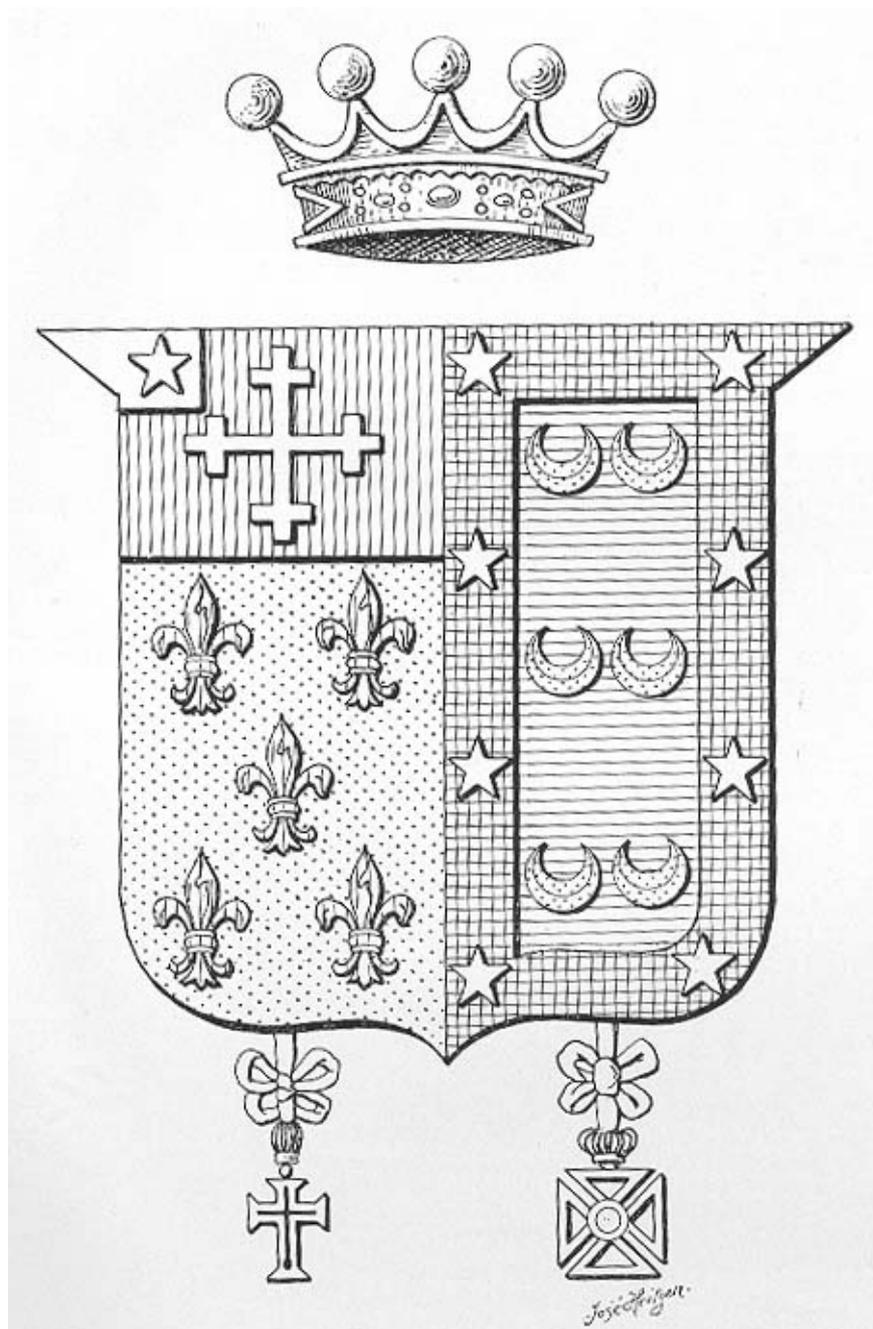


Fig. 6



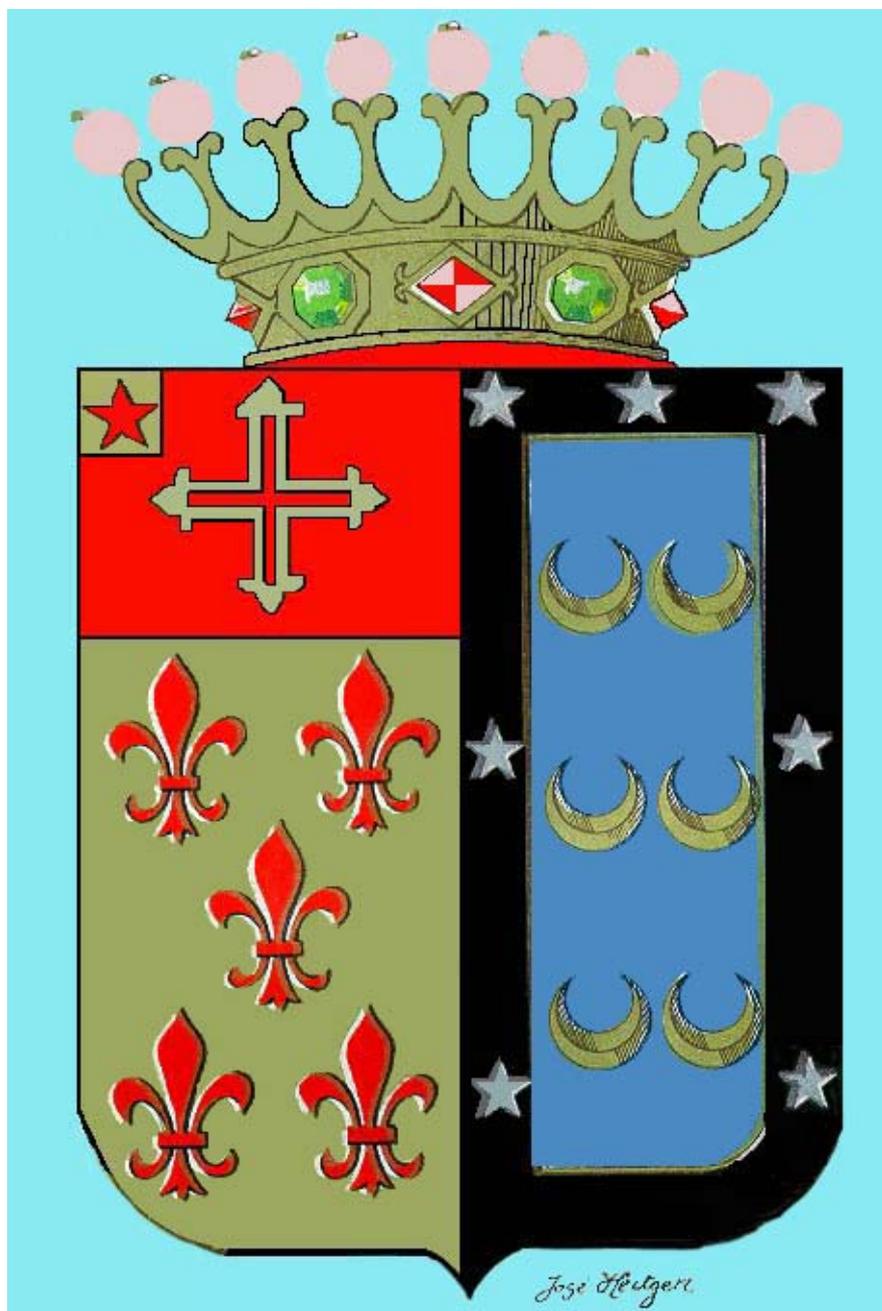


Fig. 7



Esta descrição refere-se ao brasão que descrevemos e não aos dos respectivos apelidos. É evidente que existem no brasão do visconde de Itabaiana pequenas diferenças relativas às armas dos Rodrigues e dos Pessoas. Consistem estas na cruz de prata recruzetada, que nas armas dos Rodrigues é uma cruz de ouro florenciada e vazia, na colocação e número de estrelas na bordadura, que nas armas dos Pessoas são sete, estando colocadas, três no chefe e quatro nos flancos e na ausência do fino filete de ouro que separa o campo da bordadura (fig. 7).

Desconhecemos o motivo da substituição da cruz de ouro florenciada e vazia pela cruz de prata recruzetada. Pode ter sido, assim pensamos, um lapso do gravador, como também uma substituição proposital. Nada disso porém, podemos afirmar por ignorarmos o teor da carta de brasão que autorizou ao visconde de Itabaiana o uso daquelas armas.

Nasceu o titular em Portugal e faleceu em Nápoles a 22 de janeiro de 1846. Era brasileiro “ex-vi” da Constituição, grande do Império, (motivo pelo qual tinha direito ao uso da coroa de conde) grã-cruz da Real Ordem da Torre e Espada de Portugal, comendador da Ordem de Leopoldo da Áustria e grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro.

\* \* \*

De grande efeito decorativo, mas de mau gosto heráldico, é a peça armorialística que orna o passaporte expedido em Paris a 3 de outubro de 1829, assinado “Le Marquis de Rezende”.

Esse arranjo condecorativo, encimado pela coroa de marquês, é composto de placa redonda assente sobre resplendor no qual se enlaça uma fita de que pende a comenda da Ordem de Cristo. Todo esse conjunto, por sua vez, assenta sobre a Cruz de Malta, que é rodeada por um colar com a Ordem da Coroa de Ferro da Áustria.

Percebe-se que houve vaidade de ostentar o grau de condecorações recebidas pelo marquês, o qual, naquele ano, ainda estava numa idade em que todo homem – queiram perdoar-me a ousadia – é profundamente vaidoso; tinha ele 39 anos.

Não queremos fazer juízo rebarbativo sobre essa gravura; pelo contrário, temos a vontade de exaltá-la. É uma pequena jóia decorativa e magistralmente gravada em seus menores detalhes (fig. 8).

Retenhamos o olhar sobre a placa redonda no centro da gravura. Eis a parte que mais nos interessa e que desejamos descrever.

Ela representa, pelo que parece, um escudo redondo cujo campo é esquartelado. Seus 1º e 4º quartéis podem ser interpretados do seguinte modo: cortado de um traço e partido de dois. O primeiro de prata, pleno; o segundo, de prata com três palas de azul, cortado de ouro, pleno; o terceiro e quinto de prata com dois leopardos de vermelho; o quarto e sexto, de prata com três palas de azul.

Os 2º e 3º quartéis são: de vermelho, com três bandas suspensas, ligadas por duas travessas, estando uma no terço inferior da banda inferior e média e outra no terço superior das bandas média e superior. E sobre o todo, esquartelado: 1º e 4º de ouro, pleno; 2º e 3º de prata, com um leão de vermelho (fig. 8).

Apesar da aparência complexa, é fácil saber-se a que apelidos pertencem os quartéis, tanto da placa redonda como do escudete, conhecendo-se os apelidos que compõem o nome do marquês de Resende, que era Antônio Teles da Silva Menezes Caminha.

Encontramos nos armoriais lusos, sob o apelido “Menezes da Casa de Tarouca”, um brasão quase idêntico em suas divisões aos 1º e 4º quartéis já descritos. Os esmaltes são diferentes e em lugar dos leopardos há lobos. Para melhor confronto descrevemos essas armas, que são: “partido de dois traços e cortado de um; I, III e V, de ouro com dois lobos de vermelho passantes um sobre o outro; II, IV e VI, de ouro com quatro palas de vermelho; sobreposto de Menezes. Timbre: um lobo do escudo”. O sobreposto consiste num escudete sobre o centro do escudo, e no apelido Menezes de Tarouca, é de ouro. Este sobreposto existe também na gravura, embora mal interpretado e é a parte de ouro pleno encontrada na segunda divisão dos respectivos quartéis.

Não pode haver a menor dúvida de que os 1º e 4º quartéis da gravura representam as armas dos Menezes de Tarouca. Esta nossa afirmação é reforçada pelo fato de ser o marquês de Resende descendente, em linha reta, dos condes de Tarouca.

Quem conhece as armas dos Caminha não põe a menor dúvida sobre os 2º e 3º quartéis da gravura. As armas dos Caminha são: de vermelho, com três trancas de prata, ferradas de ouro, postas em banda e alinhadas em barra, cada tranca guarnecida de uma aldraba do mesmo pela qual estão ligadas entre si e a última

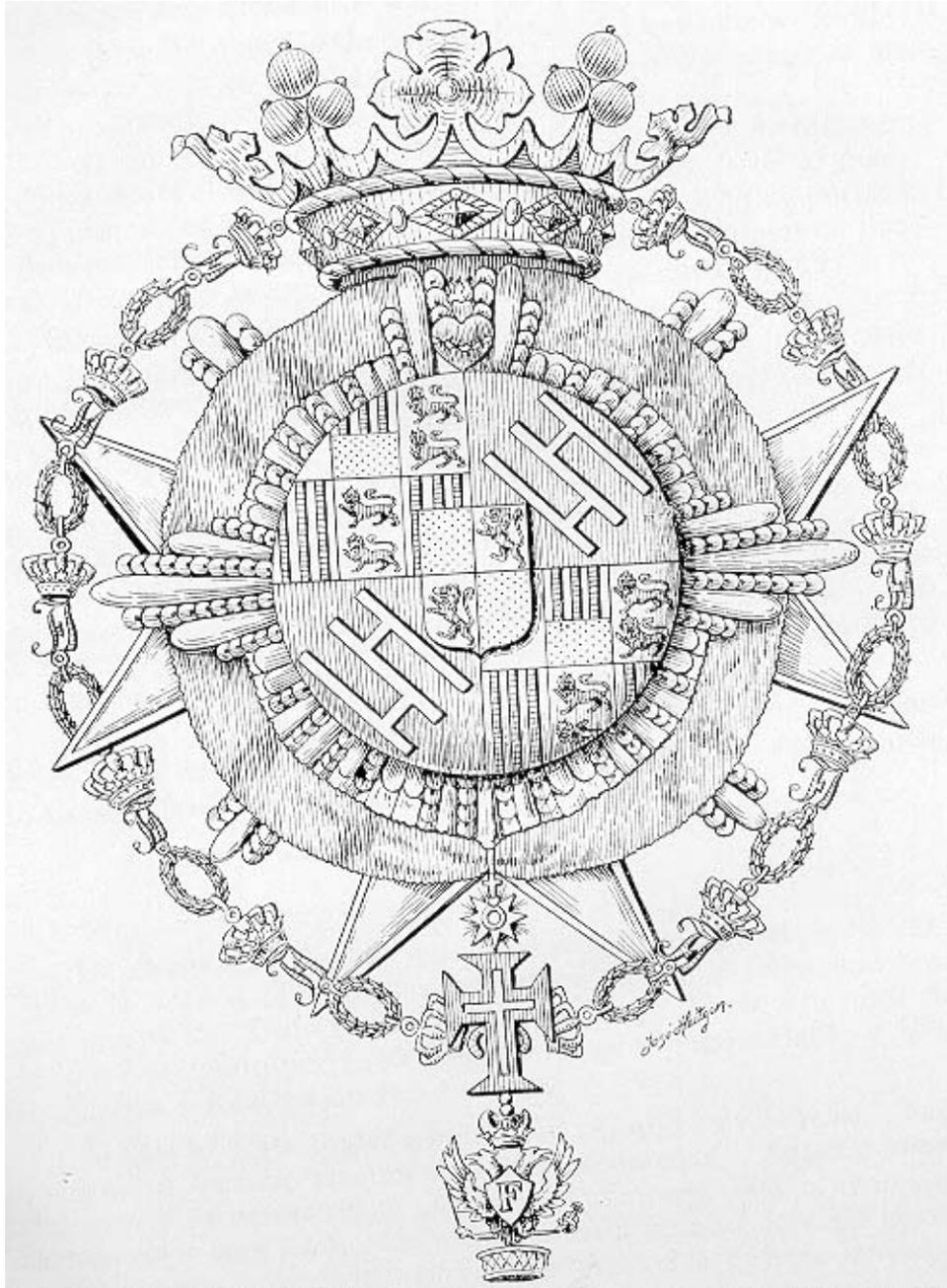


Fig. 8



ao ângulo direito da ponta. Timbre: um braço vestido de azul, empunhando uma aldraba de ouro.

Os 2º e 3º quartéis da gravura, que já explanamos devidamente, nada mais são senão uma interpretação rudimentar das armas dos Caminha.

O escudete, ou sobre-o-todo, mostra nos 1º e 4º quartéis as armas dos Teles que são: de ouro, pleno; e nos 2º e 3º quartéis as armas dos Silva que são: de prata, com um leão de púrpura ou de vermelho, conforme os diferentes autores. Representa, portanto, o escudete as armas do apelido Teles da Silva (fig. 9).

Vê-se no “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, reproduzido à p. 382, um brasão como sendo o do marquês de Resende. Esse escudo, porém, é apenas o sobre-o-todo que existe no centro das armas desse dignitário.

Era o marquês de Resende grande do Império, gentil-homem da câmara do rei d. João VI, e do sr. d. Pedro I, mordomo-mor e veador de S. M. a Imperatriz viúva, duquesa de Bragança. Grã-cruz da Imperial Ordem da Rosa, da Real de Cristo de Portugal, da Militar da Torre e Espada, da Coroa de Ferro da Áustria, da de N. S. da Conceição de Vila Viçosa e Cavaleiro da Ordem de Malta.

Nasceu o marquês de Resende em Torres Vedras, em Portugal, em 22 de setembro de 1790. Aderiu em 1822 à Independência do Brasil e faleceu em Lisboa a 8 de abril de 1875.

\* \* \*

Dezessete anos depois, durante o reinado de S. M. o sr. d. Pedro II, foi expedido o passaporte que mostra o pequenino brasão, completo. Data o documento de Paris, 28 de setembro de 1846 e é assinado por *J. de Araújo Ribeiro*, depois barão e visconde com grandeza do Rio Grande.

O brasão desse titular é partido de *Araújo* e de *Ribeiro*. Tem o escudo o formato comum do estilo renascença. Assente sobre ele, tocando-o apenas com os bordos inferiores, está o elmo que ostenta colar com jóias. Os paquifes saem do alto do elmo envolvendo-o como o escudo em volutas arrojadas e bem lançadas, dando ao conjunto aspecto soberbo (fig. 10). A cimeira é constituída por um busto de homem sem braços; timbre: dos *Araújos*.

Interessante é o “franco quartel” que cobre a parte superior direita (direita heráldica) da primeira partição. Somos, aliás, de parecer que este franco quartel, no caso presente, não seja tal, mas sim uma brica executada naquele tamanho dada a redução do desenho.

É de ouro essa brica contendo uma estrela sem indicação de esmalte. Temos a impressão que o esmalte omitido pelo gravador devia ser o vermelho, formando assim harmonioso conjunto com o chefe da segunda partição, que também é de ouro com três estrelas de vermelho.

Descrevendo o brasão de José de Araújo Ribeiro diremos: partido; o 1º de prata, com uma aspa de azul, carregada de cinco besantes de ouro; o 2º de azul, com um leopardo de prata, armado de ouro, e chefe do mesmo, carregado de três estrelas de vermelho alinhadas; brica de ouro com uma estrela de vermelho. Timbre: homem sainte vestido de azul, sem braços, com chapéu e cinto de ouro (fig. 11).

Nasceu o visconde de Rio Grande em Porto Alegre a 20 de julho de 1800, tendo falecido no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1879.

Foi presidente da província das Minas Gerais em 1833, e duas vezes do Rio Grande do Sul. Era grande do Império, do Conselho de S. Majestade, comendador da Imperial Ordem de Cristo e oficial da Legião de Honra de França.

Não julgamos fora de propósito citar o nome do gravador que tão magistralmente executou essa jóia heráldica. Esse verdadeiro artista, tão compenetrado do seu elevado mister, chamava-se Coquardon, gravador de S. M. o Imperador do Brasil, Palais Royal nº 15 em Paris, conforme consta no bordo inferior do documento. Esse mesmo mestre delineou também o passaporte assinado pelo marquês de Resende.

\* \* \*

Impossível de descrever é o brasão que orna o passaporte expedido em Paris a 11 de junho de 1851 e cujo signatário é *João Alves Loureiro*.

A pequena peça é impressa a seco, ou seja em alto relevo. Compõe-se ela de escudo rematado por elmo e um listel, com inscrição ilegível, que envolve a base e os flancos daquele.

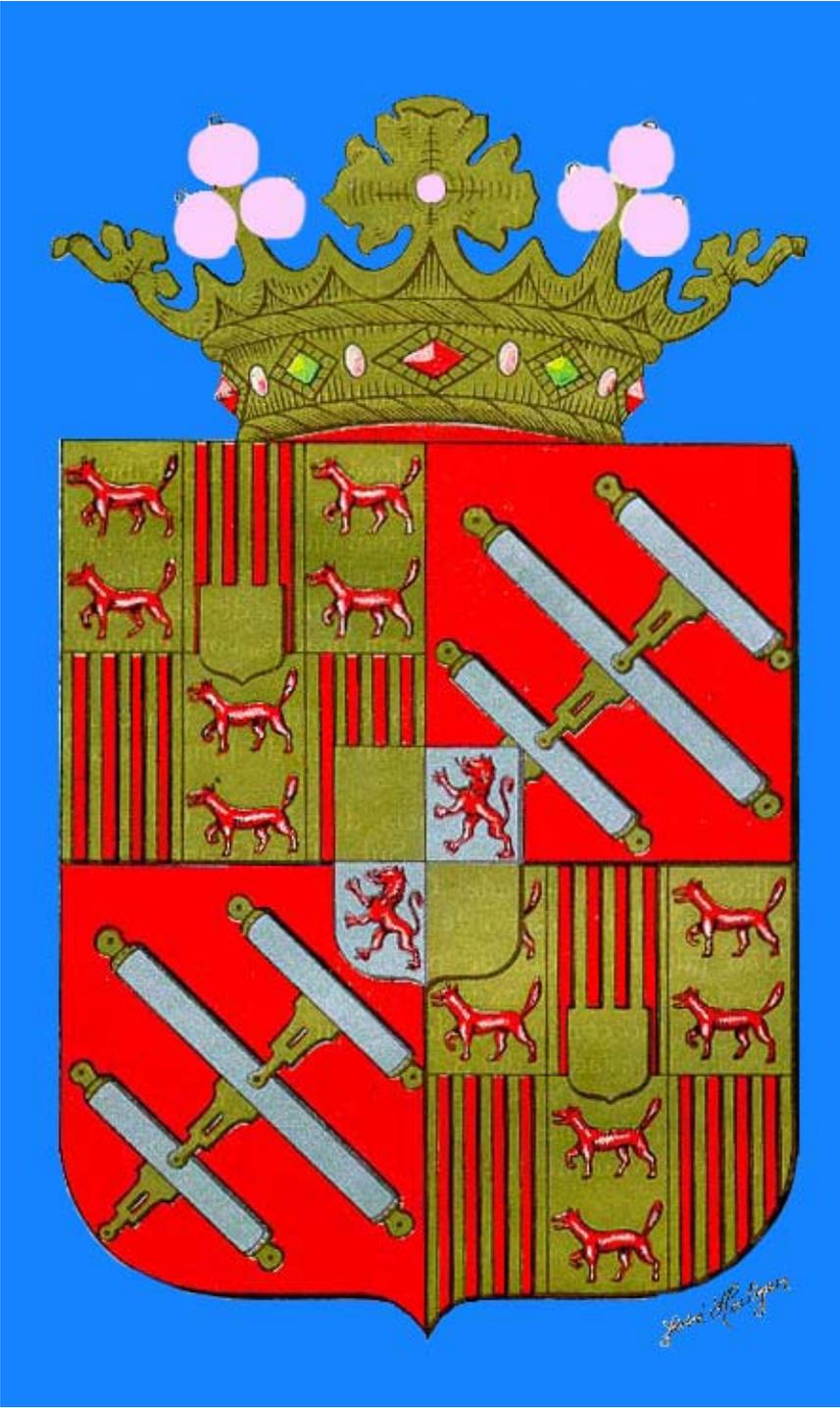


Fig. 9



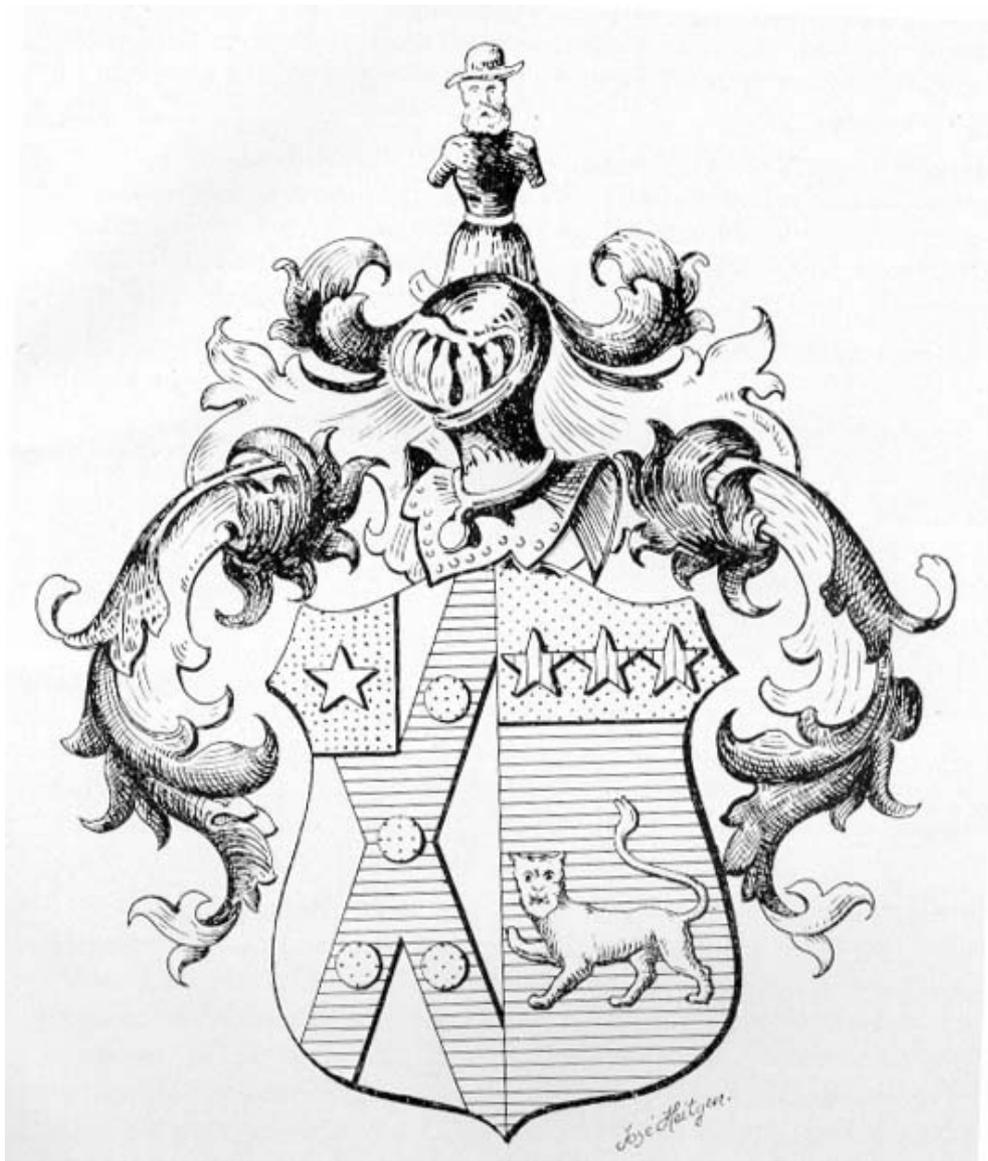


Fig. 10



Percebe-se, aliás, nitidamente, o traçado do campo, cuja convenção é verde. Com muito esforço discerne a vista duas figuras que parecem estrelas e figura semelhante constitui o timbre (fig. 12).

Apesar da dificuldade que encontramos de decifrar essa peça de armas, aqui a deixamos registrada. Talvez outros sejam mais felizes que nós, podendo com precisão apresentar ou descrever as armas daquele enviado diplomático que foi João Alves Loureiro, depois 1<sup>o</sup> barão de Javari.

Nasceu no Rio de Janeiro em 1812, falecendo em Roma em 28 de fevereiro de 1883.

Pertencia ao Conselho de S. Majestade, cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, oficial da Imperial Ordem da Rosa, comendador da Ordem de São Miguel da Baviera e da do Leão de Zaehringen de 1<sup>a</sup> classe de Baden e grã-cruz da Coroa de Itália.

\* \* \*

Já no início desta breve nota fizemos referência ao brasão de José Marques Lisboa, que encontramos no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro à p. 589. Por esse motivo deixamos de reproduzi-lo aqui, dando, porém, ligeira descrição da peça gravada no passaporte expedido a 6 de maio de 1853 em Paris.

A peça heráldica que ostenta esse documento é impressa a seco, tal como a que encontramos no passaporte assinado por João Alves Loureiro. O escudo, chamado inglês, é rematado por elmo, tendo este por timbre um leão. Dos paquifes, em estilo renascença francesa, pende listel com legenda ilegível. Esse listel passa por detrás do escudo de cujo bordo inferior pendem três condecorações que supomos serem a Cruz da Ordem de Cristo, a Ordem da Rosa e a Ordem de Leopoldo da Bélgica.

A única diferença que constatamos entre o brasão publicado no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro e no do passaporte, consiste na brica, omitida naquela obra. Essa brica é de azul e tem como figura uma torre cujo metal não pudemos averiguar.

Além das informações que nos proporciona a obra dos barões de Vasconcelos sobre a pessoa de José Marques Lisboa, po-

demos acrescentar ter sido ele irmão do marquês de Tamandaré. Devemos este pormenor a ilustre genealogista e sua confirmação no Nobiliário Sul-rio-grandense.

\* \* \*

Impressos em alto relevo são as pequeninas peças heráldicas que alguns dignitários do período imperial usaram como timbre em seu papel de correspondência particular.

De velhas cartas, cujo papel amarelecido, em parte destruído pela ação do tempo e da tinta, queremos reproduzir três brasões que pertenceram aos enviados diplomáticos, Francisco Gê de Acaiaba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha, Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva e José de Ribeiro da Silva.

\* \* \*

Singelo é o brasão que timbra a carta sem data escrita pela esposa de José de Ribeiro da Silva. Compõe-se apenas de escudo encimado por elmo com a cimeira, e de duas condecorações que pendem do bordo inferior do escudo. São elas a Ordem da Rosa e a Ordem de Francisco I de Nápoles (fig. 13).

O escudo, executado em estilo renascença, ostenta em campo vermelho um leão de prata. O timbre é um leão sainte. O elmo tem a viseira aberta e mostra três grades e pequena jóia, pendente do colar.

Não há dúvida de que o brasão representa o apelido Silva, pois, no Brasonário de Portugal da autoria de Armando de Matos encontramos sob o nº 1.546 um idêntico em seus esmaltes ao usado pelo enviado diplomático José de Ribeiro da Silva; a única diferença é a ausência de timbre no referido brasonário (fig. 14).

José de Ribeiro da Silva foi, durante muitos anos, ministro do Brasil na Rússia, onde se casou com a princesa Lubanoff de Rostoff. Foi ele que trouxe ao Rio de Janeiro a notícia do casamento de d. Pedro II com a princesa dona Teresa Cristina Maria de Nápoles.

\* \* \*

Cinquenta e sete anos de idade tinha o enviado diplomático em Roma, Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva quando assinou a carta que data de 17 de maio de 1851.



Fig. 11



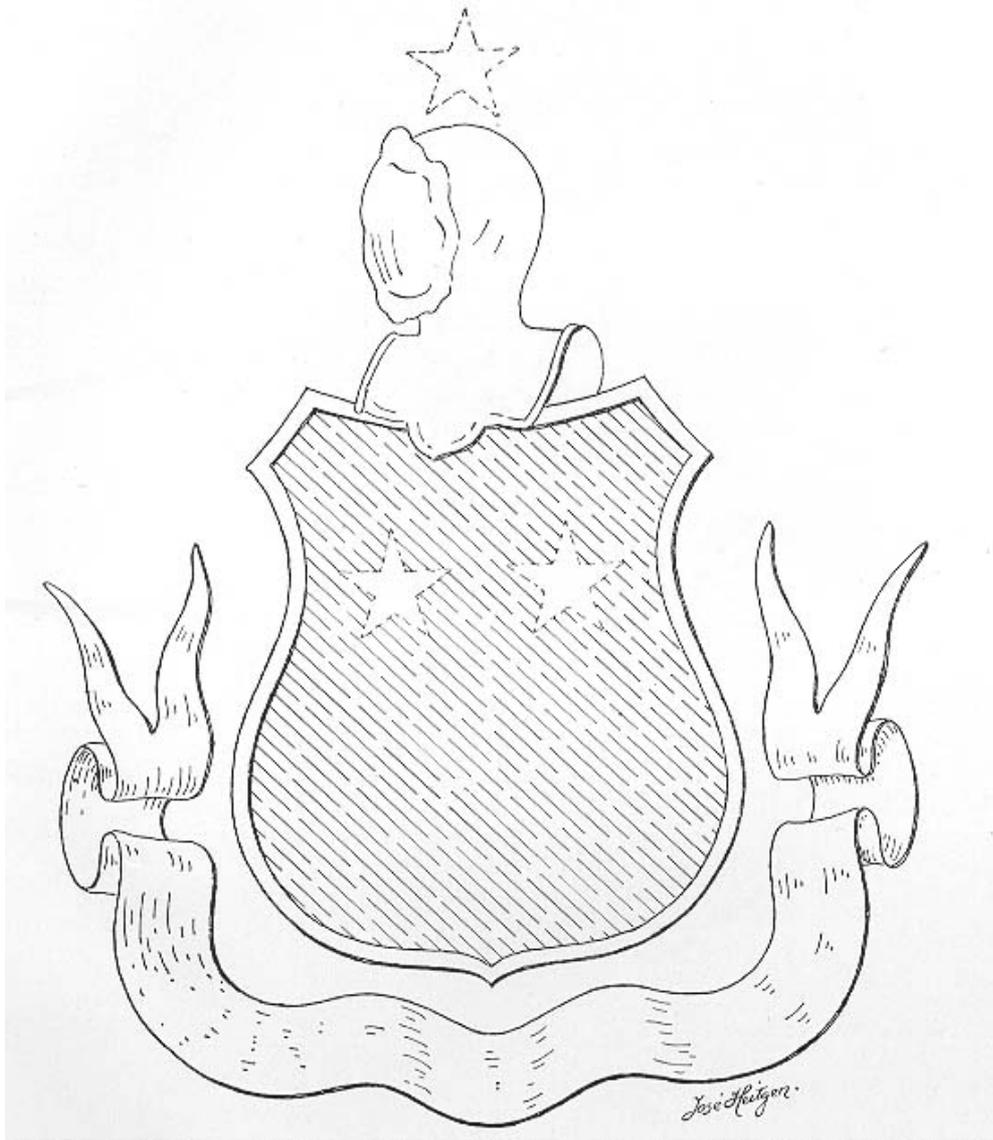


Fig. 12



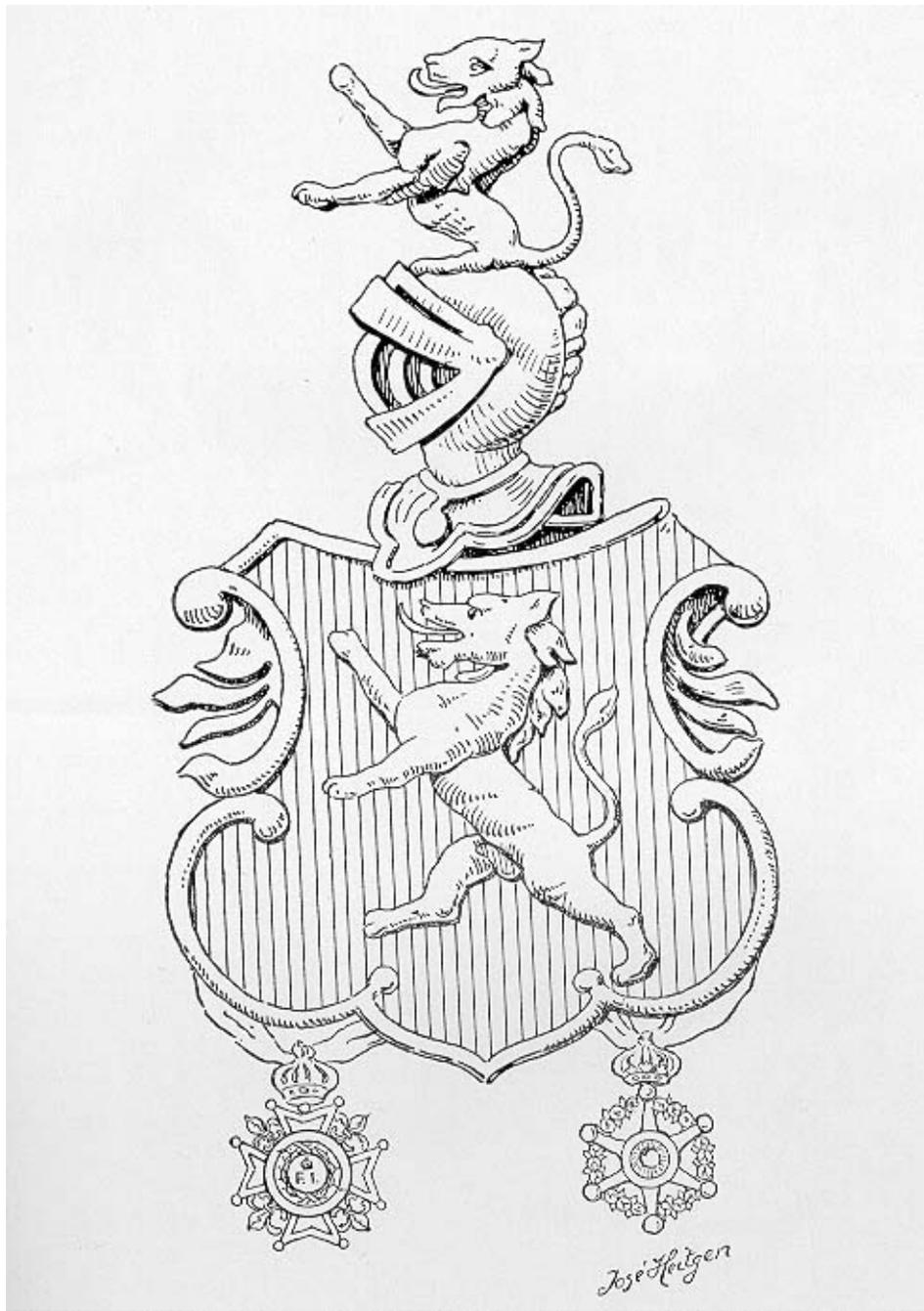


Fig. 13





Fig. 14





Fig. 15



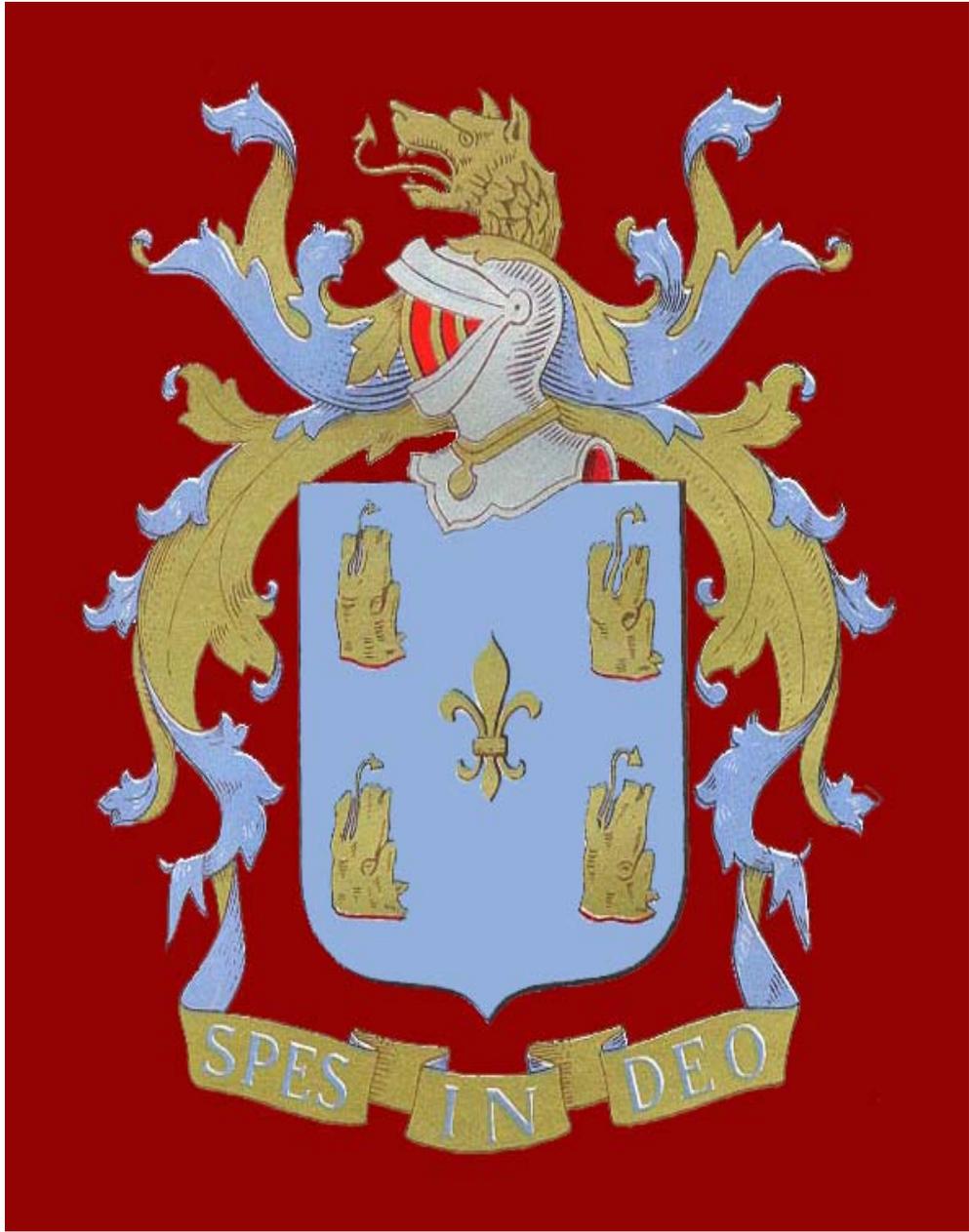


Fig. 16



A peça armoriada no canto superior esquerdo da folha ostenta as armas dos Moutinho, que são: de azul, com uma flor-de-lis de ouro cantonada por quatro cabeças de serpe do mesmo, cortadas de vermelho. Timbre: uma cabeça de serpe do escudo, o escudo inglês é rematado por elmo similar ao do brasão do enviado diplomático José de Ribeiro da Silva. Sobre o elmo vê-se uma cabeça de serpe, timbre dos Moutinho, em ótima forma heráldica. Chamamos a atenção dos leitores para esse timbre que é uma cabeça de serpe e não uma cabeça e pescoço de serpe, como se vê freqüentemente representada essa figura de brasão. Não menos interessante e heráldica é a colocação das cabeças de serpe no campo de escudo.

Menos feliz é o paquife que ladeia o elmo e que se parece mais com folhagem estilizada do que com um paquife em volutas ornamentais.

De linhas bem lançadas é o listel onde se lê o mote *Spes in Deo* (fig. 15).

Na ilustração colorida que acompanha esta nota (fig. 16), apresentamos o brasão de Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva tal como é visto em alto relevo na carta antes citada; modificamos apenas o feitio do paquife e do listel para dar-lhes aspecto mais condizente com as exigências da arte heráldica.

Era Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé, de 1842 a 1851.

\* \* \*

Encontra-se no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, à p. 242 o brasão do visconde de Jequitinhonha, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, nome adotado na época da Independência, antes da qual se chamava Francisco Gomes Brandão Montezuma.

Sua composição, que nada tem de heráldico, é ainda desfavorecida pelo desequilíbrio de seu colorido.

Esse espécime armorialístico, apresentamo-lo tal como está publicado no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, para que os leitores o julguem (fig. 17).

Olhemos agora o pequenino brasão que timbra a carta que Jequitinhonha escreveu em 12 de junho de 1856. Como é diferente do anterior!

Em campo verde, cinco flores-de-lis. Eis tudo (fig. 18). Sentimos não poder distinguir o metal das flores-de-lis, que, aliás, julgamos ser de ouro, pertencendo assim o brasão aos Gomes de Elvas.

O pequeno brasão consiste de escudo renascença com elmo de três grades visíveis, posto de perfil, ostentando jóia. A cimeira é formada por uma sereia que segura na mão esquerda pequeno espelho. Por não encontrarmos esta cimeira nem nas várias armas dos Gomes e nem nas dos Brandão, executamo-la nas cores heráldicas mais apropriadas para essa figura imaginária.

Seria heraldicamente perfeito o brasão do visconde de Jequitinhonha, se os paquifes saíssem detrás do elmo e não debaixo deste, que por sua vez não assenta no escudo.

No desenho em preto (fig. 18) junto a esta nota apresentamos o brasão tal qual está impresso em relevo sobre a carta, e na ilustração em cores, (fig. 19), mostramo-lo isento das pequenas falhas que antes mencionamos.

São esses dois últimos brasões exemplo ótimo para demonstrar que a simplicidade é sempre preferível à complexidade, pois oferece fácil leitura e compreensão visual imediata, fatores importantes na arte heráldica e, além disso, obedecem ao velho ditado do brasão:

“Quanto menos tenho, mais possuo”.

#### Agradecimentos

Ao sr. dr. Américo Jacobina Lacombe pela gentileza e confiança com que pôs, à nossa disposição, o seu vasto arquivo de documentos, do qual, em ocasião vindoura, publicaremos ainda outras peças interessantes;

ao sr. Francisco Marques dos Santos, que nos facilitou a pesquisa em sua rica coleção de condecorações, tanto nacionais como estrangeiras.

*José Heitgen*

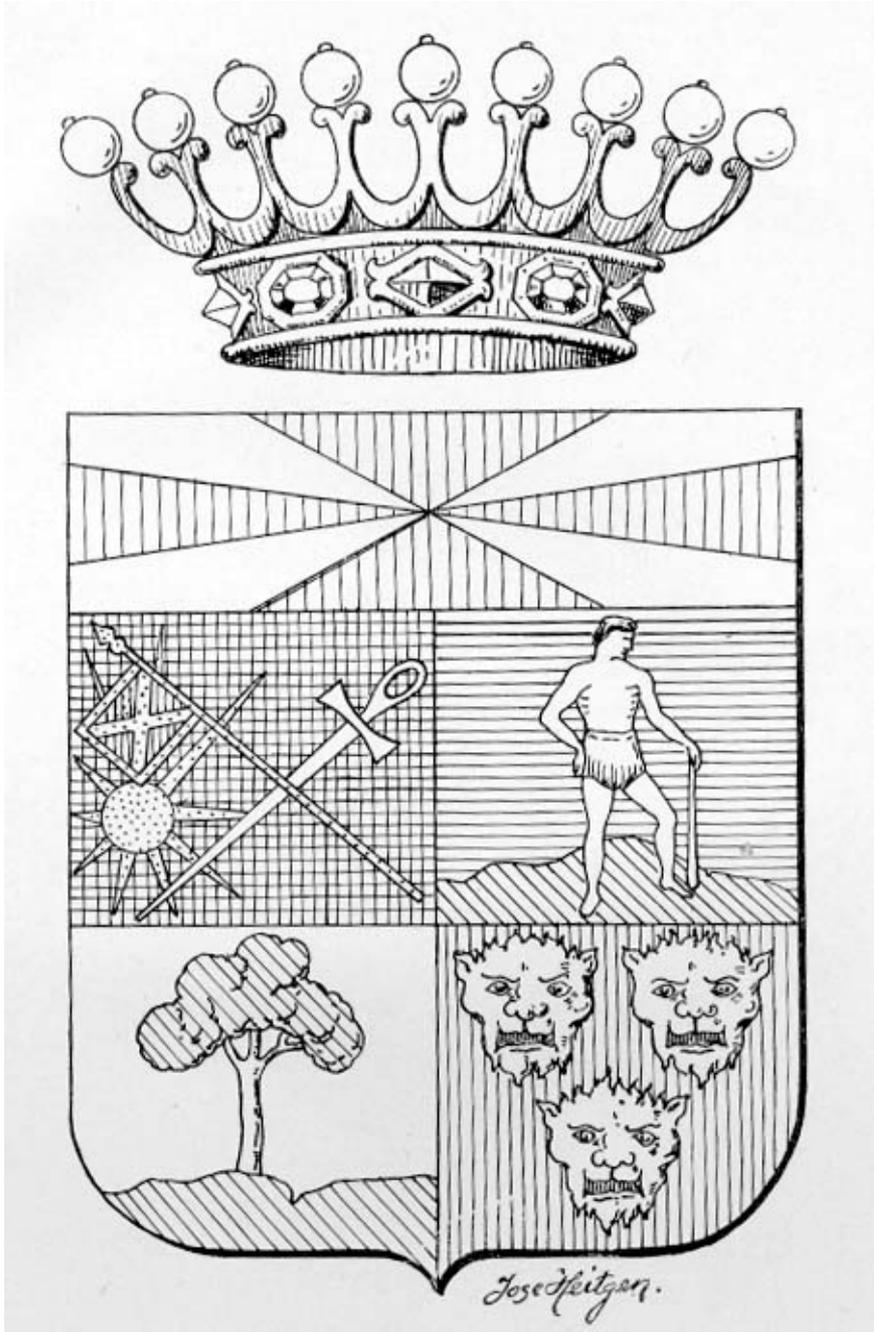


Fig. 17



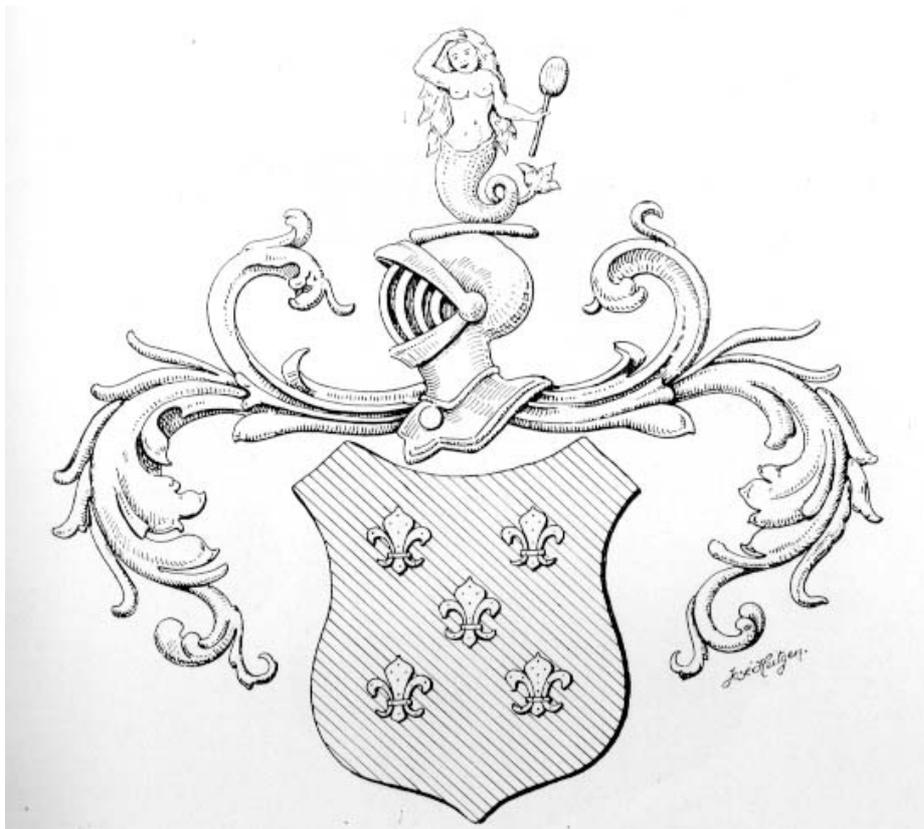


Fig. 18



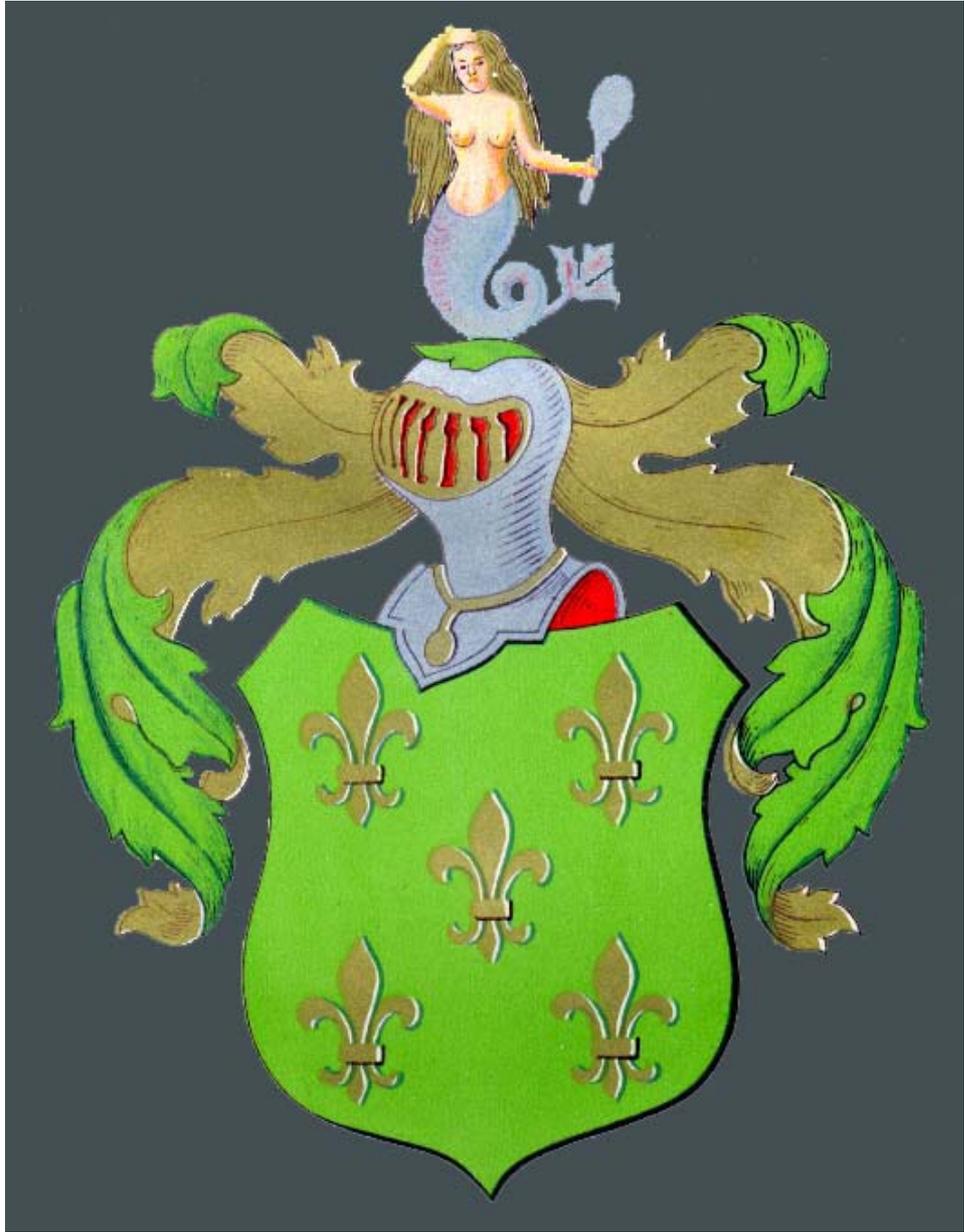


Fig. 19



## Bibliografia

Manuscritos vários, referentes aos brasões descritos nesta nota, pertencentes ao arquivo do sr. dr. *Américo Jacobina Lacombe*.

Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. *Barão Smith de Vasconcelos*.

Nobiliário Sul-rio-grandense. *Dr. Mário Teixeira de Carvalho*.

Armorial Português. *G. L. dos Santos Ferreira*.

Brasonário de Portugal. *Armando de Matos*.

Brasões de Sintra. *Anselmo Braamcamp Freire*.

Elementos da História. *Abade de Vallemont*.

Índice Heráldico. *Visconde de Sanches de Baena*.

Nobiliarquia Portuguesa. *Vilas Boas e Sampaio*.



## **LOUÇAS IMPERIAIS**



## **Louças imperiais**

Frei Luís de Sousa, escrevendo sobre a vida de dom Frei Bartolomeu dos Mártires, falecido em 1590, e tratando de “baixelas de prata e louça de barro” diz que, quando o arcebispo se achou à mesa do Papa, e diante da opulência das pratas pontifícias, teve o ensejo de adiantar a Sua Santidade: “Temos, disse, em Portugal, um gênero de baixela que com ser barro, se avantajava tanto à prata em graça e limpeza, que aconselhara eu a todos os príncipes (se um pobre frade pode fiar de si dar conselho) que não usaram outro serviço e desterraram de suas mesas a prata. Chamamo-lhe em Portugal porcelanas; vêm da Índia, fazem-se na China. É o barro tão fino e transparente que as brancas deixam atrás os cristais e alabastros, e as que são variadas de azul enleiam os olhos, representando uma composição de alabastro e safiras. O que têm de quebradiço recompensam com a barateza. Podem-se estimar dos maiores príncipes por delícia e curiosidade, e por tal se têm em Portugal”.

A Velha Lusitânia possuiu os mais ricos e belos espécimes de porcelanas chinesas, recebidos em primeira mão graças ao seu comércio marítimo com o Oriente. E ainda teria mais de uma dúzia de fábricas onde foram manufaturadas excelentes peças. Do burguês ao rei todos se compraziam em possuí-las. “Na minha aldeia”, conta Fialho d’Almeida, “fez-se um visconde por um prato das Caldas, muito velho”. E referindo-se à riqueza de Portugal nesses objetos, adianta ainda: “Só à sua parte Junot levou consigo, entre sedas e quadros, manuscritos, gravuras, alfaias sagradas, móveis, jóias, armas e maravilhosas louças do Japão e da China, despojos duma riqueza inarrável, como nenhum rei possuía hoje talvez; e por tal forma abundantes, que três navios quase não bastaram para os transportar”<sup>1</sup>.

Conta-se que o lindo palácio do marquês de Fronteira em Lisboa, foi inaugurado com um banquete oferecido a el-rei dom

---

1. Os Gatos. 1º volume, 2ª edição, p. 13.

Pedro II. E diz a tradição que os belos e bizarros desenhos das fontes e grutas de seus jardins foram feitos com fragmentos da louça da Índia que servira no real banquete, e fora intencionalmente quebrada para que mais ninguém da mesma se servisse.

O tempo áureo das grandes fábricas de porcelana já passou. Era na época em que as cortes européias, e a sua nobreza, tinham interesse direto na produção das porcelanas finas, subvencionando a atividade das fábricas. Entre nós, nunca chegamos a ter essa indústria <sup>2</sup>, abastecendo-nos no Velho Mundo e Oriente. Nossos maiores, todavia, herdaram de Portugal o hábito requintado de usar boas porcelanas. Não só os nossos imperadores, como a maioria de nossos titulares e grande número de pessoas de alguns haveres, encomendavam no estrangeiro serviços de louças brasonadas, com as suas iniciais, ou sem qualquer sinal.

Daí essas coleções, carinhosamente guardadas no Brasil, desde dom João VI até aos dias atuais, e que agora extasiam os nossos olhos.

Em Portugal, os colecionadores se antecederam aos nossos. Em 1882, Joaquim de Vasconcelos, em publicações feitas na Revista da Sociedade de Instrução do Porto, começou a chamar a atenção dos portugueses sobre o valor da cerâmica nacional portuguesa, tanto popular como artística.

Em 1895, Guerra Junqueiro possuía mais de 700 peças de várias procedências: portuguesa, holandesa, espanhola, francesa, compradas pelo conde do Ameal, que as levou para Coimbra. Formaram-se logo coleções no Museu do Porto, no Museu Machado de Castro, no Museu de Arte Antiga às Janelas Verdes, embora sem a grande mostra de dom Fernando, que havia sido dispersada. Só no Minho, constituíram-se as notáveis coleções de Luís A. de Oliveira e Serafim das Neves, com cerâmicas da fábrica de Darque, conhecida pelo nome de Viana do Castelo, que se extrema entre toda a cerâmica lusitana pela consistência e homogeneidade da pasta, permitindo-lhe chegar a espessuras mínimas, não inferiores às da moderna faiança fina inglesa. A coleção de Luís A. de Oliveira, consta possuir cerca de 1.500 peças, com exemplares do século XVII, e raríssimos exemplares do Cavaquinho, além de belos produtos da China, Japão, Delft, Gênova, Ruão, Talavera, Wedgwood e Leeds.

---

2. Saint-Hilaire – *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Paris, 1830; tomo I, p. 150.



Prato do serviço de dom João VI. Porcelana francesa. Armas do Reino Unido.  
(Da coleção do Museu Imperial)





Trecho junto à ala direita do Paço de São Cristóvão, conhecido por “Jardim da Princesa”.



No Brasil, não se ficara atrás, conforme apontamos alguns excelentes colecionadores. Agora, porém, com o enriquecimento dos mostruários de louças dos museus nacionais, foi por tal modo despertado o interesse público por esses objetos que o número de colecionadores particulares tem sido rápida e grandemente acrescido. E como expressão e consequência do fato, ocorreu, em 1943, a primeira Exposição de Louça Brasonada, no Museu Nacional de Belas-Artes.

Foi uma auspiciosa mostra onde a ausência de peças dos museus deu margem a que colecionadores pudessem exhibir os mais variados e ricos exemplares de louça brasonada, criando ainda novos e entusiastas amadores.

O fato é que as coleções de porcelana estão em moda, e possui-las demonstra bom gosto.

Por outro lado, já apreciável vem sendo a produção bibliográfica sobre a matéria. Estas linhas serão pois, mais uma contribuição ao assunto, procurando esclarecer certos aspectos das chamadas “porcelanas imperiais”.

De dom João VI a dom Pedro II a nossa corte não só usou porcelanas brasonadas, encomendadas especialmente nas mais afamadas manufaturas da Europa e Oriente, como também fez uso de porcelanas sem qualquer característico especial, adquiridas no mercado do país, e muita vez iguais às que foram compradas por particular.

As fontes de que nos servimos, para conhecer as porcelanas imperiais, são: a tradição oral, os Livros da Mordomia da Casa Imperial, o catálogo dos leilões do Paço de São Cristóvão e o “Jardim da Princesa”.

#### Tradição oral

Se é avultado o número de pessoas que entre nós sempre alimentaram o louvável e útil interesse em colecionar ou possuir objetos históricos da monarquia, bem menor foi o número daqueles que reuniram ou guardaram peças de porcelana imperial.

Esse fato talvez seja devido não só por não se haver ainda arraigado o gosto pelas coleções de porcelana, como principalmente pela razão de ser escassa e pouco variada a porcelana imperial brasonada, e o desconhecimento ainda generalizado, ou a dúvida, sobre as porcelanas imperiais não brasonadas, e muito mais numerosas.

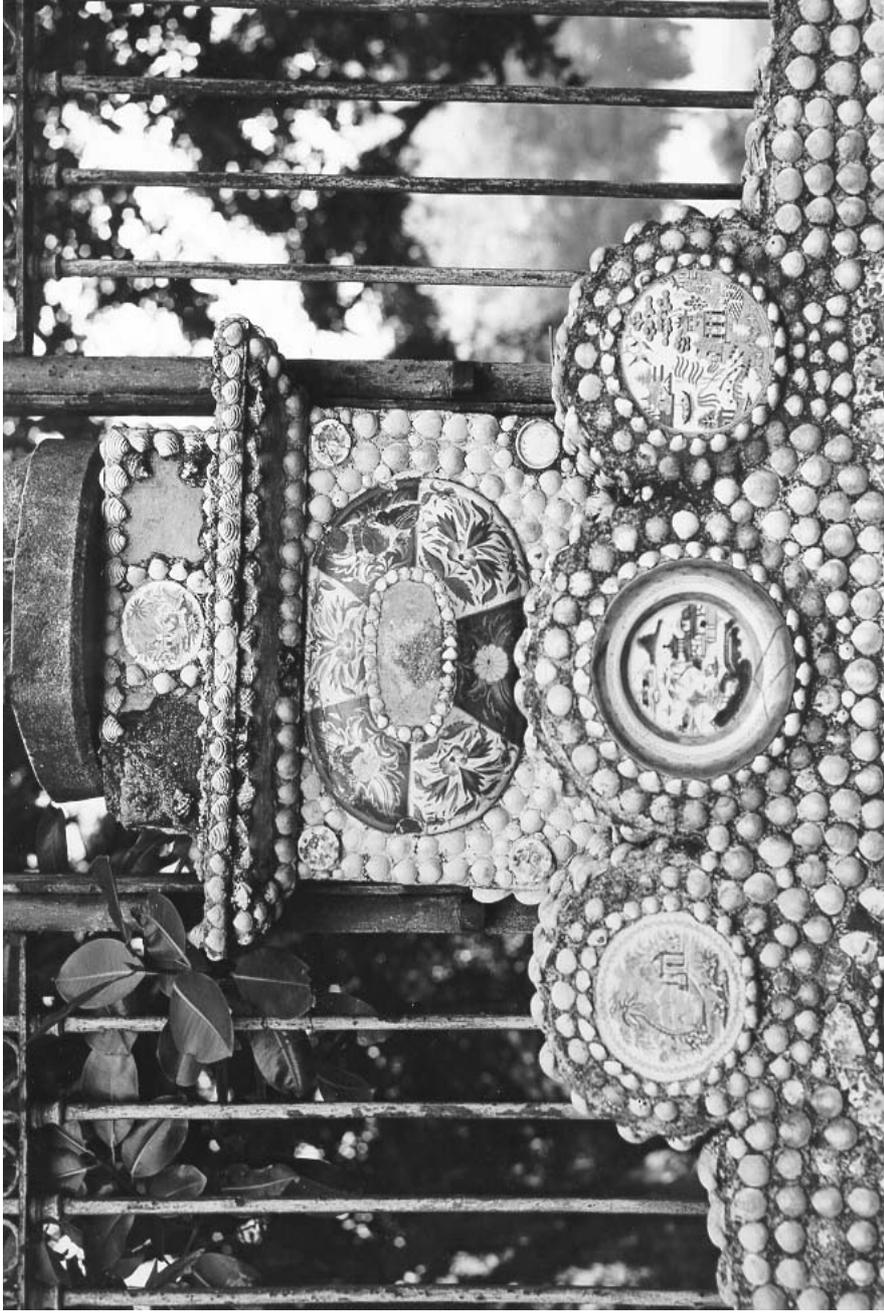
Entre os raros conhecedores e amantes dessas coleções, colocaram-se o marechal Emídio Tallone, e o comandante Andrade Pinto.

O primeiro consta ter conhecido os objetos em uso nos próprios palácios, e posteriormente, adquirente deles por ocasião dos leilões. Sua coleção passou depois às mãos do famoso aficionado, dr. João do Rego Barros. Deste, às do sr. Carlos Frederico da Silva, colecionador entusiasta, de quem a houve o Museu Imperial, numa soma de 83 peças. O comandante Andrade Pinto conseguiu reunir outra coleção, doando-a ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além desses figuravam dr. Fernando Guerra Duval, os srs. Tomaz Leonardos, Bastos Dias, José Custódio Veloso e o dr. Djalma Fonseca Hermes. E todos eles afinavam em apontar as peças de sua propriedade como imperiais, sendo raras as exceções de que um e outro possuía com exclusividade, e referente, está claro, a porcelana não brasonada. Nesta hipótese, estavam por exemplo algumas porcelanas da coleção do marechal Tallone como sejam os serviços “das flores”, “dos bichos”, “das casas” e “dos pássaros” e “das fábulas” de dom João VI, sobre os quais escreveu Carlos Frederico<sup>3</sup>, adiantando que esses serviços eram assim apelidados pelos fâmulos do Paço da Cidade, onde se encontrava a maioria das porcelanas de uso real. E como complemento deles, os produtos da fábrica da duquesa d’Angoulême que trazem na borda o escudo e a coroa do Reino Unido e ao centro uma paisagem, sendo da mesma época e modelo daqueles, que só apresentam a variante das decorações e a falta de brasão ou coroa. E ainda acrescenta Carlos Frederico: “Na coleção que o saudoso comandante Andrade Pinto presenteou ao Instituto Histórico existe um exemplar do “das casas” que por outros caminhos o incansável amador tinha conseguido identificar como pertencente a serviços de propriedade do príncipe dom João, e muito alegre ficou quando lhe mostrei os outros que completavam a série, juntamente com o mais rico, o “das fábulas”<sup>4</sup>, cuja raridade e beleza não é igualado por nenhum dos outros serviços. As marcas das louças desse período, vulgarmente conhecidas por *vieux Paris* desapareciam

---

3. “A duquesa d’Agoulême e os serviços de porcelana da Casa de Bragança”, in *O Espelho*, nº 9, dezembro de 1935, p. 32.

4. Não nos parece razoável essa denominação, nascida, certamente, de um equívoco. São pratos com decorações de paisagens e animais, e não vemos como possam reproduzir cenas de qualquer fábula clássica. Por exemplo, na tida como “O lobo e o cordeiro” de Lafontaine, o que aparecem, nitidamente, são duas corças, provavelmente mãe e cria, e isto pela simples disparidade na estatura dos bichos.



“ Jardim da Princesa” .. Em baixo, um prato chinês dois de gosto oriental, fabricação inglesa. O de tamanho maior é porcelana Wedgwood.





Outro aspecto de parede no “ Jardim da Princesa”, com várias porcelanas e conchas seguras por cimento.



com facilidade. Raríssimas são as peças em que se podem ainda hoje encontrar intactas as indicações do fabrico e da época. Eram quase sempre colocadas sobre o esmalte em tinta de cor avermelhada escura, e do serviço de d. João VI (o que tem a coroa na borda do prato) só conheço com a marca um exemplar que se acha no Instituto Histórico. Os outros sinais colocados antes do esmalte final, e gravados quase sempre na própria porcelana, eram marcas dos oleiros, ou como na porcelana de Sèvres, indicações sobre a data da fabricação”.

Os livros da Mordomia

No volume 78 dos “Livros da Mordomia da Casa Imperial” consta a relação dos objetos pertencentes aos paços, e inventariados no ano de 1834.

Nesses volumes, em número de 81, e hoje existentes no arquivo do Museu Imperial, acham-se registrados todos os negócios privados dos monarcas, desde 1808 até 1889.

A primeira referência específica a louças só é no entanto encontrada no inventário de 1834. A relação indicada como existente no Paço da Cidade traz, em ordem, os seguintes títulos:

“Aparelho rico de Procelana (sic).  
Resto do Aparelho verde.  
Louça de procelana com firma.  
Louça de procelana branca com frisos dourados.  
Aparelho inglês fingindo Índia.  
Resto do aparelho de pó de pedra Inglês dourado.  
Aparelho da Índia Esmaltado.  
Louça de pó de pedra dourada.  
Louça de procelana Escarlata.  
Aparelho de floração.  
Aparelho com armas R.  
Louça genovesa.  
Louça da Índia pintada.  
Louça avulça (sic).  
Louça Preta.  
Louça da Índia ordinária.  
Louça azul inglesa.  
Louça de pó de pedra ordinária.”

E, como existentes no Paço de São Cristóvão:

- “Aparelho de porcelana verde.
- Aparelho de porcelana azul.
- Aparelho de porcelana denominada de Arcos.
- Porcelana encarnada.
- Porcelana rica com coroa.”

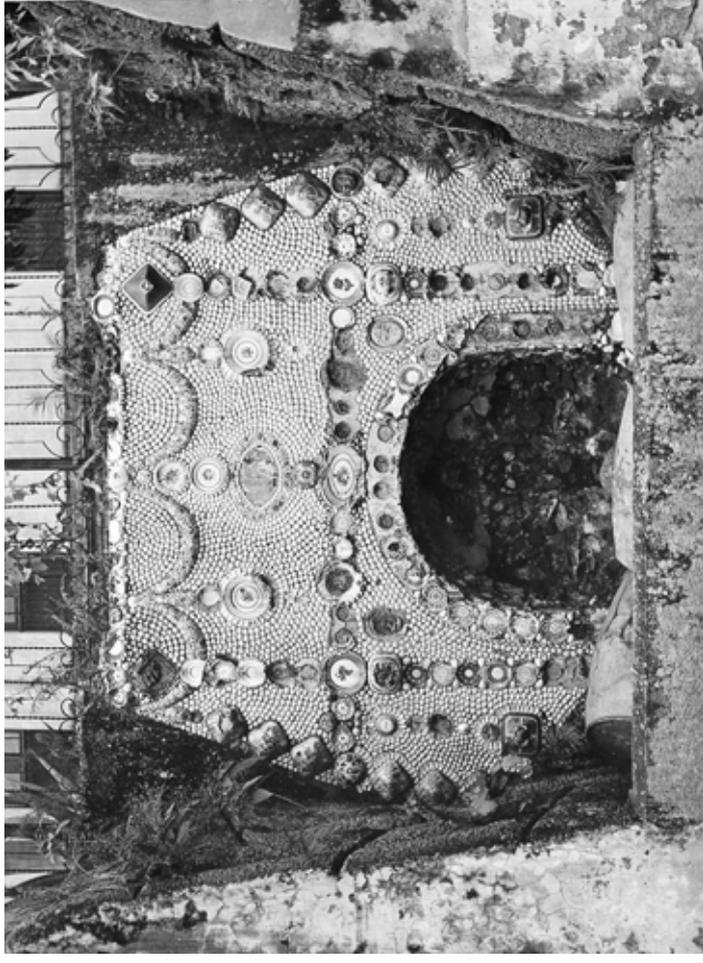
Como se vê, uma relação de 23 aparelhos existentes nos paços em 1834, e que teriam servido durante 23 anos, a dom João VI e a dom Pedro I. Nesse inventário não há referência às marcas de fabricação, nem detalhes que possam melhor caracterizar os objetos. As peças de louça são mencionadas em função do número, da serventia, e do preço. Por exemplo, o primeiro registrado, “Aparelho rico de Procelana”, e avaliado em 1:800\$000, diz apenas:

- “4 terrinas com pratos.
- 2 pratos com ralos para peixe.
- 30 ditos flamengos.
- 18 ditos travessos.
- 8 soupeiras (sic) redondas com tampa.
- 230 pratos de guardanapos.
- 43 ditos para sopa (sic).
- 6 louceras com pratos (sic).
- 12 saleiras.
- 4 salvas.
- 46 Potes para creme.
- 46 Oveiros.
- 44 Xícaras para chá.
- 44 Pires das ditas.
- 23 Tigelas para café com leite.
- 20 Pires das ditas.”

Outros três acham-se assim relatados:

“Louça de procelana com firma

- 3 pratos para peixe.
- 2 ditos travessos.
- 18 potes para creme.
- 2 pratos dourados cobertos.
- 2 salvas para potes de Creme.
- 4 conchas.



Grua no “Jardim da Princesa”, decorada com variadas porcelanas que serviram no Paço.



1 soceira (sic) com pratos.  
2 cestas para frutas.  
2 bacias de mãos.  
1 jarro.  
8 salvas.  
16 pratos flamengos.  
2 compoteiras.

130\$000"

Aparelho com armas r. (em Santa Cruz)

140 pratos de guardanapos.  
70 ditos para soupa (sic).  
19 tigelas.  
2 ditas com tampas.  
25 pratinhos das ditas.

60\$000"

“Porcelana rica com coroa

300 xícaras e pires.  
100 ditas e pires para café.”

Em todo caso, além da quantidade de aparelhos, verifica-se a existência nos paços, para serviço de dom João VI e dom Pedro I, de louça brasonada, e louça não brasonada.

Da primeira, lá está a menção a “Louça de porcelana com firma”, “Aparelho com armas R.”, e “Porcelana rica com coroa”. O segundo, outro não pode ser senão o da fábrica da duquesa de Angoulême, com paisagens ao centro e o brasão do Reino Unido na borda, ou simples brasão ao centro, do qual possui o Museu Imperial 8 exemplares. Não pode sofrer a menor dúvida de que este serviu a dom João VI, no Brasil, e foi daqui encomendado, especialmente, na Europa, para a mesa do rei. O apontado “Aparelho da Índia esmaltado”, muito provavelmente, será o serviço chinês da Companhia das Índias apelidado “dos galos”, “dos pavões”, “dos pastores”, “das corças” e “dos esquilos”. Assim como a “Louça de porcelana (sic) escarlata” será a dos pratos com casas e paisagens ao centro e borda escarlata, e a “Louça azul inglesa” será o serviço Wedgwood, a primeira com 3 e a segunda com 2 exemplares no Museu Imperial.

Como vimos, pelo inventário de 1834, existiram 23 aparelhos no uso dos paços. Desses, 20 eram não brasonados, e tão somente

3 com firma, armas ou coroa. Este consta apenas de xícaras, sem avaliação. O aparelho de “Louça de porcelana (sic) com firma” não podemos saber qual seja, nem se teria pertencido a dom João VI ou a dom Pedro I. A firma seria de um dos dois.

Agora, uma comparação necessária: o “Aparelho rico de porcelana”, possuía 550 peças e foi avaliado em 1:800\$000. A “Louça de porcelana com firma” tinha 63 peças, e foi avaliada em 130\$000. E o “Aparelho com armas R. “ dispunha de 256 peças, e foi avaliado, simplesmente, em 60\$000!

A qualidade da porcelana e a riqueza de decoração do “Aparelho com armas R.”, são apreciáveis. Só um existia, e não padece dúvida de ser o representado por 8 exemplares no Museu Imperial. São pois, peças raríssimas e como tais registradas no catálogo do leilão de Santa Cruz. No entanto, apesar da disparidade no número de unidades entre este e os outros dois aparelhos, fácil será imaginar-se a maravilha do “Aparelho rico de porcelana”, avaliado em 1:800\$000, e ainda mesmo a da “Louça de porcelana com firma”, estimada em 130\$000!

Feito esse inventário de 1834, com todos os objetos encontrados nos paços da Cidade, São Cristóvão e Santa Cruz, e no qual só há menção a louças dos dois primeiros, nenhum outro foi registrado nos “Livros da Mordomia”, salvo o “Inventário do Imperial Palácio de Petrópolis e suas dependências, realizado, de Ordem Superior a 2 de maio de 1862”, contido no mesmo Livro 78, bem como o inventário levado a efeito em 1901 no Paço de Petrópolis, em cumprimento à precatória da 1ª Pretoria do Distrito Federal sobre o inventário dos bens deixados pelo imperador. Neste, como no primeiro inventário do Palácio de Petrópolis, o laconismo é absoluto. Assim é que, no de 1862, encontram-se registros, como este:

“6 copos para água, com armas.

4 ditos para vinho, com armas.

18 pratos para guardanapos.

18 ditos para deser (sic).

29 pratos para guardanapos.

24 ditos para deser (sic).”

Entretanto, se não há mais inventários nos Livros da Mordomia, estes consignam, seis anos após 1834, compras de louças para o serviço imperial, feitas entre 1840 e 1843, e além desses anos, a



Detalhe de uma parede do “Jardim da Princesa”.





Serviço diário do paço, com d. Pedro II. Porcelana branca, sem marca, com friso roxo na borda e armas imperiais desta mesma cor ao centro.

Nota-se a particularidade da forma russa na reprodução da coroa.

(Peça do Museu Imperial)



omissão verificada deve talvez correr por conta do fato de não ser mais discriminada a natureza dos objetos comuns adquiridos para o imperial uso, figurando nas consignações globais de importâncias gastas no Rio, ou remetidas para representantes na Europa, a fim de pagar “encomendas de Sua Majestade”.

Outra hipótese, é que a aquisição de louças só fosse referida em outros inventários, nos livros de receita e despesa. Estes livros, depois de 1834, não constam da coleção de Livros da Mordomia existente no arquivo do Museu Imperial. Teriam sido extraviados, no momento da proclamação da República, ou talvez tenham sido levados para a Europa e recolhidos ao arquivo do imperador no castelo d’Eu, pois no inventário dos documentos da Casa Imperial do Brasil, volume II, pp. 456 e 510, encontram-se estas indicações: “Receita e despesa mensal da Casa Imperial” e “Inventário do Paço Imperial e Tesouro (1854)”.

Muito possivelmente, pois, esses documentos, quando puderem vir para o Brasil, trarão novos e preciosos esclarecimentos ao assunto <sup>5</sup>.

A Regência comprou louças de porcelana para o sr. dom Pedro II, e este, logo após sua maioridade, efetuou várias e maiores compras. De 1839 a 1843 acham-se referências a louças.

Pena é que não dêem detalhes capazes de caracterizar as peças quanto à fabricação e decoração, nem mesmo quais as brasonadas ou não. Todavia, o preço dará uma idéia de sua riqueza.

Vejamos os registros:

Em 1839:

M. J. de Araújo Costa – Um aparelho de louça superfina	206\$100
--	----------

Em 1840:

A Wallerstein, custo de pratos de porcelana	50\$000
A B. Wallerstein, 70 dúzias de pratos de porcelana vindos da França	592\$099
A Saturnino José Gonçalves, louça ordinária	39\$600

Em 1841:

A Demarais, 51 xícaras de porcelana	50\$000
A Saturnino José Gonçalves, louça ordinária e de vidros que forneceu nos meses de novembro de 1840 a setembro de 1841	854\$570

---

5. Há mais as seguintes indicações, no arquivo do castelo d’Eu. “Dom João VI – Relação das salas que há no Real Paço Velho”. “Relação de jóias, prata, móveis etc., pertencentes à duquesa de Bragança e aos filhos de d. Pedro I – 25 páginas de texto”. “Contas da Casa imperial do Brasil em 23 de maio de 1889”.

A Adolfo Simonsi, direitos na alfândega de louça e livros vindos de Londres	192\$500
A Bernardo Wallterstein e Cia., por quinhentos e dezesseis pratos de porcelana fina	5:132\$736
A Bernardo Wallerstein, por nove dúzias e quatro casais de xícaras de porcelana fina dourada	373\$330
A Luís Antônio de Faria, por cinco dúzias de xícaras e pires	180\$000
Em 1842:	
A Wallerstein, louça de porcelana fixa	927\$000
A B. Wallerstein, por quatro caixas com louça de porcelana fina	4:848\$000
Em 1843:	
Custo de xícaras e pires de porcelana	314\$664
A Wallerstein, dez caixas, com louças de porcelana	2:965\$970

Num período de apenas quatro anos, e numa época em que a capacidade aquisitiva de nossa moeda era muito grande, foram gastos 16:829\$400 em compras de serviços de porcelana, para uso de Suas Majestades.

Catálogo dos leilões do Paço de São Cristóvão

Se, de 1843 em diante, não são encontradas nos Livros da Mordomia menções a compras de louça, fácil será avaliar-se o volume e a qualidade das porcelanas, não só pela impressionante amostra das que foram adquiridas no início do Segundo Reinado (1840 a 1843), como pelas existentes nos paços, por ocasião dos leilões de 1890.

Acusava o catálogo:

*Quarto e sexto leilões*

N<sup>os</sup>

542 - 1 grande lote de porcelana branca e faiança para jantar.

543 - 1 lote de bules, xícaras, pires e açucareiros.

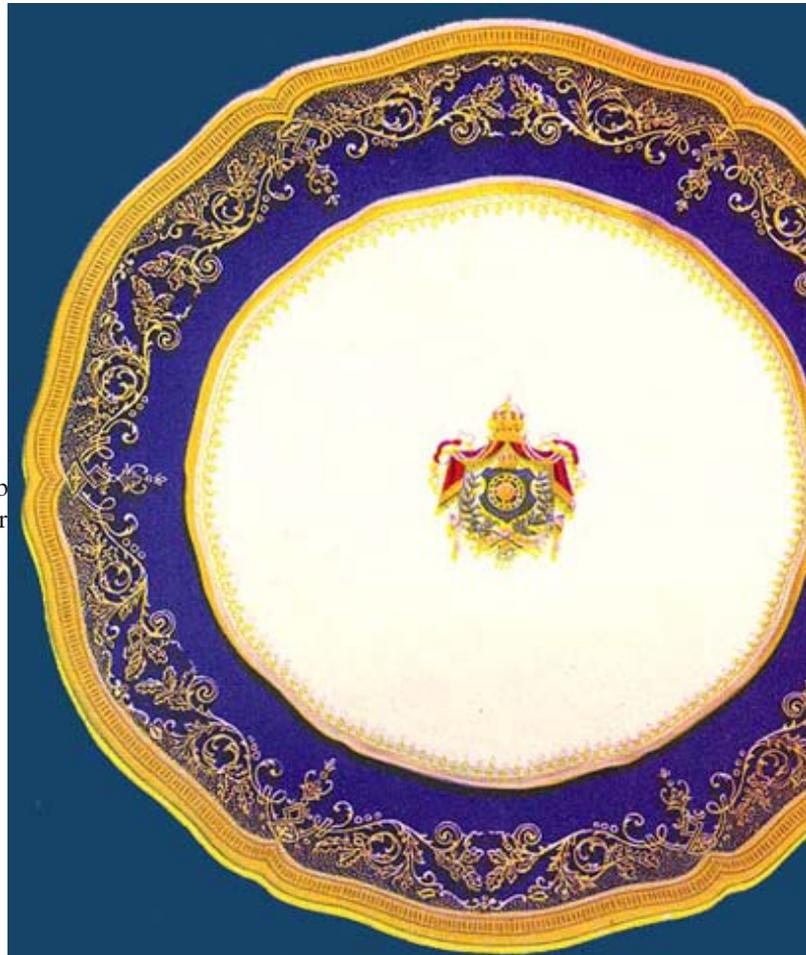
755 - 1 lote de conchas de porcelana branca, para sorvetes.

760 - 1 serviço de porcelana com friso verde, para jantar, 132 peças.

764 - 14 casais de xícaras de fina porcelana francesa esmalte rosa e ouro com coroa.

765 - 18 ditos, idem, idem, esmalte rosa claro e ouro.

Prato do serviço de d. Pedro II; fab  
Théodore Haviland / Limoges / Fr







Aparelho oferecido a d. Pedro II pelo rei dom Luís de Portugal  
Dentro da rica ornamentação da porcelana, notam-se as siglas P. II. e as armas  
de Portugal.

(Peça do Museu Imperial)



- 766 - 25 casais de tigelinhas de fina porcelana francesa, esmalte verde-claro e ouro e coroa.  
767 - 20 ditos, idem, idem, iguais.  
768 - 23 ditos, idem, idem, idem, esmalte azul, ouro e coroa.  
769 - 20 ditos, idem, idem, iguais.  
770 - 10 casais de xícaras e canequinhas de fina porcelana, esmalte ouro e coroa.  
771 - 10 casais de canequinhas de fina porcelana, esmalte rosa e azul, com coroa.  
772 - 10 casais de xícaras de fina porcelana francesa, esmalte verde e ouro, com armas portuguesas.  
773 - 1 terrina de legítima e antiga porcelana da Índia, esmalte e ouro.  
777 - 24 conchas de porcelana antiga, esmaltada e ouro.  
799 - 11 casais de xícaras de fina porcelana, esmalte creme, ouro e coroa.  
804 - 11 casais de canequinhas de porcelana esmaltada.  
806 - 3 fruteiras de porcelana, esmaltadas e douradas.  
807 - 4 compoteiras de porcelana esmaltada e dourada e 2 pratos.  
808 - 2 açucareiros de fina porcelana francesa dourada com coroa e monogramas.  
809 - 4 fruteiras de porcelana francesa, esmalte e ouro.  
810 - 9 casais de xícaras de porcelana, com friso verde.  
812 - 51 pratos de faiança inglesa, esmalte e ouro.  
813 - 2 lindas jardineiras de fina porcelana, esmalte e ouro.  
814 - 2 ditas, idem, idem.  
815 - 1 esplêndido serviço de finíssima porcelana italiana com ricas pinturas a esmalte e ouro, assuntos variados, para jantar e *dessert*, 575 peças.  
816 - 30 casais de xícaras de fina porcelana francesa, friso de ouro e coroa.  
817 - 16 ditas, idem, idem, idem.  
818 - 2 fruteiras de porcelana dourada.  
819 - 3 ditas idem, sendo 2 esmaltadas.  
820 - 3 fruteiras de porcelana esmaltada e dourada.  
821 - 4 fruteiras de porcelana branca dourada.  
822 - 4 ditas, idem, idem, rendadas.  
825 - 4 antigos pratos travessos de legítimo azul nanquim.  
826 - 2 fruteiras de porcelana, esmalte rosa e ouro.

- 827 - 2 ditas, idem, idem.  
828 - 27 peças de porcelana, esmalte rosa, ouro e flores, sendo pratos travessos e de centro e 2 cremeiras.  
829 - 3 fruteiras de porcelana esmaltada e dourada, sendo uma rendada.  
830 - 1 pequeno serviço de fina porcelana esmalte verde e ouro com coroa portuguesa e iniciais, 70 peças.  
831 - 32 casais de xícaras de fina porcelana esmalte verde e ouro, com coroa portuguesa e iniciais.  
832 - 32 ditos, ditos, idem, idem.  
833 - 30 ditos de canequinhas, idem, idem.  
834 - 29 ditos de ditas, idem, idem.  
835 - 90 peças de fina porcelana, friso verde e ouro com coroa (pratos de mesa e travessa).  
836 - 1 rico serviço de fina porcelana francesa, esmalte verde e ouro com coroa, 225 peças para jantar (B. Wallerstein e Companhia).  
838 - 1 soberbo serviço de fina porcelana francesa, esmalte azul, ouro, e finas pinturas, com 568 peças para jantar.  
839 - 30 peças de antiga porcelana francesa, esmalte verde e ouro com coroa.  
840 - 30 casais de xícaras de fina porcelana, esmalte verde e ouro com coroa e iniciais.  
841 - 25 ditas de dito, idem, idem.  
842 - 35 casais de canequinhas, idem, idem,  
843 - 30 ditos de ditas, idem, idem.  
846 - 12 xícaras e tigelinhas de porcelanas diversas, esmalte ouro e coroa.  
847 - 100 pires de porcelana esmaltada e dourada, diversos.  
848 - 40 pratos de porcelana francesa, esmalte azul e ouro, com coroa (Theodore Haviland).  
850 - 12 casais de xícaras de fina porcelana, esmalte rosa e ouro, para almoço.  
851 - 5 canequinhas de antiga porcelana, forma e desenhos pompeianos, esmalte e ouro.  
853 - 5 casais de canequinhas de antiga porcelana esmaltada e dourada.  
854 - 72 peças de fina porcelana para mesa, esmalte verde e ouro, com coroa e iniciais.  
855 - 2 cremeiras de fina porcelana, esmalte rosa e ouro.



Serviço de d. Pedro II, com armas imperiais, o cetro dos Braganças e a mão de justiça.  
Porcelana francesa. Borda verde e ouro, sem marca.  
(Da coleção do Museu Imperial)





Porcelana francesa com as armas imperiais e as iniciais P. II.  
(Peça do MUSEU IMPERIAL)



857 - 1 riquíssimo serviço de finíssima porcelana de Sèvres com primorosas pinturas a esmalte e armação de bronze dourado a fogo, 17 peças em vitrine (presente de Napoleão III à imperatriz dona Teresa Cristina).

*Décimo segundo leilão*

N<sup>os</sup>

- 16 - 1 lote de porcelanas diversas para jantar.
- 17 - 14 bules e açucareiros de porcelana e louça.
- 18 - 14 casais de xícaras e canequinhas.
- 20 - 17 casais de xícaras de porcelana dourada antiga.
- 26 - 40 pratos de porcelana com finas pinturas para *dessert*.
- 31 - 8 peças de porcelana esmaltada, sendo algumas com coroa.
- 34 - 8 peças de faiança inglesa.
- 45 - 19 peças de faiança esmaltada e dourada.
- 46 - 1 lote de louça branca com friso azul.
- 47 - 1 lote de louça verde.
- 63 - 1 lote de porcelana branca com friso dourado.
- 74 - 19 pratos de porcelana esmaltada.
- 75 - 5 peças de porcelana branca com iniciais e coroa.
- 78 - 3 fruteiras de porcelana esmaltada e dourada, sendo uma rendada.
- 79 - 2 fruteiras de porcelana esmaltada e dourada.
- 23 - 18 casais de xícaras de porcelana dourada.
- 25 - 19 casais de xícaras de porcelana branca com friso de ouro.
- 27 - 15 casais de canequinhas de porcelana esmaltada e dourada para café.

Leilão na fazenda de Santa Cruz

- 82 - 1 lote de ricos pratos de porcelana com lindas pinturas e friso de ouro.
- 83 - 2 ricas saladeiras de porcelana dourada e com pinturas.
- 84 - 20 lindíssimas canequinhas para sorvete.
- 85 - 1 rica cremeira de porcelana dourada e com pintura.
- 86 - 1 lote de raríssimos e antigos pratos de porcelana, fundos e rasos, com coroa portuguesa, e finíssimas pinturas variadas de paisagens do reino.
- 87 - 1 lote de pratos de porcelana branca, para sobremesa.

- 93 - 1 lote de pratos rasos e fundos, travessos, azeitoneiras, pratos para ovos e de porcelana branca com friso dourado.  
94 - 40 casais de riquíssimas xícaras de porcelana branca com frisos de ouro.  
95 - 36 ditos, idem, idem.  
96 - 14 ditos, idem, idem.  
97 - 8 ditos, idem, idem.  
98 - 4 ditos, idem, brancas, com ramos verdes para caldo.  
99 - 3 fruteiras de porcelana branca.  
100 - 1 lote de louça branca e pintada.

Se fizermos agora um jogo de números, encontraremos o seguinte resultado: o catálogo dos leilões de São Cristóvão apresentava uma quantidade global de 3.565 peças de louça, para o uso de Suas Majestades. Desse número, 2.295 eram peças de louça não brasonada, e 1.270 eram de louça brasonada. Por dificuldade natural não foram computadas as peças que deviam conter os lotes não especificados na quantidade de que eram contidos. Assim, com a simples designação de lotes de louça, aparecem 12, sendo 11 de louça não brasonada, e apenas 1 de louça brasonada, esta, justamente, o “Aparelho de armas R.”, então em Santa Cruz.

Do lote 760, o Museu Imperial possui um prato de guardanapo e duas chávenas. Dos de nºs 764, 766 e 768, possui um exemplar de cada uma dessas xícaras de porcelana de Sèvres, casca de ovo, lindamente decoradas, e hoje em dia, raramente encontradas para o regalo dos colecionadores. Do nº 772, possui um casal. Do lote 815, possui o Museu três exemplares, sendo que dois trazem o carimbo comercial “B. Wallerstein e Cia, à Paris, Rua do Ouvidor, 70 – Rio de Janeiro”, e um traz o carimbo “Baruch e Cerf Wiel – A Paris” <sup>6</sup>.

---

6. Até 1860, o Almanaque Laemmert anunciava Bernardo Wallerstein, Masset e Cia., rua do Ouvidor 70, fornecedores da Casa Imperial. Vendiam de tudo: selins, calçados, charutos, chapéus de sol, bengalas, louças, vidros, cristais, bandejas, bronzes. Um de seus anúncios, era deveras pomposo e pitoresco: “Com casa em Paris e em Londres, recebem fazendas por todos os vapores de Southampton, assim como por todos os paquetes regulares do Havre, encarregam-se de qualquer encomenda, tanto para a França, como para a Inglaterra; encontra-se sempre nos seus armazéns grande sortimento de fazendas francesas, inglesas e da Índia: toda a qualidade de artigos próprios para o toailete de uma senhora, sedas, lãs, cassas, meias, rendas, modas, enfim tudo que aparece de novidade, algumas vezes ainda antes de conhecidas e vistas em Paris, são imediatamente remetidas pelos vapores; artigos de todas as qualidades para homens e meninos, chapéus e bonés, panos, casimiras, brins, fazendas para coletes, grande sortimento de camisas, roupa feita, luvas, meias etc., morins e linhos, lenços de linho, cambraia e seda da Índia, leques, óculos para teatro, lenços, camisinhas bordadas, etc.”.



Prato de provável fabricação francesa do serviço do duque de Saxe, tendo sobre reserva as iniciais A. L. (Augusto e Leopoldina)  
(Da coleção do Museu Imperial)



Do nº 830, possui um prato de guardanapo e um prato covo, bem como três canequinhas desse serviço, assinaladas no nº 833. Do lote 835, tem o Museu dois pratos de guardanapo, uma travessa e duas azeitoneiras. Essa porcelana, do uso diário dos paços, tem sido dada, por um equívoco do comandante Andrade Pinto, como do serviço do príncipe dom Pedro Augusto, neto mais velho de d. Pedro II. Acreditamos não ser difícil demonstrar esse equívoco. Preliminarmente, não seria plausível que o príncipe dom Pedro Augusto tivesse serviço de louça próprio, no Paço de São Cristóvão, quando tudo que era seu se achava na antiga residência de seus pais, os duques de Saxe, onde, por sua vez, fez leilão de tudo, anunciado no *Jornal do Comércio* de 9 de janeiro de 1890. Por outro lado, esse serviço tem simplesmente uma coroa imperial, símbolo de Sua Majestade o Imperador. O príncipe dom Augusto Leopoldo, irmão daquele, tinha em seu serviço, por baixo da coroa imperial, as suas iniciais. Do mesmo modo os pais de ambos, casal duque de Saxe, em cujo serviço, do qual o Museu Imperial possui dois exemplares, abaixo da coroa imperial estão as iniciais de Augusto e Leopoldina. É um serviço com borda azul e frisos dourados, e num oval branco, decorado a ouro, as iniciais A L, com arabescos dourados, sob a coroa imperial. Porcelana da fábrica da Boêmia, Pirkenhammer, de Fischer e Mieg, 1859-1900.

Do mesmo gênero, e com iniciais IG sob idêntico desenho ao do duque de Saxe, está o serviço do conde d'Eu, que também tem sido erroneamente atribuído às princesas Isabel e Leopoldina. É um serviço tendo na borda frisos dourados e lista verde, e as iniciais IG (Isabel e Gastão) sob a coroa imperial dourada. No Palácio Grão-Pará existe uma xícara desse serviço.

Por esses fatos, como atribuir ao príncipe dom Pedro Augusto um serviço caracteristicamente do uso de dom Pedro II, como esse do lote 835, simbólica e exclusivamente assinalado pela coroa imperial?

Do lote 836, possui o Museu dois pratos de sobremesa. Há quem dê esse serviço como pertencente a dom Pedro I. Poderia talvez ser contestada essa suposição tendo-se em vista os motivos decorativos da porcelana, de gosto muito posterior à época do primeiro imperador. O principal argumento para dá-la como do uso de dom Pedro II, estará todavia no fato de não figurar a mesma no inventário de 1834, data a que não poderiam escapar ao registro as louças de dom Pedro I.

Do lote 838, tem o Museu dois pratos de guardanapo, dois de sobremesa, uma travessa pequena e uma molheira. Consta ter sido presente de Napoleão III a dom Pedro II.

É o chamado serviço de caça, talvez pelo fato de ostentar faisões na borda. Não sabemos porque, também lhe chamam “*vieux Paris*”. Tem o centro decorado de flores.

Das peças existentes no museu, apenas duas trazem em relevo, no próprio esmalte, a marca D. P. Carlos Frederico classificou-as como produção de Desvres – Pas de Calais. No entanto, deve ter-se aqui enganado esse grande conhecedor. A fábrica de Desvres, segundo os bibliógrafos de porcelanas <sup>7</sup>, só esteve em atividade no século dezoito, quando aparece em sua direção a firma Dupré-Poulaine, cujas iniciais D. P. tenham originado o engano em apreço. Há por outro lado, quem interprete essas iniciais como índice de porcelana alemã. O fato é que todos os característicos dessa porcelana dão-lhe cunho nitidamente francês.

Do lote 839, tem o Museu um prato de guardanapo. Tem friso verde e grega dourada, e as armas imperiais com o cetro dos Braganças e a Mão de Justiça. Consta ter pertencido esse serviço a dom Pedro I. No inventário de 1834 não há menção ao mesmo, a menos que seja ele o designado simplesmente por “Louça de porcelana com firma”.

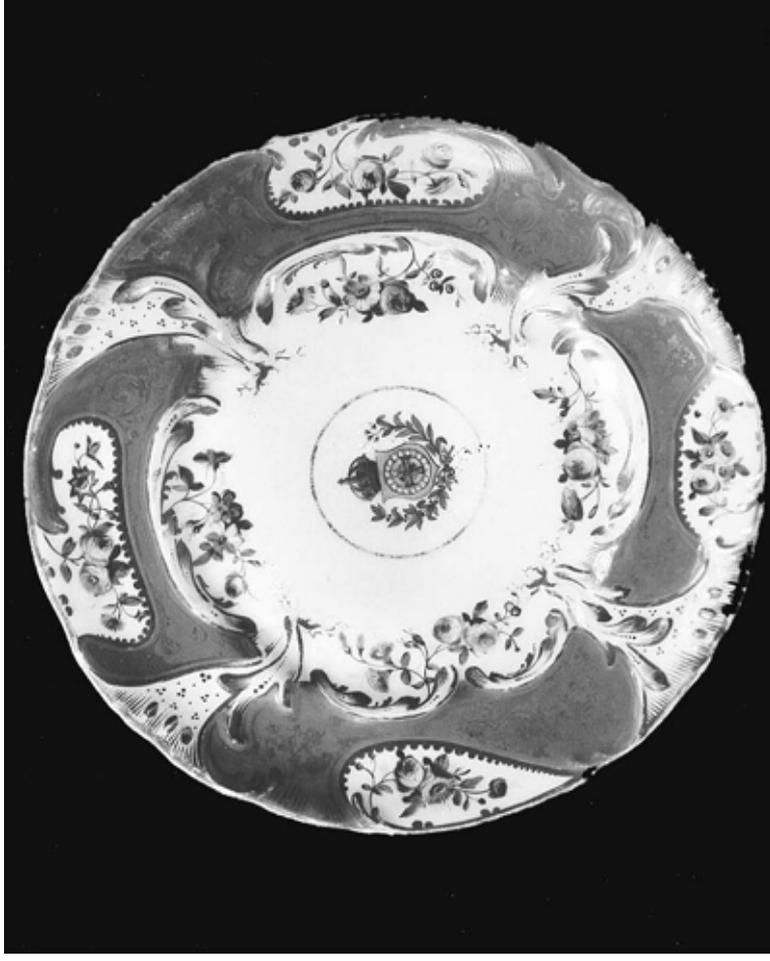
Do nº 848, possui o museu um prato de guardanapo. É um lindíssimo prato de borda azul marinho, frisos e desenhos dourados, ao centro as armas imperiais em verde sobre manto vermelho. Traz a marca, em vermelho, “Theodore Haviland, Limoges-France- J. Godin – 5, Rue de Paradis – Paris”.

Do lote 854, tem o museu um prato covo e um de sobremesa, e do 34 possui dois medalhões, e são por certo os de fabricação Wedgwood. Há quem ponha em dúvida, tivesse esta faiança inglesa sido do uso no paço. Qualquer hesitação nesse sentido desaparece pelo fato de existir uma tampa de terrina no “Jardim da Princesa”.

#### Jardim da Princesa

Junto, e em toda a extensão da ala direita do Palácio de São Cristóvão existe uma área fechada por gradil e muros, dentro da qual havia um pequeno jardim com tanques, e junto às paredes, em cimento, ainda se vêem guarnições, fontes, sofás, e poltronas,

7. E. S. Auscher. *Comment reconnaître les porcelaines et les faïences*. Paris, s/d.



Serviço de d. Pedro II. Porcelana francesa, com a marca de B. Wallerstein, representante no Rio

(Peça do Museu Imperial)





Serviço diário do Paço.  
Segundo reinado.  
(Da coleção do MUSEU IMPERIAL)



com embrechamento de diferentes peças de louça. Uma fonte trazia inscrito no cimento uma data aniversária da princesa Isabel: 29/07/1858. Era o chamado “Jardim da Princesa”, ponto habitual de seus brinquedos ao ar livre, e um de seus divertimentos consistia em fazer decorar as paredes, com as diferentes peças de louça em uso no Paço Imperial.

Embora muitas dessas peças tenham sido arrancadas ou partidas, através do tempo, uma porção ainda lá existe, da qual pudemos tirar várias fotografias. Bem longe de supor estaria no entanto a princesa, de que essa sua infantil distração, viesse a constituir uma preciosa base para a identificação de porcelanas não brasonadas e de uso no Paço Imperial. Assim é que ainda lá estão exemplares de quatro serviços de porcelana chinesa chamada Macau, com crisântemos, barquinhos, animais, e torre e ponte, exemplares de um serviço francês, Chantilly, um serviço azul e outro vermelho inglês, imitando China, e uma grande tampa de terrina Wedgwood.

Até agora, não conhecemos nenhum colecionador que possua como peça imperial, qualquer desses exemplares Macau e inglês. Quanto ao Wedgwood, o Museu Imperial adquiriu dois espécimes dos srs. Carlos Frederico e Djalma Fonseca Hermes. Vários colecionadores, todavia, punham em dúvida a autenticidade desse serviço, quanto ao seu uso imperial. Constituindo o lote 812 do leilão de São Cristóvão é ele atribuído a dom João VI, e o histórico de sua fabricação, reforçam esse conceito <sup>8</sup>.

#### Considerações gerais

Até hoje não se sabe o que teria em porcelanas, como em tudo mais, a residência de dom Pedro Augusto na Rua General Canabarro, e apresentado em leilão anunciado em 9 de janeiro de 1890 pelo *Jornal do Comércio*. Diz o sr. Francisco Marques dos San-

---

8. Auscher, op. cit. – “Faïence fine et grés-cérames”.

Burslem, fabrique des Wedgwood. Wieldon & Wedgwood, 1754 – Josiah Wedgwood, 1759; Wedgwood & Bentley, 1768-1780; puis Wedgwood, 1780,18...?

Henry Havard – *La Céramique* – p. 148 – “grand céramiste anglais Josiah Wedgwood. Aidé par son associé Bentley, homme d’une grande instruction et d’une rare intelligence, secondé, en outre, par le célèbre sculpteur Flaxman, qui confectionna pour lui un nombre incalculables de modèles, Wedgwood put non seulement créer la belle poterie de couleur ambrée qui porta d’abord le nom de *cream-colour* et plus tard celui de *queen’s ware* (poterie de la reine), mais aussi cette multitude de délicats bas reliefs se détachent en blanc sur un fond coloré, et dont le dessin, à la fois correct et charmant, défie toute comparaison”.

tos, nosso informante, que ainda não logrou pôr os olhos num exemplar desse jornal com a referida descrição dos objetos que iam a leilão.

Tratava-se de uma folha solta de anúncios, e as coleções encadernadas desse jornal, por ele vistas, acham-se todas desfalcadas dessa página, sem dúvida posta ao lixo como impresso desprovido de qualquer interesse naquela época.

Não se tem notícia, também, do que teria encerrado o Palácio da Princesa, em Petrópolis.

No Palácio Isabel (hoje Palácio Guanabara) foi feito um inventário, a 29 de agosto de 1894, do qual <sup>9</sup> constam as seguintes porcelanas, e como de hábito, da forma mais lacônica possível quanto a características e fabricação:

40	9 casais de canequinhas de porcelana para café	2\$700
41	10 ditos de xícaras de porcelana para chá	4\$000
42	1 serviço de louça para jantar	20\$000
44	1 serviço para almoço	5\$000
45	43 casais de xícaras de porcelana para chá	21\$000
47	1 lote de porcelana para jantar	25\$000
49	38 casais de xícaras de porcelana para chá	19\$000
50	1 lote de porta-ovos de porcelana, uma tigela, uma xícara e dois pires	1\$000
52	18 casais de xícaras de porcelana para chá	9\$000
53	5 molheiras de louça	1\$500
54	14 porta-ovos de louça	1\$400
55	1 lote de bules, xícaras, pratos e etc.	2\$000
60	4 pratos para azeitonas	1\$200
714	4 jarros com retratos da ex-família imperial	60\$000

No castelo d'Eu, em França, existem várias porcelanas imperiais. Resta-nos pois a esperança de virem dali novas contribuições.

Pelo catálogo dos leilões de São Cristóvão não se saberá como identificar ali uma porcelana nitidamente de uso imperial. Trata-se de um serviço da imperatriz Leopoldina, do qual possui o Museu, três peças. É branco, com frisos dourados, e na borda o monograma M L, sob a coroa real. Traz nas costas os seguintes dizeres, em letras vermelhas: “Manuf<sup>te</sup> de Foëcy. Passage Violet n<sup>o</sup> 5,

---

9. “Relação dos móveis e mais objetos existentes no Palácio Isabel na rua Guanabara 56 (Laranjeiras), capital federal, em 29 de agosto de 1894. A comissão: capitão Bonifácio da Costa, alferes José Pontes, Tomaz Pedreira de Cerqueira, 3<sup>o</sup> escriturário do Tribunal de Contas”. Manuscrito existente no arquivo do Museu Imperial.



Prato de serviço de dom Pedro II. Exemplar único.  
(Da coleção do Museu Imperial)





Aparelho usado pelo príncipe de Joinville em seu palácio na cidade do mesmo nome, em Santa Catarina.

Porcelana francesa, da fábrica St. Amand (Nord).

(Peça do Museu Imperial)



B. Poissonière, à Paris”. Não figurando essa porcelana em São Cristóvão, no leilão de 1890, teria ela, como outras, sido conservada em mãos particulares, desde data muito anterior?

Nessas condições está o serviço poligonal, com frisos dourados e armas imperiais em esmalte roxo, ao qual, segundo informa o comandante Andrade Pinto, foi feita uma referência em *O País*, de 25 de julho de 1890. Aliás, esse aparelho apresenta a curiosidade da coroa parecer-se com a coroa imperial russa.

E para encerrarmos estas notas, vamos registrar uma contrafação de porcelanas imperiais, aparecida no Rio em 1917. É apontado como idealizador um senhor Joaquim dos Santos Libório, português, que a trouxe da Europa. Trabalho grosseiro, apresenta as armas imperiais deturpadas sob várias fantasias e a marca da fábrica, aliás boa porcelana francesa, encoberta por barra negra.

Essa falsificação, quando menos, qual joio junto ao trigo, servirá de índice do apreço entre nós despertado pelas coleções de porcelana.

*Alcindo Sodré.*



## **VIDROS E CRISTAIS**



## Vidros e cristais

Avulta, entre os ramos da técnica de museu, o estudo de vidro e da sua subdivisão, o cristal. Na sua mais complexa e variada forma e utilização, tal estudo é deveras interessante, quer se trate de feição científica, utilitária ou artística. Não nos propomos descrever-lhe a parte técnica, porém a histórica.

Inútil será dizer o grande auxílio prestado à química, física, astronomia, quando de auxiliar, passa a ser colaborador indispensável, bem como incentivador da ciência pelo progresso que a sua utilização fornece.

A fabricação do vidro é uma das antigas artes humanas; nasceu, talvez, da necessidade que teve o homem de iluminar, ou melhor, de aproveitar a luz solar para clarear sua habitação.

Embora difícil de precisar a origem de sua descoberta – se acidental ou produto de apurado esforço – tornou-se não só intensamente útil, como artístico. É uma descoberta que deve estar ligada a um dos muitos problemas de geografia humana, se pensarmos que os antigos ao lado da entrada da casa ou do abrigo, não podendo deixar um claro aberto para a passagem da luz, devido ao vento, chuva e frio, tiveram necessidade de criar um produto que coando a claridade, os protegesse dos elementos atmosféricos.

Assim, o homem encontrou no vidro a solução.

As primeiras noções da fabricação do vidro transparente remontam aos fenícios, cujas fábricas de Sidon e Tiro eram célebres.

No Egito, chegou essa fabricação a um alto aperfeiçoamento, citada já por Moisés. Na Bíblia, encontram-se várias referências, muito simbólicas. São João, no Apocalipse, diz que, diante do altar de Deus, havia um muro de vidro; e Job, em seu livro, citando coisas preciosas: “nem o ouro, nem o vidro, são iguais à sabedoria de Deus”.

Os romanos fazem os egípcios pagar o tributo do vidro. E mais tarde, Alexandre Severo, considerando-o *arte suntuosa*, aumenta o imposto.

Com a transferência do Império Romano para o Oriente, seguem com Constantino Magno, os operários mais hábeis.

Teodósio II, livrando de taxas os fabricantes, deu maior impulso à indústria.

Segundo M. de Paw, a primeira fábrica de vidro foi estabelecida em Dióspolis, capital da Tebaida. Durante séculos (nove, segundo Marques Pereira), conservou o Oriente esse monopólio, até que no século XIII, em Veneza, os gregos aí criam a indústria.

Já os romanos empregavam o vidro nas janelas, e, nas ruínas de Herculano e Pompéia, foram encontradas casas com janelas de vidro. Além disso, foram aí encontrados muitos objetos que são verdadeiros documentos de alto grau desta arte, figurando muitos deles no Museu de Nápoles.

Na França, a arte da vidraria foi precoce. O abade inglês Bento Bessope, em 690, querendo construir sua igreja de pedra, manda vir da França os operários que deviam colocar, nas janelas, o vidro.

Conta-se que a rainha dos francos, Radegonda, oferecendo um suntuoso jantar, teve a originalidade de servir cada iguaria em um prato de matéria diferente, aí figurando o mármore, a prata e o vidro.

O seu valor era tal que houve época em que as garrafas e os copos de vidro branco substituíram os de ouro e prata.

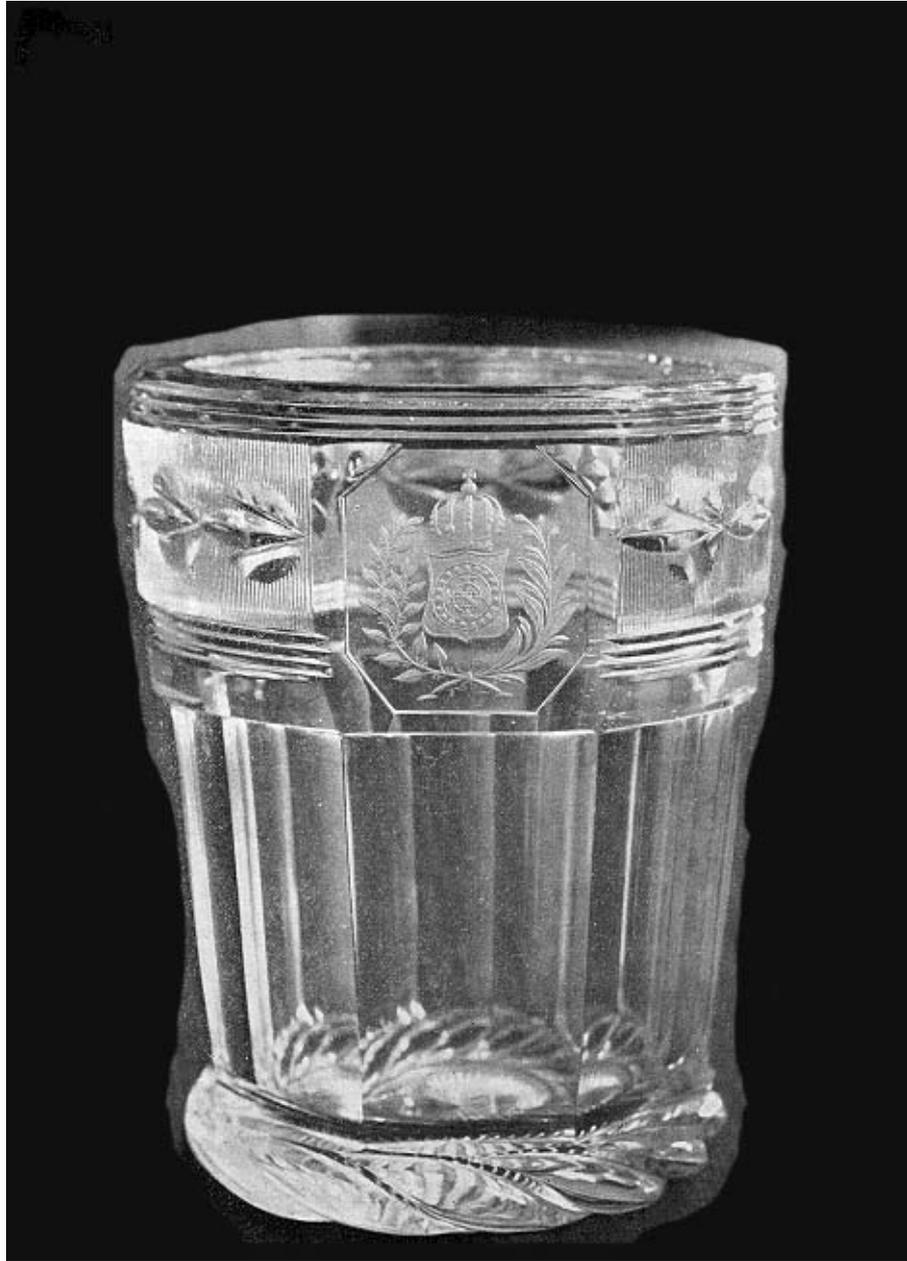
A arte entra em decadência na Idade Média e, somente depois da instalação das fábricas de Veneza e Murano, ocupa novamente o lugar merecido.

A arte vidreira em Veneza data da época de sua fundação e é daí que, naturalmente, se irradia seu conhecimento pela Europa.

O Senado institui o direito de nobreza. Considerada arte nobre, adquire o operário, com a profissão, o título de “gentil-homem”, gozando das regalias e prerrogativas devidas. Assim é que, sendo nobre a profissão, os nobres podiam exercê-la sem anular-lhes a nobreza, como acontecia a outras profissões.

Na época das corporações, formaram os vidreiros a sua, e, em Veneza, em 1268, em uma procissão, apresentam-se gravemente. Tinham como brasão: em campo de prata três lisonjas de azul em contra roquete acompanhada de uma bilheta de negro deitada.

Semelhantemente ao que se dava com porcelana na China, era na Europa, proibida a divulgação da fabricação do vidro e tão severa e secreta se mantinha que, no ano de 1291, sob pretexto de sa-



Copo de cristal branco, fabricação Baccarat.  
(Coleção do Museu Imperial)



lubridade da cidade, foi a indústria banida de Veneza para a ilha de Murano, lugar mais isolado e de mais fácil fiscalização. Apesar disso, os venezianos, querendo resguardar a sua indústria, acumulam de leis e regras impiedosas os fabricantes.

Em 1490, é proibida a saída de operários para o estrangeiro.

Na França, Colbert, que já havia fundado a manufatura de Gobelins e a real de mobília, em 1665, tenta a dos vidros, criando, então, a Companhia Real de Vidros, organizada com pessoal das fábricas de Murano. Impedidos de se afastarem mais de uma légua do local do estabelecimento, sujeitos a multa, pena de morte, continuavam os operários de vidro, em França, obrigados ao sigilo de sua manufatura. Entretanto, embora fosse em Veneza proibida a saída de operários, muitos conseguiram fugir (seja visto o caso do estabelecimento da Companhia Real de Vidro, em França), para a Alemanha, onde deram uma feição nova à indústria. O tipo à “moda de Veneza” foi fabricado em muitos outros lugares, emigrou através dos Alpes com os seus fugitivos fabricantes.

Aos operários, na hora do trabalho, era servida cidra, e as serventes que os atendiam reclamavam constantemente: “Bebida para estes senhores”. Possuíam chapéu bordado ou galonado de ouro, usavam espada e faziam visitas a cavalo. Competia ao diretor não só alimentá-los bem, como cuidar do cavalo; era-lhes permitido caçar nas florestas próximas à vidraria.

Dá-se o nome de vidro “a uma substância fusível a uma temperatura elevada, frágil, dura, transparente, insolúvel na água, formada da combinação do silicato de potássio ou de silicato de sódio, com um pouco de silício seguinte: silicato de cálcio, de magnésio, de barite, de alumínio de ferro”<sup>1</sup>.

A qualidade primordial, básica do vidro é a sua transparência, e, conforme a finalidade a que se destina, é feita a pasta. Os vidros podem ser moldados, lapidados ou mistos, isto é, parte moldados, parte lapidados.

Para melhor estudá-los, podemos grupá-los em várias categorias, conforme o trabalho que apresentam ou a decoração, podendo ser: lapidados, gravados, cinzelados, coloridos, estalados, pintados, dourados, esmaltados, filigranados, e, muitas vezes, devido à necessidade, ou melhor à utilização apresentam-se opacos.

---

1. L'Amatore di Oggetti d'Arte e di Curiosità. Milão, 1922, p. 905.

**I. Lapidação:** a lapidação multiplica os planos e as bases do vidro e produz as facetas em ângulos retos ou estrelas; é uma das ornamentações de mais efeito e esteve muito em voga no século XIX, sendo que a do início deste século tem, como característica, as numerosas e salientes facetas talhadas em estrela. A manufatura inglesa culmina nesta divisão, onde os raios de luz e a proficiência do corte e polimento das facetas angulares produzem um brilhante efeito. Uma das formas mais belas do cristal lapidado é o lustre, cujas facetas aumentam o efeito da luz. Entre outras formas a lapidação pode ser inclinada, fig. 1; à lulí, fig. 2, que é ondulada; à escama, fig. 3; à bico de jaca, fig. 4, que produz o pontiagudo. Baccarat é que costumava numerar e dar um nome às suas lapidações, e estas denominações foram traduzidas e mantidas no Brasil.

**II. Gravura:** a gravura imprime a decoração; é, conforme o dizer de Haward, “o esfolado da epiderme”<sup>2</sup>. Apesar deste ornamento afetar a solidez do vidro, pois na parte gravada ele se torna mais fraco, a combinação das várias espessuras produz uma das mais belas decorações. Há três processos de gravar: a buril, a ponta de diamante e a ácido.

*Buril:* a característica deste é não ser profunda a gravura e torná-la fosca, tirando apenas uma terça ou quarta parte da espessura, permitindo que se execute uma série de decorações leves, como sejam letras, flores, cartuchos, brasões, atributos nobres etc.

A ação do buril sobre o vidro é tirar-lhe o polimento, deixando-o fosco. Quando se quer dar ao ornamento gravado, ou a determinadas partes, o brilho que lhe foi retirado, é novamente polido, combinando-se, assim o fosco com o brilhante, que é de efeito surpreendente.

Esta decoração é conhecida como “floristada”.

*Ponta de diamante:* pouco usado ultimamente, esteve muito em voga nos séculos XVII e XVIII, sobretudo na Holanda. Como característica tem os traços matematicamente iguais, sendo os efeitos obtidos pouco variados. É esse processo executado com uma ponta de diamante, usada como um lápis, apoiando-se ligeiramente na superfície do vidro. Distingue-se essa ornamentação pela monotonia do aspecto do talho.

*Ácido:* é o processo menos dispendioso, sendo o desenho decalcado no objeto. Kessler (XVI) dá impulso a essa gravação,

---

2. Henry Haward, *La Verrerie*. Paris, 1919, p. 70.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

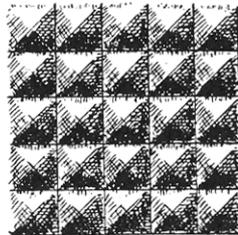


Fig. 4



Fig. 5

Das figuras 1 a 4, tipos de lapidação, mencionados no texto deste trabalho.  
A figura 5 é referência da página 219.



bem como Bitterlin que descobriu a fórmula de variar os diferentes modos de matizar, obtidos por esse processo, dando relevo aparente e maior espessura.

**III. Colorido:** para tingir o vidro, misturam-se na pasta, enquanto estão em fusão, os silicatos coloridos, ou então misturam-se diretamente as matérias corantes, antes da massa ir ao fogo. A grande dificuldade que tiveram os vidreiros nessa fase consistiu em obter o colorido e conservar a transparência. É aí que está a grande ciência, sendo que, dentre vidros coloridos, os mais transparentes são os mais perfeitos.

**IV. Dourado e esmaltado:** para o processo de douração e esmalte, total ou parcial, do objeto, entram em sua composição certas e determinadas matérias. Alguns destes processos, que eram secretos, se perderam e por isso são ainda mais dignos de nota os vidreiros que os souberam redescobrir.

**V. Filigranado:** é aquele que tem uma infinidade de filetes alternadamente coloridos e incolores, transparentes e opacos, misturando-se e formando desenhos mais ou menos regulares, porém sempre de efeito belíssimo.

Essa foi uma das especializações dos vidreiros venezianos.

**VI. “Craquelé” ou estalado:** dentre os cristais de fantasia, figura o criado pela fábrica de Newret, do conde de Harrach, na Áustria – o estalado.

Se na porcelana isto a princípio ocorre de um defeito ocasional, no vidro é produzido intencionalmente, constituindo uma das mais artísticas formas de ornamentação. Há dois modos de obtê-lo: 1º mergulhando, bruscamente, o objeto, apenas solidificado, na água fria, o qual se contraindo estala, ocasionando essa rachadura ligeira opacidade; 2º, quando o objeto está quase pronto, e o vidro ainda está maleável, salpicam-se pedaços, ou pó de cristal os quais se fixam depois de irem novamente ao fogo, formando as arestas como uma nuvem cinza e opaca. É usado de preferência na confecção de peças pequenas cujo efeito é magnífico.

Em 1878 na Exposição Universal de Paris, figuraram objetos de “rachaduras metalizadas”.

Assim o “craquelé” é um vidro estalado, obtendo-se o resultado com as alternativas de temperatura fria e quente. Sendo uma imperfeição na cerâmica, é no vidro aproveitado como elemento decorativo, ornamental.

**VII.** Opalina: é a forma do vidro fosco, opaco e resulta da incompleta vitrificação da sílica; feita talvez na intenção de imitar a porcelana; o nome deriva-se de opalus ou opalum, luzente. Apesar da cor leitosa é translúcido, como, por exemplo, nos globos de luz e nos abajures. Embora seja vidro muito fabricado na Inglaterra, não é tipicamente inglês, tendo sido importado de Veneza ou Holanda. É ainda um ornamento principal do vidro a “lágrima de Batávia” ou “gotas do príncipe Roberto” ou, como é ainda conhecido, “lágrimas de Holanda”. Especializou-se nesse processo decorativo Hubin, no século XVII.

O zênite dos vidros de Murano foram os séculos XVI e XVII, e a decadência começa quando é dada a preferência aos cristais talhados na Boêmia. Os fabricantes de Murano, para valorizarem seus produtos, criaram a lenda de que os copos aí confeccionados partiam-se, quando se lhes punha veneno. E esta crença vai até o século XVII. A fábrica de Murano é, ainda, atualmente, muito visitada pelos turistas, que aí vão, não só apreciar os belos exemplares, como ver a fabricação; é ela citada por d'Annunzio em quase todas as suas obras.

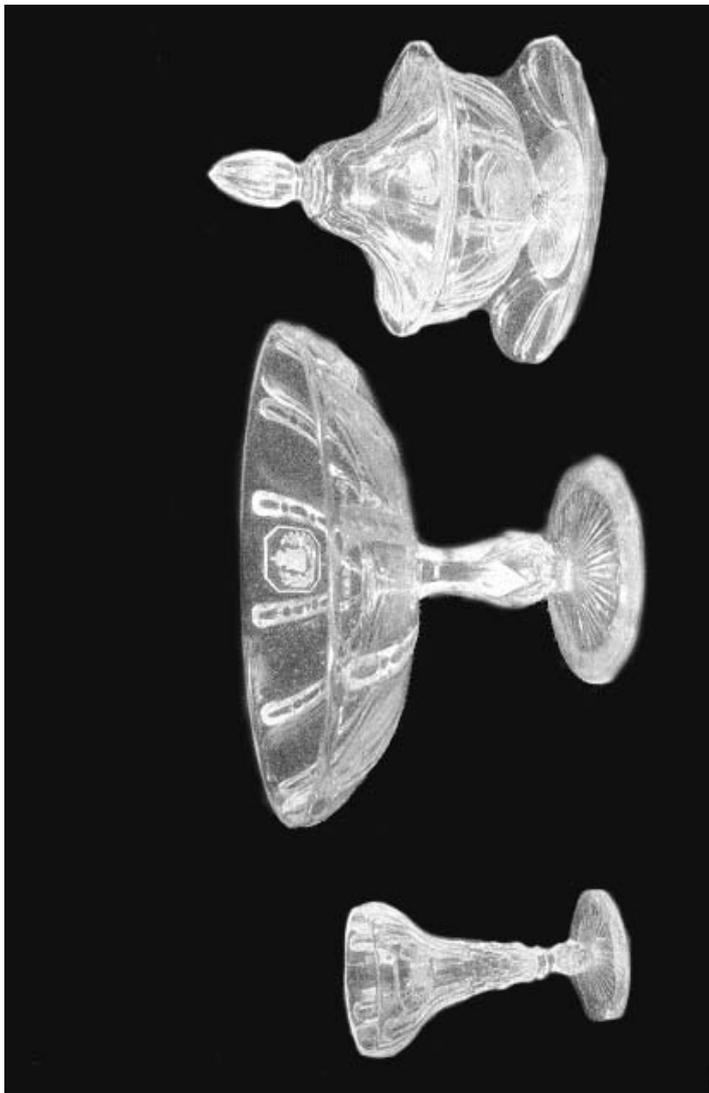
Se o vidro de Veneza se distingue pela leveza da filigrana, o da Alemanha sobressai pelo esmalte, surgindo aí o uso de brasonar no vidro, bem como gravar assuntos guerreiros. Cabe a Gerolamo Magnati, no século XVII, descobrir o modo de colorir o esmalte, sem perder a transparência.

Na Boêmia, nos séculos XV e XVI, houve uma extensiva manufatura, e, embora sem um caráter principal a distingui-los dos da Alemanha, eles têm como ornamentos principais: lendas mitológicas, cenas bíblicas e de romance de cavalaria, guirlandas e retratos.

Quanto à coloração do vidro, é imprescindível dar aqui uma nota sobre o vaso Barberini ou, como é mais conhecido, “de Poltrão”, encontrado em um sarcófago dos arredores de Roma. Pertenceu ao Museu dos Barberini em Roma, sendo adquirido pela duquesa de Portland, que o doou ao Museu Britânico. Devido à cor azul e branca e à opacidade, foi considerado muito tempo como sendo de louça. Um dia, um louco, visitando o museu, partiu-o com uma bengala; foi, porém, habilmente restaurado.

Na Itália, a arte do vidro a cor é introduzida por Simone Martini, que funda escola.

Na Inglaterra, revelam-nos documentos, ainda existentes, que Verzellini tinha, em Londres, um forno e, em 1575, conseguiu pa-



Cristais brancos, marca Baccarat. Serviço do Paço.  
(Coleção do Museu Imperial)



tente para fazer vidro como os de Murano. Entretanto, não foi o primeiro a criar uma fábrica na Inglaterra, pois em Sussex e Surrey já existiam várias e, no reinado da rainha Isabel, já haviam sido requeridas licenças. Progride a arte, acentua-se o tom do rosa, atenua-se o verde, escurece-se o roxo, surgindo o vidro esfumaçado. É toda uma sinfonia de cores realçando a beleza dos objetos.

No século XVI, foi usual, em França, o vidro esmaltado com retrato. Sob a direção de Perrot, a vidraria de Orleans, em 1686, imitou, com o vidro esmaltado, a porcelana da China, e ainda obteve baixos-relevos.

Henri IV dá grande impulso à indústria, fundando oficina em St. Germain, Nevers, e Paris e concedendo aos italianos Vincenzo Bussono e Tomaso Bartoldo (natural de Mântua), autorização para fundarem uma fábrica em Rouen, a qual mais tarde se tornou famosa.

São vidreiros célebres, na Itália: Ballarin, que, em começo do século XVI, descobre a maneira de aumentar a transparência do vidro, realçando-lhe a beleza; da mesma época é Beroviero, Paulo Godi de Pergola, Bois d'Autic, que deu à França a solução para a melhoria da fabricação; na Alemanha, temos Scaper, Benchat Kyell, Kumkell; na Inglaterra, Cornélio de Launoy, João Quarre e outros.

Quanto ao estabelecimento de fábricas vidreiras em França, temos, entre outras: em 1765, Baccarat, que é fundada com o nome de Sta. Ana, pelo bispo de Metz e pelo advogado Antônio Renault, seu primeiro diretor. Segue-se a de S. Luiz; em 1767 sob a direção de La Salle, Olivier, Antoine e Joly. Vêm, depois, as de Clichy, Pantim, Bourget.

A fabricação é aperfeiçoada em 1821 com a invenção do operário da fábrica Baccarat, Robinet, criador da bomba, a que deu o seu nome, ocasionando esse progresso a maior perfeição e igualdade na moldagem do vidro.

A bomba Robinet substitui o sopro.

É sob a orientação de Bomtemps, diretor da “Cristalaria” de Choisy-le-Roy que, em 1839, começa a fabricação do vidro filigranado. É esse um dos ornamentos mais delicados, sobressaindo nesse gênero o artista italiano Salviati, que trabalhou em Paris em 1867.

Quanto à maleabilidade do vidro para objetos de uso, que estão hoje tão em voga, é de notar que em Paris, na época das perucas,

um nobre chamava a atenção sobre si por usar cabeleira de fios de vidro, frisados diariamente. Nas coleções do Louvre, salienta-se um grupo representando um leão subjugando uma jibóia, sendo o pelo do leão em vidro, dando a impressão, de natural. Foi esse trabalho feito por Lambourg que levou 30 anos a executá-lo, tendo figurado com grande êxito na Exposição Universal de Paris em 1855.

É por essa época que surgem os brinquedos de vidro, citando Marques Pereira, em seu livro “Cristais”, o seguinte anúncio do jornal *Rei e Ordem*, de junho de 1858, em Portugal: “Palácio de Cristal – Vista surpreendente de um magnífico Palácio de Cristal fiado, que representa o imperador da Turquia em Constantinopla, onde tem Serralho. Este magnífico trabalho foi apresentado a S. M. o rei o senhor d. Pedro V. Entrada 80 réis, crianças e soldados 40 réis. Ensina-se a fiar o vidro e a bordar o mesmo em 5 lições a preços convencionais”.

Neste tão pitoresco anúncio, vemos já o progresso da arte vidreira em Portugal e tão interessante era o “Palácio de Cristal fiado” que o rei o havia admirado. Em Portugal, a fabricação do vidro começara no século XVI, entretanto é só com a instalação da fábrica de Vista Alegre que aparecem os primeiros vidros artísticos. A fábrica de Vista Alegre fundou-se pelo alvará régio de 1º de julho de 1824, sendo a oficina de vidragem dirigida, até 1826, por Francisco Müller, alemão, vindo da fábrica do Covo, de Oliveira de Azeméis, e depois até 1854, por João da Cruz e Costa, que viera de Lisboa. Tomou a fábrica o nome da quinta onde se estabeleceu.

O período áureo foi de 1837 a 1846. Em junho de 1838, na Exposição de Produtos de Indústria Portuguesa, figuram com êxito, os produtos de Vista Alegre, a qual concorre também com exemplares à Exposição de Lisboa da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, em 1844, sendo de notar que figuravam esses produtos ao lado de objetos estrangeiros, a fim de realçar-lhes a perfeição.

Em 1846, cessou o fabrico do vidro, recomeçando em 1848, porém somente o do vidro liso e o de vidraça, o que denota decadência, acontecendo que alguns operários transferiram-se para a fábrica da Marinha Grande, e alguns fundaram a de Malhada, que foi de vida efêmera.

O ensino da lapidação foi, no início, ministrado pelo inglês Samuel Hules, e entre os operários decoradores havia especializações.

Em 1880 termina Vista Alegre a confecção vidreira.

É interessante o que ocorreu nessa fábrica, que tinha por principal função, quando instalada a fabricação de cristais e, em menor escala, a porcelana, que, a partir de 1844 passa de produção secundária a principal, tornando-se os seus produtos, perfeitos e belos, o prazer dos colecionadores. Parece que os primeiros que se ocuparam na confecção de porcelana foram os vidreiros de maior nomeada, pois produzindo cristais quase opacos, de tons arroxeados e azulados, tentaram também na cerâmica a aplicação do mesmo esmalte. O vidro incrustado com medalhões é uma das especializações da fábrica. A variedade de objetos artísticos e usuais é infinita, compreendendo cada um deles um modo especial de execução e fabrico. É uma profusão em que misturam urnas, jarretas, manteigueiras, tigelas, jarras, garrafas, frascos de toailete, vasos, pratos para várias finalidades, copos de pé alto, garrafas com asa, outras de tampa, e imensa variedade de cálices, o de vinho branco, o de tinto, o de conhaque, o pitoresco “cálice de champanhe”, e o não menos interessante “copo de licor”, como era usual dizer-se em 1840, e ainda leiteiras, saleiros, xícaras, compoteiras etc. E, realçando-lhes a utilidade e beleza singela, o enriquecimento das formas, acrescidas de uma nota de arte, podendo ser facetadas, filigranadas, esmaltadas, estriadas, em fosco, com ornatos a ouro, floristadas, cinzeladas, brasonadas, com monogramas, com retratos, enfim, trazendo em si um sentido qualquer de expressão artística.

É a Inglaterra que, democraticamente confeccionando objetos baratos, torna popular o uso do vidro, que era privilégio dos ricos.

Atualmente temos o vidro não só na indústria da paz, como também na indústria da guerra. Substituiu a safira, em alguns instrumentos de precisão; substituiu com vantagem as porcas, tachas, parafusos de metal, nos objetos sujeitos à ferrugem, até máquinas inteiramente de vidro são construídas para substituir as de ferro!

Temos, ainda, o vidro plano, em regra tão quebradiço e hoje já apresentando aperfeiçoamento considerável nesse ponto vulnerável.

Nesta especialização, acaba de ser fundada em Niterói a Companhia Vidreira do Brasil, “Covibra” que pretende, futuramente, produzir vidro polido, artístico, fosco, marmorites e cristais finos.

Não nos podemos furtar ao registro de uma nota sobre alguns vidreiros, que foram artistas célebres, pois esta arte pode ser considerada uma subdivisão da escultura, visto que imprime na matéria inanimada as formas da vida. Assim temos o francês Roger Gallé, que evocou todos os recursos da flora, quer na forma como nos tons;

Lalique, que, na harmonia das curvas, executou a elegância máxima, produzindo uma visão de estética perfeita; George Despret, com a simplicidade ingênua de seus modelos; Henry Cross, reinventando a pasta de vidro perdida desde a Roma antiga; François Eugène Rousseau (1827-1881) – teve na arte do vidro um lugar de destaque, criando antes de Gallé um novo tipo, sob a influência do Oriente e do Ocidente medieval – a opalina; Koloman Moser, com a extrema harmonia de seus objetos, deram, com o ritmo de suas concepções, cunho de arte e suntuosidade às obras modernas de vidraria.

### Cristal

Os gregos tiraram a palavra “cristal” de “krisém” – frio, porque acreditavam ser o cristal de rocha resultado de um congelamento.

Pelos antigos, era considerado pedra preciosa, só o empregavam, porém, na fabricação de objetos de grandes dimensões.

Na Etiópia, os mortos eram colocados em urnas de cristal de rocha. Os egípcios eram peritos na arte de talhá-lo, entretanto, os árabes sobrelevam-se nessa arte, existindo, no Museu do Louvre, um jarro árabe do século X, com belíssimas e perfeitas incrustações. Durante a Idade Média, usaram muito o cristal de rocha, tanto para relicários, báculos e objetos litúrgicos, como para punhos de espada.

No Egito, usavam incrustá-lo nas estátuas, principalmente no lugar dos olhos, sendo célebre os da “Scribe Acroupi”, que faz parte das coleções do Louvre. Na Idade Média, figurava, sobretudo, na ourivesaria, quer em anéis “cabochon”, quer em baixelas de mesa.

Em Paris, existiu no século XIX o grêmio dos “cristaleiros”; assim chamavam os gravadores de cristal de rocha.

No século XVI, os mostruários dos relógios eram de cristal de rocha, com bronze e cobre.

A fabricação do cristal ordinário é originária da Inglaterra, onde toma o nome de “flint-glass”.

Roberto Mansel pediu ao governo licença para fazer o vidro com auxílio do carvão, em vez de madeira. Essa composição é o início de grandes modificações e aperfeiçoamentos futuros. Foi sob seus auspícios que a arte teve tão grande aproveitamento.

Em 1780, é descoberta na Inglaterra nova fórmula para a fabricação do vidro, ao qual chamam “flint-glass”. O nome é muito enganador e teve origem quando operários ingleses usaram, primeiramente, seu cristal nativo, em vez dos seixos italianos, alterando o método de fabricação, pondo o chumbo na sua confecção; assim é que o nome mais apropriado seria “vidro de chumbo”.

Passa, então, a ser conhecido como “cristal artificial”, em oposição ao cristal natural ou de rocha. Este novo vidro, tão luminoso e transparente, dá à Inglaterra lugar de destaque entre os produtores de vidro da Europa. Conservou longo tempo o monopólio da fabricação e, somente em 1784, começa a França a sua produção na Manufatura Real de Creusot.

A arte de talhá-lo é importada da Boêmia. O real cristal da Boêmia, que se tornou universalmente famoso, teve sua origem na arte de cristal de rocha lapidado.

Veio essa ornamentação da Itália, depois da conquista de Constantinopla, em 1453, para Nuremberg. Em meados do século XVI, o imperador Rodolfo II, grande propulsor da arte da lapidação, convidou alguns célebres lapidários italianos para a sua corte.

De Milão, seguem Girolano e Gaspar Meiseroni, que era diretor em Praga de uma lapidaria de cristal e pedras, fundada pelo imperador.

É por essa época que, a voga do cristal de rocha declinando, o alemão Gaspar Lehmann, professor de lapidação, abandona seu cargo e aplica os conhecimentos adquiridos em cortar o vidro por um processo próprio. Está descoberta a gravação no vidro, que, mais tarde, se torna a característica do cristal de Boêmia.

A idade de ouro do cristal de Boêmia começa com George Schwankart de Nuremberg, que estudara em Praga com Lehmann; como seu assistente, sucede-o, na qualidade de decorador. Príncipes e prelados disputam suas obras, nas quais a maioria dos motivos são inspirados nas gravuras de Alberto Dürer. Faleceu em 1552 em Praga, para onde voltara a pedido do imperador Fernando III.

Quando Maria Teresa, condessa de Flandres, visitou Goethe, em 1744, já Veneza preparou em sua honra cristais em estilo dos de Boêmia e todos brasonados.

O estilo havia sido aí introduzido por Giuseppe Briati que passara três anos em uma fábrica da Boêmia, como operário, trazendo para Veneza seus conhecimentos.

Nos banquetes públicos dos Doges, os produtos Briatti rivalizavam com o ouro e a prata, na conquista do lugar de honra.

O cristal talhado esteve em grande voga na Restauração e no reinado de Luiz Felipe. No 1º Império francês, houve excesso de objetos de vidro e cristal. Surgem, no mobiliário, as cristaleiras, móveis com portas de vidro, cuja finalidade era deixar visíveis os objetos ali expostos e guardados.

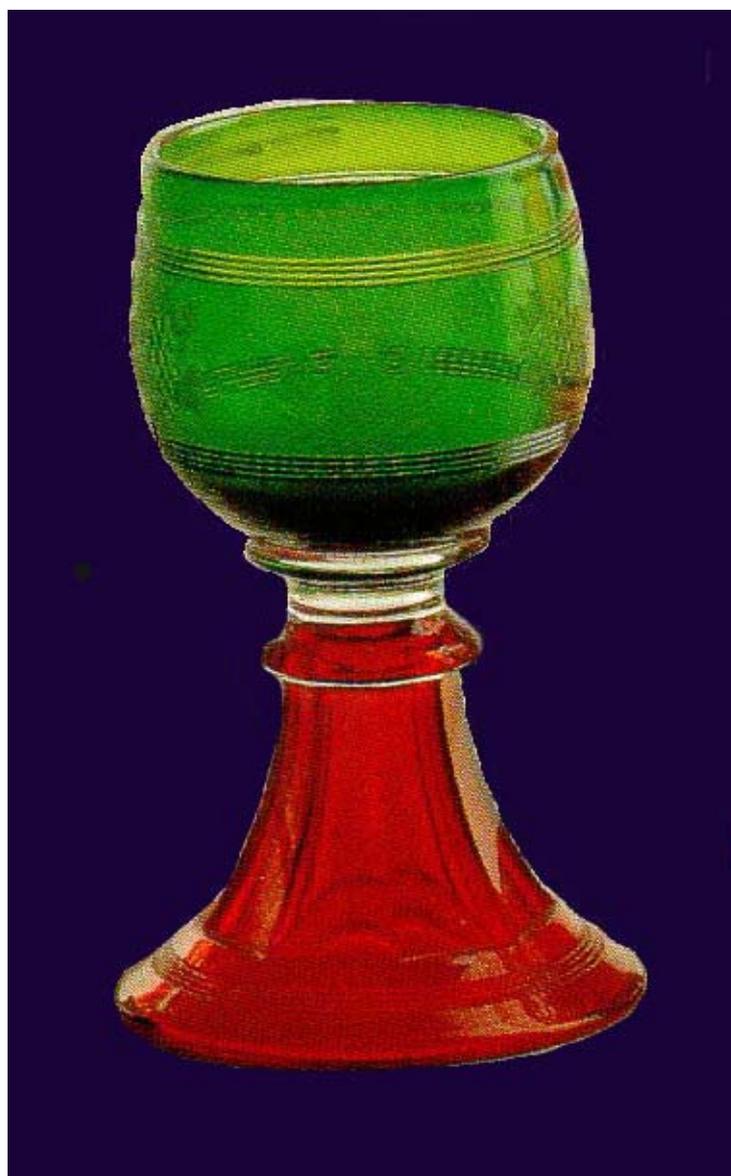
Na exposição de 1819, em França, figurou um lustre de cristal, tendo a forma de um obelisco, dividido por três círculos, sustentado cada um por quatro colunas, e os pingentes ornamentados de estrelas, com pegadores de bronze. É a primeira vez que o cristal vem decorado com o bronze dourado, sendo tal combinação de efeito belíssimo.

O uso do cristal no século XIX tomou vulto; o vice-rei do Egito encomenda candelabros de 6,60m, que figuram na exposição de 1851. Também figura aí uma ponte de cristal de 9 metros de altura. É o período em que objetos de grandes dimensões são o expoente de uma perfeita fabricação.

No Sião, existe um pavilhão todo de cristal, bem como os motivos ornamentais; o que o torna notável, além disso, é que o cimento que une várias partes do edifício é também transparente. Construído dentro de um grande tanque, pode este encher-se ou esvaziar-se com água, sem que isso afete o interior do pavilhão cuja porta fechada veda a entrada da água.

Ainda na exposição de 1851, figurou o célebre Palácio de Cristal, todo ele de ferro e vidro, projeto de Horeau, e execução de Poxton, desenhista de jardim, ao serviço do duque de Devonshire. Durante a exposição, situava-se em Hyde Park e depois foi o mesmo transposto para Sydenham a algumas milhas de Londres, transformado então em museu, centro de reunião, local de grandes concertos.

Atualmente, dada a crise do bronze, deparamos com a seguinte notícia publicada nos jornais: “Nas igrejas da Boêmia e da Morávia, começou a ser feita a colocação de sinos de cristal, em substituição aos de bronze, que foram retirados e fundidos para que os exércitos alemães aproveitassem o metal. Os novos sinos saem dos famosos estabelecimentos da Boêmia, cujo renome data de séculos por seus trabalhos em cristal, tendo a forma diversa dos de bronze para que seu som seja mais grave.”



Copo de vinho, verde e vermelho.  
(Coleção do Museu Imperial)



O vidro é ainda assim utilizado como substituto do bronze, nessa finalidade emocionante que, para todos nós, representa um sino de igreja.

Hoje em dia é o vidro indústria importante, dadas as inúmeras aplicações, devido às descobertas de novos processos de aperfeiçoamento.

Segundo um artigo de “Seleções”, os cientistas da Corning Glass Company produziram 25.000 magníficas variedades de vidro. Entre outras coisas, parafusos e porcas, substituindo os que podiam ser enferrujados; pratos e copos de vidro inquebráveis, mesmo quando atirados ao chão. Chegaram à perfeição de fiarem-no tão fino que um punhado com o peso de 30 gramas, se fosse desenrolado, daria volta ao globo terrestre; fizeram ainda um refletor de 20 toneladas, para o telescópio do monte Palomar.

É em uma alta torre que são feitos os tubos dos termômetros. O “vidro elástico” é o maior e mais moderno empreendimento da companhia. Foi aí, nesse laboratório, feita a descoberta do “Pyrex”, que, como se sabe, resiste ao fogo.

A sociedade Pyrex, cuja coleção de vidros culinários é tão variada e completa, criou também um serviço de vidros de grande luxo, decorados por Raul Dufy.

Os cientistas, voltados para o futuro, pensam com esperança, no grande contingente que o vidro trará ao progresso e à civilização.

A parte sentimental do vidro e cristal reside, principalmente, naqueles fabricados com um determinado propósito, uma finalidade definida, quer se trate de, através sua fragilidade, fixar um fato comemorativo, quer, através da transparência, realçar uma homenagem.

Na exposição de Manchester, figurou um “copo de casamento”, que representava um gentil-homem da época de Henry II, oferecendo um ramo de flores a uma dama com a seguinte inscrição: “Je suis a vous, Jehan Boucan et Antoinette Bouc”.

“Wilkaum” era, a princípio, a designação, na Inglaterra, do copo usado pelo hospedeiro, quando oferecia ao conviva recém-chegado as boas-vindas, devendo o homenageado, por cortesia, devolvê-lo vazio. Esse copo de brinde tinha um feitio especial havendo regras para o seu contorno.

Os copos para brindes, talvez, tenham origem na superstição que havia do veneno turvar-se, quando em contato com o cristal,

vindo daí o hábito de beber e saudar os convivas em copos de cristal, a fim de mostrar a pureza das intenções, tornando-se o ato de brindar, tocando-se os copos ao mesmo tempo, um símbolo de confiança, lealdade e franqueza.

\* \* \*

### Espelhos

São os vidreiros de Murano os criadores dessa modalidade do vidro – o espelho.

Dessa nova indústria do século XV, teve a república de Veneza o monopólio durante dois séculos. Na segunda metade do século XVI, já eram famosos, em Veneza, os “specchi cristallini”.

O espelho foi, aliás, principalmente indústria de Murano.

Os espelhos que, até então, eram metálicos, entram em concorrência com os de cristal de rocha, cedendo lugar depois aos de vidro estanhado; o cristal de rocha, sem essa finalidade, continua entretanto como matéria preciosa e muito procurada.

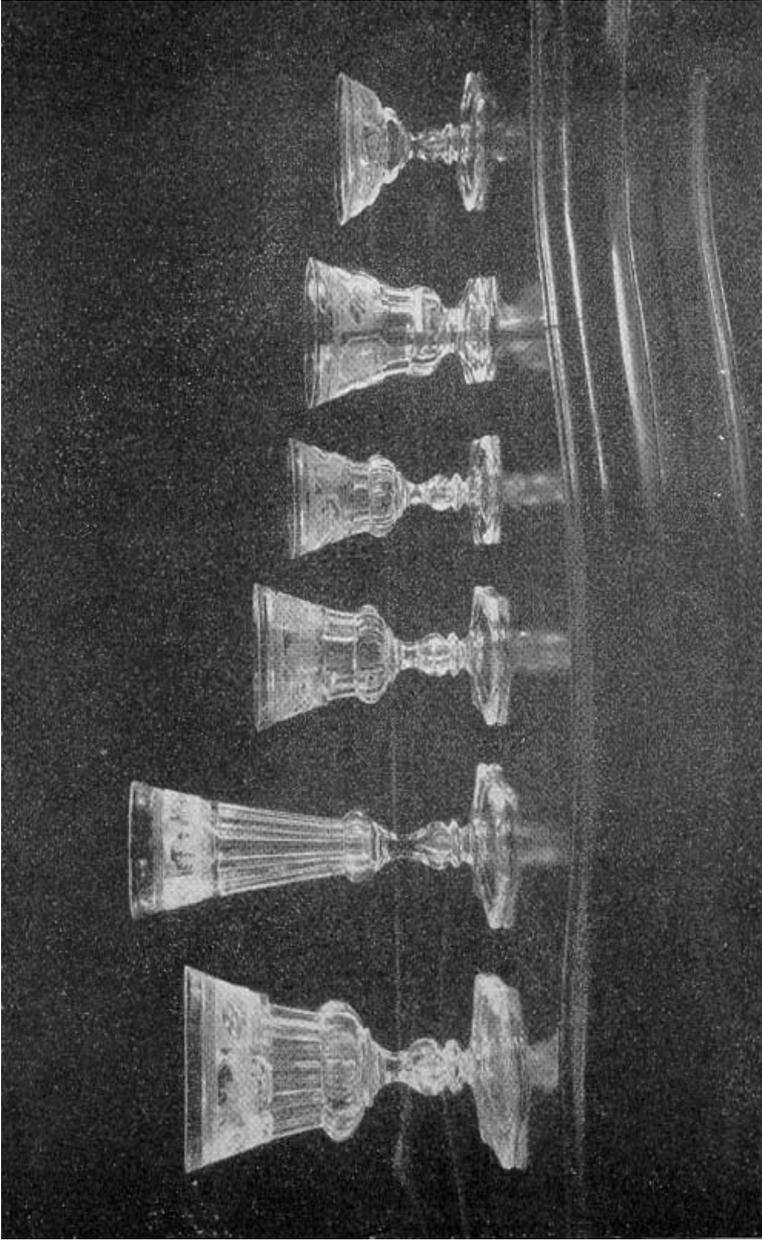
O vidro cristalino causou inveja aos reis de França.

Mateus de Capelo teve, em 1508, um subsídio da municipalidade de Lion, para desenvolver a manufatura do “vidro cristalino”. E, em 1580, Mutio, a convite do rei de França, Henrique II, se estabelece no castelo de S. Germain, aí exercendo a profissão e deixando como atestado de sua atividade alguns exemplares que depois figuram no inventário do castelo. Em 1641, é esta fábrica transformada em “Manufatura Real”.

Também anos mais tarde, toma o título de Real a Glacerie de La Tour de Ville, fundada em 1653 por Nehon, na floresta de Byse, a seis quilômetros de Cherburgo.

É o lugar uma verdadeira pequena cidade industrial, tendo a sua capela; a população, fabrica quer sejam vidros astronômicos para o observatório, quer sejam espelhos, para a galeria dos espelhos de Versailles. São esses produtos tão belos e perfeitos que, para expedi-los de Cherbourg à Paris, pelo Havre e Rouen, são os transportes comboiados no mar por navios de guerra, no receio de ataque dos ingleses e holandeses, que os cobiçam.

Em 1600, os arquidukes Alberto e Isabel, da Alemanha, dão o privilégio da fabricação de espelhos ao italiano Felipe Gridolfi.



Cristais brancos, com as armas imperiais.  
(Coleção do Museu Imperial)



Em Paris, por iniciativa particular, é criada a fábrica de Santo Antônio e, mais tarde, a célebre manufatura de espelhos de São Gobain, perto de Lion. Luís XIV, visitando-a certa vez, aí escolheu vários objetos para o castelo de Versailles.

Ao mesmo tempo que era fundada a manufatura de Santo Antônio, criava-se a de Tour la Ville, perto de Cherburgo, que suplantou a rival de Paris cessando esta, em poucos anos, a fabricação, permanecendo em segundo plano e secundando, então, os trabalhos da outra, quer polindo, quer colando os espelhos, feitos em Tour la Ville.

É na França que surge o processo de colar os espelhos, aperfeiçoamento este que torna os produtos franceses mais belos e perfeitos e mais procurados, sendo os de Veneza preteridos.

A moda dos espelhos, no reinado de Luís XIV, não só superou como eclipsou qualquer outra utilização do vidro. A galeria de Versailles é um atestado dessa grande voga. Ainda em França, no fim do reinado de Luís XIV, a convicção existente entre o povo de que o vinho, tomado em cálices de “Samambaia” (feitos com cinzas dessa planta), tinha melhor sabor, acentuou ainda mais a decadência da indústria vidreira.

\* \* \*

#### Vitral

Uma das formas do vidro colorido mais intensamente ligado ao pensamento da humanidade, está no vitral, ou, como era conhecido quando surgiu, no *mosaico de vidro*. Esta arte tem, na arquitetura gótica, o seu maior desenvolvimento.

A expressão concreta do espírito de uma época está no estilo e na feição da sua arquitetura. Assim o vitral, harmonizando-se ao estilo, em toda a sua expressão, intensifica a ânsia de espiritualismo do gótico. Atenuando a luz viva do dia, sombreando os interiores das igrejas, dá apenas a luz necessária e propícia à prece e ao recolhimento.

Os romanos já haviam empregado o vidro na arquitetura civil, aplicavam-no, sobretudo, em sua composição mais simples, nas janelas. Com o estilo gótico, ele surge em sua fase multicolor. É o período de desenvolvimento do vidro de cor, que teve, com o gótico, o apogeu de sua feição religiosa.

A luz colabora na sinfonia multicolor dos vitrais, é uma espécie de música que completa esse encantamento visual. No auge da perfeição, são verdadeiros quadros, na opulência do colorido e maravilhosa composição, fixando cenas religiosas, bíblicas, de vida de santos, de profetas, de patriarcas.

No vitral, as cores claras e as definidas produzem melhor efeito; as cores interrompidas, as intermediárias são de efeito medíocre. Na França, sobretudo, onde predomina a arte gótica religiosa, são inúmeras as belas peças de vitrais.

A primeira escola de decoradores, em França, surgiu no mosteiro de São Dionísio, sob a chefia do abade Suger; partiu daí o ensinamento aos artistas de Chartres, tornando-se, depois, esta cidade a principal escola do fim do século XII, até meados do século XIII.

Artistas de Chartres deviam ser os decoradores de várias catedrais francesas, pois encontra-se afinidade nos temas.

Flandres torna-se depois o centro produtor e exportador de vitrais.

Um dos motivos mais ornamentais do vitral é a rosácea.

A rosácea é uma grande abertura circular, formada de vitrais colocados em compartimentos reunidos por chumbo. A sua disposição é mais ou menos complicada e a ornamentação mais ou menos rica, tendo medalhões, alguns com motivos definidos, outros apenas para efeito de luz. Formada a rosácea, esta fica dentro de uma orla de chumbo que lhe faz realçar a luminosidade.

Assim é que o vidro multicolor tem a sua realização máxima na arquitetura religiosa.

No século XIV é que começam os edifícios civis a serem decorados com vitrais, e palácios, castelos, adotam-nos como motivo ornamental. Muitas vezes, reproduzem eles quadros célebres, sendo que essas tentativas não foram coroadas de bom resultado, pois o efeito de uma tela está na “nuance” do colorido, que no vitral é sempre imperfeito.

Deixaram nome, como pintores de vitrais, entre outros, os artistas: Wanter, Dick Crabeth, Jean Haeck, J. Cousin.

O vidro de cor teve, como ponto de partida, o sentido de imitação das pedras preciosas. A indústria das pedras falsas é aperfeiçoada, sendo de notar que até a pérola era imitada. Em 1318 estabelecem-se, em Veneza e Murano, sob regulamento especial, fabricantes de rosários e pérolas falsas.

As pedras de vidro branco tomaram o nome de seu inventor “Strass”.

É o fabricante francês Jacquin, quem, no século passado, utiliza, pela primeira vez, as escamas do Murgens (pequeninos peixes), para a coloração das pérolas, em vez de usar o mercúrio, tão nocivo à saúde.

No vestuário feminino, tem o vidro aplicação sob a forma de contas, vidrilhos e miçangas.

Se, na arquitetura religiosa, há o vitral como sua significação, na arquitetura profana temos o vidro, branco ou colorido, empregado não só na utilização de janelas, como ainda servindo em outra função de coador de luz – a clarabóia. Teria ela dado origem ao ditado popular: “Quem tem telhado de vidro não atira pedra no do vizinho”?

No Museu Imperial, antigo palácio de veraneio de d. Pedro II, são os tetos, dos longos e largos corredores do andar térreo intercalados de clarabóias, e é interessante aí a sua construção. Verdadeiros cortes retangulares no teto fazem com que a clarabóia forme um telhado reto, o que não é comum, pois elas são geralmente de feitio triangular, com dupla finalidade de clarear e arejar o interior.

O estuque desses corredores é belíssimo e o contraste com a singela clarabóia ainda lhe realça a simplicidade, direi mesmo rusticidade, e, embora marcante tal disparidade, o conjunto agrada.

Ainda no Museu Imperial, temos, como vidros de cor (azuis e vermelhos), os das janelas da ala direita, brancos os da nova ala, à esquerda.

Nos livros da Mordomia vem a especificação de pagamento de 1:200\$000 por esses vidros.

A ala direita, a primeira a ser construída, atesta ainda, nos ornamentos de suas portas, o estilo...

\* \* \*

Brasil

O vidro é um corpo transparente, incolor, insípido, de grande dureza, porém suscetível de polimento e de tal sonoridade que muitas vezes é aplicado como instrumento de música. Esta é a sua definição; entretanto, parece-nos que ele tem em si um átomo de

humanidade, de bondade, de percepção, de beleza. Se fosse poeta, diria que a pureza do vidro e a sua fragilidade proverbial devem ter um simbolismo.

A sua transparência é como se fosse a limpidez da alma, a cor branca (que é a sua cor natural), o reflexo das intenções; a fragilidade representa a emotividade; a impermeabilidade, a resistência de suas formas, define a nobreza, a firmeza do caráter.

Impenetrável ao ar, aos líquidos, aos corrosivos, pois nem os ácidos têm força sobre ele, é entretanto, de todas as indústrias, a mais frágil, sendo essa sua característica motivo de comparações, as mais várias e as mais belas, na literatura, na poesia, enaltecendo-lhe a beleza, a arte e a utilidade.

Nas quadras populares, temos, como exemplo de queixa amorosa, a conhecida canção de Cirandinha:

O anel que tu me deste  
Era vidro e se quebrou  
O amor que tu me tinhas  
Era pouco e se acabou.

Na religião, são muitíssimas as comparações; exemplificamos entre outras, com esta, sobre o julgamento das almas: “um altar de vidro ante Deus”.

Entre os bandeirantes, no século XVII, foram os objetos de vidro raros, e no arrolamento dos inventários, são pouquíssimas as peças dessa matéria, tão valiosas, porém que um frasco que se quebrou foi avaliado em duzentos réis. “Não perfaz uma dúzia o número de copos de vidro. Ninguém há que tenha mais de um salvo Isabel Soares possuidora de três, e Matias Rodrigues da Silva, que apesar de sua imensa fortuna, se contenta com dois, um de beber vinho, outro pequeno pintado. Nem é preciso mais. Todos os convivas bebem vinho no mesmo copo e água na mesma vasilha”<sup>3</sup>.

Alguns anos depois no inventário de Francisco Proença, senhor de uma das maiores fortunas da capitania, figuram dois frascos grandes de vidro e dois pequenos, contrastando com 11 pratos de louça.

E, na relação dos objetos pertencentes a Pero Leme, que era, segundo Pedro Taques “... pessoa de maior autoridade, sendo

---

3. Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo, 1929, p. 56.



Copo branco e vermelho. Cristal Baccarat.  
(Coleção do Museu Imperial)



estimado e reconhecido em seu caráter de fidalgo”, figura um espelho, que devia ser naturalmente em metal polido, pois os espelhos de vidro estanhado aí só aparecem, segundo Alcântara Machado, em 1619. É, a partir de então, que “...os menores, dourados, verdes em forma de livro de toucador ou vestir são objetos de toalete”<sup>4</sup>. Os de porte maior, de quarto, com suas molduras, guarnecidos de tartaruga ou revestidos de cortinas de damasco vermelho, têm caráter ou cunho ornamental.

Anteriormente, a ausência do vidro em qualquer uma de suas manifestações, quer no vasilhame, no mobiliário, ou na ornamentação da casa, é patente. Mesmo na arquitetura não era usado, pois as janelas conservavam o caráter mourisco das chamadas “urupemas”. O vasilhame comum é em estanho, pelo lado econômico que apresenta, pois, quando muito gasto, é refundido, sendo novamente aproveitado em qualquer outro objeto.

Quanto às jóias inventariadas, muitas delas hoje em desuso, como memórias, gargantilhas, pensamentos, constavam, em parte, de pedras de cor, porém muitas eram de pedras de cristal de rocha. É de observar não ser usual mencionar a gema pelo nome e tão-somente vir a especificação da pedra.

Censurando o luxo do vice-rei marquês de Lavradio, diz o cônego Roque Luís de Macedo Pais Leme: “O vice-rei do Rio de Janeiro, para visitar as fortalezas que defendem a este porto e praça, tem de ajuda de custo cem moedas de 4.800 e um escaler ou bergantim dourado e cercado de vidraças, cujos remadores são 100 índios pagos pela Fazenda Real”<sup>5</sup>.

Que escândalo não seria, na época, o provocado pelo vice-rei que, para suas visitas oficiais, possuía um bergantim dourado e cercado de vidraças!

É interessante que a “vidraça” é sempre apontada como um luxo inconcebível, e o mesmo ainda vamos notar no inventário do pai do conde de Passé em 1803. Arrolaram-se então: “... numa ladeira de arruar ainda nova, uma outra dita de braços, já usada com suas vidraças, uma mesa de louça<sup>6</sup> fina da Índia com ramos azuis e frisos de ouro ainda em bom uso, composta de 419 peças a saber: terrinas, pratos maiores, menores, ditos de sopa e guar-

---

4. Idem, idem, p. 56.

5. Roque Luís de Machado Pais Leme, *Nobiliarquia Brasileira* (inédito) cit. por Afonso de E. Taunay in *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, 1930, p. 826.

6. Mesa de louça é que chamamos serviço de mesa. Pratos de guardanapos – pratos rasos.

danapos, outros mais pequenos, bules, cafeteiras, jarras, mostardeiras e todos os mais acessórios de uma mesa”<sup>7</sup>.

Já no fim do século XVIII, temos notícia de uma corporação de vidreiros. Dava-se o nome de “Casa” a cada uma das 24 representações de um grupo de ofícios. Cada grupo, dado o espírito religioso da época, se associava a uma confraria, tendo um santo por padroeiro. É a religião abençoando e protegendo a arte. Algumas “casas” tinham ofícios, aos quais se permitiam bandeiras, e eram ao todo onze, estando entre eles os de vidraceiros. Destes, é S. Gonçalo o padroeiro, bem como dos tosadores, tintureiros, estereiros e tecelões, que formavam um grupo. Essa instituição, meramente portuguesa, não existiu no Brasil, porém os trabalhadores de cada ofício tiveram sempre por padroeiro o de tradição portuguesa e também usaram bandeira nas procissões de Corpus Christi.

A primeira notícia que temos sobre a fabricação do vidro no Brasil é o ofício do padre José Mariano da Conceição Veloso ao conde de Linhares (depois da chegada de d. João): “já tenho quem queira cuidar da fábrica de vidros”<sup>8</sup>.

Este documento, datado de 22 de novembro de 1809, é um atestado de que já se cogitava de criar a indústria vidreira. Em Portugal, segundo Pereira da Silva, em 1806 orçavam-se em 500 as fábricas, notando-se a de chapéus em Elvas, de fazendas, em Nogueira do Azeitão, fiação em Tomar, e a de vidros em Leiria.

Assim o surto industrial português também emigra para o Brasil.

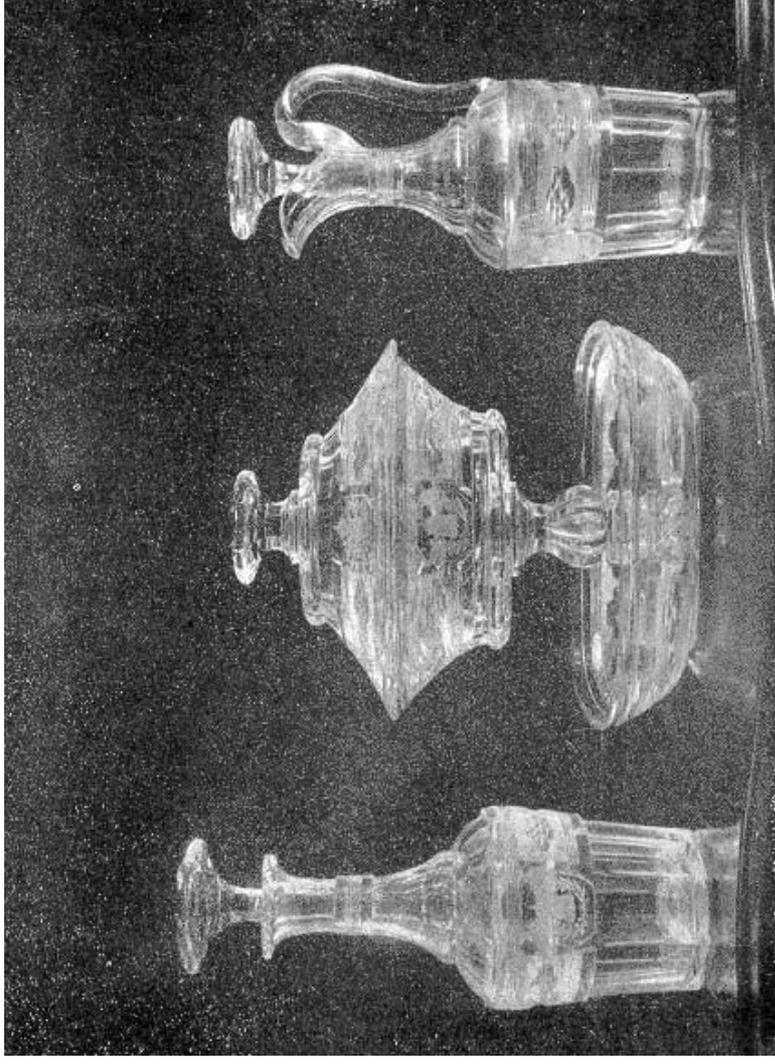
O ato que equivale à independência industrial da colônia é o decreto de 1º de abril de 1808, revogando o alvará de 5 de janeiro de 1785, alvará este que declara, no parágrafo 17: “... e se a estas incontestáveis vantagens ajuntarem as da indústria e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades precisas, o que o uso e o costume têm introduzido, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante: é por consequência indispensavelmente necessário abolir do Estado do Brasil as ditas fábricas e manufaturas”<sup>9</sup>.

---

7. Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu Tempo*. São Paulo, 1937, p. 629.

8. Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d’Eu. Vol. I. Rio, 1939, p. 50, documento nº 409.

9. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo X. Rio, 1870, p. 218.



(Coleção do Museu Imperial)



E, tornando-o nulo, conforme a expressão do próprio alvará, declaram-se os “habitantes totalmente independentes”.

Vai nascendo desta forma um país livre, que produz ferro em Minas, pólvora no Rio, vidro na Bahia, porcelana na Ilha do Governador.

A indústria vidreira é incentivada indiretamente por dom João VI, que, modernizando a cidade, mandando que as rótulas de pau fossem substituídas por vidraças, leva a luz da civilização e a higiene a penetrarem nas casas. Foi um governo de progresso, em que se abriram estradas para o transporte do gado, intensificou-se o correio pelo interior, incrementaram-se as plantações de café. A liberdade industrial inicia um surto manufatureiro, que vai em um crescendo, até a Independência, prosseguindo o novo Império com maior intensidade, multiplicando-se as fábricas e surgindo as sociedades protetoras de artes e indústrias.

A 19 de outubro de 1827, é instalada, no Rio, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidida pelo visconde de Alcântara, celebrando a 1ª sessão ordinária a 28 de fevereiro de 1828, dela fazendo parte, além do presidente, o vice-presidente, o brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres, o tesoureiro João Fernandes Lopes, Manoel José Onofre, João Francisco Madeira Pará, conselheiro João Rodrigues Pereira de Almeida, Inácio Alves de Almeida e o secretário J. Álvares Pinto de Almeida.

A tentativa de sua fundação, proposta por Inácio Alves de Almeida, vinha sendo, desde 1816, renovada em 1820, porém só obteve a proteção oficial em 1825, quando os estatutos são aprovados.

A finalidade principal era o progresso da agricultura, lavoura, indústria agrícola e pastoril. É nessa sociedade que surge a idéia da criação da instituição que se tornou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1833 possuíam uma revista.

Mais tarde, em 1855, é fundada a Sociedade Propagadora de Belas-Artes pelo arquiteto Bethencourt da Silva. A sociedade manteve um Liceu de Artes e Ofícios, que foi um dos primeiros cursos, em que as artes, além de estudadas, eram também aplicadas aos ofícios e indústrias.

Dentre as fábricas criadas no 1º Reinado, ainda hoje subsiste a de Vidros Esberard, fundada pelo francês Francisco Antônio Maria Esberard.

A esta seguem-se outras no gênero, progredindo e aperfeiçoando-se a manufatura; atualmente a arte da vidraria tem pro-

gredido muito no Brasil, onde fábricas já têm produtos tão perfeitos que não só suprem o mercado consumidor, como rivalizam com o estrangeiro.

Assim, para só citarmos algumas, mencionaremos: a de Sta. Maria, em S. Paulo, especializada em garrafas escuras; a de Fratelli Vita, na Bahia, a qual está produzindo cristal para mesa, de lapidação perfeita e luminosidade notável; a de Guapira em S. Paulo, a de Nadir Figueiredo, a qual havia sido fundada em 1907 ou 1908 pelo dr. Sperile, fabricando frascaria barata em vidro comum e em pequena escala; trabalhava, então, com 40 operários. Em 1913, foi a fábrica adquirida por Júlio Barona e Pedro Bidone, os quais constituíram a firma Cristalaria Barone que, além da primitiva produção, também fabricou vidros para perfumes e artigos domésticos. Em 1922 foi arrendada a Sarpi e Falcão, os quais continuaram a fabricar os mesmos artigos. A 1º de agosto de 1935, passou a citada fábrica à propriedade de Nadir Figueiredo, passando também a produzir frascos para bebidas, medicamentos e perfumes, aumentando consideravelmente a fabricação de copos, objetos de mesa e adorno, globos para iluminação e, atualmente, pingentes e lustres de cristal.

O trabalho é feito por máquinas de soprar, quanto aos frascos, havendo um número muito grande de operários especializados em sopro e trabalho manual.

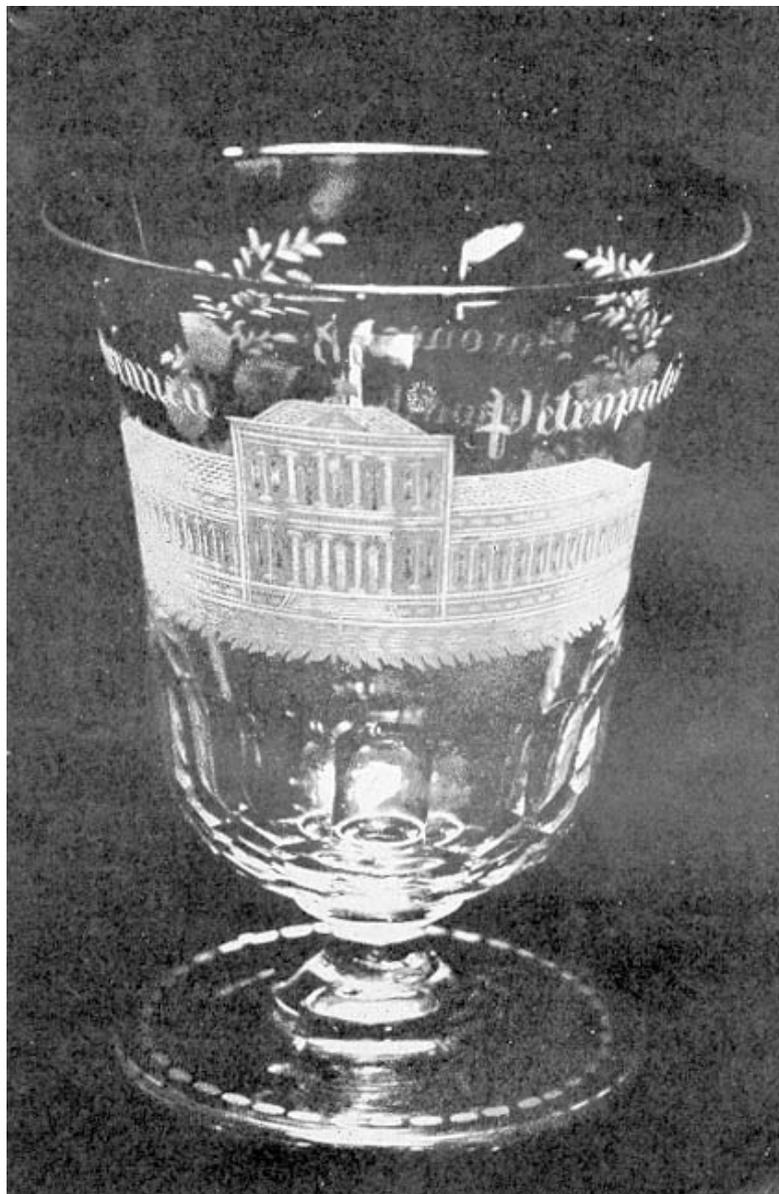
(Estes informes obtive-os por gentileza da fábrica, a quem agradeço).

Houve época em que uma fábrica de perfume distribuía aos seus fregueses amostras, em vidrinhos de finíssima espessura em forma de bichinhos, os mais variados, o que constituía grande regalo para os fregueses e principalmente para a gurizada.

No Rio de Janeiro, a fábrica Esberard tem os seus produtos mais claros do que os paulistas, isto devido à pasta conter maior quantidade de chumbo. A lapidação, embora deficiente, não apresentando a característica da baiana, assemelha-se mais à paulista, embora tenha esta um tom ligeiramente amarelado.

O cristal, hoje, evolui mais progressivamente que a porcelana. É um fato inconteste, digno de nota: e surgem inúmeras fábricas porcelanistas, e, em menor número as vidrarias, não deixam as obras destas de sobrepujar as outras.

A manufatura da porcelana no país ainda está em sua fase inicial, enquanto que a vidreira já passou esse período e está em



Copo de cristal branco gravado em Petrópolis por Guilherme Sieber.  
Acha-se nele reproduzido o Palácio de Petrópolis.  
(Coleção do Museu Imperial)



pleno desenvolvimento artístico. A expressão máxima a temos nos belos exemplares baianos de Fratelli Vita.

Eram primitivamente, os irmãos Vita fabricantes de soda e tiveram necessidade de fabricar o vasilhame. Conseguido este, mais tarde o seu diretor resolveu fabricar o cristal artístico; e o resultado foi um sucesso.

A certa facilidade que temos com as marcas de porcelana, que são indícios preciosos para sua classificação, não encontramos no vidro ou cristal. Quando muito Baccarat marcou e numerou algumas peças, peças essas hoje de maior valor, não só comercial, como também pela autenticidade comprovada. Na América do Norte os atuais fabricantes de cristal Hensey's gravam a inicial H dentro de um losango, isto, porém, é recente.

São conhecidos exemplares sem essa marca, o que denota terem sido fabricados anteriormente.

O comum nos cristais era trazerem colada uma etiqueta de papel, com o timbre da fábrica como por exemplo, S. Luís: um jarro. Isso entretanto é precário, pois, apenas o objeto adquirido, o primeiro cuidado do comprador (e não podia ser de outra forma) era retirar a etiqueta, único atestado de sua origem.

Agora uma sugestão: por que não marcam os nossos vidreiros suas peças, trazendo, assim, uma colaboração futura e valiosíssima, não só aos colecionadores, como aos historiadores, na classificação das peças? Gravar a marca da fábrica no vidro é uma necessidade e seria oportuno no Brasil, onde se cuida tanto desta indústria, fosse o mesmo gravado como um sinal da florescente indústria.

Somente Fratelli Vita está, presentemente, marcando suas peças; a marca em fosco é a da fig. 5.

Em Petrópolis, em 1862, estabeleceram-se, na rua do Imperador, os irmãos Sieber, criando uma especialidade muito interessante: eram gravadores de vidro. O viajante ou veranista, que passava por Petrópolis, querendo guardar daí uma lembrança, ou presentear alguém, adquiria, na Casa dos Irmãos Sieber, um copo de vidro, e mandava gravar ou a célebre inscrição "Lembrança de Petrópolis" ou, ainda, punha, quando pessoal, o timbre, as letras, a coroa titular, enfim um detalhe, que o tornasse marcante de seu possuidor.

Quanto à decoração, deixada ao gosto dos gravadores, era sempre a mesma. Inspiravam-se os artistas no então Palácio Im-

perial (hoje Museu Imperial), reproduzindo-o, variando, apenas, o número de colunas e janelas; as flores que completavam a ornamentação eram de feição estrangeira e as letras em estilo gótico. A lapidação era a floristada, irregular e pouco simétrica. Tais as características dos gravadores Sieber.

Ainda uma nota interessante: gravavam à vista do freguês.

Algumas vezes, recebiam um copo de serviço particular e aí imprimiam a deliciosa inscrição “Lembrança de Petrópolis”.

Destes copos, vimos entre outros o do barão de Petrópolis, com as iniciais B. P., encimadas pela coroa de conde; outro, pertencente a d. Clara Rebelo, sobrinha do conde de Itamarati, com a inscrição: “Clara Rebelo”.

Temos ainda o copo comemorativo e o de retrato como foi usual no fim do 2º Reinado, sendo alguns como o de d. Pedro II, que se tornou objeto de uso popular. Neste gênero citaremos entre outros o do general Osório, o do marechal Floriano Peixoto.

A 27 de novembro de 1807, salvando o reino e a Casa de Bragança, busca a corte portuguesa refúgio na colônia americana. O príncipe regente lembrou o sentido histórico que dela já tivera d. Luísa de Gusmão, e depois o marquês de Pombal, por ocasião do terremoto de Lisboa.

Era uma idéia latente; a distante colônia de além-mar seria o refúgio. E foi. Foi, não só pessoalmente para o príncipe dom João, como para toda a comitiva, um paraíso. Enamorou-se o monarca da terra hospitaleira e, enquanto esteve no Brasil, elevou, instruiu, cultivou, prosseguiu no seu desejo de criar um novo Império.

Na transferência da corte, fazem parte da comitiva 15.000 pessoas, e a par das gentes vêm as baixelas cinzeladas pelos Germain, arquivos, gravuras, jóias, porcelanas e tudo o que se lembrou trazer; até as carruagens vieram!

A princípio é a aristocracia emigrada, sequiosa de renovar a vida social, que dá início, no Brasil, ao movimento; depois as mais antigas famílias brasileiras aderem. E, em torno dessa sociedade, começam a formigar costureiros franceses, cabeleireiros, e a necessidade de dançar bem, dá trabalho a professores de dança.

Estimulava d. João VI, essas atitudes honrando com títulos e mercês, quer o abastado fazendeiro, quer o rico comerciante.

Aflui ao novo reino o estrangeiro; são professores, diplomatas, operários, comerciantes, viajantes, artistas e naturalistas,

que livros tão interessantes nos legaram... É um período em que, curiosos de nossos assuntos, aqui aportam, deixando-nos, como lembrança dessa benfazeja curiosidade, documentos da época.

Os hábitos ingleses predominam. O uso do chá tornou-se moda, levando d. Rodrigo, conde de Linhares, o homem dos grandes projetos, a incentivar a plantação, desejando mesmo que o chá do Brasil abarrotesse o mercado inglês.

A arte de enriquecer, abrilhantar, enfeitar as casas, começara com a chegada do príncipe regente, d. João, o futuro rei do Brasil.

Constroem-se palácios, adquirem-se alfaias, ornamentam-se os interiores, enobrecem-se os portais, brasonam-se baixelas. A ostentação chega ao máximo, quando Militão José Álvares ofusca os convidados, oferecendo-lhes chá, servido em aparelho de ouro maciço!

Os hábitos sociais vão em crescendo, se aprimorando, na medida do progresso do país. D. João VI fincara os alicerces de uma nova nação. D. Pedro I confirma-a. D. Pedro II solidifica-a.

Dentre os objetos de uso doméstico, começa a merecer a maior atenção a porcelana. Os nobres titulares têm requintes de capricho, em tê-la em sua mesa quer brasonada, ou com monograma ou coroa, enfim com qualquer cunho pessoal. Há um cuidado especial com a louça. Encomendas particulares seguem para a Europa e de lá vêm, nos amarrados, as faianças inglesas, a louça grossa da Companhia das Índias, a porcelana alemã de Saxe, a fina porcelana inglesa de Derby, a delicada porcelana francesa de Sèvres, a de Limoges...

E o cristal? O cristal jaz abandonado.

Se alguns dos nossos titulares cuidaram das baixelas de porcelanas poucos, muito poucos, foram aqueles que tiveram para com o cristal um pensamento. Mesmo na Casa Imperial, sentimos esse desamor.

Enquanto que as louças imperiais são inúmeras, só um serviço imperial de cristal é conhecido, e este mesmo já do Segundo Reinado. Apenas, constituindo uma exceção, temos como cristal imperial no Primeiro Reinado, as lavandas de cristal de rocha da imperatriz d. Amélia.

O colorido da porcelana sobrepujou o encanto fino e distinto do cristal.

Embora a arte do vidro seja a “arte da terra e como tal irmã gêmea da cerâmica”, esta concentrou em si, uma exclusividade egoística, não permitindo, na sua vaidade faceira, de ricos coloridos, que a atenção se desviasse para seu companheiro – o cristal.

Era preciso um índice de cultura maior para, em um meio que começava a evoluir, ser apreciado o cristal. Este, para ser admirado, precisa de entendedor mais cauteloso e paciente, que dê valor ao trabalho dos detalhes, e ao pouco colorido de que se lhe permite revestir.

Se fizermos um estudo comparativo entre o cristal e a porcelana, as chamadas artes irmãs, notamos logo que a literatura inspirou-se mais no cristal, e embora o “biscuit” defina a delicadeza, são inúmeras as comparações “cristalinas”. “Castelos de cristal” que os fados derrubaram <sup>10</sup>.

A porcelana agrada à vista, pois bonita e vistosa, de coloridos ricos e harmoniosos, é como uma melodia de Strauss; o cristal não seduz de pronto, é como um coral de Bach, que somente os ouvidos dos verdadeiros musicistas percebem.

É preciso vê-los com carinho, sentir-lhes o contraste de combinações, de liso e fosco, das cores, do relevo, bico de jaca, do ondulado a “luli”, da diversidade dos ornamentos, esmaltado, gravado, filigranado.

Eles apresentam ainda um outro pormenor: a diversidade do som, que varia conforme o trabalho que apresenta, se liso desprende sons maviosos, se ondulado, sons tremidos.

O vidro é a “mais etérea das substâncias artificiais” e também a mais masculina das artes humanas, pois não encontramos sequer a notícia de uma mulher vidreira.

A indústria porcelanista mais de finalidade utilitária, quanto ao cristal ou vidro; além desta particularidade, está em fase de pleno apogeu artístico, apresentando exemplares belíssimos.

Se, de início, a porcelana sobreleva o vidro, sente-se, atualmente, comparando, a fabricação porcelanista e a vidreira, que esta sobressai não só na perfeição da confecção, mas também na parte artística. Pelo menos no Brasil assim aconteceu.

\* \* \*

---

10. Gastão Penalva. *Corpo e Alma do Passado*. Rio, 1938, p. 302

## **Catálogo**

Catálogo descritivo de algumas peças brasileiras célebres, quer por terem pertencido a personagens ilustres ou titulares, quer por trazerem em si um cunho histórico

Não nos propomos catalogar, embora julgando-os interessantíssimos, outros objetos de vidro, que não sejam serviços de mesa. Assim é que não cogitamos nem de pinhas de janelas tão usuais no século passado, nem das mangas para vias, bem interessantes com suas inscrições, nem dos pingentes de candelabro de estilos tão marcantes, nem das maçanetas de belos coloridos, algumas aliás bem raras, com o retrato de d. Pedro II, tão comuns hoje como peso de papel. Não trataremos, também dessa manifestação do cristal na jóia – o terço religioso, nem desses protetores do acendedor de lampiões da rua, ou ainda dos belos luminares, que eram motivos de regozijo da população antigamente e que ainda hoje vemos em alguns edifícios antigos, dos quais só citaremos um – o Palácio dos Bispos, no morro da Conceição, com os suportes de ferro trabalhado em todas as sacadas, esperando o dia de gala ou de festa, para suspender os brancos ou coloridos luminares.

Sem nos determos, também, nos vitrais das nossas igrejas, citaremos, apenas, o do altar-mor da Candelária, cujo singelo desenho de Arquimedes Memória – uma cruz entre raios de luz – é grandioso na sua simplicidade.

Tratando, entretanto, do assunto, não podemos deixar de mencionar alguns artistas atuais, como Formenti, J. W. Rodrigues e, sobretudo, Armando Viana, artista moderno, prêmio de viagem, restaurador da pinacoteca de várias igrejas, autor dos vitrais do quartel-general da Polícia Militar e também do salão de honra pompeiano do Palácio do Catete, serviços todos obtidos por concurso. Para finalizar, faremos uma rápida alusão, não só aos espelhos mais antigos em cristal, ou aos mais modernos, em cristal biselado, destacando que, entre os primeiros figura nas coleções do Museu Histórico um que pertenceu à marquesa de Santos, cuja moldura singela de jacarandá tem aplicações de bronze e está encimada pelo escudo imperial, também em bronze, bem como ao sinete de cristal de rocha do barão de Niterói, objeto esse de grande raridade pela matéria nele empregada, o que não é usual.

O catálogo será dividido em duas partes, – a primeira referente à Casa Imperial, a segunda compreendendo peças do Primeiro e Segundo Reinados e da República.

#### Serviço imperial

No 6º leilão do Paço de São Cristóvão, realizado a 19 de setembro de 1890, figura no catálogo o lote nº 856 com a seguinte referência: “Um grande e rico serviço completo de fino cristal lapidado, com coroa – 1.040 peças”. Foi o mesmo comprado pelo sr. Goulart por 5:200\$000.

É deste conjunto que nos vamos ocupar.

Dispersado o mesmo, possui hoje o Museu Imperial, em suas coleções, alguns exemplares, compreendendo fruteiras, licoreiras, jarras para água, compoteiras, etc. Na sua maioria são objetos de cristal branco, sendo alguns, porém, em cristal rubi, outros rubi e branco e ainda outros verde e branco.

Embora os leilões realizados na Quinta da Boa Vista nos revelem a existência de muitos outros objetos de cristal, como sejam conchas de cores para sorvete, copos de cristal lapidado etc., apenas o conjunto de 82 peças (lote 795), constando na maioria de taças de champanhe e esse serviço de que nos ocupamos tem, como característica, a coroa imperial.

É o serviço de cristal Baccarat lapidado em 7 facetas largas gravado a ponta de diamante.

Devido a pequenas diferenças na ornamentação, podemos dividir o serviço em três partes. É de presumir que as encomendas fossem feitas para aumentar ou suprir falhas, sendo os pedidos feitos à mesma fábrica, vindo as remessas, então, com ligeiras modificações.

Em suas linhas gerais, é sempre o mesmo e as variantes são os detalhes de ornamentação e base e escudo. É por este último elemento que vamos determinar a época aproximada da encomenda, pois a forma do mesmo será comparada com as gravadas nas moedas.

São três os tipos: todos têm o bojo formado por facetas largas, o escudo apresenta uma originalidade; é que os ramos de café e fumo que são sempre (qualquer que seja o objeto) representados por um ramo de cada, nos cristais imperiais o ramo de café é bifurcado. É de notar que isso ocorre também somente nas moedas de ouro e

de prata (série dos cruzados) emitidas de 1833 a 1848, o que nos leva a crer serem desse período as encomendas à fábrica Baccarat.

As encomendas, ou talvez mais propriamente a primeira, que deveria ter sido dentro desse período, embora as outras ou fossem depois de 1850, têm os característicos da fábrica que conservara o mesmo tipo de escudo, não ousando alterá-lo, pois talvez não recebera ordem para tal, tendo apenas modificado o ornamento e a base.

Talvez a primeira encomenda tenha sido feita por ocasião do casamento do imperador com d. Teresa Cristina em 1842.

*1º tipo:* cristal Baccarat branco e branco e verde. Bojo formado por 6 facetas largas que se vão afunilando para a base. Sobre uma das facetas, em grande relevo, uma reserva octogonal com o escudo imperial em fosco. Como ornamento, 6 barras verticais com estrias em sentido contrário, e, ao centro da barra, em côncavo e polidos, ovais em forma de lágrimas. Pé redondo, liso, estriado internamente. Nos cristais branco e verde, que são cálices para vinho Sauterne, é o bojo verde e o pé branco em forma de campânula.

Nota: o círculo, que envolve a cruz de Cristo, tem 21 estrelas. Os arcos da coroa são lisos, terminando em florões.

O cristal deste serviço é o mais grosso do dos três serviços.

*2º tipo:* cristal Baccarat branco e branco e rubi. Bojo formado por 7 facetas largas que terminam em forma arredondada; o bojo, na junção com o pé forma uma saliência, depois se afina para ir se alargando para o bordo. Sobre uma das facetas, em pequeno relevo, uma reserva octogonal, tendo gravado em fosco o escudo imperial. O ornamento, que é interrompido pela reserva, é formado por uma barra estriada verticalmente, tendo ao centro, uma grinalda de trifólios; terminam a barra três filetes lapidados. Pé liso terminando em torçal e estriado internamente.

Nota: o círculo que envolve a cruz de Cristo tem 18 estrelas; os arcos da coroa são floridos.

*3º tipo:* cristal Baccarat branco, e todo rubi. Formato do bojo idêntico ao anterior. Bordo liso, seguindo-se três filetes lapidados. A reserva, sobre a qual está gravado o escudo, tem ainda o relevo menos espesso que o anterior. Ornato formado por barra de estrias verticais, tendo, ao centro, uma lapidação em forma de escama. Pé liso sextavado.

Nota: o círculo, que envolve a cruz de Cristo tem 19 estrelas.

Ainda podemos considerar como cristal da Casa Imperial, os descansos para facas, que figuram no catálogo do 6º leilão do Palácio de S. Cristóvão sob os números 800, 801, 802 e 803. São de cristal Baccarat, branco, a barra central translúcida e os extremos formados por suportes, em fosco figurando cabeça de infante, e é esta parte fundida no traço que serve para descanso. A perfeição da figura aliada ao trabalho da junção das peças, torna o objeto digno de nota pela expressão artística.

Embora não estejam descritos no catálogo do leilão do Palácio de S. Cristóvão (pois são os únicos descansos aí relacionados como de cristal), tudo leva a crer que sejam semelhantes aos adquiridos por d. Cândida Trindade Barreto (que ainda vive), em leilão realizado em 1892, na praia do Flamengo.

Foram comprados na suposição (por terem sido adquiridos em leilão do Palácio de S. Cristóvão), de representarem a cabeça de d. Pedro II, criança.

Há, no Museu Imperial, um copo que deve ter sido presente oferecido à imperatriz d. Teresa Cristina. É de cristal branco, pé redondo, tendo no bojo gravada a seguinte inscrição: “S. M. a Imperatriz”, encimada pela coroa imperial e toda cercada de folhagens. O bordo é circundado por uma grinalda.

Figura nas coleções do Museu da Cidade um copo de cristal “flute” branco, liso, tendo gravado em fosco o brasão do duque de Saxe.

Com o sr. Navarro da Costa, membro da embaixada brasileira aos festejos dos centenários de Portugal, em 1940, vieram 10 lavandas pertencentes à 2ª imperatriz do Brasil d. Amélia de Leuchtenberg, e foram adquiridas em um antiquário de Lisboa.

Hoje dispersas figuram duas no Museu Imperial. São de cristal de rocha, facetas largas e gravada em fosco, a inicial A em estilo gótico encimada pela coroa imperial <sup>11</sup>.

#### Vidros de camafeus

O vidro de camafeu, com medalhões, é uma das especializações da fábrica Vista Alegre. É o medalhão feito de argila branca e, às vezes, de caulim; em alguns há esmalte a cor.

O cristal de Vista Alegre se caracteriza de 1837 a 1846, por medalhões ou reservas em alto relevo.

---

11. Vide Anuário do Museu Imperial, vol. II, Petrópolis, 1941, p. 128.

Catálogo I: garrafa de cristal branco, com camafeu colorido, bojo com lapidação “bico de jaca”, e, dentro de uma reserva, a efígie de d. Pedro I de perfil, voltado à esquerda. É o todo encimado pela legenda em semicírculo: PEDRO P. IMP. DO BRASIL. Base da garrafa redonda, lapidada internamente <sup>12</sup>.

II: copo de cristal branco com a efígie de d. Pedro II (época da menoridade) <sup>13</sup>. No catálogo David Carneiro figura um copo idêntico a este e vem com o seguinte comentário: “usado desde a coroação de d. Pedro II, e que veio com este ao Paraná em 1880, tendo ficado na Lapa por esquecimento”.

III: tem o Museu Imperial três copos de vidro com medalhões incrustados, apresentando um a efígie de d. João VI, outro a de d. Pedro I, e o terceiro a de d. Maria II; pertenceram eles à família Pinto Basto, descendente do fundador de Vista Alegre.

#### Catálogo geral

##### I – 2º barão de Arari: José Lacerda Guimarães

Taça para champanhe de cristal branco liso, tendo gravadas as iniciais B. A. entrelaçadas e encimadas pela coroa de barão.

Pé lapidado, base redonda. Deste serviço constam cálices para vinho tinto, garrafa com tampa e cálices de cristal rubi.

##### II – Barão de Avelar e Almeida: Laurindo de Avelar e Almeida

Cálice para vinho do Porto: cristal branco, tendo as iniciais A. A. entrelaçadas e encimadas pela coroa de barão, o todo entre dois frisos, lapidados. Pé redondo liso. Ainda deste serviço, taças para champanhe e copos para água.

Barão por decreto de 7 de janeiro de 1881.

---

12. Da coleção do Museu Imperial.

13. Idem, idem.

### **III – Conde Figueiredo: Francisco de Figueiredo**

Manteigueira com tampa e prato de cristal translúcido, tendo, na borda, 4 frisos em fosco. Na tampa e no prato o brasão em fosco encimado da coroa de conde.

### **IV – Baronesa de Gravataí: Maria Emília da Silva Pereira**

Copo de cristal branco, floristado; entre rosas e folhagens, a inscrição: “Baroneza de Gravathahy” do lado oposto, a fachada do Palácio Imperial, sob o dístico “Lembrança de Petrópolis”.

Este copo de cristal fino representa bem uma lembrança de Petrópolis. Deve ter sido gravado na casa dos Irmãos Sieber, como era usual fazer-se na época. Embora o comum fosse a gravação feita em copos comprados na casa, este exemplar, porém, denota o carinho de sua possuidora, querendo guardar a lembrança em objeto de uso pessoal. Foi esse gesto galante da baronesa de Gravataí que nos deixou um exemplar do fino cristal do serviço da nobre casa dos Silva Pereira (João Batista), cujo brasão de armas, encimado pelo timbre falante, foi obtido pela baronesa, já viúva, a 3 de outubro de 1854.

### **V – Barão de Guaribu: Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar**

Taça para champanhe de cristal – Vista Alegre, branco e azul. Lapidado em facetas largas. Dentro de um octógono, em fosco, o monograma B. G. encimado pela coroa de barão.

Barão de Guaribu foi rico fazendeiro em Pati do Alferes.

### **VI – 1º barão de Javari: João Alves Loureiro**

Fruteira de cristal branco, procedência de fábrica alemã. Floristada, tendo, ao centro, a inscrição: “Barão de Javary”.

Músico e compositor, foi ministro plenipotenciário em Roma, onde faleceu, a 28 de fevereiro de 1883.

**VII – Barão do Ladário: José da Costa Azevedo**

Copo de pé, para água, de cristal branco liso. Lavradas em fosco as iniciais B. L. (em estilo gótico, porém, pontilhadas em cristal polido, encimadas da coroa de barão).

O barão do Ladário, como oficial da Marinha, tomou parte na Guerra do Paraguai, recebendo a medalha da Campanha do Paraguai com passador de ouro, sendo promovido ao posto de capitão-de-mar-e-guerra. Ministro da Marinha no gabinete de 7 de junho de 1889.

**VIII – Barão de Loreto: Franklin Américo de Menezes Dória**

Copo de cristal branco, para água, tendo gravadas as iniciais B. L. entrelaçadas. No bordo, três frisos, estreitos os extremos e mais largo o do centro.

Deste serviço, constam cálices para vinho branco, tinto e taças para champanhe.

Ministro dos Estrangeiros em 1880 e do Império em 1889, foi sobretudo homem de letras, tendo sido fundador da Biblioteca do Exército.

**IX – Marquês de S. João Marcos: Pedro Dias Pais Leme**

Garrafa com tampa, de cristal Vista Alegre. Cristal branco, tendo 6 reservas coloridas (azul, verde, “fraise”, rosa e 2 amarelas), cada uma com desenhos diversos. Tampa amarela com frisos rosa.

Esta peça tem apenas a autenticar a procedência a tradição de família.

Pedro Dias Pais Leme, barão com grandeza de S. João Marcos por decreto de 1 de dezembro de 1822 e marquês a 12 de outubro de 1826.

É o 1º barão com grandeza no Brasil, tendo recebido o título por ocasião da aclamação de d. Pedro I; figura portanto, juntamente com o visconde do Rio Seco (Joaquim José de Azevedo), e o barão de Itanhaém, (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior), como um dos primeiros agraciados com título de nobreza no Brasil independente.

**X – Barão de Oliveira Castro: José Mendes de Oliveira Castro**

Cálice de cristal branco liso, com as iniciais O. C. entrelaçadas; a última letra estriada, pé alto estriado internamente.

O barão de Oliveira Castro fez parte de uma comissão para angariar donativos, a fim de erguer uma estátua eqüestre ao duque de Caxias.

Barão por decreto de 9 de novembro de 1889.

**XI – Visconde de Ouro Preto: Afonso Celso de Assis Figueiredo**

Cálice de cristal francês, verde e base branca; gravadas as iniciais O. P. encimadas pela coroa de visconde.

Segundo tradição de família, fez este copo parte de um serviço de cristais, oferecido ao visconde de Ouro Preto pelo seu grande amigo visconde de Oliveira, que também lhe ofereceu, na mesma ocasião, um serviço de jantar, em porcelana de Limoges.

A marca da porcelana J. P. J. Klotz – 22 Rue de Paradis, em verde, nos dá a indicação aproximada da data 1842 em diante. Sendo portanto de presumir que os cristais sejam da mesma época. Também existe um serviço de cristal com as iniciais A. C. pertencente ao visconde de Ouro Preto antes de possuir o título.

Visconde com grandeza por decreto de 13 de junho de 1888.

**XII – Visconde de Paraguassu: Francisco Muniz Barreto de Aragão**

Copo para água de pé alto de cristal da Boêmia, vermelho. Ornamentação esparsa, representando pequenas estrelas lapidadas; na barra uma grega interrompida por um círculo onde está gravada a inicial P. encimada pela coroa de conde.

O visconde de Paraguassu, 2<sup>o</sup> barão do mesmo nome, foi cônsul do Brasil em Hamburgo durante 42 anos.

**XIII** – Barão de Penedo: Francisco Inácio de Carvalho Moreira

Xícara e pires de cristal fosco, borda filetada a ouro com friso transparente; em uma reserva de fundo polido a inicial P dentro de uma cinta fechada, encimada pela coroa de conde, em dourado. Desenho idêntico ao que se vê no serviço de porcelana do barão de Penedo, conhecido por “serviço pobre” (sendo aí a inicial P em preto). Este serviço parece ter sido o de uso diário; tem, no reverso, em cor de telha a inscrição: “Le Rosey 17, Rue de La Paix”. Esta marca surge na porcelana a partir de 1856.

É de presumir pela similitude da decoração da porcelana e do cristal que ambos tenham sido encomendados na mesma época.

**XIV** – Barão de Pereira Franco: Luís Antônio Pereira Franco

Copo de cristal de rocha branco, tendo incrustado em sua cor a insígnia de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Pertenceu ao barão de Pereira Franco, ministro da Marinha, de 1870 a 1875.

**XV** – 2º barão de Piracicaba: Rafael Tobias de Aguiar Pais de Barros

Copo para água de cristal branco liso, tendo gravadas as iniciais B. P. entrelaçadas e encimadas pela coroa de barão. Pé redondo, lapidado internamente.

Barão por decreto de 31 de dezembro de 1880.

**XVI** – Barão de Potengi: Inácio da América Pinheiro

Cálice de cristal rubi, no bojo um friso transparente lapidado; gravadas as iniciais B. P. entrelaçadas e encimadas pela coroa de barão.

Idênticos a esse, cálices de cristal branco.

Barão por decreto de 17 de junho de 1882.

**XVII** – Barão do Rio Branco: José Maria da Silva Paranhos Júnior

Cálice para vinho branco liso, de cristal francês S. Luís. Gravado em fosco o monograma B. R. B. encimado da coroa de conde.

**XVII** – Visconde do Rio Branco: José Maria da Silva Paranhos

Cálice para vinho do Porto, de cristal branco liso, francês S. Luís. Gravado em fosco o monograma V. R. B, encimado da coroa de conde. Este serviço, bem como o anterior, pertencentes respectivamente ao barão e ao visconde do Rio Branco, encomendados em épocas diferentes, tem de notável que são absolutamente iguais, diferindo apenas no monograma, o que nos vem demonstrar ter um pertencido ao visconde do Rio Branco, presidente do gabinete ministerial que, em 1871, assinou uma das leis graduais de emancipação de escravos “a do Ventre Livre” conhecida por “lei Rio Branco”. E o outro ao barão do Rio Branco, ministro do Exterior, que tão brilhantemente resolveu as questões limítrofes do Brasil.

**XIX** – Visconde do Rio Preto: Domingos Custódio Guimarães

Cristal branco floristado, tendo o bordo ornado por uma grinalda de flores. No bojo, as iniciais B. R. P. entrelaçadas e encimadas pela coroa de barão.

São, ainda, desse serviço cálices para vinho tinto, taças para champanhe e copos para água.

Barão por decreto de 23 de setembro de 1874.

**XX** – Marquesa de Santos: Domitila de Castro Canto e Melo

Copo de cristal branco com 6 ovais ornados com ramos de flores exceto um, onde estão gravadas as iniciais M. S. entrelaçadas e encimadas pela coroa de marquês, em fosco.

**XXI** – Barão de Santa Helena: José Joaquim Monteiro da Silva

Cálice para vinho, de cristal vermelho S. Luís. Floristado e, dentro de uma reserva, o monograma S. H. em fosco, encimado pela coroa de barão.

Senador e vice-presidente da província de Minas Gerais.

**XXII** – Baronesa de S. Vitor: Henriqueta Maria Brest

Floreira de cristal de rocha, facetas largas. Pertenceu à baronesa de S. Vitor em 1840, segundo informações da família. Provavelmente presente de casamento, pois casou-se nesse ano.

**XXIII** – Visc. de Silva (Portugal) e barão do Catete (Brasil): Joaquim Antônio de Araújo e Silva

Fruteira formada por prato de cristal branco e rubi, de bordos recortados e pé de metal dourado. Figuram dois infantes, um coroado de folhas de vinha e o outro erguendo a taça. Na base, duas cartelas opostas, tendo, em relevo, a inicial S encimada pela coroa de visconde. No interior, a marca: G G 297124. Cristofle, e o contraste: uma balança ladeada das letras C e G; e todo dentro de um oval encerrado em um quadrado.

**XXIV** – 2<sup>o</sup> barão de Soledade: José Pereira Viana

Lavanda de cristal francês, branco, fosco com barra polida. Gravadas em liso as iniciais B. S., a letra B em posição horizontal, a S em vertical, encimadas pela coroa de barão. É de notar a posição das letras, a qual não é a comum.

O desenho é o mesmo do serviço de porcelana deste titular. O aparelho de porcelana é francês, tendo a marca do representante: Julien Fils Ainé, marca esta usada a partir de 1855.

**XXV** – Barão de Tefé: Antônio Luís von Hoonholtz

Copo de cristal branco S. Luís. Bojo ovalado, pé alto filetado a ouro com a coroa de conde abraçando o monograma, sendo o T em ouro e o B em esmalte azul.

**XXVI** – Barão de Teresópolis: Francisco Ferreira de Abreu

Fruteira de cristal branco floristado, bordo denteado.  
Peça autenticada pela família.

Formado em medicina, representou o Brasil em vários congressos científicos; teve o seu nome inscrito na lista dos “Savants Etrangers”, título este dependente de trabalho aprovado e elogiado pela faculdade de ciências de Paris.

**XXVII** – Visconde de Vergueiro: Nicolau de Campos Vergueiro

Bandeja de cristal branco liso com friso dourado no bordo e, ao centro, gravada em dourado a fogo, a inicial V encimada pela coroa de conde.

Visconde por decreto de 31 de dezembro de 1880.

**XXVIII** – Ministro Buarque de Macedo

Xícara e pires de cristal de rocha de um serviço do casamento do ministro Buarque de Macedo. Ao centro, as iniciais L B em fosco (Lúcia Buarque) dentro de uma grinalda de flores e folhas.

**XXIX** – Copo de cristal S. Luís, de pé alto, facetas largas

Bojo pontilhado de estrelas em fosco. Dentro de um semicírculo de folhagem, o monograma L. J. C. encimado de um elmo; do lado oposto, dentro de uma cercadura de rosas e folhas, a inscrição: “D. Maria C. Telles / oferece ao Sr. comendador / L. J. da Costa / em sinal de lembrança no dia / de seu aniversário 1º de dezembro / de 1883”.

Este copo lembra pela decoração o da baronesa de Gravataí. Há pouco tempo, foi vendido em um leilão um copo perfeitamente igual a este porém com o monograma P II, entre ramos de fumo e café, presente do imperador ao almirante Joaquim Cordovil Mauriti, por ocasião da Passagem de Humaitá.

**XXX – Marechal Deodoro da Fonseca**

Taça para champanhe em cristal branco. Bojo facetado e lapidação formando triângulos, tendo, quase no bordo, a inscrição “Deodoro” em fosco.

Do mesmo serviço, cálice para vinho tinto, do Porto, e o de vinho branco em cristal rubi e branco, sendo o pé alto em todo o conjunto, liso e estriado internamente.

**XXXI – Almirante Joaquim Antônio Cordovil Mauriti**

Cálice de cristal branco muito fino, gravado o monograma J M entrelaçado e sobreposto a uma âncora, o todo em fosco. A 1ª letra cheia de campo, a 2ª tracejada, o que, aliás é comum.

**XXXII – Coronel Simplício Dias da Silva**

Copo para água de vidro grosso, amarelado, bordo liso, e bojo metade pontilhado, tendo uma gravação em relevo de folhagens estilizadas, e metade da lapidação em “bico de jaca”. Pé alto, octogonal e estriado internamente.

**XXXIII – Copo e prato de cristal grosso Vista Alegre, metade com ornatos gravados, metade em “bico de jaca”.**

O pires tem, na borda, uma cercadura de crisântemos e rosas.

Estas peças são de grande valor histórico, pois aí beberam 4 gerações da família imperial brasileira: d. Pedro I, d. Pedro II, príncipe do Grão Pará e d. Pedro de Orleans e Bragança. O penúltimo deles serviu-se no solar Jacinto de Aguiar, hoje Câmara Municipal de Sabará; e o último, d. Pedro de Orleans e Bragança, na residência do comandante Gastão Penalva.

Foi este copo presente das filhas do sr. Jacinto de Aguiar ao comandante Gastão Penalva, grande pesquisador da História do Brasil, falecido em março de 1944.

***Fortunée Levy***

Conservador de Museu.

## Bibliografia

- ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e Morte do Bandeirante*. S. Paulo, 1929.
- BALTASAR DA SILVA LISBOA. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1941.
- BABELON, Ernest. *La gravure sur pierre fines*. Paris, s/d.
- BENEZIT, E. *Dictionnaire des Peintres, Sculpteurs, Graveurs et Dessinateurs*. Paris, s/d.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e a sua Legislação*. Rio de Janeiro, 1904-1905.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS: *Organizações e Programas Ministeriais Desde 1822 a 1889*. RJ, 1889.
- Catálogo. Museu David Carneiro. *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicação nº 3, Rio de Janeiro, 1940.
- CLÓVIS RIBEIRO. *Brasões e Bandeiras do Brasil*. S. Paulo, 1933.
- DIDRON ET CLEMANDOT. *Rapport sur les Cristaux, la Verrerie et les Vitraux*. Paris, 1880.
- ENG. PELIGOT. *Le Verre, son Histoire*. Paris, 1887.
- FERREIRA DA ROSA. *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s/d.
- GERSPACH. *L'art de la Verrerie*. Paris, s/d.
- GUILLAD, Ch. *Verrerie à Travers les Âges*. Paris, s/d.
- HARTSHORE. *Old English Glass*. In: Revista "Connoisseur", 1904.
- HENRIVAUX, J. *Le Verre et le Cristal*. Paris, 1883.
- HENRY HAWARD. *La Verrerie*. Paris, 1919.
- HIGNETT, H. N. *Glass*. In: Revista "Connoisseur", 1906.
- Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu. Rio de Janeiro, 1939, 1º volume.
- JOAQUIM RIBEIRO. *A Tradição e as Lendas*. Rio de Janeiro, s/d. *Jornal do Comércio* de 13 de agosto de 1916.
- JULIE DE FONTENELLE. *Manuel Complet du Verrier*. Paris, 1829.
- KIDDER, D. P. *Sketches of Brazil*. London, 1845, 2 volumes.
- L. DE MAURI. *Manuali Hoelpi – Lamatore di Oggeti d'Arte e di Curiosità*. Milão, 1922.
- MAX FLEUISS. *História Administrativa do Brasil*. S. Paulo, s/d.

- OLIVEIRA LIMA, D. *João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro, 1908.
- PEDRO CALMON. *O Rei do Brasil*. Rio de Janeiro, 1935.
- PEREIRA DA SILVA, J. M. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1864.
- RATCLIFF, J. D. *Magos do Vidro*. In: Revista Seleções, junho, 1942. Revista *O Auxiliar da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro, 1865. Revista do Arquivo do Distrito Federal, 4 volumes, Rio de Janeiro, 1894-1895-1896,1897.
- ROUSSET, H. J. *Travail du Verre*. Paris, 1927.
- SOUSA VITERBO. *Artes e Artistas em Portugal*. Lisboa, 1892.
- SOUZEY, A. *Verrerie et des Vitraux*. Paris, 1867.
- VISTA ALEGRE. *O Livro do Centenário da Fábrica de...* S/d.
- WANDERLEY PINHO. *Cotegipe e seu Tempo*. S. Paulo, 1937.



**Contribuição para o estudo da  
ourivesaria no Brasil**



## **Contribuição para o estudo da ourivesaria no Brasil**

Foi crença de que no Brasil havia ouro. O europeu acreditava sempre nos “tesouros escondidos” na América. Contribuíram para isso as lendas das minas de prata de Robério Dias, a Lagoa Dourada, a “Manoá Dorada”, procurada por Pizarro e Orellana, a “montanha de esmeraldas” dos jesuítas do Espírito Santo, as “cidades abandonadas” e tantas outras, que impeliam para os sertões os aventureiros.

Na primeira fase dos descobrimentos, quando os Açores e a Madeira foram povoados, o incentivo era o mesmo da reconquista do continente: a aquisição de terras e senhorios, de que a Coroa fazia dom aos agraciados.

Pela agricultura havia principiado – como nas ilhas – a colonização da Terra de Santa Cruz. O primeiro atrativo fora o pau da cor da brasa, o brasil, riqueza fácil que se obtinha como as da África, por comutação com os indígenas.

Mas se inicialmente os colonizadores visavam à madeira da cor da brasa, o que verdadeiramente buscavam eram os metais preciosos e a rutilante pedraria. E nenhum desengano dissipou a esperança de que na demarcação portuguesa haviam de aparecer as riquezas de ouro e prata que encontraram na sua os espanhóis e cuja realidade se verificou após quase dois séculos de vãs pesquisas.

E vemos essa preocupação confirmada na série dos tempos, nas explorações costeiras, nas cartas de doação – reservando os direitos da Coroa – nas ordens terminantes da corte, nas diligências individuais na colônia...

A própria denominação geográfica aponta, ao Sul, o rio da Prata; ao Norte, a lagoa Dourada, origem do Amazonas. Entre esses dois rios, em enorme superfície, a Terra da Promissão....

Em 1531 Martim Afonso de Sousa, cumprindo ordens mandava uma expedição à procura de ouro, a qual foi aniquilada pelos selvagens.

Fundadas as capitanias, os donatários continuaram a receber da corte, instigações para as buscas. Em 1543 Duarte Coelho, em carta a d. João III declara que “as coisas do ouro não deixo de inquirir e procurar sobre o negócio e cada dia mais se esquentam as novas”<sup>1</sup>.

Outro documento interessante, que prova a preocupação do governo português é a “carta de mercê e doação das minas de ouro e prata que Fernão Álvares de Andrade, Aires da Cunha e João de Barros venham a descobrir nas terras do Brasil”<sup>2</sup>.

Nem mesmo os missionários ficavam indiferentes a tal coisa, conforme se poderá verificar na correspondência de Nóbrega e Anchieta.

E o achado do precioso metal, em 1560, nos sertões de São Paulo, de que deu parte Brás Cubas<sup>3</sup>, confirmou as esperanças que, afinal, só vieram a realizar-se definitivamente, um século depois.

O cenário colonial brasileiro muda, então, completamente:

– Ouro! Ouro! A imaginação dos aventureiros ferve: as lavouras pouco a pouco vão sendo abandonadas. A idéia de uma riqueza fácil e ao alcance de qualquer um, empolga os colonos. As minas resumem o objetivo comum de paulistas e emboabas, litorâneos e sertanejos, homens de todas as castas, de todas as procedências. De toda parte, do Brasil e do reino, acorrem multidões, na esperança de lhes tocar algum quinhão das riquezas fabulosas.

“Cada ano, vem nas frotas quantidade de portugueses e estrangeiros para passarem às minas”, informa Antonil<sup>4</sup>.

– “Ouro tão bom como o da Mina e dos mesmos quilates”, dizia entusiasmado o sertanista fundador de Santos.

Organizam-se expedições ao ínvio sertão. Algumas custeadas pelo governo, outras de caráter particular, comandadas por homens da têmpera de Antônio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno e outros, que vão penetrando nas terras de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Em breve, as terras centrais formam a capitania das Minas Gerais<sup>5</sup> e as primeiras povoações se desenvolvem.

---

1. Carta ao rei d. João III, datada de 27 de abril de 1543, publicada por Malheiros Dias na sua *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, tomo III, p. 313.

2. Documento datado de 18 de junho de 1535, publicado por C. Malheiros Dias em obra já citada.

3. Carta endereçada a d. João III, datada de 25 de abril de 1562.

4. André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil*, cap. V, p. 213.

5. Criada em 1709.

A época é de franca atividade. D. Francisco de Sousa, então governador geral do Brasil, publica um bando, no qual, entre outras coisas, diz:

“Avisando aos povos mineiros que do ouro que extraíssem haviam de pagar o real 5, fundindo o metal e entregar-se em barra cunhada o que fosse de seu dono”<sup>6</sup>.

Anos mais tarde, incrédulo da empresa a que fora d. Francisco de Sousa, o novo governador geral, d. Diogo de Meneses mandava dizer ao rei:

– “Creia-me V. M. que as verdadeiras minas são o açúcar e o pau-brasil, de que V. M. tira tanto proveito sem lhe custar da sua Fazenda um só vintém”<sup>7</sup>.

Contudo, somente em 1651 é que se efetuaram pesquisas de um modo sério, indo mineiros do reino, afeitos ao mister, na expedição conhecida como a Jornada do Ouro ao rio Pacajá afluente do Amazonas. Tentativa estéril, que terminou com a fome, doenças e mortes.

Mas os ânimos não esmoreceram ante este desastre. A produção excedia à expectativa. Trabalhadores não faltavam e no reino, o erário participava largamente das riquezas encontradas. Na opinião comum, as minas seriam inesgotáveis.

– “Afirma-se que enquanto o mundo durar, se não poderão extinguir”, informava o governador d. Rodrigo da Costa a 19 de junho de 1706, ao regressar ao Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

Trinta anos depois, outra declaração nesse sentido: “A meu entender, há ouro para muitos séculos e mais depressa hão de faltar os negros para a extração dele”<sup>9</sup>.

Extraía-se o ouro no leito dos ribeiros, desviando-lhes a corrente, ou das margens, escavando as aluviões. Abriam-se aí as “catas” e entre os cascalhos, envolvido nos saibros, o ouro “pintava” à lavagem que se fazia na bateia<sup>10</sup>.

Mais tarde, esgotados as aluviões, fazia-se a mina verdadeira.

---

6. É este o primeiro documento relativo ao direito do quinto e às barras de ouro (11 de fevereiro de 1601).

7. Varnhagen. *História do Brasil*, p. 437.

8. Documento citado por J. Lúcio de Azevedo em *Épocas de Portugal Econômico*.

9. Idem, idem.

10. Vaso de madeira, de fundo cônico, que serve para a lavagem das areias auríferas e do cascalho diamantino.

É o ouro um metal extremamente dútil, o que permite reduzi-lo a folhas excessivamente finas, que se emprega na douração de madeira ou de matérias análogas.

Na natureza, apresenta-se algumas vezes, em palhetas ou em pepitas mais ou menos volumosas. Frequentemente está aliado à prata.

Encontra-se principalmente nos terrenos de aluvião. Liga-se facilmente ao cobre, ao ferro, ao níquel, ao manganês etc. Com o cobre, liga-se em qualquer proporção, adquirindo uma cor mais intensa e avermelhada, ao passo que se torna mais duro. Deste modo é utilizado nas baixelas, jóias e moedas.

Na ourivesaria emprega-se o ouro em liga com a prata, dando o ouro branco, ouro verde, o ouro pálido e o *electrum*.

#### O aparecimento das pedras preciosas no Brasil

Particularmente, continuavam as diligências em outros distritos, não só à procura de ouro, como também de pedras preciosas.

Em 1673 Fernão Dias Pais Leme, considerado o “paulista mais rico e poderoso de escravos”, oferece-se ao governo para organizar uma bandeira, a fim de procurar as minas de esmeraldas de que falava antiga tradição.

Era o sonho do bandeirante que, saindo pelo sertão,  
“Buscava no horizonte o perfil da montanha...  
Quando apareceria enfim, vergando a espalda,  
Desenhada no céu entre as neblinas claras,  
A grande serra, mãe das esmeraldas raras,  
Verde e faiscante como uma grande esmeralda?”

Com o título de “governador das esmeraldas”, parte Fernão Dias em julho de 1674, levando consigo a maior bandeira então organizada.

O que foi essa jornada verdadeiramente épica, não é preciso dizer. E se o audaz aventureiro não conseguiu encontrar as esmeraldas, não foi infrutífero o seu esforço: o desbravamento do sertão, as pequenas povoações fundadas, o nobre exemplo de disciplina e coragem, foram mais proveitosos que as esmeraldas que porventura descobrisse.

Antes de Fernão Dias, Brás Cubas achara, como se poderá ler na carta enviada ao rei d. João III, “umas pedras verdes que parecem esmeraldas muito fregosas”... <sup>11</sup>

Alguns anos mais tarde, aparecem os primeiros diamantes.

Não se sabe ao certo, qual o lugar em que foram achados, tais as controvérsias. Isto parece natural se atentarmos que de mistura com o cascalho, eram encontradas certas pedras pequenas, cujo brilho e cristalização atraía a atenção dos mineiros. Desconhecendo-lhes o valor, guardavam-nas como simples objetos de curiosidade, servindo de tentos para marcar jogos.

Quanto à pessoa que os descobriu, não se sabe bem se foi Bernardo da Fonseca Lobo ou se um certo frade que, havendo estado anteriormente em Golconda – onde já se minerava diamante – e vendo os tentos, reconheceu-os como a valiosa pedra. Diz-se, mesmo, que Bernardo, servindo-se desta descoberta, partiu para Portugal, recebendo em recompensa, a nomeação de tabelião e capitão-mor da Vila do Príncipe.

O certo é que em 1729 já se explorava diamantes, como se depreende da portaria de d. Lourenço de Almeida, mandando suspender todas as minerações de ouro nas terras diamantinas e anulando as cartas de datas obtidas do guarda-mor. Diz a portaria:

“Porquanto tenho notícia de que em vários rios e ribeiros da comarca do Serro do Frio têm aparecido e vão aparecendo umas pedrinhas brancas que se entende ser diamantes e muitas pessoas da comarca têm pedido ao guarda-mor cartas de datas nos tais rios e ribeiros para tirarem ouro...

... e porque tenho dado conta a Sua Majestade destas pedras, remetendo-lhe as amostras, o que também tem feito o dr. ouvidor geral da Vila do Príncipe, Antônio Ferreira do Vale e Melo e estamos esperando a resolução do dito senhor para se dar à execução o que ele for servido ordenar” <sup>12</sup>.

O governo, que divisara na exploração uma fonte incomparável de lucros, intervieria desde 1731, mandando cessar a extração e despejar dos lugares das lavras, todo o pessoal trabalhador.

---

11. Carta datada de 25 de abril de 1562, já citada.

12. J. Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 15.

A decisão a que se tinha chegado em Lisboa consistiu em reservar para a Coroa a lavra dos diamantes, entregando-a por contrato, a um arrematante, na forma usual das rendas públicas.

Na exploração dos diamantes empregava-se o negro.

“Vivem esses escravos perto dos garimpos e em pequenas choças que eles constroem com barro e ripas e são alimentados pela Junta Diamantina com rações de feijão, farinha de milho, toucinho e cachaça, gêneros que ela lhes envia semanalmente por sua própria tropa de mulas, destinada a esse fim”<sup>13</sup>.

Para estimular os negros no trabalho, recebiam pela achado de um brilhante de valor, pequenos presentes: gorros de lã, panos, fumo, etc. Se o diamante fosse de mais de 17,50 quilates, a administração pagava a alforria do achador, que era logo declarado livre, ficando, entretanto, obrigado a completar parte do resgate com dias de trabalho; se o valor da pedra fosse superior ao preço de venda do escravo, recebia ele, além da liberdade, auxílio para se estabelecer.

Eram os escravos vigiadíssimos e só podiam ser admitidos no Distrito Diamantino com informação bem fundada. Se fosse encontrado um deles sem a declaração escrita, era condenado, na primeira vez, a três anos de trabalhos forçados em Angola e na segunda, a dez anos. Deste último castigo, era também passível o senhor do escravo em cuja posse se achassem essas pedras.

E toda a vigilância, todo o rigor não impediam que os negros – já de natureza ardilosos e inclinados ao furto – usassem de variados embustes para esconderem e conservarem para si as preciosas gemas. Na presença do feitor, conseguiam esconder o brilhante achado entre os dedos da mão ou do pé, nas orelhas, na boca, na carapinha. Quando estes meios não serviam, chegavam a engolir a pedra ou a lançavam para trás, para depois buscá-la à noite.

Os negros eram levados a esses furtos, não somente pelo instinto, como também pelo bom acolhimento dos compradores. Assim, praticavam o contrabando nos limites da região diamantina<sup>14</sup> e a falsificação de diamantes, conforme citam *Spix e Martius* em sua “*Viagem pelo Brasil*”, na p. 107 do 2º vol. da tradução brasileira:

13. Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, trad. brasileira, tomo II, p. 109.

14. O contrabando era feito de tal maneira que Mawe avalia em dois milhões esterlinos a soma dos diamantes subtraídos ao monopólio, considerando-os superiores em qualidade aos de procedência legal.



Coroa de D. Pedro I, executada sob desenho e direção artística de Inácio  
Luís da Costa.  
(Coleção do Museu Imperial)



“Mostraram-nos também alguns pedaços de vidro de garrafa, aos quais os negros, pelo polimento, deram uma forma octaédrica e, pela fricção sobre estanho, a cor dos diamantes, a fim de os vender como se fossem as preciosas gemas”.

\* \* \*

Além dos diamantes, encontram-se nas atinas, outras pedras preciosas e a junta diamantina, depois de as examinar punha-as de parte.

Dentre as pedras, aparecem principalmente crisoberilos de notáveis variedades de cor, isto é, amarelo-oliva, cinzento-azulado passando ao verde-espargo, verde-amêndoa, verde-celadon e azul-celeste; estes últimos são chamados no Brasil águas-marinhas.

Aparecem também, topázios brancos e azuis, espinéias, quartzos de notável beleza de tons vermelho rosado e verde-mar, coríndons e finalmente azurita. Aliás, essas pedras são muito comuns nos sítios onde se encontra o diamante. No Brasil, costuma-se chamar *feijões* à hematita, que é comumente encontrada nas jazidas diamantíferas, nome este dado pela semelhança com a fava preta tão conhecida em nosso interior.

Os topázios aparecem em fraturas e mesmo em seixos rolados, do tamanho de uma castanha. Seu nome deriva-se de Topazon, ilha do mar Vermelho.

Há topázios de diversas tonalidades. Conforme a cor, recebem um nome especial. Assim, o topázio incolor é chamado “pingo d’água” ou Minas Novas; o amarelo, topázio do Brasil; o róseo amarelado, topázio queimado ou rubi brasileiro; o azul, safira brasileira; o azul esverdeado, topázio água-marinha.

A porção mais considerável destas pedras era levada para o Rio de Janeiro e a menor, para a Bahia.

A lapidação é feita geralmente em brilhante.

Variedades:

1º Incolor ou pingo d’água, como é habitualmente designado em joalheria, é encontrado principalmente em Minas Novas <sup>15</sup>. Frequentemente confundido com o diamante – e mesmo vendido

---

15. Daí o ser essa pedra conhecida pelo nome de “Minas Novas”.

fraudulentamente como tal – é, contudo, fácil de se distinguir pelo brilho, pela dupla retração e pela menor dureza <sup>16</sup>.

2º Topázio amarelo: o mais comum, é mais ou menos colorido, segundo sua origem. Há o amarelo-limão, cor de ouro, o ruivo e o queimado. É preciso não confundi-lo com o topázio oriental, que é um coríndon, nem com o falso topázio ou citrina, que é um quartzo, nem com a damburita, nem com a turmalina amarela.

Conforme acima dissemos, as diferenças de dureza e densidade, permitem verificar imediatamente a pedra.

Do mesmo modo, o topázio azul ou “safira brasileira” e o topázio róseo ou rubi brasileiro, não se confundem com a safira e o rubi orientais, que são coríndons. Também se distinguem facilmente da turmalina rósea (rubelita) e da azul (indicolita).

O topázio água-marinha, da cor do mar ou azul esverdeado, é de grande valor quando perfeitamente límpido. Não se confunde com a água marinha oriental nem com a água-marinha comum, que é uma variedade de esmeralda.

Encontra-se o topázio principalmente nas terras de aluvião, sob a forma de seixos rolados, sobretudo nas rochas, tais como os granitos, gnaiss e pegmatitas. Muito freqüentemente é encontrado nas jazidas de estanho e neste caso, acompanhado de cristais de quartzo e turmalina. No Brasil ocorre principalmente nos estados de Minas Gerais e Bahia, em zonas distintas. No primeiro deles, ao Norte, na bacia do rio Jequitinhonha, em Araçuaí, Teófilo Otoni e Salinas (em geral incolores, azuis ou leves matizes verdes). Na zona central de Ouro Preto e D. Bosco apresentam colorações que variam do amarelo ao amarelo conhaque.

Turmalina: seu nome deriva-se de Turamali, cidade do Ceilão. Muito empregada em joalheria, designa um grande número de minerais, com toda a gama de cores.

Conforme a tonalidade, recebe um nome especial. As principais pedras são:

Rubelita: de cor vermelha ou rósea;

Indicolita: de cor azul;

Esmeralda do Brasil: de cor verde;

---

16. A esse respeito, diz F. Denis em *Brésil*, p. 347: “Se pudéssemos encontrar alguma relação, num gênero de fraude desconhecido até agora, seria o introduzido no comércio das pedras preciosas do Brasil: os topázios brancos são lapidados, no interior, por um lapidador francês e tal é o brilho da pedra e a habilidade da mão de obra que esses topázios são introduzidos no mercado como diamantes verdadeiros.”



Cetro de ouro encimado pelo dragão da Casa de Bragança. Serviu de coroação dos dois imperadores do Brasil.  
(Da coleção do Museu Imperial)



Peridoto do Ceilão: amarelo esverdeado;

Dravita: amarelo queimado;

Schorl: negra;

Acroite: incolor.

Aparecem também, numa mesma pedra, duas cores diferentes (turmalina bicolor). Foi-nos dado apreciar um belíssimo exemplar que tem o centro vermelho e ao redor verde, como se fora um prisma dentro de outro.

A rubelita, também conhecida pelos nomes de apirita, siberita ou rubi da Sibéria é, sem dúvida, a mais bela variedade de turmalina. Lapidada, pode ser confundida com algumas variedades de rubi oriental, espinela, topázio róseo, granada ou berilo.

A indicolita ou turmalina azul também é chamada “safira do Brasil” porque foi encontrada primeiramente nas aluviões dos rios brasileiros e confunde-se com a safira oriental, embora esta pedra quase não exista no Brasil.

Algumas variedades muito claras aproximam-se da água-marinha. As de um belo azul-escuro são as mais procuradas, sendo muitas vezes vendidas como safiras verdadeiras.

A turmalina verde ou esmeralda do Brasil é encontrada principalmente no Estado de Minas Gerais, sob a forma de pequeninos cristais, cuja cor varia desde a da esmeralda propriamente dita ao verde pálido.

As turmalinas amarela e amarelo esverdeado (verde-oliva e verde amêndoa), ainda chamadas peridoto do Ceilão, têm menor valor que as precedentes.

Outra pedra utilizadíssima na ourivesaria brasileira é a água-marinha.

Seu nome deriva-se do latim *aqua marina* (água do mar). Designa as esmeraldas de cor verde muito claro, cuja tonalidade se aproxima muito da cor do mar. Há, também, águas-marinhas de um belo tom azul-claro.

É ao norte do Estado de Minas Gerais que se encontram com mais abundância as águas-marinhas, principalmente na bacia do rio Araçuaí, afluente do Jequitinhonha. Aí encontram-se no leito dos rios tributários do Mucuri, que tem seu curso na cadeia de montanhas que tomam o nome de serra das Esmeraldas.

Crisólita: de bela cor de ouro esverdeado, existe em duas variedades; uma, dos joalheiros, amarelo desmaiado, mesclada de verde; outra, a do Brasil, de bela cor de ouro, tirante a verde.

É a crisólita uma variedade de peridoto, que é uma gema utilizada desde a mais remota era.

Sua variedade principal – a olivina – é assim chamada pela cor semelhante à do azeite de oliva.

Em joalheria, confunde-se a olivina com a crisólita, designando-as sob o mesmo nome de peridoto. Esta última também é conhecida pelo nome de peridoto nobre do Oriente.

Algumas vezes são encontradas em seixos rolados nos aluviões de alguns rios, em companhia do diamante, da granada e da turmalina.

Ocorre principalmente no Brasil, na Rússia, no México, na Pérsia e no Egito.

Possui um brilho vítreo bastante acentuado.

Quase todas as jóias dos séculos XVIII e XIX, feitas no Brasil, são em crisólitas. Existindo em grande quantidade no Estado de Minas Gerais, foi largamente empregada pelos nossos joalheiros.

#### Jóias brasileiras dos séculos XVIII e XIX

O estudo da jóia brasileira é bastante interessante. Apresenta aspectos profundamente característicos, podendo-se determinar exatamente a sua procedência pelas influências das raças habitantes do lugar onde foram feitas.

Quando para aqui vieram os portugueses, o meio era paupérrimo. Tudo o que se tinha, em matéria de conforto, vinha de Portugal.

A casa brasileira era pobre. Havia o necessário para o uso diário; para vestir, muito algodão... as mais coisas de vestir vêm da Europa <sup>17</sup>.

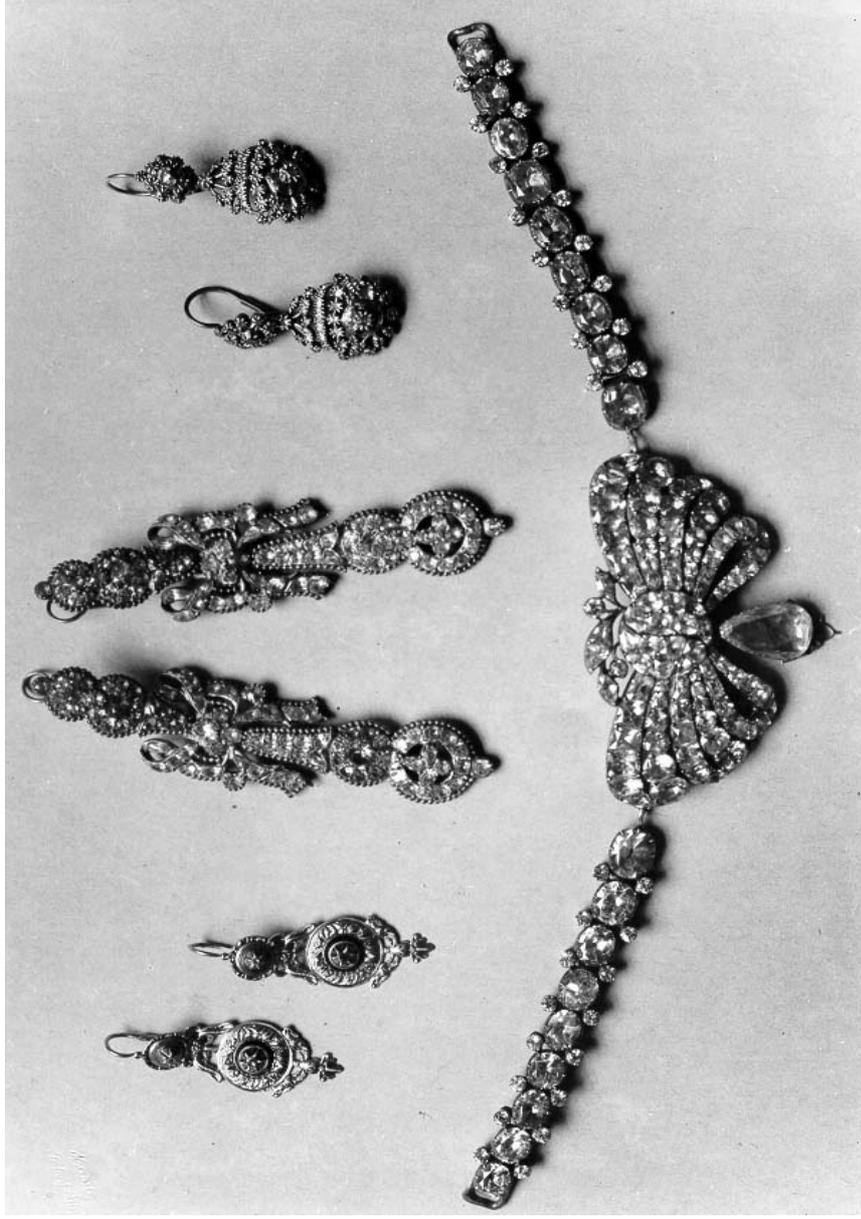
Com a melhoria de situação econômica, começa a se formar a aristocracia. O gosto pelas coisas ricas e luxuosas acentua-se. E para se fazer justa idéia da situação industrial no começo do século XIX, basta dizer que um senhor de engenho ostentava num festim a mais rica e maciça prataria, conforme afirma F. Denis <sup>18</sup>.

Mais adiante, cita o mesmo autor: “O luxo é sólido e bárbaro; é preciso baixela pesada e jóias maciças”.

Relatando a procissão de Cinzas no Rio de Janeiro, diz, descrevendo a indumentária dos anjos: “... ficamos surpreendidos

17. *Cartas de Anchieta*, ed. da Academia Brasileira de Letras.

18. F. Denis, obra já citada, p. 99.



Jóias do século XIX, feitas em ouro, prata e crisólitas. Os brincos menores são peças, respectivamente, mineira e baiana, em ouro, esmalte e diamantes e prata e diamantes. (Coleção do Museu Imperial)



ante a prodigiosa quantidade de pedras preciosas que os adornavam. As jóias de algumas dessas crianças sobe a somas incríveis”<sup>19</sup>.

No Norte, então, esse gosto acentua-se. É de Spix e Martius a seguinte afirmativa: “Entre os moradores de São Paulo o gosto pelo luxo europeu ainda não se desenvolveu tanto como entre os ricos baianos, pernambucanos e maranhenses”<sup>20</sup>.

Eram jóias, móveis, pinturas e gravuras, cristais, porcelana, tecidos de seda e demais artigos de luxo que importávamos da França, sobretudo do Havre, e de Brest.

O comércio direto do Rio de Janeiro com a Índia Oriental tornou-se muito considerável, principalmente depois da vinda de d. João VI, pelo fato de se terem aqui estabelecido várias das casas mais importantes de Lisboa.

“O europeu recém-chegado ficava admirado com o sem-número de artífices de ouro e prata, de joalheiros que aqui, como os outros operários, moram todos numa rua, fazendo lembrar as magníficas ruas do Ouro e da Prata, de Lisboa.

Embora o trabalho não seja tão perfeito quanto o europeu, é de bom gosto e de durabilidade”<sup>21</sup>.

\* \* \*

A jóia segue, naturalmente, a influência da época. Com o Renascimento, a arte tornara-se pagã. Apartara-se nos séculos XIV e XV da esfera religiosa – onde até então se mantivera quase que exclusivamente – espalhando suas fantasias nos gomis, taças, etc.

Mais tarde, as formas nobres e severas no reinado de Luís XIV cedem lugar – com Luís XV – a todas as extravagâncias do gênero “rocaille” ou rococó. É a época das jóias feitas com guirlandas, ornadas de laçarotes, pingentes e atributos delicados.

Formas sinuosas, ondulantes, enroscam-se ao redor das pedras e dos medalhões de porcelana pintados com motivos alegres e frívolos. Usa-se o diamante, a crisólita e outras pedras.

Em Portugal essas jóias fizeram grande sucesso, principalmente no tempo de d. Maria I.

---

19. F. Denis, *idem*, *idem*.

20. Spix e Martius, obra já citada, tomo I, p. 209.

21. *Idem*, *idem*, tomo I, p. 124.

É desse tipo o par de brincos de pingentes, em crisólitas e montado em prata, pertencente à coleção do Museu Imperial, que passamos a descrever.

Consta de duas rosetas sobrepostas, a de baixo maior, que se prendem num laço de alças duplas. Deste, pendem duas flores maiores, atadas ao laço por uma haste. Toda a peça é cravejada.

Jóia usada tanto no Brasil como em Portugal, França ou Inglaterra, nada perde de sua beleza, nem da harmonia do conjunto, pela vulgaridade do motivo.

Grande número de caixas aparece neste período: são tabaqueiras, caixas de pó, caixas para “moscas”, enriquecidas de esmaltes, miniaturas, verniz Martin, mosaicos, etc.

Com Luís XVI revive a nobreza antiga. O mesmo espírito de simplicidade e sobriedade, que preside à decoração, encontra-se nas jóias.

A época de Maria Antonieta é o triunfo do esmalte e da miniatura. Esta arte resume a jóia mais típica do período e por isso mesmo, a mais comum.

A jóia reflete o sentimento da época: são as pombinhas amorosas, os laços de fita, os raminhos de flores, os brancos cordeirinhos e outros atributos delicados, a decoração escolhida.

Muito comuns são os anéis chamados “marquesas” formados de um grande cabuchão alongado, destinado a recobrir toda falange do dedo.

Nas coleções do Museu Imperial existem vários, compostos de águas-marinhas, circundadas de diversas ordens de crisólitas.

Há também os anéis com miniatura, tendo ao redor safiras ou topázios brancos, crisólitas e outras pedras.

No século XVIII há preponderância pelas jóias de prata com diamantes ou crisólitas. Este gosto chega até o reinado de d. João VI. É quando, pela abolição do alvará de 1814, ressurgiu a ourivesaria no Brasil.

No Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, em Minas Gerais, era grande a atividade dos ourives.

Trabalhava-se em prata e em ouro. Eram estendidos estes dois metais em lâminas tenuíssimas, chamadas “pão de prata” e “pão de ouro”, com o que se douravam ou prateavam móveis, paredes de templos, imagens, etc.

Na Bahia prevaleciam as jóias de prata e diamantes. Muito comuns eram os braceletes e pulseiras com efígies de d. João VI,



Colar da marquesa de Santos em ametistas, montado em ouro e com a miniatura de d.  
Pedro I em marfim.  
(Da coleção do Museu Imperial)



d. Pedro I, da imperatriz d. Leopoldina e de d. Pedro II moço e velho.

São baianos os brincos que ilustram este trabalho. Em diamantes e topázios queimados, montados em prata, têm a seguinte disposição:

Sobre o lóbulo da orelha fica uma rosa formada por pequenos topázios. O pingente, em forma de flor, e cravejado de diamantes, tem no centro uma placa de ouro com ligeiro desenho em esmalte azul.

Usava-se ainda na Bahia, grossos correntões de ouro com rosáceas, acompanhadas da pomba do Espírito Santo, escapulários e medalhas devocionais.

As negras baianas usavam cordões de conta de coral, de vidro colorido e de ágata. Nos ritos de sua seita, essas jóias eram usadas de acordo com o dia da semana e o santo protetor: segunda-feira, dedicado a S. Bento (pulseiras de búzios); quarta-feira, a Santa Bárbara e S. Jerônimo (contas vermelhas, à imitação de coral, pulseiras de latão, contas brancas e vermelhas), etc.

Essencialmente baiano é o balangandã geralmente feito em prata e do princípio do século XIX. Peça usada unicamente na Bahia, é de origem africana, sendo muitas vezes, de caráter votivo.

Toda a peça de ourivesaria baiana, se não possui as características européias, denota influência do ocultismo, surgindo na Bahia por intermédio dos negros.

É sabido que para lá foi certo número de negros malês, isto é, da religião maometana, que praticavam o ocultismo. Sabiam eles fundir os metais tão bem como os portugueses, conhecendo-lhes a técnica de fundição. E das suas oficinas – discretas e escondidas – saíam os balangandãs, peças de caráter profundamente negro.

Outro objeto usado pelos negros e de caráter profilático é a figa. Por vezes uma dextra aberta, porém, mais freqüentemente um punho cerrado, vendo-se o polegar inserto entre o carpo indicador e médio. A figa é de origem européia ou indígena oriental.

Em Minas Gerais – terra do ouro – a ourivesaria é de caráter inteiramente diverso. A influência européia se faz sentir através dos artífices portugueses que lá trabalharam.

Fazia-se jóias de ouro e pedras locais: águas-marinhas, turmalinas, topázios, ametistas.

A jóia mineira é, geralmente, gravada. Há no Museu Imperial um par de brincos de ouro e diamantes, caracteristicamente mineiros:

Formado por um pequenino diamante engastado numa placa de ouro e circundado por uma orla de esmalte azul, é unido ao pingente – cujo motivo é o mesmo em ponto maior – por um laço de ouro com as pontas graciosamente recurvadas. Como arremate, um pequeno botão de flor, com duas folhas, em ouro.

Todo o metal é gravado com grande perfeição.

Muito comum era a filigrana, trabalho em que os portugueses foram inextinguíveis. Embora já fosse empregada na ourivesaria antiga, foram os portugueses que a tornaram célebre, principalmente no século XVIII, quando o seu esplendor chega ao auge. Vimos nas coleções do sr. Marques dos Santos um delicado par de brincos em filigrana de ouro e coco gravado, à semelhança das jóias de carvão de pedra tão em voga na Inglaterra.

Foi este tipo de jóia muito comum em Minas Gerais, onde também se fabricaram belíssimas caixas de rapé. Procuradíssimas pelos visitantes estrangeiros, apresentavam lindas alegorias, tais como a que pertence ao Museu Imperial:

Feita em ouro, é inteiramente gravada. A tampa tem no centro o busto de d. Pedro II jovem, ladeado por dois ramos de café e fumo. Sob a efígie, a espada e o cetro cruzados, tendo superposta a coroa imperial. De cada lado, uma índia e um índio seguram um listel, onde se lê: D. PEDRO II IMPERADOR C. DO BRASIL.

Belíssima obra de ourivesaria do século XIX, provavelmente foi executada na ocasião da Maioridade.

Digno de figurar num museu é o colar de ametistas, que pertenceu à marquesa de Santos.

Consta de treze pedras em forma de cabuchão, tendo a menor 0,250mm e a maior 0,04mm de comprimento, montadas em ouro filigranado. Ao centro, num medalhão formado por uma ametista a miniatura de d. Pedro I em marfim sobre fundo de madrepérola.

Obra riquíssima, apresenta uma grande perfeição de detalhes, tais como as minúcias das condecorações, os bordados da farda, etc.

#### Jóias imperiais

Grande impulso tomou a ourivesaria no Império. Ao lermos as crônicas da época verificamos a exatidão desta afirmativa, nas descrições das festas, onde as jóias realçavam não só os alvos colos, mas pendiam das orelhas, enroscavam-se nos braços, cobriam os dedos de néveas mãozinhas, prendiam cachos ou “boucles”.



Coroa de d. Pedro II. Belíssimo trabalho de cinzel em ouro, diamantes e pérolas, executado em 1841 por Carlos Marin & Cia.  
(Da coleção do Museu Imperial)



Isto, sem falar nas fivelas, botões ou presilhas igualmente em metal e pedras preciosas, que guarneciam não só a indumentária feminina, mas também os trajos masculinos...

Bem podem atestar o que foi o fausto dessa época, as nossas antigas irmandades, cujos oragos se cobriam de adereços, ofertados por suas devotas, nas suas festas onomásticas.

À Casa Imperial, forneceram jóias, diversos ourives estabelecidos no Rio de Janeiro. Folheando os Livros da Mordomia, encontramos várias ordens a joalheiros, para a confecção de jóias. Mesmo as insígnias imperiais, usadas nas coroações dos nossos dois imperadores, foram feitas por artífices aqui estabelecidos.

E se dermos crédito a Debret, a coroa de d. João VI foi obra de um “habile mulâtre brésilien, employé par le joaillier de la cour”.

Quando se preparou a coroação de d. Pedro I, encomendou-se a coroa imperial cujo desenho e direção artística estiveram sob a responsabilidade de Inácio Luís da Costa.

Peça de grande valor artístico, é de formato alongado.

Consta de uma larga cinta ricamente trabalhada a cinzel, tendo aplicados oito escudos imperiais brasileiros, intercalados por medalhões ovais, onde se cravavam brilhantes. A parte superior da cinta termina em oito florões de acanto em ouro polido e fosco, em cujo centro prendia-se um brilhante de grande tamanho. Os florões servem de base aos imperiais – em número de oito – ornamentados até o meio da sua altura, por um florão de acanto, tendo sobre a nervura central um fio de brilhantes. Na extremidade da folha, uma pedra maior.

O imperial, em ouro polido, continua com dois frisos ornamentais cinzelados, tendo ao centro um fio de brilhantes.

A coroa termina por uma esfera armilar formada de dezessete lâminas de ouro, encimada por uma cruz de Cristo em ouro.

Esta coroa, considerada uma verdadeira obra de arte da indústria nacional, está depositada no Museu Imperial. Faltam-lhe os brilhantes, que foram colocados na de d. Pedro II, conforme consta nos Livros da Mordomia.

O cetro, usado posteriormente na coroação do segundo imperador, é de ouro, tendo na parte superior o dragão dos Braganças. Para as cerimônias de 1841, foram-lhe acrescentados dois brilhantes, nos olhos do animal quimérico.

Bela obra da ourivesaria nacional é o adereço que pertenceu a d. Leopoldina, constando de um colar e um par de brincos em ouro filigranado, esmalte e turmalinas.

O colar é formado por catorze pequeninas esferas armilares em filigrana, cujas faixas são em esmalte branco, onde estão escritos os nomes das províncias brasileiras. Estas esferas são entremeadas pelos ramos de café e fumo. No centro do colar, prende-se uma coroa imperial, cuja cinta é formada de pequenas turmalinas verdes. Desta, cruzam-se dois ramos de café e fumo, aos quais prendem-se três esferas semelhantes às outras, representando respectivamente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os brincos, representam as províncias de Mato Grosso e Maranhão.

De grande fama era a Casa Carlos Marin & Cia., estabelecida à rua do Ouvidor, 139, que confeccionou a coroa imperial de d. Pedro II.

Simple e majestosa, é inteiramente de ouro, ornamentada de 640 brilhantes. A cinta, bastante larga, tem o bordo inferior rematado por dois frisos cinzelados, entre os quais, corre um fio de 100 pérolas. Ao redor, dezesseis rosetas de brilhantes, sendo a da frente maior. O centro desta flor contém uma gema avaliada em 18 quilates. O bordo superior termina em dezesseis pontas, nas quais cravam-se brilhantes.

Às pontas, prendem-se, intercaladamente, oito trifólios com rosetas de brilhantes no centro; destes, saem os imperiais, em cujo centro corre um fio de brilhantes.

A coroa termina por uma esfera de ouro, cintada e semi-circundada por brilhantes, encimada por uma cruz de Cristo cravejada.

Na parte interna do globo, há a seguinte inscrição, feita a tinta e em manuscrito: “Esta coroa foi feita em / Casa de Carlos Marin & Cia / ourives da Casa Imperial / Rua do Ouvidor 139 – em o / mês de julho de 1841.”

Quando foi entregue ao Museu Imperial, faltavam-lhe 44 brilhantes, que se perderam ou foram arrancados, tendo sido feita a restauração em 1943 pelo joalheiro Armando Bernacchi, estabelecido à rua Gonçalves Dias 28, e parente do velho joalheiro Augusto Lopes Bernacchi, que a 17 de setembro de 1934 avaliou oficialmente a coroa em Cr\$ 6.000.000,00.

Possui o museu um cetro pequeno, que pertenceu a d. Pedro II, em bronze dourado, haste de marfim, tendo na parte

superior o dragão dos Braganças. Trabalho interessante, é todo desmontável e muito semelhante ao de d. Pedro I.

Estas são algumas das peças que pertenceram à Coroa e que se acham depositadas no Museu Imperial. Seria profundamente fastidioso se fôssemos descrever e comentar todas elas. Teríamos assunto para um novo trabalho. Preferimos, pois, deixar à apreciação dos leitores, o inventário das jóias imperiais, feito em 1887, quando o imperador realizou sua última viagem à Europa, dois anos antes do golpe que provocou a queda da monarquia no Brasil.

***Haydée Di Tommaso Bastos.***

(Conservador do Museu Imperial)





Adereço da imperatriz d. Leopoldina, em ouro, esmalte e turmalinas, representando as províncias do Império.  
(Da coleção do Museu Imperial)



## **Adenda**

### **“Inventário das jóias – 1887**

Aos vinte cinco dias do mês de junho do ano de mil oitocentos oitenta e sete no Paço Imperial da Boa Vista, em presença de Sua Majestade a Imperatriz, achando-se também presentes o ex.<sup>mo</sup> conselheiro mordomo da Casa Imperial, e o fiel do tesoureiro geral do Tesouro Nacional, Amaro da Silva Guimarães Júnior, designado por ordem do ex.<sup>mo</sup> ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, procedeu-se ao inventário junto das jóias da Coroa e bem assim das de propriedade de Suas Majestades Imperiais, que devem ficar recolhidas à casa forte do mesmo Tesouro, durante a viagem de Suas Majestades à Europa, as quais encaixotadas e lacradas foram para esse fim entregues ao referido fiel do tesoureiro. – E para firmeza do que acima fica dito, lavrei o presente termo, em duplicata, para ser um arquivado na Secretaria da Mordomia, e o outro entregue ao dito sr. fiel, o qual é assinado pelo ex.<sup>mo</sup> mordomo da Casa Imperial, por aquele fiel e por mim escrivão da mesma Casa à vista das testemunhas abaixo declaradas. – “*Barão de Nogueira da Gama*” – O escrivão da Casa Imperial “*Luiz José Martins Rocha*” – “*Amaro da Silva Guimarães Júnior*” – Como testemunhas: “*João Batista da Fonseca*” – “*Antônio Joaquim Cordovil Maurity*”.

Relação das jóias a que se refere o termo desta data:

De Sua Majestade a Imperatriz.

#### *Primeira caixa – Primeiro tabuleiro:*

Um adereço de pérolas e brilhantes e rubis com um par de brincos e uma pulseira.

Um par de brincos de pérolas e diamantes.

Uma dragona com grandes brilhantes.

Um grande broche de brilhantes.

Um par de brincos grandes de brilhantes.

Um par de ditos de opala com brilhantes.

Um par de ditos de pérolas e diamantes.

Um broche esmaltado com pérolas e brilhantes.

Um dito de opala e brilhantes.

Uma pulseira com retrato de Sua Majestade a Imperatriz Amélia circulado de brilhantes com fios de pérolas.

Uma comenda de brilhantes da Ordem do Cruzeiro.

Um colar de brilhantes com 41 brilhantes.

Um dito de brilhantes cravados em ouro.

\* \* \*

*Segundo tabuleiro:*

Um adereço de brilhantes com esmeraldas, constando de um grande broche e um par de brincos.

Um dito, dito, constando de um broche menor e um par de brincos.

Um retrato de Sua Majestade o Imperador, circulado de brilhantes.

Um broche de brilhantes com esmeraldas.

Um dito esmaltado com brilhantes sobre ouro.

Um dito dito, com pérolas e topázios.

Um bracelete esmaltado de azul com opalas e brilhantes.

Uma pulseira com retrato de S. A. I. a senhora dona Januária, condessa de Áquila, circulado de brilhantes.

Uma dita (pulseira) dita de brilhantes.

Uma dita com retrato circulado de brilhantes e fio de pérolas.

Uma dita com brilhantes e a coroa imperial.

Um adereço com esmalte e uma medalha de brilhantes.

Um dito de rubis e brilhantes, com um coração de brilhantes.

Um dito de safiras e brilhantes.

Um broche flor de brilhantes.

\* \* \*

*Terceiro tabuleiro:*

Um diadema de brilhantes e safiras.

Um dito menor de brilhantes.

Um dito com opalas, brilhantes e esmalte sobre ouro.

Uma comenda da Ordem de Maria Luiza com esmalte e brilhantes sobre ouro.

Uma dita dita com brilhantes.



Tampa de tabaqueira de ouro e esmaltes com alegoria ao imperador d. Pedro II.  
(Da coleção do Museu Imperial)



Um retrato de Sua Majestade o Imperador com grandes brilhantes, formando uma pulseira.

Uma pulseira de ouro com passador de grandes pérolas e brilhantes.

Uma dita dita dito.

Uma pulseira com esmalte, pérolas e brilhantes.

Uma dita dita com opalas.

Uma dita com esmalte e brilhantes.

Uma grande pulseira com safiras e brilhantes.

Uma dita com brilhantes e pérolas sobre ouro.

A este tabuleiro vão juntas por cima uma pequena caixa de papelão, contendo um grande brilhante e outras diversas jóias, mais um rico leque com brilhantes e com a coroa e iniciais P.T. e uma pulseira rendada com uma pérola e dois brilhantes.

\* \* \*

*Segunda caixa – Primeiro tabuleiro:*

Dois broches de corais e ouro e dois pares de brincos.

Um broche de prata com firma e um par de brincos.

Seis broches diversos de ouro, esmalte e coralina.

Um broche de pedra escocês e um par de brincos.

Uma pulseira de opala, safiras e outras pedras.

Uma pulseira de ouro e um broche, contendo diversos cabelos.

Um relógio pequeno com uma cadeia de flores de corais.

Um dito cravejado de diamantes e rubis e uma corrente cravejada de iguais pedras.

Dois alfinetes de corais.

Um par de brincos e um alfinete de granadas e brilhantes.

Um alfinete de ouro e esmalte.

Uma pulseira de cabelo com forma de cobra, cravejada de brilhantes.

Uma dita dita simples.

Um par de bichas de esmalte e brilhantes.

Uma pulseira de cabelo e um broche dito com medalha cravejada de brilhantes.

Um par de brincos de ametistas.

*Segundo tabuleiro:*

- Uma medalha de brilhantes com esmalte roxo.
- Uma dita, dita, com um topázio.
- Um broche de brilhantes.
- Um dito dito, com um par de brincos sobre ônix.
- Uma pulseira de brilhantes com forma de coroa.
- Uma dita de brilhantes sobre esmalte azul.
- Uma dita de ditos sobre ônix.
- Uma dita de ouro com brilhantes e safira.
- Uma pulseira de esmalte.
- Um colar de brilhantes com uma medalha de ditos.
- Um broche de pérolas sobre ouro.
- Uma pulseira de ouro com brilhantes com diversas letras e cabelos da família imperial.
- Uma pulseira de ouro com esmalte.
- Uma pulseira de esmalte com letreiro.
- Um colar de ouro com medalha de turquesas.
- Uma pulseira de ouro com moedas brasileiras.
- Uma dita com flores de ouro e brilhantes e esmalte.
- Uma dita de ouro e esmalte, e granadas.
- Uma dita com diversas medalhas.
- Dois alfinetes de ouro e pérolas para cabelo.
- Duas pulseiras de ouro com esmalte, uma com letra P e outra com letra J.
- Uma comenda de brilhantes da Ordem do Cruzeiro.

\* \* \*

*Terceiro tabuleiro:*

- Quatro pulseiras de ouro.
- Uma dita cravejada de brilhantes em forma de serpente.
- Uma dita com medalha.
- Dois broches de camafeus com brilhantes.
- Um retrato de esmalte e pérolas de Sua Alteza a princesa d. Carolina (?).
- Um dito em camafeu branco de S. M. o Imperador.
- Um broche de brilhantes e rubis, contendo cabelos.
- Um fio de pérolas.
- Cinco medalhas diversas.
- Um broche de esmalte.
- Um amor-perfeito de esmalte.

Um par de brincos de granadas.

Uma medalha de granadas com cordão de ouro.

Uma corrente de relógio esmaltada.

Um bracelete de ouro com medalha.

Um dito com diversos bustos.

Uma pulseira de cabelos com iniciais em brilhantes.

Uma medalha com pérolas, brilhantes e rubis com cordão de ouro.

Uma medalha de ônix com uma pérola e retrato de S. A. a princesa d. Clementina.

\* \* \*

*Quarto tabuleiro:*

Uma pulseira de brilhantes com pérolas.

Uma dita de brilhantes sobre ônix.

Uma dita de ouro e brilhantes.

Uma dita de dito com ametistas e pérolas e a palavra Amitié.

Uma dita com cinco brilhantes.

Uma dita de ouro – Souvenir.

Uma dita com três grandes pérolas e rubis.

Um broche com camafeu e pérolas.

Um dito com cabelo.

Dois colares com dois corações de brilhantes, com esmeraldas, e topázios.

Um bracelete de ouro com brilhantes e coralina.

Um dito com diversos bustos, em sete camafeus e rubis.

Um broche de brilhantes e safiras.

Uma medalha de cornalina.

Um adereço de ouro com pérolas e turquesas e brilhantes.

Uma concha com uma grande pérola e rubis.

Um par de brincos com topázios e brilhantes.

Uma pulseira com turquesas e brilhantes.

Uma medalha de esmalte azul.

Um par de bichas de opalas com brilhantes.

Um pendente e um par de brincos de topázios.

\* \* \*

*Terceira caixa – Primeiro tabuleiro:*

Onze pulseiras de ouro de diversos feitios, sendo uma com brilhantes.

*Segundo tabuleiro:*

Nove pulseiras de ouro, sendo uma de cabelo e outra à imitação de granada.

Um broche, um par de brincos de esmalte com pérolas e uma flor.

\* \* \*

*Terceiro tabuleiro:*

Sete broches de esmalte e camafeus com guarnições de ouro.

Um dito todo de ouro com um besouro de brilhantes.

Um dito de dito com cabelos.

Um dito de dito com rubis e coração de opala.

Um dito de esmalte verde.

Uma corrente de relógio com esmalte azul e brilhantes.

Uma pulseira de ouro.

Uma dita com diversos retratos de S. M. o Imperador e de Suas Altezas.

\* \* \*

*Quarto tabuleiro:*

Um grande colar de esmalte e ouro.

Uma grande fivela com turquesas.

Um par de brincos com esmalte.

Um broche e um par de brincos com esmalte.

Um alfinete de esmalte azul com diamantes.

Um par de bichas de ônix.

Uma pulseira de ouro com medalha.

Uma dita de ouro simples.

Um colar de corais.

Dois anéis de ouro com a inscrição – Roma. 1864.

Um dito com cabelo e 4 alfinetes de dito.

\* \* \*

*Quinto tabuleiro:*

Um grande adereço de corais, contendo um colar e grande broche, 4 pulseiras, 1 par de brincos.

Um broche de coral rosa.

No fundo desta caixa: duas pulseiras de ouro.



Pequeno cetro de d. Pedro II, em bronze dourado e marfim. Peça desmontável, pertencente ao Museu Imperial



*Da Coroa:*

A coroa imperial, de S. M. o Imperador.

Uma coroa de brilhantes, em que falta um grande brilhante da frente, e a flor que a orna está em pedaços.

Um grande anel de brilhantes.

Dois floretes com cabos cravejados de brilhantes. Em um deles falta um brilhante.

Um relógio de ouro que foi de S. M. o senhor dom Pedro I.

Um par de sapatos com dois grandes brilhantes.

Um tostão de brilhantes.

Uma grande comenda de brilhantes e pérolas.

Um laço de brilhantes.

Três comendas de brilhantes de diversas ordens.

Uma comenda do Cruzeiro.

Um Hábito de Malta de brilhantes.

Uma Cruz de Malta de brilhantes.

Um binóculo de ouro.

Duas facas, uma de ouro e outra de prata.

Uma grã-cruz da Turquia com brilhantes.

Vinte e cinco caixas com diversas condecorações.

Um anel que foi do bispo de Crisópolis.

Quinze diversas condecorações.

Um colar imperial.

Estas jóias de Sua Majestade o Imperador vão acondicionadas umas dentro de duas caixas e outras dentro de grande caixão.

Palácio da Boa Vista, 25 de junho de 1887. – *Barão de Nogueira da Gama*. – O escrivão da Casa Imperial, *Luiz José Martins Rocha*. – *Amaro da Silva Guimarães Júnior*. – Como testemunhas: *João Batista da Fonseca*. – *Antônio Joaquim Cordovil Maurity*.

N. B. – Os originais do presente termo e inventário estão em poder de Sua Alteza o senhor conde d’Eu.

(Arquivo do Museu Imperial – Mordomia da Casa Imperial – Registros de Ofícios – XIX – 1886-1888, pp. 84 a 88).

## Bibliografia

- 1 – FERDINAND DE LASTEYRIE. *Histoire de l'Orfèvrerie*. Paris, 1875.
- 2 – LUIZ CHAVES. *As Filigranas*. Lisboa, edições S. P. N.
- 3 – *Catálogo*. Guia da Exposição de Ourivesaria Portuguesa dos séculos XII a XVII. 1940.
- 4 – FCO. MARQUES DOS SANTOS. *A Ourivesaria no Brasil Antigo*, in Estudos Brasileiros, vol. 4, nº 12 de 1940.
- 5 – FCO. MARQUES DOS SANTOS. *D. Pedro II e a Preparação da Maioridade*, in Estudos Brasileiros, vol. 7, nº 19, 20 e 21 de 1940.
- 6 – PEDRO FAZENDA. *A Ourivesaria Portuguesa Contemporânea e os Metais e Pedras Preciosas*. Lisboa, 1927.
- 7 – WANDERLEY PINHO. *Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos Tempos Coloniais*. In Rev. do Serv. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Vol. IV, 1940.
- 8 – AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*. Tome premier – Paris, 1830.
- 9 – JEAN MAWE. *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, traduits de l'anglais par J. B. B. Eyriès, Tome second, Paris, 1816.
- 10 – FERDINAND DENIS. *Brésil*, Paris, 1848.
- 11 – THOMAS LINDLEY. *Voyage au Brésil. Où l'on Trouve la Description da Pays, de ses Productions, de ses Habitants*. Traduit de l'anglais par François Soules – Paris, 1806.
- 12 – LÚCIO DE AZEVEDO. *Épocas de Portugal Econômico*. Lisboa, 1929.
- 13 – JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS. *Memória do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio, 1924.
- 14 – J. B. VON SPIX e C. F. P. VON MARTIUS. *Viagem pelo Brasil* (trad. brasileira). Tomos I e II. Imp. Nac., 1938.
- 15 – JEAN ESCARD. *Les Pierres Précieuses*. Paris, 1924.
- 16 – MARCOS JESÚS BERTRAN. *Piedras Preciosas* (Manuales Gallach), Madri. Barcelona.
- 17 – HERBERTH P. WHITLOCK. *The Story of the Gems*. New York, 1940.
- 18 – ÉMILE BAYARD. *L'art de Reconnaître les Bijoux Anciens*, Paris, 1924.
- 19 – ANTONIL. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, Comp. Melh. de S. Paulo, 1923.
- 20 – JOÃO GRAVE. *A Ourivesaria em Portugal*, Porto, 1922.
- 21 – C. MALHEIROS DIAS. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, 1924.

- 22 – PANDIÁ CALÓGERAS. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Col. Brasileira, vol. 134.
- 23 – VARNHAGEN. *História Geral do Brasil*. Comp. Melh. S. Paulo.
- 24 – *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo*. XVIII, Mineralogia, nº 3, S. Paulo, 1939.
- 25 – HENRY HAVARD. *L'orfèvrerie*, Paris, s./d.
- 26 – ÉMILE BAYARD. *Le Style Louis XV*, Paris, s/d.
- 27 – ÉMILE BAYARD. *Le Style Louis XVI*, Paris, s./d.
- 28 – Pe. ÉTIENNE BRAZIL, *O Fetichismo dos Negros do Brasil*, in Rev. Instituto Hist. e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXIV, pág. 185.
- 29 – ARTUR RAMOS. *As Culturas Negras no Novo Mundo*, Vol. XII, da série Divulgação Científica, Rio, 1937.
- 30 – MANUEL QUERINO. *Costumes Africanos no Brasil*. Bib. Div. Científica, vol. XV, Rio, 1938.
- 31 – DEBRET. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris, 1834.

Informações, notas e orientação na parte de mineralogia, fornecidas, respectivamente, pelo sr. Francisco Marques dos Santos e dr. Nei Vidal, chefe da divisão de geologia do Museu Nacional, aos quais muito agradecemos.



**Arquivo do Museu Imperial**



## **Arquivo do Museu Imperial**

O Museu Imperial divulga neste número de seu Anuário a cópia autêntica do contrato de casamento do príncipe d. Pedro (futuro imperador do Brasil) com a arquiduquesa da Áustria Carolina Josefa Leopoldina.

O documento é escrito em francês, língua oficial diplomática da época e consta de quatro folhas e meia de papel, tamanho almeço divididas ao meio. Está devidamente autenticado pela Chancelaria Oficial Privada da corte, sob o selo imperial e assinatura do funcionário competente, cujo nome não foi possível identificar.

Subscrito pelos plenipotenciários de Suas Majestades Fidelíssima e Apostólica é estranho que não traga em seu texto o nome dos diplomatas signatários.

Eis o texto integral do contrato:

“Au Nom de la Très Sainte et indivisible Trinité.

Soit notoire à tous ceux qui ces présentes verront; que Sa Majesté Impériale François I. Empereur d’Autriche, Roi de Hongrie et de Bohème & c. et Sa Majesté Dom Jean VI. Rei du Royaume uni du Portugal du Brésil et des Algarves & c. desirant mutuellement resserrer de plus en plus pour la prospérité de Leurs Etats respectifs les liens d’amitié, de confiance, et de parenté qui Les unissent, ont arrêté pour cet effet le mariage de Madame Caroline Josephe Léopoldine, Princesse Impériale et Archiduchesse d’Autriche avec Dom Pierre d’Alcantara, Prince Royal du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves & c. et que des plénipotentiaires ayant été nommés de part et d’autre pour régler et conclure solennellement les conventions matrimoniales, savoir: de la part de Sa Majesté l’Empereur d’Autriche les très illustres et très excellents Seigneurs N.N., et de la part de Sa Majesté le Roi du Royaume uni du Portugal, du Brésil et dos Algarves, ie très illustre et très excellent Seigneur N.N. Ces mêmes Plénipotentiaires, en vertu des pouvoirs dont lis ont été munis dans la forme la plus

ample, et qu'ils se sont réciproquement communiqués, sont convenus des articles et conditions du Contrat de mariage tels qu'ils suivent:

### **Article 1<sup>er</sup>**

Sa Majesté Impériale François I. Empereur d'Autriche. Roi de Hongrie et de Bohême se prête á la demande amicale de Sa Majesté Dom Jean VI, Roi du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves, en accordant Madame Sa fille Caroline Josephe Léopoldine, Princesse Impériale et Archiduchesse d'Autriche, Princesse Royale de Hongrie et de Bohême & c. pour être jointe en mariage à Son Altesse Royale Dom Pierre d'Alcantara, Prince Royal du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves & c. selon la forme et les solemnités prescrites par les Saints Canons et Constitutions de l'Eglise Catholique Apostolique et Romaine: et comme à cause de la parenté existante entre les deux Très Illustres Epoux, on a préalablement obtenu la dispense da Souverain Pontife, ce mariage sera incessamment célébré à vienne par paroles de présent, en vertu du pouvoir et commission qui auront été donnés à cet effet par le Sérénissime Epoux, lequel ratifiera le dit mariage et l'accomplira en personne, quand la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine sera arrivée au Brésil.

### **Article 2.<sup>e</sup>**

Après la cérémonie du mariage la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine sera déclarée Princesse Royale du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves; Elle se mettra en route pour le port de Livourne avec le train et cortège convenable, le tout aux fraix de Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique, pour y être remise au Commissaire Plénipotentiaire de Sa Majesté Très Fidèle autorisé à La recevoir, et Elle s'embarquera ensuite pour être transportée au Brésil sur l'Escadre qui y sera envoyée par Sa dite Majesté Très Fidèle avec le cortège d'usage.

### **Article 3.<sup>e</sup>**

Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique constitue en dot à la Sérénissime Princesse Sa fille la somme de deux-cents mille florins du Rhin, qui sera payée en argent comptant à Vienne avant

la célébration du mariage contré la quittance d'usage à délivrer par la personne qui sera duement autorisée par le Sérénissime Epoux à recevoir la dite somme. En outre Sa Majesté Impériale fera pourvoir la Sérénissime Archiduchesse Sa fille au moment de Son départ pour Livourne du trousseau nécessaire, ainsi que des bijoux, pierreries, vases d'or et d'argent & & conformément à l'usage établi dans la Maison d'Autriche.

#### **Article 4.<sup>e</sup>**

Par contre Sa Majesté Très Fidèle promet au nom du Sérénissime Prince Royal Son fils, et fera assigner à la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine une somme égale à cette de la dot, savoir deux cents mille florins du Rhin à titre de contredot, faisant ensemble la somme de quatre cents mille florins du Rhin, hypothéquée sur la totalité des (?) revenus du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves, et en particulier sur les biens de la Couronne de ce Royaume spécifiés dans l'instrument de sûreté, que Sa Majesté Très Fidèle fera expédier en bonne et due forme à la satisfaction de Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique, et remettre à Vienne ensemble avec Sa ratification du Contrat de mariage.

#### **Article 5.<sup>e</sup>**

Au moyen de la dite dot de deux cents mille florins du Rhin, la Sérénissime Archiduchesse renoncera une fois pour toutes, et par serment, avant la célébration du mariage, à tous et chacun des biens meubles et immeubles, droits, actions, et raisons quelconques, tant ceux qui pourroient avoir été délaissés dans l'héritage et la succession de Son Auguste Mère l'Impératrice Marie Therese de glorieuse mémoire, que ceux qui composeront *un jour*<sup>1</sup> l'héritage paternel et la succession dans tous les Royaumes, Provinces et Districts que possède (Sic) Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique heureusement regnant, ou qu'Elle pourra posséder dans la suite à quelque titre que ce puisse être, le tout conformément aux règles établies dans les deux Maisons d'Autriche et de Lorraine pour la succession de primogeniture linéale, et fera la Sérénissime Archiduchesse ces renonciations, cessions et abandons

---

1. As duas palavras estão escritas ao alto, na entrelinha.

en faveur et au profit des autres héritiers et successeurs de Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique actuellement regnante, et de Son Auguste Mère de glorieuse mémoire, lesquels La précédent soit par le sexe, soit par l'âge, ainsi qu'en faveur de Leurs légitimes descendants de l'un et de l'autre sexe à l'infini: bien entendu néanmoins, que la Sérénissime future Epouse conservera dans son entier le droit indubitable qui Lui appartient, ainsi qu'à Sa posterité légitime, de succéder aux dits biens au défaut des héritiers susmentionnés qui La précédent conformément au dit ordre de succession. La cession et la renonciation de la Sérénissime Epouse étant ainsi effectuée avec serment sera ratifiée, acceptée et confirmée également avec serment par le Sérénissime Prince Royal Son Epoux pour Lui et pour Ses descendants, héritiers et successeurs, et Sa ratification, acceptation et confirmation sera pareillement approuvée et confirmée par Sa Majesté Très Fidèle dans la forme la plus solennelle et la plus authentique.

#### **Article 6.<sup>e</sup>**

Sa Majesté le Roi du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves promet au nom du Prince Royal Son fils, et assignera à la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine une somme annuelle de soixante mille florins du Rhin à titre d'épingles; Cette somme payable à raison de cinq mille florins par mois, sera uniquement destinée pour aumones, achat d'objets de parure et autres petites dépenses de ce genre, bien entendu que Sa Majesté Très Fidèle pourvoir d'ailleurs à ce qu'exige l'entretien de la Maison et de la Cour du Prince Royal Son fils et de Madame l'Archiduchesse Son Epouse, ainsi que l'ameublement, la table et l'écurie, conformément au haut rang de ces Illustres Epoux

#### **Article 7.<sup>e</sup>**

Sa Majesté Très Fidèle promet de même au nom du Prince Royal Son fils de faire assigner à la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine après le mariage consommé la somme de soixante mille florins du Rhin à titre de cadeau de noces.

### **Article 8.<sup>e</sup>**

Sa Majeste Très Fidèle s'engage pour Elle, Ses héritiers et successeurs à falte assigner à la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine, pour le cas ou Elle dut survivre au Prince Royal Son Epoux, la somme annuelle de quatre vingt mille florins du Rhin, payable par trimestre sans déduction quelconque à titre de donaire. Ce donaire sera hypothéqué, ainsi que la dot et la contredot sur la totalité des revenus du Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves et en particulier sur les biens de la Couronne spécifiés dans l'instrument de sûreté à délivrer à Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique, d'après ce qui a été stipulé à l'article 4 du présent Contrat de mariage. La Sérénissime Archiduchesse jouira de ce donaire pendant tout le temps de Son veuvage soit qu'Elle demeure dans le Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves, soit qu'Elle juge à propos de se retirer hors de ce Royaume. La dite Sérénissime Princesse aura dans le premier cas l'option de rester au Palais qu'Elle a occupé du vivant du Sérénissime Prince Son Epoux, ou de choisir pour Sa résidence tel autre Palais à Son gré dans celui des Etats de la Monarchie Portugaise ou se trouvera le siège du Gouvernement. Le lieu de la résidence de la Sérénissime Veuve seta meublé, complètement monté et entretenu en état habitable aux frais de Sa Majesté Très Fidèle, de Ses Héritiers et successeurs; il devra être fourni de vaisselle, de linge et de l'écurie nécessaire, le tout conformément au haut range de cette Illustre Princesse.

### **Article 9.<sup>e</sup>**

Si dans Son état de veuvage Madame l'Archiduchesse se trouvoit sans enfans, Elle pourra soit qu'Elle reste, soit qu'Elle quitte le Royaume, disposer librement de Sa dot, qui Lui sera restituée au plus tard dans le terme d'un an, avec la jouissance des intérêts, à raison de cinq pour cent, jusqu'au moment où le capital aura été effectivement remis entre Ses mains. Elle disposera librement de toute Sa propriété, bijoux, pierreries, nippes, vases d'or et d'argent, et autres effets, soit qu'Elle les ait apportés dans le Royaume uni du Portugal, du Brésil et des Algarves, soit qu'Elle les y ait acquis de manière quelconque: et il Lui sera alloué pour en dispo-

ser également à Son gré, la moitié des biens meubles non appartenants à la Couronne, acquis en commun avec le Prince Royal Son Epoux pendant le mariage.

#### **Article 10.<sup>e</sup>**

Si au contraire, comme il y a tout lieu de l'esperer, le Ciel bénit cette union, et que le Sérénissime Prince Royal délaisse un ou plusieurs enfans, alors la Sérénissime Archiduchesse Veuve conservera, en fixant Son séjour dans le Royaume, ce qui Lui a été alloué par les stipulations des deux articles précédents, ainsi que la jouissance des intérêts de la contedrot entière, tandis, qu'en quittant le Royaume pour s'établir ailleurs, Elle n'auroit droit qu'à Son donaire, à la troisième partie de la dot et contredot, et de ce qu'Elle posséderoit alors en propre, soit en effets apportés à l'occasion de Son mariage, ou acquis plus tard de manière quelconque, ainsi qu'à la troisième partie de la moitié des biens meubles, non appartenants à la Couronne acquis en commun avec le Prince Royal Son Epoux pendant le mariage; les deux autres tiers des biens et effets qu'on vient d'énumérer étant dévolus, quant au Capital, aux enfans qu'Elle auroit laissés dans le Royaume, et la Sérénissime Archiduchesse Veuve n'en conservant que la jouissance des intérêts Sa vie durant.

#### **Article 11.<sup>e</sup>**

Dans le cas, ou la Sérénissime Archiduchesse Caroline Josephe Léopoldine décédât avant le Sérénissime Prince Royal Son Epoux sans laisser des enfans, Elle disposera librement de Sa dot, ainsi qu'Elle se trouvera au jour de Son décès, de Ses bijoux, pierreries, nippes, vases d'or et d'argent et autres effets qu'Elle a apportés à l'occasion du mariage, ou qu'Elle auroit acquis de manière quelconque, de même que la moitié des biens meubles, non appartenants à la Couronne, acquis en commun avec le Sérénissime Prince Son Epoux pendant le mariage. Si Elle décédoit sans avoir disposé de ces biens et effets, ils retourneroient aux héritiers *ab intestat* de l'Illustre défunte; et il en sera dans l'un comme dans l'autre cas dressé un inventaire exact et détaillé pour être reunis sans délai avec ces biens et effets aux héritiers qui succéderont à Madame l'Archiduchesse, soit par testament, sol *ab intestat*. Si par contre cette Princesse décédoit avant le Sérénissime Prince

Son Epoux en laissant un ou plusieurs enfans, tout Son héritage, tel qu'il se trouvera au jour de Son décès, sera dévolu à ces derniers au cas où l'Illustre défunte n'eût pas usé de Son droit de disposer de la troisième partie de cet héritage.

**Article 12.<sup>e</sup>**

Le présent contrat de mariage sera ratifié de part et d'autre dans la forme usitée et les ratifications seront échangées dans l'espace de six mois ou plus tôt si faire se peut.

En foi et témoignage de quoi Nous Plénipotentiaires respectifs en vertu de nos pouvoirs avons signé chacun de notre main les présentes conventions matrimoniales expédiées en double pour être échangée réciproquement, et y avons apposé le cachet de nos armes.

Fait à Vienne le 29 Novembre 1816.

Ferdinand Prince – Trauttmansdorff Metternich Le Marquis de Marialva

L.S.

L.S.

L.S.

Dass die gegenwärtige Abschrift ihm bei ihr Geheimen Haus – Hof – u. Staats – Kanzlei aufbewahrten Original vollkommen gleichlautend sei, wird hiermit bezeugt.

Wien am 23<sup>ten</sup>. April 1817

K.K. Geheime Haus – Hof – u. Staats Kanzlei Staats – und Konferenzrath (assinatura ilegível).

(*Selo Imperial com a seguinte inscrição:*)

Kais. Koen. Geheime Hof – Und Staats – Kanzlei<sup>2</sup>.

\* \* \*

---

2. Tradução: “A presente cópia é aqui autenticada exatamente de acordo com o original sob os cuidados da Chancelaria Oficial Privada da Corte.

Viena em 23 de abril de 1817.

l(mperial) e R(eal) Chancelaria Oficial Privada da Corte.

(a) Conselheiro de Estado e Conferente Oficial (ass. ilegível).

(Selo imperial com a seguinte inscrição)

Imperial e Real Chancelaria Privada da Corte.

À margem desse documento faz-se mister um ligeiro comentário de natureza histórica:

As primeiras *demarches* para casar o futuro d. Pedro I datam de 1816, quando S. Alteza contava 18 anos, o que não era pouca idade, em se tratando de um herdeiro de trono. E não foi só na corte do Rio de Janeiro que se cogitou do casamento do príncipe, mas também vários soberanos e príncipes estrangeiros cobiçavam o trono do Reino Unido para suas filhas.

Conta-nos Tobias Monteiro (*História do Império – A Elaboração da Independência* – Rio, F. Briguiet e Cia., Editores, 1927, p. 151) as pretensões nesse sentido do duque da Calábria (príncipe herdeiro das Duas Sicílias) e da rainha da Etrúria. Enquanto se movimentam as cortes européias, d. João VI igualmente se preocupava pelo assunto, não só em relação ao seu herdeiro, como também às suas filhas. Logo de início foram rejeitadas aquelas duas propostas “porque os olhos de d. João se voltavam de preferência para a Casa da Áustria.” Assevera-nos ainda aquele douto informante que, anteriormente, haviam sido feitas tentativas junto à corte de São Petersburgo no intuito de obter a mão da grã-duquesa Ana, irmã do czar Alexandre I. Talvez a diferença de religião servisse de impedimento, muito embora declarasse o marquês de Resende (*Correspondência*, p. 208 – Apud. Tobias Monteiro, *op. cit.*) que o entendimento não tivera prosseguimento “por outras circunstâncias.” O fato, pelo que parece, é que a negociação com os Romanoff não passou do terreno das conjeturas.

O fracasso dos ajustes com a corte de França fizeram d. João VI voltar-se inteiramente para a de Viena, não só para o casamento do príncipe herdeiro, mas esperando “promover outros enlaces entre as duas casas reinantes, casando-se o príncipe imperial da Áustria com a infanta Isabel Maria e o grão-duque da Toscana, irmão do imperador e que em proveito deste se privara da sua noiva, uma princesa da Baviera, com a princesa Maria Teresa.” (Oliveira Lima – *Dom João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1908, II vol., p. 873). Tobias Monteiro, baseado nos mesmos fidedignos documentos que inspiraram o historiador e diplomata, não faz alusão sequer a esta última união.

Dos três encargos confiados à diplomacia do Reino Unido, só o primeiro teve andamento. A idéia, que desde 1814 vinha tomando corpo, de colocar no trono da Áustria uma princesa de Bragança foi logo abandonada pelo pouco desenvolvimento físico e mental do herdeiro dos Habsburgos. Da terceira das uniões, parece não se haver sequer tratado.

Atribuído inicialmente ao ministro português acreditado junto a S. M. Apostólica, foi – uma vez aplainadas as primeiras dificuldades – confiado ao marquês de Marialva, na qualidade de embaixador extraordinário em missão especial. A propósito do nome daquele diplomata, informam Tobias Monteiro (*op. cit.* p. 154) e Oliveira Lima (*op. cit.* p. 871) ser ele Navarro de Andrade, a quem atribuem o posto de encarregado de Negócios. Tal entretanto não figura na obra de Raul Adalberto de Campos (*Relações Diplomáticas do Brasil... de 1808 a 1912*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1913, p. 17) onde se lê: “Rodrigo Navarro de Andrade (depois de 1824 barão de Vila Seca), enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. – 28 de agosto de 1817.” A data, como se vê, é posterior ao caso em questão. As duas fontes citadas, entretanto, pela honestidade de suas informações, deixam supor um lapso de Raul A. de Campos.

Sobre a discussão e assinatura do contrato, escreve Tobias Monteiro (*op. cit.* p. 174), “dignou-se o imperador de permitir o ajuste, a redação e até a assinatura daquele documento logo após a chegada de Marialva a Viena. Entre homens afeitos a negócios de dinheiro não se trataria com mais segurança e mais minúcia o ajuste de interesses recíprocos.”

A respeito da assinatura final, poucos são os informes, silenciando mesmo os autores sobre o príncipe Ferdinando de Trauttmansdorff que, por parte de Francisco I e juntamente com Metternich, firma o contrato.

A carência de tempo com que foi feito este ligeiro comentário a propósito de documento de tanta relevância, impediu fossem consultadas outras fontes – como, por exemplo, o arquivo do Itamarati – limitando as consultas à pequena, mas já preciosa, biblioteca do Museu Imperial.

**L. L. L.**





Aspecto da inauguração do Museu Imperial em 16/03/1943,  
quando falava o ministro Gustavo Capanema.



## **NOTICIÁRIO**



## Noticiário

Pela direção do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

“Senhor ministro:

Em obediência à determinação regimental, venho apresentar a vossa excelência o relatório sobre as atividades do Museu Imperial durante o ano de 1943:

### 1 – Expediente da Secretaria

Pela secretaria do Museu foram expedidos: 1.018 anuários, 567 ofícios, 33 processos, 40 cartas e 208 cartões.

E foram recebidos: 178 ofícios, 28 processos, 212 cartas, 60 circulares, 27 telegramas, 26 cartões e 26 requerimentos.

### 2 – Inventário

Proseguiu regularmente o inventário do material existente no Museu. Em 31 de dezembro de 1942, o registro fora até o nº 1.973, num valor de Cr\$ 927.704,11.

Em 31 de dezembro de 1943, o registro alcançou o nº 4.086, num valor de Cr\$ 11.017.690,71. Durante o ano de 1943, houve portanto, um acréscimo, sobre 1942, de 2.113 registros, num valor de Cr\$ 10.089.986,60.

### 3 – Inauguração

A 16 de março, foi inaugurado o Museu Imperial, com a abertura franca e permanente de suas salas à visitação pública. Pelas 16 horas, na Sala de Conferências, realizou-se a cerimônia do ato oficial com a presença do ex.<sup>mo</sup> sr. presidente da República, dr. Getúlio Vargas, de v. ex.<sup>a</sup>, dos ex.<sup>mos</sup> srs. ministros das Relações Exteriores e da Agricultura, do ex.<sup>mo</sup> sr. interventor federal no Estado do Rio, comandante Ernani do Amaral Peixoto, núncio apostólico, monsenhor Aloísio Masella, prefeito de Petrópolis, corpo diplomático, altas autoridades federais, estaduais e municipais, além de numerosa e seleta assistência.

Após haverem feito uso da palavra v. ex.<sup>a</sup> e o diretor do Museu, s. ex.<sup>a</sup> o senhor presidente da República dignou-se declarar inaugurado o Museu Imperial, dirigindo-se a seguir para a porta do corredor de acesso às salas de exposição, onde, cortando a fita simbólica, estabeleceu a abertura do Museu à visitação pública.

#### 4 – Visitação

De 16 de março a 31 de dezembro, isto é, durante nove meses e quinze dias, foi o Museu Imperial visitado por 22.090 pessoas, sendo 9.232 homens, 10.389 mulheres, 1.232 crianças, e mais 1.237 pessoas componentes de visitas coletivas, sendo que destas fizeram parte os chefes de Estado do Paraguai e Bolívia, o chanceler do Chile, o ministro da Justiça, Educação e Culto do Paraguai, os embaixadores de Portugal, Argentina, Bélgica, França, Espanha, Venezuela, Paraguai e Inglaterra, e o encarregado de Negócios da Tchecoslováquia, missões culturais norte-americanas, o interventor em São Paulo, membros dos congressos de desembargadores, de economia, jurídico nacional, da semana do engenheiro, oficialidade do batalhão de guardas, e alunos de vários educandários e universidades nacionais e estrangeiras.

#### 5 – Aquisições

Pela verba orçamentária destinada a este museu para aquisições de objetos históricos, e mais um auxílio do governo do Estado do Rio de Janeiro à seção fluminense do Museu Imperial, foram adquiridos:

Uma tela a óleo de Pedro Américo, representando a cerimônia religiosa do casamento da princesa Isabel, um retrato a óleo da imperatriz Teresa Cristina, uma cadeira de cedro, encosto e assento de palhinha e uma almofada em seda amarela, que pertenceu a dona Teresa Cristina; cinco pentes de tartaruga, uma coleção de jóias antigas, em uso na sociedade da época imperial, várias porcelanas e cristais brasonados, vários leques, uma tabaqueira de ouro, com esmaltes coloridos, tendo na tampa ao centro o retrato em busto, de d. Pedro II ainda jovem, um livro manuscrito e encadernado com as máximas do marquês de Maricá que pertencia à biblioteca de d. Pedro II.



Instantâneo obtido no dia da inauguração do Museu Imperial, quando falava o diretor Alcindo Sodré.



6 – Donativos

Fizeram donativos ao museu: o ex.<sup>mo</sup> sr. presidente da República, dr. Getúlio Vargas, o ex.<sup>mo</sup> sr. interventor no Estado do Rio, frei Estanislau Schaette, Vitorino Moreira, Walter Spalding, Luísa Melo Franco da Porciúncula, Sebastião Vieira de Carvalho, Henrique Leão Teixeira, Francisco Tomaz da Cunha; Leonor de Azevedo, André Tanein, baronesa de Arari, família Matos Vieira, Elisa de Aguiar de Andrada, Luísa L. de Oliveira Alves, Vicente de Paulo Ribeiro de Miranda, Julieta de Mayrink, João Guilherme Richers, Humberto Fridolino Cardoso, cel. Benjamim Vargas, Artur Bosísio, Carlos Wehrs, Francisco Marques dos Santos, Firmo Matos de Magalhães, sra. Jorge de Gouveia, Heitor da Silva Costa, conde de Paranaguá, Ferreira da Rosa, Ruth Paula Leite, Ricardo Francisco Canejo, Himalaia Virgolino, Frederico Teixeira Soares, Cecília Nioac de Sousa, irmãs Figueiredo, Sílvia Teixeira Soares, Ferdinando de Almeida, Francisco Mac-Dowel da Costa, Sílvia Cruls Teixeira Soares, Francisca Jacobina Lacombe, Laura Soares de Oliveira Castro, Eugênia de Figueiredo, Armando Bernacchi, Eli A. Germano, José Luís de Araújo, Pedro de Paranaguá, Frederico Pinheiro, Vasco Lima, Guilherme Auler, Edmundo da Luz Pinto, Mário Góis, Paulo de Carvalho, João Duarte Silveira, Cordolino de Azevedo, Heráclides César de Sousa Araújo, José Vieira, Anarolino de Almeida, Santos Leitão & Cia., Roberto Thut, Saul de Navarro, Raul Leitão da Cunha, A. S. Oliveira Júnior, monsenhor Joaquim Nabuco, Olga Guimarães Alchalel, Carlos Piquet, Públio de Oliveira, Aníbal de Moraes Melo, José Pedro Teixeira, Zulmira de Matos Veloso, Maroquinha Jacobina Rabelo, Maria Cecília G. Fontes, Maria Teresa Leão, Carlos Magalhães Bastos, José Carlos de Macedo Soares, Antônio Muniz Barreto, Alcebíades Monteiro Filho, Cardiano Pinto, Aristides Mascarenhas, Félix Mariz, Carlos Teixeira Soares, Valdemar S. Sá Antunes, De Paranhos Antunes, Mário Ribeiro de Castro, Alberto Ferreira da Costa e Silva, Armando Teixeira Leite, Corina Peixoto de Araújo, Armando Vacari, Romeu Ramos, viúva prof. Azevedo Sodré, Sílvia Belfort Ramos, Rodolfo Haack, João Gomes Teixeira, Pedro Gomes e Manuel A. Velho da Mota Maia.

7 – Transferência

Foram transferidos para o museu, os seguintes objetos:

*Do Palácio Itamarati:* um grupo de seis cadeiras, estilo império, com adornos de bronze, assento estofado de couro; um grupo para sala, estilo império com motivo egípcio, adornos de bronze, estofado em damasco de seda verde constante de uma mesa retangular com tampo de mármore, um sofá, duas cadeiras de braço e quatro cadeiras simples. Peças pertencentes ao mobiliário do príncipe d. Pedro Augusto.

*Do Palácio do Catete:* um grupo de mobília para escritório, estilo Luís Felipe, com apliques de bronze, assento estufado nas cadeiras e superfície da mesa em couro escuro, constante tudo das seguintes peças: um armário para livros, uma escrivaninha, uma poltrona de escritório, seis cadeiras simples, um cesto de bronze para papéis, e um lustre para seis luzes, todo esse mobiliário também pertenceu ao mesmo príncipe.

*Do Ministério da Guerra:* uma cadeira de braço, assento e encosto de palhinha, de jacarandá, de uso do marechal conde d'Eu.

*Do Tesouro Nacional:* a coroa de d. Pedro II, em ouro e brilhantes. Um cetro de ouro e dois brilhantes, de d. Pedro II.

*Da Casa da Moeda:* a coroa de ouro de d. Pedro I. Três caixas de rapé, de ouro. Três condecorações da Ordem de Cristo, em ouro, prata e esmalte. Um espadim com punho de ouro em filigrana, com um brilhante.

*Do Arquivo Público Nacional:* um cofrezinho, contendo as chaves dos ataúdes de d. Pedro II e dona Teresa Cristina. Um álbum com guarnições de ouro e pérolas, oferecido pelos portugueses a d. Pedro II. Um candelabro-tímpano.

*Da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil:* duas cadeiras de braço, assento de palhinha, encosto estofado, iniciais: P. II, nas quais Suas Majestades assistiam a concursos naquela faculdade.

*Da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil:* uma cadeira de braços, assento e encosto de palhinha, na qual d. Pedro II assistia a concursos na mesma escola.



Ato inaugural do Museu Imperial em 16/03/1943. O presidente Getúlio Vargas ao cortar a fita simbólica



## 8 – Permutas

Com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi permutada uma estampa de Rugendas representando a lavagem de ouro em Sabará, por uma estampa representando d. Pedro II adolescente.

Com os srs. Antônio Pinto de Avelar Fernandes, Newton da Silva Carneiro e Gastão Penalva foram permutados vários cristais e porcelanas, por objetos da mesma natureza.

## 9 – Restaurações

Procedeu-se a trabalhos de restauração nos seguintes objetos: quadro a óleo do casamento da princesa Isabel, retrato a óleo do ministro Cardoso e Melo, retrato a óleo do duque de Caxias, dois retratos a óleo de d. Pedro II, quadro a óleo de imagem religiosa, três camas de jacarandá, grande armário da chácara das Camélias, caixa de madeira do conde de Caxias, toucador de quatro espelhos, estilo império, duas cadeiras de jacarandá e estofa Aubusson do Salão dos Embaixadores, camas de pau preto do marquês de Abrantes, cadeira com assento de couro, do mobiliário de d. Pedro Augusto, mala de couro de d. João VI, cadeira na qual d. Pedro II assistia a concursos na faculdade de medicina, cadeira e sofá estilo império, estofa de damasco, do mobiliário de d. Pedro Augusto, guarda-roupa estilo império, do mobiliário da princesa Isabel, cadeira de castanho, esculpida, com as armas do reino de Portugal, consolo de pau preto, tampo de mármore, com a sigla P. II, candelabro de bronze do paço, a coroa de d. Pedro II e diversas jóias em uso na sociedade da época imperial.

## 10 – Biblioteca

Completo-se a instalação da biblioteca, adicionando-lhe a terceira sala destinada ao depósito de livros, equipada das respectivas estantes.

Foi a biblioteca enriquecida por 369 obras de 598 volumes, sendo 335 obras obtidas por doação e 34 por aquisição.

Começou-se o catálogo geral da biblioteca, pelo sistema dicionário, e o fichário onomástico, biográfico e genealógico, de personagens que interessam à história pátria.

A mapoteca foi engrandecida pela doação de vários exemplares. O mesmo ocorreu com as coleções de jornais antigos e modernos, e de vários outros periódicos.

#### 11 – Arquivo

Foi o Arquivo Histórico acrescido por várias doações, destacando-se 153 documentos pertencentes ao barão de Capanema, desenhos do imperador e das princesas, 94 fotografias diversas e 40 estampas.

#### 12 – Anuário

Foi distribuído o segundo volume do Anuário do Museu Imperial, referente a 1941, tendo sido expedidos 1.018 exemplares, com o seguinte destino geográfico:

Distrito Federal	413
Amazonas	7
Pará	3
Maranhão	7
Piauí	1
Ceará	3
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	5
Pernambuco	25
Alagoas	10
Sergipe	1
Bahia	7
Espírito Santo	5
Rio de Janeiro	205
São Paulo	100
Paraná	13
Santa Catarina	49
Rio Grande do Sul	61
Minas Gerais	26
Território do Acre	5
Território do Iguaçú	1
Argentina	26
Chile	2
Colômbia	1
Cuba	2

Equador	1
Estados Unidos	4
Portugal	26
Uruguai	7
Venezuela	1

Além de ter sido conservado o critério de distribuir o Anuário a todos os que manifestassem interesse em recebê-lo, foi solicitada a todos os interventores nos Estados uma relação das instituições culturais nos territórios de sua jurisdição e às quais interessasse o seu recebimento.

Até esta data, por falta de resposta, não foram realizadas remessas, nessa conformidade, para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Goiás e Mato Grosso.

O Anuário relativo a 1942 acha-se em trabalhos finais de impressão na Imprensa Nacional.

### 13 – Conferências

Promovidas pelo Museu, realizaram-se duas conferências no salão do estabelecimento destinado a esse fim. Tiveram por assunto, “Arte Gótica” e “Petrópolis de outrora”, e foram proferidas respectivamente, pelo técnico de educação dr. Ovídio da Cunha e frei Estanislau Schaette, O. F. M.

Por sua vez, o Instituto Histórico de Petrópolis realizou três conferências no salão do Museu a propósito do “Centenário da Fundação de Petrópolis”, “Casamento de Dom Pedro II” e “Primeira Viagem de Dom Pedro II à Inglaterra”, pronunciadas pelo professor Pedro Calmon, e senhores Alfredo Rusins e Francisco Marques dos Santos. E, pelo mesmo instituto, foi ali também praticada a sessão especial, em homenagem aos bispos brasileiros, reunidos em maio nesta cidade, por ocasião do Congresso Eucarístico de Petrópolis. O mesmo salão, foi, ainda, cedido para que em seu recinto se realizasse a reunião, da qual se originou a criação da Sociedade Filatélica e Numismática de Petrópolis.

### 14 – Parque

Foi o parque enriquecido por várias plantas, achando-se os jardins cobertos de flores, e a freqüência pública é feita regular-

mente. Foram colocados peixes nos aquários, e atualmente, procede-se à classificação das espécies vegetais, por um técnico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a fim de serem colocadas tabuletas com os nomes científico e popular das plantas.

15 – Obras

No mês de julho, foram reiniciadas as obras de restauração e adaptação da ala direita e dependências do edifício, conforme o plano preestabelecido, e sob a orientação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

São estas, sr. ministro, as principais ocorrências havidas neste Museu, durante o ano de 1943.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

*Alcindo Sodré*

Diretor.

Impressões de visitantes ilustres

“Quando morreu Pedro II, tanto ao Norte, como ao Sul do nosso continente latino, disseram: “morreu o único presidente de República que teve a América”. Foram palavras de Rojas Paul, em Venezuela e de Bartolomé Mitre na Argentina. Presidente de República, pela democracia... Se ajuntarmos que, soberano, pela decência, hierarquia, magnanimidade, foi também imperador de uma monarquia liberal, teremos que dom Pedro honrou ao governo dos homens... Ora, isso é passado... Está nas páginas da história... Engano. Está vivo, presente na ressurreição do Museu Imperial de Petrópolis... Que lição e que saudade!

6 de janeiro de 1943.

*Afrânio Peixoto.*”

“O Museu Imperial de Petrópolis é um monumento público, erigido pela justiça da posteridade em honra do príncipe que, meio século, guiou com lucidez e aconselhou com dignidade a pátria. Nesta casa, rica sem exagero de luxo, vasta e harmoniosa, ele re-

vive, na simplicidade patriarcal de sua longa existência, na verdade serena do seu extenso reinado. Foi este o único palácio que construiu: parecia natural – e era necessário – que aqui persistisse a sua nobre memória. Os objetos arrumados com discreta habilidade, as jóias expostas com fino gosto, os quadros que enriquecem as paredes imaculadas, formam o ambiente, dão autenticidade às lembranças que sugerem, informam, agradam a vista, falam ao espírito, e contam... contam profusamente a história daqueles cinquenta anos de administração, de comando, de influência, de tolerância, de tranqüilidade. Quem quiser sentir a época, compreendê-la, tatear-lhe a velha realidade, há de fazer esta peregrinação, subir estas escadas, olhar estas relíquias, e reverenciar este nome. D. Pedro II mora em Petrópolis. Está morto na catedral, no jazigo sóbrio e branco. Está vivo no Museu, na sua mansão feliz e bela. – Só os grandes povos reconhecem – e amortizam – a sua dívida de gratidão. O museu é um pagamento.

20 de janeiro de 1943.

*Pedro Calmon.*”

“Esta casa dá aos brasileiros a sensação – por tanto tempo obliterada e, no entanto, tão reconfortante – do nosso passado; abre, aos seus olhos deslumbrados uma perspectiva magnífica, que fortalece a confiança no futuro da nossa terra.

15 de fevereiro de 1943.

*Levi Carneiro.*”

“A cinza dos mortos é a raiz das pátrias, que tem nos museus os seus templos. O Museu Imperial, obra do idealismo e da cultura de Alcindo Sodr , inaugurou o culto do nosso passado que   a melhor liño, caminho e advert ncia para as nossas conquistas futuras.

Petrópolis, 06/04/43.

*Edmundo da Luz Pinto.*”

“Recuerdo de una persona errante que fue atrapada y fijada por Brasil...

El Museo Imperial de Petrópolis es el símbolo exacto de esta patria que hace cada día su futuro, pero sin volver la espalda a su pasado nobil simo.

El Presidente Vargas tiene, dentro de su manojó de virtudes, la de escoger hombres. A su lucidez le debemos la presencia de dr. Sodré en esta casa.

*Gabriela Mistral.”*

“El amor a la tradición de sus grandes monarcas forma la base de la grandeza del Brasil.

Petrópolis, 10 de octubre de 1943.

*Rawson – Embajador de la Rep. Argentina”*



























